

Campus Histórico da UFLA

Caixa Postal 3060 – CEP 37.200-000 – Lavras – MG – Brasil

Telefone: (35) 3829-1811 ou (35) 99158-0562

www.fundecc.org.br – selecao@fundecc.org.br



Julgamento de Recurso Administrativo

Trata-se de recurso administrativo interposto por ANDRÉ DIAS ARAUJO, inscrito no CNPJ nº 65.547.420/0001-38, em face de sua inabilitação na Seleção Pública nº 09/2026, em razão da não apresentação tempestiva da Certidão de Regularidade do FGTS, exigida na habilitação do Edital.

Após análise das razões apresentadas, o recurso não merece provimento.

Conforme registrado nos autos, a recorrente não encaminhou documentação completa na forma fixada pelo Edital, dessa forma a Comissão então, decidiu oportunizar uma diligência, com prazo para envio da Certidão de Regularidade do FGTS até às 15h00 do dia 11/03/2026. Contudo, o documento foi encaminhado apenas no dia 20/03/2026 juntamente com o pedido de recurso, portanto, fora do prazo expressamente estabelecido.

Ressalta-se que os prazos definidos no instrumento convocatório e nas diligências possuem caráter vinculante, devendo ser rigorosamente observados por todos os participantes, em atenção aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica. A aceitação de documento apresentado fora do prazo implicaria tratamento desigual entre os concorrentes, comprometendo a lisura do certame.

Quanto à alegação de dificuldades operacionais para emissão da certidão, cumpre destacar que tais circunstâncias não afastam a responsabilidade da participante quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos. Ademais, mesmo na condição de Microempresadora Individual (MEI), é plenamente possível a emissão da Certidão de Regularidade do FGTS, sendo tal documento exigível nos termos do edital.

Destaca-se ainda que a diligência teve por objetivo a regularização documental dentro de prazo determinado, não sendo possível sua ampliação ou flexibilização após o encerramento do horário fixado.

Dessa forma, considerando que o documento foi apresentado intempestivamente, mantém-se a decisão de inabilitação da recorrente.

Diante do exposto, o recurso administrativo é conhecido, porém indeferido.

Sem mais para o momento, seguimos à disposição para esclarecimentos.

Documento assinado digitalmente
 DAYANA GABRIELA DA SILVA CORREIA
Data: 26/03/2026 14:44:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dayana Gabriela da Silva Corrêa
Presidente da Comissão

Campus Histórico da UFLA

Caixa Postal 3060 – CEP 37.200-000 – Lavras – MG – Brasil

Telefone: (35) 3829-1811 ou (35) 99158-0562

www.fundecc.org.br – selecao@fundecc.org.br



Documento assinado digitalmente

RAFAELA MANOELA MACHADO ANDRADE

Data: 26/03/2026 15:18:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafaela Manoela Machado Andrade
Secretária da Comissão

Documento assinado digitalmente



MARYELLE AMELIA BELINELI LEITE

Data: 26/03/2026 14:55:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maryelle Amélia Bennen Leite
Membro da Comissão

Campus Histórico da UFLA

Caixa Postal 3060 – CEP 37.200-000 – Lavras – MG – Brasil

Telefone: (35) 3829-1811 ou (35) 99158-0562

www.fundecc.org.br – selecao@fundecc.org.br



Julgamento de Recurso Administrativo

Trata-se de recurso administrativo interposto por Cinara Costa de Oliveira, inscrita no CNPJ nº 65.517.182/0001-18, em face de sua inabilitação na Seleção Pública nº 09/2026, em razão da não apresentação da Certidão Municipal exigida na habilitação do Edital.

Após análise das razões apresentadas, o recurso não merece provimento.

Conforme registrado nos autos, a recorrente apresentou certidão de inexistência cadastral, a qual não comprova a regularidade fiscal perante o município, documento exigido para habilitação no edital. A certidão enviada apenas atesta que não há inscrição municipal até a presente data, não atendendo à finalidade do certame de verificação da situação fiscal da empresa.

Ressalta-se que a exigência de apresentação da Certidão Municipal possui caráter vinculante e deve ser cumprida por todos os participantes, em observância aos princípios da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e segurança jurídica. A aceitação de documento que não comprove a regularidade fiscal implicaria tratamento desigual entre os concorrentes, comprometendo a lisura do certame.

Quanto à alegação de que a empresa é recém-constituída e está registrada como Microempreendedora Individual (MEI), cumpre destacar que tais circunstâncias não afastam a exigência do edital. Apesar da simplificação administrativa para MEIs, a regularidade fiscal junto ao município continua sendo requisito indispensável para participação na seleção.

Dessa forma, considerando que a documentação apresentada não atende ao exigido, mantém-se a decisão de inabilitação da recorrente.

Diante do exposto, o recurso administrativo é conhecido, porém indeferido.

Sem mais para o momento, seguimos à disposição para esclarecimentos.

Documento assinado digitalmente
gov.br DAYANA GABRIELA DA SILVA CORREIA
Data: 26/03/2026 14:44:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dayana Gabriela da Silva Corrêa
Presidente da Comissão

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAELA MANOELA MACHADO ANDRADE
Data: 26/03/2026 15:18:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafaela Manoela Machado Andrade
Secretária da Comissão

Documento assinado digitalmente
gov.br MARYELLE AMELIA BELINELI LEITE
Data: 26/03/2026 14:57:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maryelle Amelia Belineli Leite
Membro da Comissão

Campus Histórico da UFLA

Caixa Postal 3060 – CEP 37.200-000 – Lavras – MG – Brasil

Telefone: (35) 3829-1811 ou (35) 99158-0562

www.fundecc.org.br – selecao@fundecc.org.br



Julgamento de Recurso Administrativo

Trata-se de recurso administrativo interposto por GIULIA MARIA FERREIRA DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ nº 58.252.999/0001-46, em face de sua inabilitação na Seleção Pública nº 09/2026, em razão da não apresentação tempestiva das Certidões de Habilitação, exigida na habilitação do Edital.

Após análise das razões apresentadas, o recurso não merece provimento.

Conforme registrado nos autos, a recorrente não encaminhou documentação completa na forma fixada pelo Edital, dessa forma a Comissão então, decidiu oportunizar uma diligência, com prazo para envio das Certidões faltantes, a saber: certidão Federal, Municipal, Estadual, FGTS, Falência e Concordata até às 15h00 do dia 11/03/2026. Contudo, o documento foi encaminhado apenas no dia 20/03/2026 juntamente com o pedido de recurso, portanto, fora do prazo expressamente estabelecido.

Ressalta-se que os prazos definidos no instrumento convocatório e nas diligências possuem caráter vinculante, devendo ser rigorosamente observados por todos os participantes, em atenção aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica. A aceitação de documento apresentado fora do prazo implicaria tratamento desigual entre os concorrentes, comprometendo a lisura do certame.

Quanto à alegação de dificuldades operacionais para emissão da certidão, cumpre destacar que tais circunstâncias não afastam a responsabilidade da participante quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos. Ademais, mesmo na condição de Microempresa (ME), é plenamente possível a emissão da Certidão de Regularidade do FGTS, sendo tal documento exigível nos termos do edital.

Destaca-se ainda que a diligência teve por objetivo a regularização documental dentro do prazo determinado, não sendo possível sua ampliação ou flexibilização após o encerramento do horário fixado.

Dessa forma, considerando que o documento foi apresentado intempestivamente, mantém-se a decisão de inabilitação da recorrente.

Diante do exposto, o recurso administrativo é conhecido, porém indeferido.

Sem mais para o momento, seguimos à disposição para esclarecimentos.

Documento assinado digitalmente
gov.br DAYANA GABRIELA DA SILVA CORREA
Data: 26/03/2026 14:46:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dayana Gabriela da Silva Corrêa
Presidente da Comissão

Campus Histórico da UFLA

Caixa Postal 3060 – CEP 37.200-000 – Lavras – MG – Brasil

Telefone: (35) 3829-1811 ou (35) 99158-0562

www.fundecc.org.br – selecao@fundecc.org.br



Documento assinado digitalmente

RAFAELA MANOELA MACHADO ANDRADE

Data: 26/03/2026 15:18:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafaela Manoela Machado Andrade
Secretária da Comissão



Documento assinado digitalmente

MARYELLE AMELIA BELINELI LEITE

Data: 26/03/2026 14:59:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maryelle Amelia Belineli Leite
Membro da Comissão

Campus Histórico da UFLA

Caixa Postal 3060 – CEP 37.200-000 – Lavras – MG – Brasil

Telefone: (35) 3829-1811 ou (35) 99158-0562

www.fundecc.org.br – selecao@fundecc.org.br



Julgamento de Recurso Administrativo

Trata-se de recurso administrativo interposto por PAULA BERNARDES MACHADO, inscrita no CNPJ nº 64.564.265/0001-03, em face de sua inabilitação na Seleção Pública nº 09/2026, em razão da não apresentação tempestiva da Certidão de Regularidade do FGTS, exigida na habilitação do Edital.

Após análise das razões apresentadas, o recurso não merece provimento.

Conforme registrado nos autos, a recorrente não encaminhou documentação completa na forma fixada pelo Edital, dessa forma a Comissão então, decidiu oportunizar uma diligência em 11/03/2026 às 08h29, com prazo para envio da Certidão de Regularidade do FGTS até às 15h00 do mesmo dia. Contudo, o documento foi encaminhado apenas às 16h05, portanto, fora do prazo expressamente estabelecido.

Ressalta-se que os prazos definidos no instrumento convocatório e nas diligências possuem caráter vinculante, devendo ser rigorosamente observados por todos os participantes, em atenção aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica. A aceitação de documento apresentado fora do prazo implicaria tratamento desigual entre os concorrentes, comprometendo a lisura do certame.

Quanto à alegação de dificuldades operacionais para emissão da certidão, cumpre destacar que tais circunstâncias não afastam a responsabilidade da participante quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos. Ademais, mesmo na condição de Microempresadora Individual (MEI), é plenamente possível a emissão da Certidão de Regularidade do FGTS, sendo tal documento exigível nos termos do edital.

Destaca-se ainda que a diligência teve por objetivo a regularização documental dentro de prazo determinado, não sendo possível sua ampliação ou flexibilização após o encerramento do horário fixado.

Dessa forma, considerando que o documento foi apresentado intempestivamente, mantém-se a decisão de inabilitação da recorrente.

Diante do exposto, o recurso administrativo é conhecido, porém indeferido.

Sem mais para o momento, seguimos à disposição para esclarecimentos.

Documento assinado digitalmente
 DAYANA GABRIELA DA SILVA CORREIA
Data: 26/03/2026 14:46:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dayana Gabriela da Silva Corrêa
Presidente da Comissão

Campus Histórico da UFLA

Caixa Postal 3060 – CEP 37.200-000 – Lavras – MG – Brasil

Telefone: (35) 3829-1811 ou (35) 99158-0562

www.fundecc.org.br – selecao@fundecc.org.br



Documento assinado digitalmente



RAFAELA MANOELA MACHADO ANDRADE

Data: 26/03/2026 15:18:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafaela Manoela Machado Andrade
Secretária da Comissão

Documento assinado digitalmente



MARYELLE AMELIA BELINELI LEITE

Data: 26/03/2026 15:01:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maryelle Amelia Belineli Leite
Membro da Comissão

**À Comissão de Seleção da Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural
– FUNDECC
Referente à Seleção Pública nº 09/2026**

Eu, Barbara Mayworm Antunes / CNPJ **65.576.402/0001-84**, participante da Seleção Pública nº 09/2026, venho, respeitosamente, interpor **recurso administrativo** em face do resultado da etapa de **análise documental (habilitação fiscal e econômico-financeira)**, pelos motivos a seguir expostos.

Nos termos do item 3.1 do Edital, o prazo para envio da documentação de habilitação encerrou-se em 09 de março de 2026. Entretanto, parte dos documentos exigidos para habilitação, especificamente aqueles previstos no item **5.2 (alínea “a”, no que se refere à certidão municipal, e alínea “b”)**, bem como no item **5.3**, possuem prazos de emissão que variam, em média, entre 8 (oito) a 10 (dez) dias úteis, conforme os trâmites dos órgãos responsáveis.

Nesse sentido, destaca-se que as solicitações dos referidos documentos foram realizadas dentro do período compreendido entre a data de abertura do edital (05/03/2026) e o prazo final concedido na diligência (11/03/2026), evidenciando que a utilização de todo o intervalo disponível para viabilizar a regularização documental.

Ainda assim, não houve tempo hábil para a emissão completa das certidões exigidas, tendo em vista que tais documentos dependem de prazos administrativos externos, alheios à vontade da participante. Cumpre ressaltar que foram apresentados os comprovantes de solicitação junto aos órgãos competentes, demonstrando a boa-fé, diligência e o inequívoco interesse em atender integralmente às exigências do edital, como segue em anexo.

Importante destacar que, na presente data, todos os documentos exigidos nos itens 5.2 e 5.3 encontram-se devidamente emitidos e regularizados, inexistindo qualquer pendência material, mas apenas uma limitação temporal anteriormente enfrentada.

Nesse contexto, a manutenção da inabilitação revela-se medida desproporcional, considerando que:

- houve a devida solicitação dos documentos dentro de todo o período disponível (inscrição e diligência);
- foram apresentados comprovantes formais dessas solicitações;
- não houve qualquer conduta negligente ou omissiva por parte da participante;
- a pendência possuía caráter exclusivamente temporal e sanável;
- atualmente, todos os requisitos de habilitação estão plenamente atendidos.

Ademais, o item 12.4 do Edital prevê a possibilidade de realização de diligências para complementação de documentos, em consonância com o princípio do formalismo moderado, amplamente reconhecido pelo Tribunal de Contas da União, justamente para evitar prejuízos decorrentes de falhas formais sanáveis que não comprometem a lisura do certame.

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento e provimento do presente recurso administrativo;
2. A reconsideração da decisão de inabilitação na etapa de habilitação;
3. A aceitação da documentação referente aos itens 5.2 (alíneas “a” – certidão municipal – e “b”) e 5.3, ora devidamente regularizada;
4. O conseqüente prosseguimento da participação nas etapas subsequentes da Seleção Pública.

Termos em que,
Pede deferimento.

Barbara Mayworm Antunes
152.423.957-70 / 65.576.402/0001-84

Documento assinado digitalmente
gov.br BARBARA MAYWORM ANTUNES
Data: 23/03/2026 20:30:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Anexos

I - Troca de emails com explanação quanto ao tempo para emissão de documentos



Barbara Mayworm Antunes <barbaramantunes.nutri@gmail.com>
para Seleção ▾

qua., 11 de mar., 13:49 (há 12 dias) ☆ 😊 ↶ ⋮

Dayana, boa tarde!

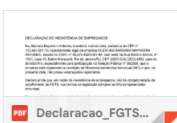
Obrigada pelo retorno.

Segue em anexo a Proposta de Intenção ajustada para o valor do MEI.

Quanto aos documentos citados como faltantes eu já solicitei o certificado para a prefeitura e para o TJ, porém são certificados que demoram de oito a dez dias para emissão. Enviei no documento o requerimento que foi feito. Reenvio os requerimentos de ambos.
A minha MEI não tem funcionário contratado, envio também em anexo a declaração de inexistência de funcionários juntamente com o print da página de consulta de regularidade da Caixa.

Sigo a disposição para demais esclarecimentos e dúvidas,
Atenciosamente,
Barbara Antunes

4 anexos • Verificados pelo Gmail ⓘ ⬇️ ➕ Adicionar tudo ao Drive



II - Requerimento de certidão de Ações de falência e concordata

RECIBO DE REQUERIMENTO

Solicitado em: 11-03-2026 00:24:47

Seu requerimento foi gerado.

Número(s) do(s) Requerimento(s): 2026.6023164.655-1

Prezado(a) usuário(a),

Solicitamos a gentileza de **manter sob sua guarda** o(s) número(s) do(s) protocolo(s) gerado(s) para a solicitação de emissão da certidão.

O(s) referido(s) número(s) será(ão) indispensável(eis) para a realização de futuras consultas acerca do andamento do pedido.

Sua certidão será emitida em até 8 dias úteis. Certidão disponível para download por 90 dias.

Requerente:

Nome: 65.576.402 BARBARA MAYWORM ANTUNES

CPF/CNPJ: 65.576.402/0001-84

E-Mail: barbaramantunes.nutri@gmail.com

Telefone: (21) 9 9930-6905

Buscas:

Finalidade: Concorrência

Local: Capital

Certidão/Período: Ações de Falência e Concordata - Período 20 Anos

Descrição da Finalidade:

SELEÇÃO PÚBLICA 09 de 2026

Requerido(s):

Número(s) do(s) Requerimento(s):

2026.6023164.655-1

Nome : 65.576.402 BARBARA MAYWORM ANTUNES

CPF/CNPJ: 65.576.402/0001-84

III - Certidão de Ações de Falência e Concordata

2o. Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO CARMO, 8 - 3o. ANDAR

CERP: 2026.6023164.655-1

REQUERIDA EM: 12/03/2026

945411

05/57 Pag: 0001

MODELO(C)>> CERTIFICA A a B <<

PARA FINS DE: CONCORRENCIA

Paulo Felipe de Oliveira Silva - Responsável pelo Expediente

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2o. OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Ações de Falência ou Concordata; demais ações e precatorias distribuídas as Varas Empresariais, bem como, Inqueritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas as Varas Criminais ou outras (art.186 da Lei de Falências), Recuperações Judiciais;
- B - Interdições previstas pela Lei no. 6024 desde 13/03/1974, que trata da intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central, do Brasil ou Ministério da Fazenda, desde:

DEZ DE MARÇO DE DOIS MIL E SEIS ATÉ DEZ DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (10/03/2006 a 10/03/2026) dele(s).

. NADA CONSTA

Relativamente ao Nome de 65.576.402 BARBARA MAYWORM ANTUNES Qualificação: 65576402000184 (conforme requerido).

EMITIDA EM: 13/03/2026, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO.

T O T A L R\$: 0.00

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Codigo Identificador de Certidao
CADD16729-CRP
Consulte a validade do CIC em:
<http://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/>



Esta certidão eletrônica estará disponível para download e validação no Portal Extrajudicial (acesso pela página do TJRJ/Corregedoria/Extrajudicial/Portal Extrajudicial) pelo período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

IV - Requerimento da certidão municipal



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria da Dívida Ativa



Protocolo de Requerimento de Certidão

Informações da certidão

Nº protocolo: 1306001201
Situação Fiscal:
Código de controle:
Andamento: Solicitada
Data da solicitação: 11/03/2026
Previsão entrega: 25/03/2026
Data da emissão:
Data de validade:
Observações complementares:

Informações do contribuinte

Nome: 65.576.402 BARBARA MAYWORM ANTUNES
Tipo Pessoa: Jurídica
CPF/CNPJ: 65.576.402/0001-84

Informações do requerente

Nome: Barbara Mayworm Antunes
Tipo Pessoa: Física
CPF/CNPJ: 152.423.957-70

Informações ao contribuinte:

Guarde bem o **Nº do Protocolo**, pois é com ele que você fará consultas do andamento de requerimento, assim como imprimir a certidão quando ela estiver pronta.

O prazo para disponibilização da Certidão de Situação Fiscal será de 8 (oito) dias úteis a contar do dia seguinte ao da solicitação. O andamento do pedido poderá ser acompanhado pela Internet.

As certidões do tipo **Positiva** e **Positiva com Efeito Negativa** deverão ser retiradas **pessoalmente** no posto de atendimento da Procuradoria Geral do Município, localizada na rua 7 de Setembro, Centro, Rio de Janeiro - RJ, no horário entre 9:00 às 16:00 hs.

V - Certidão municipal

 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Procuradoria Geral do Município Procuradoria da Dívida Ativa	Código de Controle 9BC4CC9MC9
--	---

Página 1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **65.576.402 BARBARA MAYWORM ANTUNES**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 65.576.402/0001-84, com endereço no(a) R MARIZ E BARROS, nº 1061 - RJ Cep: 20270-004, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 16/03/2026

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 02/07/2026. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço daminternet.rio.rj.gov.br
7. A certidão é válida para matriz e filial(is).



Diogo Henrique Ferreira Mendes
Procurador-Chefe

VI - Solicitação de regularidade do empregador emitida pelo site e na agência presencial como orientado.

← → ↻ consulta-crf.caixa.gov.br/consultacr/fpages/consultaempregador.jsf ☆ 🔍 📄 📁 📧 📧

CAIXA

Situação de Regularidade do Empregador Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 2.3

Inscrição (CNPJ ou CEI): 65.576.402/0001-84

Empregador não cadastrado.

Para cadastrá-lo dirija-se a uma das Agências da CAIXA munido dos documentos de constituição da empresa.

[Voltar](#)

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 65.576.402/0001-84
Razão Social: 65.576.402 BARBARA MAYWORM ANTUNES
Endereço: R MARIZ E BARROS 1061 CASA 16 / MARACANA / RIO DE JANEIRO / RJ / 20270-004

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/03/2026 a 17/04/2026

Certificação Número: 2026031912336534736744

Informação obtida em 19/03/2026 12:33:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Seleção Pública Fundecc <selecao@fundecc.org.br>

Re: SELEÇÃO PÚBLICA Nº 09/2026 – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

1 mensagem

Seleção Pública Fundecc <selecao@fundecc.org.br>

24 de março de 2026 às 08:13

Para: Barbara Mayworm Antunes <barbaramantunes.nutri@gmail.com>

Bom dia,

Informamos que o recurso não poderá ser aceito, tendo em vista que o prazo para sua interposição já se encerrou.

Conforme disposto no item 8.2 do edital, as empresas interessadas deveriam manifestar a intenção de recorrer no prazo de até um dia útil após a publicação do Resultado Final, a qual ocorreu em 19/03/2026.

8.2. As empresas participantes que desejarem interpor recurso em face dos atos da avaliação ou da habilitação deverão manifestar a sua intenção de recorrer pelo e-mail selecao@fundecc.org.br, em até um dia útil após a publicação do Resultado Final, sob pena de preclusão (art. 30, § 1º, Decreto 8.241/2014).

Atenciosamente,
Dayana Corrêa



Seleção Pública

selecao@fundecc.org.br
www.fundecc.org.br



Em seg., 23 de mar. de 2026 às 20:31, Barbara Mayworm Antunes <barbaramantunes.nutri@gmail.com> escreveu:

À Comissão de Seleção,

Venho, por meio deste, interpor recurso administrativo referente ao resultado da etapa de análise documental (habilitação) da Seleção Pública nº 09/2026.

Encaminho, em anexo, o documento contendo as razões do recurso, bem como a documentação atualizada pertinente aos itens 5.2 e 5.3 do edital.

Permaneço à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,
Barbara Mayworm Antunes

À Comissão de Seleção Pública da Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural - FUNDECC

Ref.: Seleção Pública nº 09/2026

Assunto: Interposição de Recurso - Etapa de Avaliação Técnica

Prezados(as) membros da Comissão,

A empresa **Notriá Consultoria Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 55.597.158/0001-82, vem, respeitosamente, por meio deste, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do resultado da etapa de Avaliação Técnica, conforme previsto no cronograma do certame.

Inicialmente, destacamos que toda a documentação foi organizada e apresentada com base em uma leitura atenta e criteriosa do edital. No entanto, reconhecemos que a forma de apresentação dos documentos decorreu de uma interpretação adotada pela empresa quanto aos critérios de comprovação técnica, especialmente no que se refere à inclusão de documentação comprobatória individual dos membros da equipe.

Essa interpretação levou à priorização da apresentação institucional das experiências, complementada pela disponibilização dos currículos completos da equipe por meio de links no portfólio.

Diante disso, e considerando a lógica de apresentação institucional da proposta, optou-se por:

- Apresentar as comprovações institucionais da empresa, alinhadas ao escopo do portfólio;
- Incluir, no próprio portfólio, os links de acesso aos currículos completos dos membros da equipe, conforme consta na seção de equipe do documento apresentado.

Importante destacar que o portfólio submetido demonstra, de forma consistente:

- A capacidade técnica e institucional da Notriá, incluindo projetos de pesquisa aplicada, produção técnica e formação em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);
- A qualificação da equipe, com trajetórias acadêmicas e profissionais amplamente documentadas e disponibilizadas por meio dos links indicados;
- A aderência ao objeto do projeto, evidenciada na experiência com produção de conteúdos técnicos, processos formativos e comunicação em SAN.

Adicionalmente, ressalta-se que a não consideração integral dessas evidências pode resultar em **subavaliação da capacidade técnica efetivamente demonstrada pela equipe e pela empresa**, ainda que devidamente apresentada no material submetido.

Diante do exposto, solicitamos, respeitosamente, a **revisão da pontuação atribuída na etapa de Avaliação Técnica**, à luz da documentação complementar ora apresentada, considerando:

- A documentação comprobatória adicional anexada;
- A planilha de pontuação detalhada;
- A comprovação das experiências e qualificações da equipe, devidamente organizadas para apreciação desta Comissão.

Reiteramos nosso total respeito ao processo seletivo e à condução da Comissão, bem como nossa plena disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Certos da atenção e consideração, agradecemos desde já.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 NATALIA TENUTA KUCHENBECKER DO AMARAL
Data: 23/03/2026 21:28:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral
Notriá Consultoria Ltda.

	Nome da empresa: Notriá Consultoria LTDA							
Planilha elaborada com base no barema do edital, com indicação das comprovações por critério e inclusão de evidências complementares para apoio à análise.								
	Gestão de projetos de extensão e/ou pesquisa							
Número do Doc	Item	Membro Notriá	Pontuação Máxima	Coordenação		Participação		TOTAL
				Número projetos	Pontuação	Número projetos	Pontuação	
Coordenação (0,4 ponto por projeto) e/ou participação (0,2 ponto por projeto) em Projeto de Extensão			2 pontos					0,8
1	Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos estados de SC e RS	Juliana Theodora				1	0,2	
2	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN): ações interdisciplinares e intersetoriais de extensão	Juliana Theodora				1	0,2	
3	Ações integradas de vigilância nutricional para crianças no distrito Ipoema Itabira/MG	Natalia Tenuta				1	0,2	
4	Segurança Alimentar e Nutricional e Mudanças Climáticas	Ana Mattos				1	0,2	
Coordenação (0,4 ponto por projeto) e/ou participação (0,2 ponto por projeto) em Projeto de Pesquisa			2 pontos					2,4
1	Rede de Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (ReforSAN) na alimentação escolar e na atenção básica: ações intersetoriais e multidisciplinares	Juliana Theodora				1	0,2	
2	Avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Juliana Theodora				1	0,2	
3	AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPLANTAÇÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS PÚBLICOS DE MINAS GERAIS	Natalia Tenuta				1	0,2	
4	PERFIL NUTRICIONAL DOS ALIMENTOS DOADOS POR BANCOS DE ALIMENTOS PÚBLICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	Natalia Tenuta		1	0,4			
5	AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS	Natalia Tenuta		1	0,4			
6	Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil	Natalia Tenuta				1	0,2	
7	A sustentabilidade dos sistemas alimentares no território brasileiro - Análise dos indicadores de sustentabilidade do sistema alimentar local	Ana Luiza				1	0,2	
8	O reconhecimento do usuário em situação de rua no âmbito da (in)Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano a Alimentação Adequada: Potencialidades de novos contextos vivenciais na clínica comum	Ana Mattos				1	0,2	
9	Mas, se a gente é o que come: Quem não come nada some!	Ana Mattos				1	0,2	
10	Construções sociais, cidadania e população em situação de rua na cidade de Porto Alegre/RS	Ana Mattos				1	0,2	
Coordenação de equipes de trabalho (1 ponto por coordenação)			3 pontos					6
1	Diretora Executiva da Notriá Consultoria Ltda	Natalia Tenuta		1	1			
2	Diretora de Pesquisa e Inovação da Notriá Consultoria Ltda	Juliana Theodora		1	1			
3	Coordenação II – Assessoria da Segurança Alimentar e Nutricional / Joinville/SC	Juliana Theodora		1	1			
4	Coordenadora Técnica da Notriá Consultoria Ltda	Ana Carolina Mattos		1	1			
5	Coordenadora-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Natalia Tenuta		1	1			
6	Diretora de Projetos da Cooperação da Juventude Amazônida pelo Desenvolvimento Sustentável	Isabela Nascimento		1	1			
	SUBTOTAL (limitado à pontuação máxima permitida)		7					5,8

	Nome da empresa: Notriá Consultoria LTDA										
	Planejamento, coleta, sistematização e produção científica de dados de projetos de pesquisa e extensão										
Número do Doc	Item	Membro Notriá	Pontuação Máxima	Artigos, Resumos e Apresentações		TOTAL					
				Número	Pontuação						
Artigo científico publicado em periódico (0,5 ponto por artigo)			3 pontos			6					
1	Popular Restaurants as strategies to fight hunger and to promote Food and Nutrition Security: an integrative review of scientific publications in the period 2011-2021	Juliana Theodora		1	0,5						
2	"Hunger and rage (and the virus) are human things": reflections on solidarity in times of Covid-19	Juliana Theodora		1	0,5						
3	Restaurantes populares brasileiros: avaliação no âmbito da segurança alimentar e nutricional	Juliana Theodora		1	0,5						
4	Restaurantes Populares enquanto promotores da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada: proposição de um modelo avaliativo	Juliana Theodora		1	0,5						
5	Mercado de trabalho do nutricionista: 80 anos de história	Juliana Theodora		1	0,5						
6	Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional: potencialidades e limites	Juliana Theodora		1	0,5						
7	Atuação dos Restaurantes Populares na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de Covid-19: uma revisão integrativa	Juliana Theodora		1	0,5						
8	Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives	Natalia Tenuta		1	0,5						
9	Avaliação dos bancos de alimentos: uma revisão integrativa da literatura nacional	Natalia Tenuta		1	0,5						
10	A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos	Natalia Tenuta		1	0,5						
11	A LÓGICA DA INTERVENÇÃO E OS INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS	Natalia Tenuta		1	0,5						
12	Perfil nutricional dos alimentos doados por bancos de alimentos públicos da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil	Natalia Tenuta		1	0,5						
Resumo simples ou expandido (0,2 ponto por resumo)			2 pontos			1,6					
1	REDE NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS: UMA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DE DESEMPENHO E CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, REDUÇÃO DE PERDAS E DESPERDÍCIOS DE ALIMENTOS E EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	Natalia Tenuta		1	0,2						
2	ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DE UM BANCO DE ALIMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS	Natalia Tenuta		1	0,2						
3	AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS BANCOS DE ALIMENTOS DE MINAS GERAIS, BRASIL	Natalia Tenuta		1	0,2						
4	O combate ao desperdício de alimentos nos Bancos de Alimentos de Minas Gerais	Natalia Tenuta		1	0,2						
5	PERFIL NUTRICIONAL SEGUNDO GRAU DE PROCESSAMENTO DOS ALIMENTOS DOADOS POR BANCOS DE ALIMENTOS	Natalia Tenuta		1	0,2						
6	A segurança alimentar e nutricional em pauta: participação popular e controle social a partir de uma conferência municipal	Ana Mattos		1	0,2						
7	A interação socio-estatal e a participação institucionalizada: O caso da expansão participativa na Segurança Alimentar e Nutricional	Ana Mattos		1	0,2						
8	Trajetórias das Políticas Públicas de superação da fome	Ana Mattos		1	0,2						
Apresentação de trabalho em eventos, no formato oral ou pôster (0,2 ponto por trabalho)											

1	Os Restaurantes Populares e a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional nas capitais do Brasil: Estudo de Avaliação	Juliana Theodora, Natalia Tenuta	2 pontos	1	0,2	3,8
2	Programa Cozinhas Solidária: Características e Panorama Atual	Juliana Theodora, Natalia Tenuta, Ana Luiza Barros		1	0,2	
3	Restaurantes populares enquanto promotores do direito humano à alimentação adequada: como avaliá-los?	Juliana Theodora		1	0,2	
4	Participação social na construção de ações de segurança alimentar e nutricional: uma revisão de literatura	Juliana Theodora		1	0,2	
5	REDE NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS: Uma avaliação dos resultados de desempenho e contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional, Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos e Educação Alimentar e Nutricional no Brasil	Natalia Tenuta		1	0,2	
6	METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EM UMA REDE NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS: CONTRIBUIÇÕES À GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Natalia Tenuta		1	0,2	
7	Cozinhas solidárias enquanto espaços de cooperação social: De iniciativas informais de proteção social à política pública	Natalia Tenuta		1	0,2	
8	Adequação da estrutura física de um banco de alimentos da região metropolitana de Belo Horizonte/MG	Natalia Tenuta		1	0,2	
9	"DESENVOLVIMENTO DO ÍNDICE MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS ALIMENTARES BRASILEIROS (IMUSSA)",	Ana Luiza Barros		1	0,2	
10	Análise de Indicadores de Sustentabilidade para Sistemas Alimentares Locais	Ana Luiza Barros		1	0,2	
11	Programa Cozinha Solidária: Antecedentes e regulamentação como Política Pública	Ana Mattos e Natália		1	0,2	
12	A dimensão da cidadania no âmbito das Políticas Públicas de superação da fome	Ana Mattos		1	0,2	
13	O Direito a alimentação e a fome pelos olhos da rua	Ana Mattos		1	0,2	
14	A negação do Direito a Alimentação: Fatos sobre a vida na rua	Ana Mattos		1	0,2	
15	QUANDO A SOCIEDADE CIVIL VIRA SOCIEDADE POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL A PARTIR DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR	Ana Mattos		1	0,2	
16	A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS COMO EXPRESSÃO DE CONTROLE SOCIAL E CIDADANIA	Ana Mattos		1	0,2	
17	Trajetórias das Políticas Públicas de Superação da fome: Direito ou Auxílio	Ana Mattos		1	0,2	
18	A interação socio-estatal e a participação institucionalizada: O caso da expansão participativa na segurança alimentar para épocas recente de crise	Ana Mattos		1	0,2	
19	O fenômeno Social de Indivíduos em Situação de Rua e o Direito Humano à Alimentação Adequada	Ana Mattos		1	0,2	
SUBTOTAL (limitado à pontuação máxima permitida)			7			6,6

	Nome da empresa: Notriá Consultoria LTDA					
	Produção de materiais técnicos, conteúdos midiáticos e recursos audiovisuais, com enfoque em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e/ou juventudes					
Número do Doc	Item	Membro Notriá	Pontuação Máxima	Materiais produzidos		TOTAL
				Número	Pontuação	
Materiais técnicos, como relatórios, notas, pareceres e similares (1,0 ponto por material)			5 pontos			8
1	Livro: Ações Intersectoriais na prevenção e controle do sobrepeso e obesidade	Juliana Theodora		1	1	
2	Relatório do I Encontro Nacional do Programa Cozinha Solidária: Uma Política Pública em Construção	Juliana Theodora, Natalia Tenuta, Ana Luiza Barros		1	1	
3	Capítulo de Livro: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA A PROMOÇÃO E A PROTEÇÃO DA SAÚDE COLETIVA	Natalia Tenuta		1	1	
4	Relatório Final - Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos	Natalia Tenuta		1	1	
5	Relatório Preliminar - Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos (2019)	Natalia Tenuta		1	1	
6	Relatório Preliminar - Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos (2020)	Natalia Tenuta		1	1	
7	Relatório Técnico Científico - Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos	Natalia Tenuta		1	1	
8	O Guia de Interseccionalidades na Agenda 2030: para educação transformadora. 2021. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Guia)	Isabela Nascimento		1	1	
Conteúdos midiáticos para sites, blogs e vlogs, redes sociais e similares (0,5 ponto por conteúdo produzido)			3 pontos			4
1	Editorial Temático - Ambientes alimentares: Como interferem nas práticas de aquisição e consumo alimentar? (Site MDS)	Natalia Tenuta		1	1	
2	Editorial Temático - Comida: Um patrimônio local e cultural (Site MDS)	Natalia Tenuta		1	1	
3	Editorial Temático - Educação Alimentar e Nutricional e o viver saudável individual e coletivo (Site MDS)	Natalia Tenuta		1	1	
4	Editorial Temático - Produtos orgânicos e de base agroecológica: onde encontrar? (Site MDS)	Natalia Tenuta		1	1	
Recursos audiovisuais, como: vídeos, animações, infográficos, podcasts e outros (1,0 ponto por recurso)			3 pontos			3
1	Conteúdo audiovisual jornalístico (TV aberta) – participação como fonte técnica: Matéria: Florianópolis é uma das duas capitais do país que não tem Restaurante Popular, 2021	Juliana Theodora		1	1	
2	Folder - Quer ser um parceiro doador para os bancos de alimentos? (Rede Brasileira de Bancos de Alimentos)	Natalia Tenuta		1	1	
3	Mapa Operacional: Banco de Alimentos e Colhira Urbana/Rural	Natalia Tenuta		1	1	
	SUBTOTAL (limitado à pontuação máxima permitida)		11			11

	Nome da empresa: Notriá Consultoria LTDA					
	Organização de eventos e realização de oficinas presenciais e online					
Número do Doc	Item	Membro Notriá	Pontuação Máxima	Materiais produzidos		TOTAL
				Número	Pontuação	
Organização de eventos técnicos, como: oficinas, dia de campo, exposição, demonstração, visitas e/ou reuniões técnicas registradas (1,0 ponto por evento)						
1	Encontro Estadual – Quinta Conferência +2 de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina	Juliana Theodora	5 pontos	1	1	5
2	Oficina de Compartilhamento de Saberes e Experiências em Segurança Alimentar e Nutricional – Região Oeste de Santa Catarina (CAPINZAL)	Juliana Theodora		1	1	
3	Oficina de Compartilhamento de Saberes e Experiências em Segurança Alimentar e Nutricional – Região Oeste de Santa Catarina (XANXERÊ)	Juliana Theodora		1	1	
4	Oficina de Compartilhamento de Saberes e Experiências em Segurança Alimentar e Nutricional – Região Serrana de Santa Catarina	Juliana Theodora		1	1	
5	Oficina de Compartilhamento de Saberes e Experiências em Segurança Alimentar e Nutricional – São Bento do Sul, Santa Catarina	Juliana Theodora		1	1	
Moderação ou facilitação de cursos/eventos e/ou mediação de grupos de trabalho ou reuniões (0,2 ponto por evento)						
1	Oficina de Fortalecimento do SISAN – Região Oeste de Santa Catarina	Juliana Theodora	2 pontos	1	0,2	2
2	Oficina de Fortalecimento do SISAN – Região Meio-Oeste de Santa Catarina	Juliana Theodora		1	0,2	
3	Oficina de Fortalecimento do SISAN – Região Serrana de Santa Catarina	Juliana Theodora		1	0,2	
4	Oficina de Fortalecimento do SISAN – Região Norte de Santa Catarina	Juliana Theodora		1	0,2	
5	Alimentos industrializados: Avanço ou retrocesso	Natalia Tenuta		1	0,2	
6	Facilitação e Relatoria da 5a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Natalia Tenuta		1	0,2	
7	Workshop Prodal CeasaMinas (2025)	Natalia Tenuta		1	0,2	
8	Workshop Prodal CeasaMinas (2026)	Natalia Tenuta		1	0,2	
9	Workshop Mais Nutrição (Ceasa Ceará) (2025)	Ana Carolina Mattos		1	0,2	
10	Reuniões Técnicas para gerenciamento de equipes, acompanhamento das atividades e monitoramento das ações desenvolvidas no Projeto Ceasas (Instituto Pacto Contra a Fome)	Natalia Tenuta, Juliana Theodora, Ana Carolina Mattos		1	0,2	
Palestras, cursos e minicursos ministrados de forma presencial ou à distância (0,2 ponto por evento)						
1	Semana Acadêmica do Curso de Nutrição 2023 (UNISINOS)	Natalia Tenuta	3 pontos	1	0,2	1,8
2	8° Webinar FSP/USP: Insegurança alimentar e nutricional em tempos de COVID-19: desafios e estratégias emergentes (USP)	Natalia Tenuta		1	0,2	
3	Banco de alimentos Uma estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos e de garantia da segurança alimentar e nutricional? (PPGN - UFRJ - 2020)	Natalia Tenuta		1	0,2	
4	Banco de alimentos: Uma estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos e de garantia da segurança alimentar e nutricional (Estágio UFRJ - 2020)	Natalia Tenuta		1	0,2	
5	Formação Presencial no Encontro Estadual do SISAN Ceará	Ana Carolina Mattos		1	0,2	
6	Curso Sistemas Alimentares Presencial (Fundação Cargill)	Natalia Tenuta		1	0,2	
7	Curso Bancos de Alimentos (À distância) (Fundação Cargill)	Natalia Tenuta		1	0,2	
8	Curso Sistemas Alimentares (À distância) (Fundação Cargill)	Ana Carolina Mattos		1	0,2	
9	A fome voltou: o que fazer nos municípios	Juliana Theodora		1	0,2	
	SUBTOTAL		10			8,8

Comprovação da Pontuação Portfólio

Nome da empresa: Notriá Consultoria
LTDA

Gestão de projetos de extensão e/ou
pesquisa

Coordenação de equipes de trabalho
(1 ponto por coordenação)

consultorianotria.com.br

Trabalho

NOTRIÀ

Sobre Nós

Soluções

Diferenciais

Notrimaps

Forms Notriá

Colaboradores

Contato

Fale Conosco

Nossa Equipe



Natalia Tenuta

Diretora Executiva

Nutricionista e Doutora em Saúde Coletiva



Juliana Theodora

Diretora de Pesquisa e Inovação

Nutricionista e Doutora em Nutrição



Milena Martins

Consultora Sênior em Segurança Alimentar e Nutricional

Nutricionista, Mestra e Doutoranda em Nutrição

consultorianotria.com.br

Trabalho

NOTRIÁ

Sobre Nós

Soluções

Diferenciais

Notrimaps

Forms Notriá

Colaboradores

Contato

Fale Conosco

Nossa Equipe



Natalia Tenuta

Diretora Executiva

Nutricionista e Doutora em Saúde Coletiva



Juliana Theodora

Diretora de Pesquisa e Inovação

Nutricionista e Doutora em Nutrição



Milena Martins

Consultora Sênior em Segurança Alimentar e Nutricional

Nutricionista, Mestra e Doutoranda em Nutrição



OFÍCIO SEI Nº 8520354/2021 - SEGOV.NAD

Joinville, 04 de março de 2021.

Assunto: Cessão de Servidor Público.

Exmo Sr Prefeito,

Dirigimo-nos à Vossa Excelência, com base no art. 37, da Lei Complementar nº 266, de 05 de abril de 2008, para solicitar a cessão da servidora Juliana Theodora Cunha de Oliveira, CPF nº 081.373.976-47, data de nascimento 06/05/1988, residente à rua Ana Ferreira de Oliveira 174 – Salinas - Balneário Barra do Sul – Santa Catarina.

A servidora é funcionária da Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Nutricionista.

A servidora foi aprovada em processo seletivo para o cargo de “Coordenação II – Assessoria da Segurança Alimentar e Nutricional” na Prefeitura Municipal de Joinville, o qual passará a exercer a partir da liberação por parte desta Prefeitura.

A cessão será com ônus para a Prefeitura Municipal de Joinville.

Atenciosamente,

Adriano Bornschein Silva,
Prefeito.

Excelentíssimo Senhor
ANTÔNIO RODRIGUES
Prefeito de Balneário Barra do Sul
Rua Joaquim João Luiz 216 – Centro – Balneário Barra do Sul - CEP 89247-000



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Bornschein Silva, Prefeito**, em 04/03/2021, às 18:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **8520354** e o código CRC **3DE4F3CE**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguau - CEP 89221-005 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

21.0.044631-7

8520354v6

DECLARAÇÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

A Notriá Consultoria em Segurança Alimentar e Nutricional Ltda., inscrita no CNPJ nº 55.597.158/0001-82, declara, para os devidos fins, que a profissional **Ana Carolina Einsfeld Mattos** integra sua equipe técnica, exercendo a função de **Coordenadora Técnica**, com dedicação de **40 (quarenta) horas semanais**.

No âmbito de sua atuação na Notriá, a profissional é responsável pela **coordenação técnica de projetos e ações na área de Segurança Alimentar e Nutricional**, incluindo o planejamento, a supervisão metodológica, a gestão e articulação de equipe técnica multidisciplinar, o acompanhamento da execução das atividades e a garantia da qualidade técnica dos produtos e entregas.

Destaca-se que sua atuação é contínua, estratégica e essencial à execução qualificada dos projetos desenvolvidos pela empresa, configurando-se como referência na coordenação técnica das iniciativas conduzidas pela Notriá.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

Diamantina, 23 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANA THEODORA CUNHA DE OLIVEIRA
Data: 23/03/2026 15:48:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Notriá Consultoria em Segurança Alimentar e Nutricional Ltda.

CNPJ nº 55.597.158/0001-82

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE PESSOAL MDA Nº 226, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2019, e tendo em vista as disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, do Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023, e o que consta no Processo SEI nº 55000.005294/2023-52 , resolve:

Nomear ADALGISA MARIA CHAIB FERREIRA, para exercer o Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, código CCE 1.07, da Divisão de Pesquisa e Inovação, da Coordenação de Pesquisa e Inovação, da Coordenação-Geral de Pesquisa, Inovação e Patrimônio Genético, do Departamento de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica, da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia.

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

PORTARIA DE PESSOAL MDA Nº 227, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso da competência prevista no art. 38, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando as disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, do Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023, e o que consta no Processo SEI nº 55000.005366/2023-61, resolve:

Designar CRISTIANA OLIVEIRA SILVA DE ALMEIDA, matrícula SIAPE nº 1586678, para exercer o encargo de substituta eventual do cargo de Coordenador-Geral, código FCE 1.13, da Coordenação-Geral de Educação do Campo e Ação Cultural, do Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental, da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental, nos seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

PORTARIA DE PESSOAL MDA Nº 228, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2019, e tendo em vista as disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, do Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023, e o que consta no Processo SEI nº 55000.005289/2023-40, resolve:

Nomear ALENCAR KOS DUARTE BRAGA, para exercer o Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, código CCE 1.07, da Divisão de Acesso à Terra, da Coordenação de Acesso à Terra, da Coordenação-Geral de Acesso à Terra, do Departamento de Governança Fundiária, da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental.

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

PORTARIA DE PESSOAL MDA Nº 229, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, publicado no DOU de 15 de maio de 2019, e tendo em vista as disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, do Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023, e o que consta no Processo SEI nº 55000.000543/2023-13, resolve:

Designar SILVANA LIMA MARTINS, matrícula SIAPE nº 1366115, para exercer a Função Comissionada Executiva de Coordenador, código FCE 1.10, da Coordenação de Populações Atingidas por Barragens e Mineração, da Coordenação-Geral de População Atingidas por Barragens, Mineração e Mudanças Climáticas, do Departamento de Governança Fundiária, da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental.

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA DE PESSOAL Nº 25, DE 1º DE MARÇO DE 2023

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 15 seguinte, e, ainda, pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, e demais informações que constam do processo nº 54000.010761/2023-01, resolve:

Art. 1º Disponibilizar a requisição da servidora SUELLEN CRISTINA TEIXEIRA CARDOSO, matrícula SIAPE nº 1549658, pertencente ao Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, para exercício na Central de Compras, da Secretaria de Gestão e Inovação, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Art. 2º O ônus pela remuneração ou salário de origem da servidora é do órgão requisitado.

Art. 3º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria, caso a servidora não se apresente ao órgão requisitante no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI

PORTARIA DE PESSOAL Nº 94, DE 23 DE MARÇO DE 2023

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 17, do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e demais informações que constam do processo nº 54000.023028/2023-49, resolve:

Art. 1º Efetivar a Cessão da servidora ANA MARTA DUMONT, matrícula SIAPE nº 6718352, ocupante do cargo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, lotada no Serviço de Gestão de Documentos, da Coordenação-Geral de Administração e Serviços Gerais-DOA, da Diretoria de Gestão Operacional-DOH, desta Autarquia, para percepção da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, Nível Superior, na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria Executiva, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS.

Art. 2º O ônus pela remuneração mensal de origem do servidor é do órgão cedente.

Art. 3º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação da servidora ao seu órgão de origem ao término da cessão.

Art. 4º Cumpre à entidade cessionária comunicar a frequência da servidora, mensalmente, ao órgão cedente.

Art. 5º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o servidor não se apresente ao órgão cessionário no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI

PORTARIA DE PESSOAL Nº 121, DE 29 DE MARÇO DE 2023

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria/MAPA/nº 509, de 08 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 seguinte, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 54000.029187/2023-57, resolve:

Art. 1º Nomear, ICARO TORRES DE CARVALHO, CPF nº ***.153.053-**, para exercer o Cargo Comissionado Executivo, de Superintendente Regional, Código CCE-1.13, da Superintendência Regional do Piauí - SR(PI), do Quadro de Pessoal deste Instituto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MDS Nº 115, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de janeiro de 2023, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 455, de 22 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2020, e considerando o contido no Processo nº 71000.010899/2023-11, resolve:

Nomear NATÁLIA TENUTA KUCHENBECKER DO AMARAL para exercer o Cargo Comissionado Executivo de Coordenador-Geral, código CCE 1.13, da Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos, do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, deste Ministério.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

PORTARIA MDS Nº 116, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de janeiro de 2023, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 455, de 22 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2020, e considerando o contido no Processo nº 71000.015618/2023-17, resolve:

Nomear DÉBORAH AKERMAN para exercer o Cargo Comissionado Executivo de Coordenador-Geral, código CCE 1.13, da Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Proteção Social Básica às Famílias, do Departamento de Proteção Social Básica, da Secretaria Nacional de Assistência Social, deste Ministério.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

PORTARIA MDS Nº 117, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de janeiro de 2023, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 455, de 22 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2020, e considerando o contido no Processo nº 71000.020916/2023-29, resolve:

Exonerar, a pedido, o servidor DANYEL IÓRIO DE LIMA do Cargo Comissionado Executivo de Coordenador-Geral, código CCE 1.13, Coordenação-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais, do Departamento de Proteção Social Especial, da Secretaria Nacional de Assistência Social, deste Ministério, a contar de 21 de março de 2023.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

PORTARIA MDS Nº 118, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de janeiro de 2023, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 455, de 22 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2020, e considerando o contido no Processo nº 71000.020381/2023-96, resolve:

Nomear AMURANY KERLE BORGES PASCOA PEREIRA para exercer o Cargo Comissionado Executivo de Coordenador-Geral, código CCE 1.13, da Coordenação-Geral de Ações Federativas e Participação Social, da Secretaria Nacional de Assistência Social, deste Ministério.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/MDS Nº 278, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de janeiro de 2023, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, Inciso I da Portaria/MC nº 767, de 5 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União, de 9 de maio de 2022, e considerando o contido no Processo nº 71000.017533/2023-73, resolve:

Nomear JOÃO BATISTA DE CARVALHO NETO, para exercer o Cargo Comissionado Executivo de Coordenador, código CCE 1.10, da Coordenação de Formação, da Coordenação-Geral de Capacitação, do Departamento de Gestão Contratual e Financeira, da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, deste Ministério.

OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR

PORTARIA SE/MDS Nº 279, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de janeiro de 2023, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, Inciso I da Portaria/MC nº 767, de 5 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União, de 9 de maio de 2022, e considerando o contido no Processo nº 71000.013507/2023-76, resolve:

Designar o servidor ROBSON ALEXANDRE DE FRANÇA NASCIMENTO, para exercer a Função Comissionada Executiva de Coordenador, código FCE 1.10, da Coordenação de Gestão e Acompanhamento de Contratos, da Coordenação-Geral de Gestão e Acompanhamento de Contratos, do Departamento de Operação, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, deste Ministério, ficando dispensado da função comissionada que atualmente ocupa.

OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR





Quem somos

Noticias

O que Fazemos

COP30

Contato



DIRETORIA



Diretora de Projetos

Isabela Nascimento Ewerton

Professora de Geografia, gestora de políticas públicas e de projetos educacionais e socioambientais. tem mais de 10 anos de atuação entre política pública, participação social, gênero, educação e socioambiental. Com experiência no nível federal, estadual e municipal, além de atuação no terceiro setor.



COORDENADORIAS

❤️ DOE AGORA

Coordenação (0,4 ponto por projeto) e/ou participação (0,2 ponto por projeto) em Projeto de Extensão



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

SIGPEX

Projeto de Extensão

FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS ESTADOS DE SC E RS

Tipo: Extensão
Ação de

Forma de Extensão: Projeto de Extensão

Número:	Data de	04/04/2017
Situação:	Encerrado (18/04/2018 - Ad-referendum)	
201702075		

Dados Gerais

Resumo:

No ano de 2013 a Universidade Federal de Santa Catarina foi selecionada para execução do edital de chamamento público para a seleção de instituição pública de ensino superior estadual e/ou federal, para realização de projetos voltados ao fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados, distrito federal e municípios.

Este projeto objetiva fortalecer o processo de implantação do SISAN nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a partir do apoio aos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) e às Câmaras Governamentais de Gestão Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) com a realização de assessorias para elaboração de políticas públicas e ações de capacitação, mobilização e comunicação na perspectiva da realização do direito humano à alimentação adequada.

Para atender a este objetivo, foram elencados 7 (sete) objetivos específicos, que se traduzem em diversos produtos que buscam atingir 9 (nove) metas.

Palavras Chave:

Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano a Alimentação Adequada; Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional;

Período:

06/03/2017 até 31/08/2018

Público Alvo:

Representantes do governo e da sociedade civil executores da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Estados de SC e RS e seus respectivos municípios

Projeto/Programa tem sigilo ou confidencialidade?

Não



Idade do Documento: <https://autenticidade.ufsc.br> Código: SIGPEX-2024-7688-8113-8985 Página 1 de 18

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO
SIGPEX

Projeto de Extensão

FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ...

Número: 201702075

Situação: Encerrado (18/04/2018 - Ad-referendum)

Participantes								
Nome / CPF / Email	Função	Período de Participação	Depto/Curso	Tipo	Valor Mensal (Bolsa, RPA, CLT)	Carga Hora.	Paad	Situação
040.887.169-57 Cristine Garcia Gabriel cristine.gabriel@ufsc.br	Professor (Coordenador) Coordenador	01/08/2018 à 31/08/2018	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	Bolsa deExtensão -Professor/ TAE	Mensal: R\$ 2.000,00 Total: R\$ 2.000,00	20182: 6.00h	Sim	
040.887.169-57 Cristine Garcia Gabriel cristine.gabriel@ufsc.br	Professor (Coordenador) Coordenador	06/03/2017 à 30/09/2017	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	Bolsa deExtensão -Professor/ TAE	Mensal: R\$ 1.500,00 Total: R\$ 10.500,00	20171: 6.00h / 20172: 6.00h	Sim	Aprovado
276.926.550-49 Maria Cristina Marcon cristina.marcon@ufsc.br	Professor (Coordenador) Coordenador	01/10/2017 à 31/07/2018	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	Bolsa deExtensão -Professor/ TAE	Mensal: R\$ 4.200,00 Total: R\$ 42.000,00	20181: 5.00h / 20182: 5.00h / 20172: 5.00h	Sim	Aprovado
821.607.599-53 Claudia Soar claudia.soar@ufsc.br	Professor	01/08/2017 à 31/08/2017	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	Bolsa deExtensão -Professor/ TAE	Mensal: R\$ 3.000,00 Total: R\$ 3.000,00	20172: 6.00h	Sim	Aprovado

821.607.599-53 Claudia Soar claudia.soar@ufsc.br	Professor	01/10/2017 à 31/08/2018	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	Bolsa de Extensão - Professor / TAE	Mensal: R\$ 2.000,00 Total: R\$ 22.000,00	20172: 6.00h / 20181: 6.00h / 20182: 6.00h	Sim	Aprovado
040.887.169-57 Cristine Garcia Gabriel cristine.gabriel@ufs.br	Professor	01/10/2017 à 31/01/2018	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	Bolsa de Extensão - Professor / TAE	Mensal: R\$ 3.500,00 Total: R\$ 14.000,00	20172: 6.00h / 20181: 6.00h	Sim	Aprovado
002.182.830-08 Debora Kurrle Rieger Venske deboravenske@gmail.com	Professor	06/03/2017 à 30/04/2018	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20171: 1.00h, 20172: 1.00h, 20181: 1.00h	Sim	Aprovado
561.308.569-20 Josimari Telino de Lacerda jtelino@gmail.com	Professor	06/03/2017 à 31/08/2018	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20171: 1.00h, 20172: 1.00h, 20182: 1.00h, 20181: 1.00h	Sim	Aprovado
276.926.550-49 Maria Cristina Marcon cristina.marcon@ufsc.br	Professor	06/03/2017 à 30/09/2017	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	Bolsa de Extensão - Professor / TAE	Mensal: R\$ 4.200,00 Total: R\$ 29.400,00	20171: 5.00h / 20172: 5.00h	Sim	Aprovado
010.693.109-13 Amanda de Araújo Fiqueredo Guedes amandafguedes@gmail.com	Aluno Graduação	06/03/2017 à 31/08/2018	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20172: 8.00h / 20181: 8.00h / 20171: 8.00h / 20182: 8.00h		
079.660.829-62 Barbara Leone Silva ba.leonesilva@gmail.com	Aluno Graduação	06/03/2017 à 31/12/2017	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 600,00 Total: R\$ 0,00	20171: 20.00h / 20172: 20.00h		
012.217.309-08 Fiel Duarte Gomes fielgomes20@gmail.com	Aluno Graduação	06/03/2017 à 31/08/2018	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 600,00 Total: R\$ 0,00	20182: 20.00h / 20171: 20.00h / 20172: 20.00h /		

Verificar Autenticidade do Documento: <https://autenticidade.ufsc.br> Código: SIGPEX-2024-7688-8113-8985

Página 2 de 18

Nome / CPF / Email	Função	Período de Participação	Depto/Curso	Tipo	Valor Mensal (Bolsa, RPA, CLT)	Carga Hora.	Paad	Situação
com	Programa de Pós					20181: 20.00h		
081.373.976-47 Juliana Theodora Cunha de Oliveira juliana.theodora@yahoo.com.br	Aluno Pós	06/03/2017 à 31/01/2018	Graduação em Nutrição - ME	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20171: 8.00h / 20172: 8.00h / 20181: 8.00h		
081.373.976-47 Juliana Theodora Cunha de Oliveira juliana.theodora@yahoo.com.br	Aluno Pós	01/02/2018 à 31/08/2018	Residência Multiprofissional em Saúde da Família - RM	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 1.490,00 Total: R\$ 0,00	20182: 20.00h / 20181: 20.00h		
099.470.539-54 Laura Nazari nazarilaura8@gmail.com	Aluno Graduação	01/01/2018 à 31/08/2018	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 600,00 Total: R\$ 0,00	20181: 20.00h / 20182: 20.00h		

442.256.868-09 Lucas Rodrigues Menezes lucasmenezes@gmail.com	Aluno Graduação	06/03/2017 à 30/04/2017	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 600,00 Total: R\$ 0,00	20171: 20.00h		
086.268.519-28 Manoela Cleusa Costa nutrimanoela.ccosta@gmail.com	Aluno Graduação	06/03/2017 à 31/08/2018	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 600,00 Total: R\$ 0,00	20182: 20.00h / 20171: 20.00h / 20172: 20.00h / 20181: 20.00h		
095.101.229-04 Marinez Fregulia Réos marinezfr@gmail.com	Aluno Graduação	01/08/2017 à 31/08/2018	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 600,00 Total: R\$ 0,00	20182: 20.00h / 20172: 20.00h / 20181: 20.00h		
036.520.479-07 Mick Lennon Machado micklennon@yahoo.co.m.br	Aluno Pós	06/03/2017 à 31/07/2017	Programa de Pós Graduação em Nutrição - DO	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 5.400,00 Total: R\$ 0,00	20171: 40.00h / 20172: 40.00h		
036.520.479-07 Mick Lennon Machado micklennon@yahoo.co.m.br	Aluno Pós	01/08/2017 à 31/08/2018	Programa de Pós Graduação em Nutrição - DO	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 2.150,00 Total: R\$ 0,00	20172: 16.00h / 20181: 16.00h / 20182: 16.00h		
034.788.099-16 Patrícia Maria de Oliveira Machado patriciamomachado@gmail.com	Aluno Pós	06/03/2017 à 31/07/2017	Curso de Especialização em Residência Multiprof. em Saúde da Família - ES	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 5.200,00 Total: R\$ 0,00	20172: 40.00h / 20171: 40.00h		
034.788.099-16 Patrícia Maria de Oliveira Machado patriciamomachado@gmail.com	Aluno Pós	01/08/2017 à 30/09/2017	Curso de Especialização em Residência Multiprof. em Saúde da Família - ES	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 2.200,00 Total: R\$ 0,00	20172: 16.00h		
364.139.168-77 Rafael Cesar da Silva minarirafael@gmail.com	Aluno Graduação	01/05/2017 à 31/07/2017	CINEMA (currículo 20051)	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 1.200,00 Total: R\$ 0,00	20171: 20.00h / 20172: 20.00h		
120.905.089-73 Sarah Nichele sarah.nichele.sn@gmail.com	Aluno Graduação	01/03/2018 à 31/08/2018	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20181: 8.00h / 20182: 8.00h		
07966082962 Barbara Leone Silva ba.leonesilva@gmail.com	Assessora Técnica no Estado de SC (Externo)	01/01/2018 à 28/02/2018	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	Prestador de Serviço	Mensal: R\$ 1.785,46	20181: 20.00h		
07966082962 Barbara Leone Silva ba.leonesilva@gmail.com	Assessora Técnica no Estado de SC (Externo)	01/03/2018 à 31/08/2018	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	Prestador de Serviço	Mensal: R\$ 3.600,00	20181: 40.00h / 20182: 40.00h		
03505041050 Darlan Paulo Lorenzetti darlanlorenzetti@hotmail.com	Assessor Técnico no Estado do RS (Externo)	06/03/2017 à 31/08/2018	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	Prestador de Serviço	Mensal: R\$ 1.785,73	20171: 20.00h / 20172: 20.00h / 20181: 20.00h		
39322696087 Irio Luiz Conti irioconti@gmail.com	Sub coordenação Executiva	01/09/2017 à 31/03/2018	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	Prestador de Serviço	Mensal: R\$ 3.744,09	20172: 30.00h / 20181: 30.00h		

	(Externo)							
95250093000 Letícia Casarotto Troianletoian@gmail.com	Assistente Técnica no Estado do RS (Externo)	01/04/20 18 à 31/08/20 18	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	Presta dor de Serviç o	Mensal: R\$ 1.785,73	20181: 20.00h / 20182: 20.00h		
07275308959 Milena Corrêa Martins milenaacorreamartins@gmail.com	Assessora Técnica no Estado de SC (Externo)	06/03/20 17 à 31/08/20 18	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária	Presta dor de Serviç o	Mensal: R\$ 3.600,00	20171: 30.00h / 20172: 30.00h / 20181: 30.00h		
Nao_Informado-0 Neila Maria Viçosa Machado nmvmachado@gmail.com	Colaborado ra - Professora Aposentada	06/03/20 17 à 31/08/20 18	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional	Voluntá rio	Mensal: R\$ 0,00	20171: 20.00h / 20172: 20.00h / 20181: 20.00h		

Página 3 de 18

Checar Autenticidade do Documento: <https://autenticidade.ufsc.br> Código: SIGPEX-2024-7688-8113-8985

Nome / CPF / Email	Função	Período de Participação	Depto/Curso	Tipo	Valor Mensal (Bolsa, RPA, CLT)	Carga Hora.	Paad	Situação
.com	(Externo)							

Checar Autenticidade do Documento: <https://autenticidade.ufsc.br> Código: SIGPEX-2024-7688-8113-8985

Página 4 de 18

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

SIGPEX

Projeto de Extensão

FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ...

Número: 201702075

Situação: Encerrado (18/04/2018 - Ad-referendum)

Caracterização

Área Temática Principal:

Direitos Humanos e Justiça

Área Temática Secundária:

Saúde

Grande Área do conhecimento:

CIENCIAS DA SAUDE

Linha de Extensão:

Segurança alimentar e nutricional

Está vinculado a um programa?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

SIGPEX

Projeto de Extensão

Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN): ações interdisciplinares e intersetoriais de extensão

Tipo: Extensão
Ação de

Forma de Extensão: Projeto de Extensão

Número: Data de Situação: Encerrado (12/12/2023 -
201903430 Colegiado do Departamento)
25/03/2019

Dados Gerais

Resumo:

O presente projeto tem como objetivo geral "Fortalecer ações interdisciplinares e intersetoriais de extensão no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional". Como objetivos específicos: propiciar momentos de discussão qualificada acerca da temática; participar de espaços que visem fortalecer a SAN no âmbito do estado de Santa Catarina; colaborar com a construção e consolidação do Fórum Catarinense de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Para isso, serão realizadas reuniões periódicas com a equipe do projeto e parceiros (mensais); formação com a comunidade universitária e com integrantes de movimentos sociais (esta ação terá periodicidade bimestral e deverá envolver discentes e docentes da UFSC, bem como representantes de movimentos sociais); participação em reuniões/plenárias para fortalecer e empoderar os atores que atuam junto ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, SC), bem como assessoria na constituição, organização e implantação do Fórum Catarinense de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FCSSAN) e; atualização das redes sociais da TearSAN.

O grupo proponente desta proposta tem experiência na execução de projetos envolvendo a temática da SAN. Dentre os projetos já executados, ressalta-se aquele firmado entre a UFSC e o antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio do Termo de Execução Descentralizada 007/2014. Tal projeto, com abrangência nos estados de Santa Catarina e Rio Grande Do Sul, propiciou importantes avanços em relação ao fortalecimento do SISAN, reconhecidos publicamente pelos CONSEAs e CAISANs dos dois estados, assim como pela antiga Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Embora sem previsão de novos financiamentos para continuidade da parceira previamente firmada entre UFSC e governo federal, o grupo envolvido com a proposta entende que o presente projeto é de suma importância para o seguimento e amadurecimento de ações que objetivem a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Palavras Chave:

Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Participação Social;

Período:

25/03/2019 até 31/12/2023

Público Alvo:

Comunidade universitária (docentes e discentes) e integrantes de movimentos sociais

Projeto/Programa tem sigilo ou confidencialidade?

Não



Idade do Documento: <https://autenticidade.ufsc.br> Código: SIGPEX-2024-6084-2847-1066 Página 1 de 23

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

SIGPEX

Projeto de Extensão

Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN): ações interdisciplinares e intersetoriais de extensão

Tipo: Extensão
Ação de

Forma de Extensão: Projeto de Extensão

Número:	Data de Situação:	Encerrado (12/12/2023 - Colegiado do Departamento)
201903430		
25/03/2019		



Idade do Documento: <https://autenticidade.ufsc.br> Código: SIGPEX-2024-6084-2847-1066 Página 2 de 23

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

SIGPEX

Projeto de Extensão

Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Aliment ...

Número: 201903430

Situação: Encerrado (12/12/2023 - Colegiado do Departamento)

Participantes								
Nome / CPF / Email	Função	Período de Participação	Depto/Curso	Tipo	Valor Mensal (Bolsa, RPA, CLT)	Carga Hora.	Paad	Situação
040.887.169-57 Cristine Garcia Gabriel cristine.gabriel@ufsc.br	Professor (Coordenador) Coordenador	25/03/2019 à 31/12/2023	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 2.00h	Sim	Aprovado
809.747.670-34 Amanda Bagolin do Nascimento amandabagolin@hotmail.com	Professor	25/03/2019 à 31/10/2020	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 1.00h, 20192: 1.00h, 20201: 1.00h, 20202: 1.00h	Sim	Aprovado
821.607.599-53 Claudia Soar claudia.soar@ufsc.br	Professor	25/03/2019 à 28/12/2020	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h	Sim	Aprovado
821.607.599-53 Claudia Soar claudia.soar@ufsc.br	Professor	04/02/2022 à 31/12/2023	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h	Sim	Aprovado
001.353.340-12 Daniela Alba Nickel danielanspb@gmail.com	Professor	25/03/2019 à 09/11/2023	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 1.00h, 20192: 1.00h, 20201: 1.00h, 20202: 1.00h, 20211: 1.00h, 20212: 1.00h, 20221: 1.00h, 20222: 1.00h, 20231: 1.00h, 20232: 1.00h	Sim	Aprovado
002.182.830-08 Debora Kurrle Rieger Venske deboravenske@gmail.com	Professor	25/03/2019 à 31/12/2023	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 2.00h / 20192: 2.00h / 20201: 2.00h / 20202: 2.00h / 20211: 2.00h / 20212: 2.00h / 20221: 2.00h / 20222: 2.00h / 20231: 2.00h / 20232: 1.00h	Sim	Aprovado
561.308.569-20 Josimari Telino de Lacerda jtelino@gmail.com	Professor	25/03/2019 à 09/11/2023	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 2.00h / 20192: 2.00h / 20201: 2.00h / 20202: 2.00h / 20211: 2.00h / 20212: 2.00h / 20221: 2.00h / 20222: 2.00h / 20231: 2.00h / 20232: 2.00h	Sim	Aprovado

Nome / CPF / Email	Função	Período de Participação	Depto/Curso	Tipo	Valor Mensal (Bolsa, RPA, CLT)	Carga Hora.	Paad	Situação
--------------------	--------	----------------------------	-------------	------	-----------------------------------	-------------	------	----------

276.926.550-49 Maria Cristina Marcon cristina.marcon@ufsc.br	Professor	25/03/2019 à 31/12/2023	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h	Sim	Aprovado
034.788.099-16 Patrícia Maria de Oliveira Machado patriciamomachado@gmail.com	Professor	24/06/2021 à 09/11/2023	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS		Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h	Sim	Aprovado
481.537.738-36 Aline Chinenye Anyanwu aline.chinenye43@gmail.com	Aluno Graduação	01/03/2023 à 31/05/2023	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa de Extensão - PROB OLSA - Desativado	Total: R\$ 1.260,00 Mensal: R\$ 420,00	20231: 20.00h		
010.693.109-13 Amanda de Araújo Fiqueredo Guedes amandadfguedes@gmail.com	Aluno Graduação	25/03/2019 à 13/12/2019	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 2.00h / 20192: 2.00h		
079.660.829-62 Barbara Leone Silva ba.leonesilva@gmail.com	Aluno Pós	25/03/2019 à 01/10/2020	Programa de Pós Graduação em Nutrição - ME	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h		
123.195.029-39 Beatrice Orthmann beatriceorthmann@gmail.com	Aluno Graduação	01/08/2019 à 31/07/2020	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20192: 2.00h / 20201: 2.00h / 20202: 2.00h		
110.324.239-35 Beatriz Vitorino Madeirabeatrizvitma@gmail.com	Aluno Graduação	02/03/2020 à 31/12/2020	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20201: 2.00h / 20202: 2.00h		
080.461.419-92 Emanuelle dos Santos Xavier Dias manuxavier1@hotmail.com	Aluno Graduação	01/06/2023 à 31/12/2023	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa de Extensão - PROB OLSA - Desativado	Mensal: R\$ 420,00 Total: R\$ 2.940,00	20231: 20.00h / 20232: 20.00h		
053.604.182-22 Giovana Felício Lima giovanaflima@gmail.com	Aluno Graduação	01/08/2021 à 31/12/2023	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20212: 2.00h / 20221: 2.00h / 20222: 2.00h / 20231: 2.00h / 20232: 2.00h		
081.373.976-47 Juliana Theodora Cunha de Oliveira juliana.theodora@yahoo.com.br	Aluno Pós	25/03/2019 à 31/12/2023	Programa de Pós Graduação em Nutrição - DO	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h		
099.470.539-54 Laura Nazari nazarilaura8@gmail.com	Aluno Graduação	25/03/2019 à 13/12/2019	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 2.00h / 20192: 2.00h		

165.828.328-75 Liliana Paula Bricarello liliana.bricarello@ufsc.br	Aluno Pós	01/03/2020 à 31/12/2023	Programa de Pós Graduação em Nutrição - PD	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20201: 2.00h / 20202: 2.00h / 20211: 2.00h / 20212: 2.00h / 20221: 2.00h / 20222: 2.00h / 20231: 2.00h / 20232: 2.00h		
018.992.430-62 Luana de Brito luadbritoconsultoria@gmail.com	Aluno Graduação	25/03/2019 à 31/12/2023	CIÊNCIAS SOCIAIS (currículo 20071)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h /		

Verificar Autenticidade do Documento: <https://autenticidade.ufsc.br> Código: SIGPEX-2024-6084-2847-1066

Nome / CPF / Email	Função	Período de Participação	Depto/Curso	Tipo	Valor Mensal (Bolsa, RPA, CLT)	Carga Hora.	Paad	Situação
						20232: 4.00h		
101.709.689-95 Luiza Pigozzi luizabepgzz@gmail.com	Aluno Graduação	02/03/2020 à 31/12/2020	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (currículo 20091)	Bolsa de extensão	Mensal: R\$ 420,00 Total: R\$ 0,00	20201: 20.00h / 20202: 20.00h		
101.709.689-95 Luiza Pigozzi luizabepgzz@gmail.com	Aluno Graduação	01/01/2021 à 01/08/2022	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (currículo 20091)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20211: 2.00h / 20212: 2.00h / 20221: 2.00h / 20222: 2.00h		
049.536.489-43 Maria Eduarda Baretta da Rocha dudabaretta@icloud.com	Aluno Graduação	01/05/2022 à 31/12/2022	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa de Extensão - PROB OLSA - Desativado	Mensal: R\$ 420,00 Total: R\$ 3.360,00	20221: 20.00h / 20222: 20.00h		
064.185.949-08 Maria Eduarda Zytkeuwisz Camargo mariadudazc@gmail.com	Aluno Pós	01/09/2021 à 31/12/2023	Programa de Pós Graduação em Nutrição - ME	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20212: 2.00h / 20221: 2.00h / 20222: 2.00h / 20231: 2.00h / 20232: 2.00h		
036.520.479-07 Mick Lennon Machado micklennon@yahoo.com.br	Aluno Pós	25/03/2019 à 31/03/2020	Programa de Pós Graduação em Nutrição - DO	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h		
072.753.089-59 Milena Corrêa Martins milenaacorreasmartins@gmail.com	Aluno Pós	01/08/2019 à 14/09/2021	Programa de Pós Graduação em Nutrição - ME	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h		
072.753.089-59 Milena Corrêa Martins milenaacorreasmartins@gmail.com	Aluno Pós	01/11/2021 à 31/12/2023	Programa de Pós Graduação em Nutrição - DO	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h		
013.719.120-09 Murilo Lyra Pinto murilo.lp@posgrad.ufsc.br	Aluno Pós	16/11/2020 à 01/11/2022	Programa de Pós Graduação em Nutrição - ME	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00	20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h		

474.497.968-80 Yasmin Santana da Costa scyasmin@outlook.com	Aluno Graduação	01/03/2022 à 30/04/2022	NUTRIÇÃO (currículo 20091)	Bolsa deExtensão -PROB OLSA - Desativado	Total: R\$ 840,00 Mensal: R\$ 420,00	20221: 20.00h		
01069310913 Amanda de Araújo Fiqueredo Guedes amandafguedes@gmail.com	Colaboradora (Externo)	01/03/2020 à 31/12/2023	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00	20201: 2.00h / 20202: 2.00h / 20211: 2.00h / 20212: 2.00h / 20221: 2.00h / 20222: 2.00h / 20231: 2.00h / 20232: 2.00h		
84643277149 Andhressa Araújo Fagundes afagundes16@gmail.com	Colaboradora (Externo)	25/03/2019 à 31/12/2023	Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição, da Universidade Federal de Sergipe	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00	20191: 1.00h, 20192: 1.00h, 20201: 1.00h, 20202: 1.00h, 20211: 1.00h, 20212: 1.00h, 20221: 1.00h, 20222: 1.00h, 20231: 1.00h, 20232: 1.00h		
07966082962 Barbara Leone Silva ba.leonesilva@gmail.com	Colaboradora (Externo)	01/11/2020 à 31/12/2023	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00	20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h		
09947053954 Laura Nazari nazarilaura8@gmail.com	Colaboradora (Externo)	01/03/2020 à 31/12/2023	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00	20201: 1.00h, 20202: 1.00h, 20211: 1.00h, 20212: 1.00h, 20221: 1.00h, 20222: 1.00h, 20231: 1.00h, 20232: 1.00h		

Nome / CPF / Email	Função	Período de Participação	Depto/Curso	Tipo	Valor Mensal (Bolsa, RPA, CLT)	Carga Hora.	Paad	Situação
03652047907 Mick Lennon Machado micklennon482@gmail.com	Colaborador (Externo)	01/07/2020 à 31/12/2023	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00	20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h		
7275308959 Milena Corrêa Martins milenaacorreasmartins@gmail.com	Pesquisadora voluntária (Externo)	25/03/2019 à 31/07/2019	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00	20191: 4.00h / 20192: 4.00h		
Nao_Informado-0 Neila Maria Viçosa Machado nmvmachado@gmail.com	Colaboradora (Externo)	25/03/2019 à 31/12/2023	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (TearSAN)	Voluntário	Mensal: R\$ 0,00	20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h		

Centro Universitário de Belo Horizonte
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Uni-BH

REVISTA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO UNI-BH

Revista das Atividades de Extensão do Uni-BH	Belo Horizonte	Dezembro	2007	V.2, N.2
--	----------------	----------	------	----------

EXPEDIENTE**Uni-BH****Reitora**

Prof^a. Sueli Maria Baliza Dias

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Prof^a. Marisa da Silva Lemos

Pró-Reitora de Graduação

Prof^a. Raquel Parreira Reis Carvalho

Pró-Reitor Administrativo-Financeiro

Prof. Wellington José da Cunha

Coordenadora de Programas de Extensão

Prof^a. Miriam Cristina Pontello Barbosa Lima

Assessora de Programas de Extensão

Prof^a. Maria Aparecida de Assis Teodoro

Fundac-BH**Presidente**

Prof. Roberto Moreira Brant

Secretário-Geral

Prof. Kleber Garcia Campos

Diretor Executivo

Prof. Francisco José Fogaça

Diretora Administrativa

Prof^a. Maria José Reis Machado

Diretor Financeiro

Prof. Leonardo Carneiro Assumpção Vieira

Comissão Editorial

Prof^a. Miriam Cristina Pontello Barbosa Lima
(presidente)

Prof^a. Maria Aparecida de Assis Teodoro

Organização e Conferência de Dados

Centro de Extensão e Pesquisa (Cenep)

Revisão

Núcleo de Apoio e Revisão de Textos

Projeto Gráfico e Capa

Leonardo Bracarense Braga Resende

Diagramação

Adson da Silva Xavier

Fotografias

Acervo PGPE

Josemar Lucas de Oliveira

Leandro Couri

Rodrigo Neiva

Stock Xchange (www.sxc.hu)

Av. Prof. Mário Werneck, 1.685 – Estoril
CEP 30455-610 – Belo Horizonte/Minas Gerais
www.unibh.br

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Tel/fax: (31) 3377-1389

E-mail: extensao@unibh.br

Ficha Catalográfica
Bibliotecário: Marcílio Coelho Lisboa da Silva CRB 2145-6

Revista das atividades de extensão Uni-BH. -- v. 2, n. 2, out.
2006 -- . Belo Horizonte : Editora Fundac-BH / Uni-BH,
2007 --

v.

ISSN 1980-7287

Periodicidade anual

1. Extensão universitária – Atividades. 2. Centro Universitário de Belo Horizonte – Coordenadoria de Programas de Extensão. 3. Fundação Cultural de Belo Horizonte.

CDU 378

SUMÁRIO

PALAVRA DA REITORA	10
APRESENTAÇÃO	12
PROGRAMA UNICOMUNICAÇÃO	14
PROJETOS	15
• Agência de comunicação: assessoria e consultoria de marketing e propaganda a instituições sociais	15
• Comunicação pela cidadania: construindo possibilidades de desenvolvimento e participação social	16
• Jornal da Rua	17
• Jornal, leitura e escola	18
• Mobiliza Som: produtora experimental de áudio	19
• Publicações empresariais como instrumento de relações públicas	19
• Publicidade e comunidade: produção para radialismo comunitário	20
• Rádio escola ponto com	21
• Requalificação comercial da Rua Itapecerica: desenvolvimento de uma programação anual de eventos e plano de divulgação publicitária	21
• Um olhar sobre a Lagoinha: produto audiovisual do gênero documentário	22
• O uso da criação publicitária como ferramenta estratégica no desenvolvimento de ações de comunicação para o projeto “centro de qualificação profissional alimentar”	23
• Projeto para criação da revista eletrônica on-line do Departamento de Ciências da Comunicação	24
CURSOS	24
• Curso básico de edição digital	24
• Fotografia convencional	24
• Curso básico de operação de câmera	24
EVENTOS	24
• Palestra: Son Salvador (chargista do jornal Estado de Minas)	25
• A voz e a notícia	25
• Talentos editoriais	25
• Projeto Vitrine	25
• Seminário: Direito à informação	25
• Seminário: O jornalista brasileiro fora do Brasil	25
• Semana de Produção Editorial	25
• Semana de Produção Editorial	26

• Blitz ecológica Diversitas Comunicação	26
• Mídia digital e ética	26
• 25 anos de Jornal Impressão	26
• Entrevista coletiva	26
• III Embala Minas: feira internacional de embalagens	26
• Mostra de Design Gráfico	27
• Humor e ética no rádio	27
• Semana da Comunicação Digital	27
• Oficina Formatos de mídia impressa	27
• Oficina Photoshop básico	27
• Oficina Corel Draw básico	27
PROGRAMA UNICIÊNCIA E TECNOLOGIA	28
PROJETOS	29
• Adequação de pequenas e micro empresas de alimentos às boas práticas de fabricação	29
• Identificação do perfil sensorial do consumidor mineiro de cachaça de alambique	30
• Projeto Vitasopa: secagem solar de frutas e olerícolas visando à redução de desperdícios, combate à fome e geração de empregos (parte II)	31
• Introdução à informática para crianças e adolescentes (Módulo I - Básico de informática, Módulo II - Introdução à programação de computadores e Módulo III - Introdução à robótica)	32
• Sistema de Pesquisa e Extensão do Uni-BH (Sipex)	33
CURSOS	34
• Rede Wireless	34
• Matlab	34
• Matemática financeira com o uso da calculadora HP12 C	34
• Estatística aplicada	34
EVENTOS	35
• I Jornada Acadêmica de Gestão de Tecnologia da Informação	35
• Curso de Gestão de Tecnologia da Informação	35
• V Jornada Acadêmica de Ciência da Computação	35
• Mês do OpenSource Uni-BH	35
• Sun Tech Days 2006	35
• VI Jornada Acadêmica de Matemática	36
• I Jornada de Engenharia Elétrica e V Jornada de Telecomunicações	36
• Dia Nacional da Matemática	37
• IX Enem – Encontro Nacional de Educação Matemática	37
• Aula inaugural do curso superior tecnológico Processos Gerenciais	37
PROGRAMA UNICULTURA E ARTE	38

PROJETOS	39
• Sociedade Musical Santa Cecília: orquestra, banda e coral	39
• Orquestra Jovem de Ouro Preto	40
• Grupo de Dança Afro	40
• Coral Francisco Gomes da Rocha	41
• Coral Uni-BH	41
• Contadores de História	42
• Cia Móvel de Teatro	43
• Catalogação do acervo de manuscritos musicais da Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará	43
• Catalogação do acervo de manuscritos do Museu de Arte Sacra de Ouro Preto / Paróquia do Pilar	44
• Escola Livre de Música de Carmópolis	45
• Grupo de Percussão Uni-BH	45
• Grupo de Pesquisa e Projeções Folclóricas Guararás	46
EVENTOS	46
• Festival de Inverno	47
PROGRAMA UNIEDUCAÇÃO	48
PROJETOS	49
• Alfabetização tecnológica e as NTICs, com ênfase no uso do computador: uma proposta social através da inclusão digital	49
• Atividades interdisciplinares com clientes e acompanhantes da Clínica-Escola de Fisioterapia	50
• A modelagem matemática na ecologia: ferramenta para o estudo da educação ambiental	50
• Centro de Acompanhamento Matemático-Pedagógico Júnior (Camp Jr.)	51
• Cre-ser na paz	52
• Diplomacia começa é na escola	53
• Formação continuada: os projetos interdisciplinares e a (re)significação do trabalho na escola	53
• Língua afiada: centro de convivência com a língua e com a literatura para crianças e adolescentes órfãos	54
• Núcleo de Difusão de Metodologias de Ensino de Física	55
• Núcleo de Difusão de Metodologias de Ensino de Matemática	56
• Turismo em ônibus: olhares sobre a cidade de Belo Horizonte	56
• Ver e ler os conteúdos geográficos	57
CURSOS	58
• Centro de Idiomas	58
EVENTOS	58
• Redação empresarial moderna	58

• Lendo imagens, interpretando formas, contemplando obras	58
• IV Encontro de Estudo e Pesquisa em Letras	59
• Uninclusão	59
• II Encontro de Egressos do Curso de História	59
• Exibição do filme Zuzu Angel, em homenagem ao Dia da Mulher	59
• Sessão de exibição do filme Padre Pio (de Pietralcina)	59
• Pedagogia itinerante	59
• VI Semana de Relações Internacionais	60
• Ciclo de palestras: carreiras internacionais	60
• Visita ao bairro Jardim Canadá	60
• Palestra sobre os materiais de construção a seco: Flasan	60
• Palestra sobre pedra industrializada: marmol e quartz compac	60
• Equipamentos para corte e furo: G. Orguel e empresa Locbrás	61
• Técnicas de construção em pré-moldados de concretos: empresa Precon	61
• Arquitetura em aço: empresa Usiminas	61
• Atribuições profissionais do arquiteto: Crea-MG	61
• III Semana de Contabilidade	61
• V Semana de RH	61
• V Semana de Gestão de PME	61
PROGRAMA UNIESPORTE E LAZER	62
PROJETOS	63
• Atividade física adaptada	63
• Basquete	64
• Capoeira e artes marciais (tae-kwon-do)	65
• Equipe de futebol na esfera competitiva	65
• Iniciação, treinamento e atualização de handebol	65
• Hidroginástica	66
• Implantação do treinamento de atletismo no Centro Universitário de Belo Horizonte	67
• Laboratório de ginástica rítmica	68
• Natação para a comunidade acadêmica	68
• Xadrez: resgatando a cidadania	69
CURSOS	70
• Ginástica olímpica	70
• Árbitros da Federação Mineira de Karatê	70
EVENTOS	71
• Roda de capoeira do Movimento Mineiro de Capoeira	71
• Ciclo de debates: educação física e infância	71

• I Simpósio de Esporte na Escola	71
PROGRAMA UNIDEESENVOLVIMENTO REGIONAL	72
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	73
• Núcleo Experimental de Projetos (NEP)	73
EVENTOS	74
• Palestra sobre mercado de trabalho para o bacharel em Turismo	74
• Feira Culture in different countries	74
• Consultores em viagens e turismo no shopping Paragem	74
• Visita técnica	74
PROGRAMA UNIDIREITOS HUMANOS	76
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	77
• Assessoria Comunitária Vila Vista Alegre	77
• Assessoria Jurídica Comunitária Província Carmelitana	78
• Assessoria Jurídica na Fisioterapia	78
• Atividade extrajudicial	78
• Escritório Modelo: Atividade Judicial	79
• Juizado de Conciliação	79
• Data Vênia	79
• Imposto de renda de pessoa física	80
EVENTOS	81
• Filme: A Corporação (The Corporation)	81
• Exame simulado: OAB-simulado	81
• Júri simulado	81
• Cine-Jus	81
• Exame da OAB-simulado	81
• Júri simulado	81
PROGRAMA UNIMEIO AMBIENTE	82
PROJETOS	83
• Etnobotânica dos quintais dos moradores do bairro Havaí e adjacências	83
• Reciclagem e cidadania	84
EVENTOS	85
• Visita a campo	85
• III Jornada de Ecologia: responsabilidade ambiental empresarial – do conteúdo à prática	86
• XV Ciclo de Palestras do Curso de Geografia e Análise Ambiental	86
• Visitas técnicas	86
PROGRAMA UNIDOSO	88
PROJETOS	89

• Promoção da qualidade de vida de idosos residentes nos lares gerenciados pela Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) através do exercício físico	89
• Abordagem fisioterápica em gerontologia	89
• Centro Universitário aberto à terceira idade	90
• Intervenção gerontológica preventiva para grupos de convivência de idosos	91
• Unificando: espaço universitário aberto para idosos da comunidade	92
• Programa de reabilitação do estado nutricional de idosos do Asilo Casa do Ancião Cidade Ozanan – Belo Horizonte/MG	93
PROGRAMA UNISAÚDE	94
PROJETOS	95
• Abordagem multidisciplinar dentro da assistência primária e secundária para portadores de diabetes mellitus com intervenção fisioterápica cardiovascular e físico-funcional	95
• Abordagem preventiva em fisioterapia	96
• Assistência fisioterápica especializada em ênfase ao sistema neurológico	96
• Atendimento a portadores de doenças vasculares periféricas	97
• Atendimento fisioterápico respiratório em crianças portadoras de síndromes genéticas	97
• Fisioterapia ortopédica e esportiva	98
• Ginástica laboral para funcionários da Fundação Hemominas (HBH)	99
• Ações integradas de vigilância nutricional para crianças no distrito de Ipoema – Itabira/MG ...	100
• Educação nutricional para gestantes e crianças	100
• Hidrovida: abordagem hidroterápica e neuromotora para crianças especiais	101
• Intervenção fisioterapêutica em pacientes portadores de fibrose cística: mucoviscidose	102
• Intervenção fisioterápica em linfologia	103
• Melhoria das condições de produção e distribuição de refeições dos restaurantes conveniados à Casdec	103
• Oficina de culinária	104
• Orientação nutricional e boas práticas alimentares oferecidas aos professores, funcionários, familiares e alunos da Fundação Dom Bosco – unidade Floresta	104
• Reabilitação pulmonar do portador de doença pulmonar obstrutiva crônica	105
• Abordagem fisioterápica para crianças portadoras de necessidades especiais (síndromes genéticas)	106
• Abordagem fisioterápica cardiovascular em portadores de obesidade classes 2 e 3	106
• Abordagem fisioterápica do paciente cardiopata	107
• Abordagem fisioterápica em cardiologia e angiologia	108
• Abordagem fisioterápica em obstetrícia, ginecologia e mastologia	108
• Abordagem fisioterápica em ortopedia	109
• Abordagem fisioterápica em pneumologia	110

CURSOS	110
• Programa Kumdalini Yoga para empresas	110
• Minicurso sobre avaliação nutricional de paciente crítico: criança e adulto	110
EVENTOS	110
• II Workshop de ventilação mecânica: teoria e prática	110
• Diagnóstico por imagem	110
• Aula inaugural do curso de Ciências Biológicas	111
• 1º Simpósio de Fisioterapia em Pediatria	111
• IV Sinutri: nutrição, atividade física e saúde	111
• Recepção aos calouros	111
• Viagem técnica	111
• Viagem técnica	112
• Visita ao Instituto São Rafael para deficientes visuais	112
• Palestra: Conservação de peixes (Dr. Mark Bowen)	112
• I Seminário de Educação Farmacêutica do Uni-BH	112
• Mãe, um presente para você!	112
• Visita ao Centro de Saúde do Tirol	113
• Visita ao Hospital Semper	113
• Visita Técnica ao Hospital da Baleia	113
• Visita à Clínica-Escola Uni-BH	113
• Audiência pública: Diet – o termo gera dúvidas. O consumo em excesso, risco à saúde	113
PROGRAMA UNITRABALHO E RENDA	114
PROJETOS	115
• Capacitação profissional solidária: área elétrica	115
• Capacitação profissional solidária: área eletrônica	116
• Hospitalidade: técnicas de camareira, garçom, copeiro e auxiliar de limpeza	116
• Pão nosso: primeiro emprego	118
• Capacitação para trabalhadoras domésticas	118
 ÁREAS DE ATUAÇÃO	 120
 PALAVRAS DO PRESIDENTE DA FUNDAC	 123
 ATIVIDADES DE EXTENSÃO PARA 2008	 124

de profissionais diferenciados trabalharem em parceria para um mesmo fim.

Ações integradas de vigilância nutricional para crianças no distrito Ipoema – Itabira/MG

Coordenadores:

Profs. Álvaro Luiz Lage Alves e Vicência Barbosa Pereira Cheib

Alunas bolsistas:

Marina Costa de Siqueira Nacif e Natália de Oliveira Tenuta

Alunas voluntárias:

Bárbara Rigotto Lima Prado, Maria Cristina Prado Figueiredo, Marina Moreno Wardi, Camila Vieira Aramuni, Isabela Ferreira de Melo Rocha, Jade Ananda Ribeiro, Larissa Braga do Carmo e Priscila Karine Souza Santos

Entre fevereiro e junho de 2007, foram avaliadas 62 crianças entre 0 e 5 anos no distrito de Ipoema, zona rural do município de Itabira/MG. Todas as atividades foram realizadas em conjunto com a equipe do Programa de Saúde de Família (PSF) do distrito. Foi, inicialmente, feito um rastreamento de crianças portadoras de desvios nutricionais através da realização de antropometria. Foram utilizados antropômetros e balanças eletrônicas. Posteriormente, foi realizada a formatação de um banco de dados no software EPI-INFO, versão 2005, seguida de avaliação antropométrica e interpretação dos índices antropométricos para execução do diagnóstico nutricional. Foram identificadas 30 crianças com risco nutricional, desnutrição ou sobrepeso.

Essas crianças receberam, sequencialmente, visitas para identificação das características alimentares, socioeconômicas, culturais e demais hábitos dos seus familiares, além de orientações preliminares.

As próximas atividades deverão envolver a realização de atividades de educação nutricional

e planejamento de demais ações passíveis de ser realizadas envolvendo outros setores do município (Secretarias de Ação Social, Agricultura, Educação, Saúde, Turismo, Desenvolvimento Econômico etc).

Educação nutricional para gestantes e crianças

Coordenadora:

Prof^a. Mara Cláudia Azevedo Pinto

Alunas bolsistas:

Ângela Cristina Favretto Ribeiro Freitas e Priscila Cristina Barros dos Santos

Alunas voluntárias:

Daniela Finamor e Emanuella Larissa Valadares

As práticas da alimentação estão fortemente condicionadas ao poder aquisitivo das famílias, das quais dependem a disponibilidade, quantidade e qualidade dos alimentos consumidos. Além da estabilidade econômica, outros fatores, como trabalho da mulher fora do lar, maior praticidade, durabilidade e boa aceitação, vêm contribuindo cada vez mais para a industrialização nos hábitos da família e, conseqüentemente, da criança.

Por outro lado, as práticas alimentares inadequadas na infância estão relacionadas à anemia, à desnutrição e obesidade. Além da boa nutrição para assegurar o crescimento e desenvolvimento satisfatório, também na infância devem ser estabelecidos bons hábitos alimentares que continuarão na idade adulta. O presente projeto teve por objetivo garantir ao grupo materno-infantil o acesso à assistência nutricional, contribuindo para o cuidado nutricional.

O projeto promoveu educação nutricional para crianças e seus pais da Unidade Municipal de Educação Infantil (Umei) e da Escola Municipal Aminthas de Barros, localizadas no Bairro Havaí, através de palestras, dinâmicas de grupo e técnicas vivenciais.

Foram atendidas 355 crianças com idade entre 2 e 6 anos, dos turnos manhã e tarde, com atividades

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE EXTENSÃO

Declaramos, para os devidos fins, que Ana Carolina Einsfeld Mattos, portador(a) do CPF nº 012656740-94, participa atualmente do Projeto de Extensão intitulado “Segurança Alimentar e Nutricional e Mudanças Climáticas”, vinculado à Universidade do Rio Grande do Sul sob matrícula 0032066.

Informações detalhadas da Atividade de Extensão

Código da Atividade:	59937
ASSESSORAMENTO TÉCNICO ALIMENTA CIDADES-RS - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	
Coordenador do Projeto:	CATIA GRISA
Coordenador da Bolsista:	RAQUEL CANUTO
Área Temática:	DIREITOS HUMANOS e JUSTIÇA
Modalidade:	ASSESSORIA E ATENDIMENTO
Período de Realização:	17/01/2026 a 16/01/2028
Resumo:	Projeto de Extensão de Assessoramento Técnico pela UFRGS aos 18 municípios que fazem parte do Programa Alimenta Cidades-RS, estabelecido pela Portaria Portaria nº 1.101/2024, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Objetivos:	Fornecer Assessoramento Técnico aos Municípios que fazem parte do Programa Alimenta Cidades-RS;
Desenvolvimento:	Assessoramento técnico aos municípios na elaboração de diagnósticos sobre os sistemas alimentares, SAN e mudanças Climáticas - janeiro/março 2026; Assessoramento técnico aos municípios para a elaboração da rota de implementação do Programa Alimenta Cidades RS - abril/dez 2026; Monitoramento e apoio na implementação das ações priorizadas pelos municípios - jan/dez.2027; Capacitações dos municípios participantes do Programa Alimenta Cidades RS - Janeiro/2025-janeiro/2028;

Documento assinado digitalmente



RAQUEL CANUTO
Data: 23/03/2026 16:08:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAQUEL CANUTO – COORDENAÇÃO

Profa. Associada do Departamento de Nutrição - UFRGS

Coordenação (0,4 ponto por projeto) e/ou participação (0,2 ponto por projeto) em Projeto de Pesquisa

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Situação: Encerrado

Número: 201803833

1. Título:

Rede de Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (ReforSAN) na alimentação escolar e na atenção básica: ações intersetoriais e multidisciplinares

2. Resumo:

A Rede de Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (ReforSAN) será estruturada pela articulação e atuação intersetorial e multidisciplinar de instituições e profissionais chave para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Soberania Alimentar, como nutricionistas, agrônomos, antropólogos, professores, conselheiros, gestores, entre outros, provenientes de diversas instituições, a exemplo de universidades, conselhos, escolas, centros de apoio e secretarias municipais. Deste modo, esta proposta abarca o desenvolvimento de ações de pesquisa científica e tecnológica, bem como pesquisa-ação, visando garantir maior alcance, multiplicação e socialização de saberes para o fortalecimento da SAN em municípios catarinenses. Para o alcance do objetivo proposto, serão realizados: 1. Investigação de abordagem antropológica em uma comunidade quilombola do município de Garopaba - SC, para análise do funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como para a identificação das fragilidades e fortalezas na execução do programa; 2. Curso de formação em SAN (15 módulos - 160h), na modalidade à distância, para aproximadamente 400 profissionais envolvidos com PNAE e com a atenção básica do estado de Santa Catarina (SC) e; 3. Fomento e implementação de horta educativa agroecológica e de ações de capacitação na comunidade escolar nas áreas de educação ambiental, alimentar e nutricional, em uma unidade de ensino da rede municipal de Florianópolis – SC. As ações e atividades se complementam na medida em que as proposições envolvem estudo com povos e comunidades tradicionais (quilombolas), que fazem parte da atual agenda política no Brasil, diferentes atores do PNAE e da Atenção Básica em Saúde, bem como a instrumentalização para ações efetivas de promoção do DHAA, SAN e da soberania alimentar, como o trabalho com horta educativa agroecológica, e ainda desenvolvimento de ações intersetoriais. O projeto tem previsão de execução de vinte e quatro meses e contará com a participação pesquisadores nacionais e internacionais, técnicos de áreas afins e estudantes de graduação e pós-graduação. Este conjunto de ações compreende uma construção interdisciplinar e ampliada entre os diversos pesquisadores e colaboradores envolvidos e suas áreas de atuação. A pluralidade de saberes e experiências permite a elaboração coletiva de ações, projetos e pesquisa, ampliando as possibilidades de alcance ao público alvo e abarcando muitos profissionais envolvidos no processo educativo como, profissionais da educação e da saúde, manipuladores de alimentos do PNAE, nutricionistas, bem como, escolares e suas famílias. Ressalta-se que a proposta de criação da ReforSAN tem o intuito de colaborar e fortalecer as redes de SAN já existentes e consolidadas na temática. Por fim, destaca-se que a ReforSAN atuará de forma conjunta e multiprofissional, visto que a construção coletiva é uma ferramenta primordial para ações que objetivam o desenvolvimento integral da sociedade.

Palavras-chave:

Segurança alimentar e nutricional, Alimentação escolar, Hortas educativas, Agroecologia, Grupos Étni; Segurança alimentar e nutricional, Alimentação escolar, Hortas educativas, Agroecologia, Etnia.;

3. Coordenador:

Nome: Claudia Soar

Departamento: NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS

Tipo: Professor (Coordenador)

Regime de Trabalho: DE

Valor Mensal: Sem remuneração

Forma de Remuneração: Sem bolsa

Carga Horária Semanal: 2.00h



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Situação: Encerrado

Número: 201803833

4. Entidades Participantes:

Financiadores: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Valor Total: R\$ 25.613,00

Fundações:

Tipo de Instrumento Contratual: Não será celebrado instrumento jurídico com a UFSC.

5. Período:

Previsão de Início: 04/04/2018

Início Efetivo: 04/04/2018

Duração: 24 Meses

Término: 04/04/2020

Aprovação: 03/04/2018

6. Descrição:

Não se aplica.

7. Área do Projeto:

Grupo de Pesquisa:

Tem Potencial de Inovação? Não

8. Propriedade Intelectual:

Não se aplica.

9. Comitê de Ética:

CEPSH;

Número de Registro: null



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Situação: Encerrado

Número: 201803833

10. Equipe do Projeto:

CPF / Nome	Tipo	Período	Depto/Curso	Valor Mensal / Valor Total	Teto Excedid	Carga Hora. Semanal	Paad	Situação
Claudia Soar 821.607.599-53	Professor (Coordenador) Coordenador	04/04/2018 à 04/04/2020	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		2.00h	Sim	Aprovado
Cristine Garcia Gabriel 040.887.169-57	Professor	03/09/2018 à 04/04/2020	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		2.00h	Sim	Aprovado
Janaina das Neves 912.995.199-20	Professor	04/04/2018 à 04/04/2020	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		2.00h	Sim	Aprovado
Josimari Telino de Lacerda 561.308.569-20	Professor	04/04/2018 à 04/04/2020	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h	Sim	Aprovado
Mauricio Soares Leite 028.105.997-77	Professor	04/04/2018 à 04/04/2020	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h	Sim	Aprovado
Clorine Borba Zanlourensi 087.766.949-09	Aluno Pós	04/04/2018 à 04/04/2020	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - ME	R\$ 0,00 /		4.00h		
Juliana Theodora Cunha de Oliveira 081.373.976-47	Aluno Pós	04/04/2018 à 04/04/2020	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - ME	R\$ 0,00 /		2.00h		
Narjara Silveira 058.958.369-76	Aluno Pós	04/04/2018 à 04/04/2020	Curso de Especialização Em Gestão Em Saúde 2017 - ES	R\$ 0,00 /		4.00h		
Nao_Informado-0 Alini Faqueti	Assessora Técnica (Externo)	04/04/2018 à 04/04/2020	Autônoma	R\$ 1.346,00 / R\$ 17.499,90		20.00h		
846.432.771-49 Andhressa Araújo Fagundes	Consultor (Externo)	04/04/2018 à 04/04/2020	Universidade Federal de Sergipe - Departamento de Nutrição	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h		
031.047.859-61 Eduardo Daniel Rocha	Consultor (Externo)	04/04/2018 à 04/04/2020	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h		
122.719.694-68 Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos	Professor voluntário (Externo)	04/04/2018 à 04/04/2020	Universidade Federal de Santa Catarina	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h		
Nao_Informado-0 Gloria Veronica Sanmartino	Consultora (Externo)	04/04/2018 à 04/04/2020	Universidade de Buenos Aires	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h		
Nao_Informado-0 Juliana Merçon	Consultor (Externo)	04/04/2018 à 04/04/2020	Universidade Veracruzana - México	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h		
051.707.229-74 Karina Smania De Lorenzi	Assessora Técnica (Externo)	04/04/2018 à 04/04/2019	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO)	R\$ 1.100,00 / R\$ 13.200,00		16.00h		
Nao_Informado-0 Sonia Naumann	Consultora (Externo)	04/04/2018 à 04/04/2020	Universidade de Buenos Aires	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h		

Membros da equipe ainda não definidos:

5 externos à UFSC

8 vinculados à UFSC

Número total de participantes na equipe do projeto: 13

5 externos à UFSC (38,46%)

8 vinculados à UFSC (61,54%)

11. Financiamento:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Situação: Ativo

Número: 201819883

1. Título:

Avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

2. Resumo:

No Brasil, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi instituída com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional e assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo o território nacional. Para além das questões conceituais e normativas, esta política precisa estar alinhada às pautas e demandas da sociedade brasileira, que variam conforme o local e o tempo em que são construídas. A efetivação da política depende fundamentalmente de uma adequada implantação nos municípios brasileiros, visto sua importância na gestão, execução e resultados das políticas públicas. Além disso, esta implantação deve incluir programas e ações próprios, assim como a articulação de programas e ações dos diversos setores de governo. Dentre estes programas, destacam-se por sua relevância na garantia do acesso à alimentação adequada, características intersetoriais e tempo de existência, os Restaurantes Populares e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Apesar de sua relevância, ainda são escassos os estudos de avaliação desta política pública, bem como de programas específicos sob a perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Assim, criar métodos e instrumentos que permitam estas avaliações é passo fundamental para garantir uma transformação efetiva da realidade da população em relação ao direito à alimentação adequada. Objetivos: A presente proposta tem como objetivo geral realizar estudo multimétodo sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a partir de abordagens avaliativas, considerando: a implantação da política em âmbito municipal; a adequação do seu instrumento de gestão às demandas da população; a avaliação normativa dos Restaurantes Populares brasileiros; e os efeitos do Programa Nacional de Alimentação Escolar no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional. Métodos: Caracteriza-se como uma pesquisa avaliativa, tendo como objeto de estudo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O estudo utilizará distintas abordagens avaliativas, e por conseguinte, o objeto geral será desmembrado em quatro eixos de investigação: 1) Avaliação da implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e sua associação com variáveis sociodemográficas; 2) Avaliação estratégica do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 3) Avaliação normativa dos Restaurantes Populares no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional; e 4) Avaliação dos efeitos do Programa Nacional de Alimentação Escolar no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional. A primeira etapa será de estudo de avaliabilidade, a ser conduzido conjuntamente para os quatro eixos, em quatro momentos: a) Delimitação do estudo de avaliabilidade, com identificação dos stakeholders; b) Desenvolvimento da teoria inicial da intervenção, considerando a elaboração de Modelos Teóricos e Lógicos que resultarão nas Matrizes de Análise e Julgamento de cada eixo; c) Pactuação sobre a teoria da intervenção, através da submissão dos Modelos e das Matrizes ao consenso dos stakeholders e especialistas; d) Utilização do estudo de avaliabilidade, garantindo a aplicabilidade dos resultados dos estudos desenvolvidos. Cada eixo de investigação utilizará procedimentos metodológicos específicos ao tipo de avaliação, considerando testes de aplicabilidade, coleta e análise de dados. Resultados esperados: Com este estudo espera-se obter resultados em relação à implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito municipal, assim como ao seu atendimento ao princípio da participação social, com a pretensão de localizar as lacunas ainda existentes na implementação da política. Ainda, é esperada a construção de um protocolo de indicadores para avaliar os Restaurantes Populares sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional, com a elaboração de um instrumento que possa ser qualificado e replicado em estudos similares, contribuindo para a valorização deste equipamento como ferramenta multifuncional dentro da política e para o alcance do direito à alimentação adequada. Além disso, espera-se a construção de um modelo avaliativo dos efeitos do Programa Nacional de Alimentação Escolar no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional e que gere subsídios aos tomadores de decisões envolvidos nesta temática. Potencial de impacto: A importância da avaliação da política e dos programas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional se concentra, principalmente, na identificação das necessidades e limitações e na averiguação do direcionamento, da forma e dos resultados das ações. Em um contexto no qual as políticas sociais deveriam atuar com o objetivo estratégico de promover o direito à alimentação de todos, considerando princípios como a universalidade, equidade, sustentabilidade, participação social, descentralização e intersectorialidade, entende-se a avaliação como um



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Situação: Ativo

Número: 201819883

ato de responsabilidade. Por envolver determinantes, necessidades e interesses diversos, este tipo de avaliação apresenta alto nível de complexidade e envolve a sensível discussão do direito à alimentação. Neste sentido, esta abordagem multimetodológica pretende contribuir para o fortalecimento da política no âmbito municipal, tanto sob a ótica conceitual e normativa, quanto prática. Nesta perspectiva, vislumbra-se o potencial de impacto técnico-científico, de inovação, difusão, socioeconômico e ambiental dos resultados da presente investigação.

Palavras-chave:

Segurança Alimentar e Nutricional; Política Pública; Avaliação; Alimentação Escolar; Restaurante Popular; Participação Social;

3. Coordenador:

Nome: Cristine Garcia Gabriel

Departamento: NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS

Tipo: Professor (Coordenador)

Regime de Trabalho: DE

Valor Mensal: Sem remuneração

Forma de Remuneração: Sem bolsa

Carga Horária Semanal: 20182: 4.00h / 20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212:

4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h / 20241: 3.00h / 20242: 3.00h / 20251: 3.00h / 20252:

3.00h / 20261: 3.00h / 20262: 3.00h

4. Entidades Participantes:

Financiadores:

Valor Total: R\$ 0,00

Fundações:

Tipo de Instrumento Contratual: Não será celebrado instrumento jurídico com a UFSC.

5. Período:

Previsão de Início: 12/11/2018

Início Efetivo: 12/11/2018

Duração: 96 Meses

Término: 11/11/2026

Aprovação: 13/05/2024

6. Descrição:

Não se aplica.

7. Área do Projeto:

Grande Área do Conhecimento: CIENCIAS DA SAUDE

Área do Conhecimento: SAUDE COLETIVA

Subárea do Conhecimento: SAUDE PUBLICA

Grupo de Pesquisa: NEPAS; TEARSAN

O projeto atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: Sim

1. Erradicação da Pobreza



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Situação: Ativo

Número: 201819883

2. Fome Zero e Agricultura Sustentável
Tem Potencial de Inovação? Não

8. Propriedade Intelectual:

Não se aplica.

9. Comitê de Ética:

CEPSH;
Número de Registro:

10. Equipe do Projeto:

CPF / Nome	Tipo	Período	Depto/Curso	Valor Mensal / Valor Total	Teto Excedid	Carga Hora. Semanal	Paad	Situação
Cristine Garcia Gabriel 040.887.169-57	Professor (Coordenador) Coordenador	12/11/2018 à 11/11/2026	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		20182: 4.00h / 20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h / 20241: 3.00h / 20242: 3.00h / 20251: 3.00h / 20252: 3.00h / 20261: 3.00h / 20262: 3.00h	Sim	Aprovado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Situação: Ativo

Número: 201819883

CPF / Nome	Tipo	Período	Depto/Curso	Valor Mensal / Valor Total	Teto Excedid	Carga Hora. Semanal	Paad	Situação
Claudia Flemming Colussi 029.392.299-37	Professor	12/11/2018 à 11/11/2026	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		20182: 4.00h / 20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h / 20241: 3.00h / 20242: 3.00h / 20251: 3.00h / 20252: 3.00h / 20261: 3.00h / 20262: 3.00h	Sim	Aprovado
Claudia Soar 821.607.599-53	Professor	12/11/2018 à 28/12/2020	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		4.00h	Sim	Aprovado
Claudia Soar 821.607.599-53	Professor	01/03/2022 à 11/11/2026	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h / 20241: 3.00h / 20242: 3.00h / 20251: 3.00h / 20252: 3.00h / 20261: 3.00h / 20262: 3.00h	Sim	Aprovado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Situação: Ativo

Número: 201819883

CPF / Nome	Tipo	Período	Depto/Curso	Valor Mensal / Valor Total	Teto Excedid	Carga Hora. Semanal	Paad	Situação
Daniela Alba Nickel 001.353.340-12	Professor	12/11/2018 à 11/11/2026	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		20182: 4.00h / 20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h / 20241: 3.00h / 20242: 3.00h / 20251: 3.00h / 20252: 3.00h / 20261: 3.00h / 20262: 3.00h	Sim	Aprovado
Debora Kurrle Rieger Venske 002.182.830-08	Professor	12/11/2018 à 11/11/2021	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h	Sim	Cancelado
Debora Kurrle Rieger Venske 002.182.830-08	Professor	15/02/2019 à 01/11/2023	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h	Sim	Aprovado
Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos 122.719.694-68	Professor	12/11/2018 à 11/11/2026	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		2.00h	Sim	Aprovado
Josimari Telino de Lacerda 561.308.569-20	Professor	12/11/2018 à 11/11/2026	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h	Sim	Aprovado
Maria Cristina Marcon 276.926.550-49	Professor	12/11/2018 à 11/11/2026	NTR/CCS - DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO / NTR/CCS / NTR/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		20191: 4.00h / 20192: 4.00h / 20201: 4.00h / 20202: 4.00h / 20211: 4.00h / 20212: 4.00h / 20182: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h / 20241: 3.00h / 20242: 2.00h / 20251: 2.00h / 20252: 2.00h / 20261: 2.00h / 20262: 2.00h	Sim	Aprovado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Situação: Ativo

Número: 201819883

CPF / Nome	Tipo	Período	Depto/Curso	Valor Mensal / Valor Total	Teto Excedid	Carga Hora. Semanal	Paad	Situação
Maria Cristina Marino Calvo 047.628.688-33	Professor	12/11/2018 à 11/11/2026	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		2.00h	Sim	Aprovado
Patricia Maria de Oliveira Machado 034.788.099-16	Professor	01/07/2021 à 11/11/2026	SPB/CCS - DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA / SPB/CCS	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		20212: 4.00h / 20221: 4.00h / 20222: 4.00h / 20231: 4.00h / 20232: 4.00h / 20241: 3.00h / 20242: 3.00h / 20251: 3.00h / 20252: 3.00h / 20261: 3.00h / 20262: 3.00h	Sim	Aprovado
Ana Paula Vieira da Costa 053.190.093-21	Aluno Pós	01/09/2021 à 11/11/2023	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - ME	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		8.00h		
Barbara Leone Silva 079.660.829-62	Aluno Pós	12/11/2018 à 23/10/2020	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - ME	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		8.00h		
Giovana Felicio Lima 053.604.182-22	Aluno Graduação	01/09/2021 à 11/11/2023	NUTRIÇÃO	R\$ 400,00 / R\$ 4.800,00		20.00h		
Juliana Theodora Cunha de Oliveira 081.373.976-47	Aluno Pós	12/11/2018 à 01/12/2023	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - DO	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		8.00h		
Lidiamara Dornelles de Souza 978.237.240-49	Aluno Pós	12/11/2018 à 11/11/2026	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - DO	R\$ 0,00 /		8.00h		
Liliana Paula Bricarello 165.828.328-75	Aluno Pós	01/02/2021 à 11/11/2023	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - PD	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		4.00h		
Maria Eduarda Zytkeuwisz Camargo 064.185.949-08	Aluno Pós	01/09/2021 à 11/11/2023	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - ME	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		8.00h		
Mick Lennon Machado 036.520.479-07	Aluno Pós	12/11/2018 à 31/03/2020	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - DO	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		8.00h		
Milena Corrêa Martins 072.753.089-59	Aluno Pós	01/09/2019 à 14/09/2021	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - ME	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		8.00h		
Milena Corrêa Martins 072.753.089-59	Aluno Pós	16/09/2021 à 11/11/2023	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - DO	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		20.00h		
Murilo Lyra Pinto 013.719.120-09	Aluno Pós	01/03/2021 à 01/05/2023	Programa de Pós-Graduação em Nutrição - ME	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		8.00h		
010.693.109-13 Amanda de Araújo Figueiredo Guedes	Pesquisadora Voluntária (Externo)	01/08/2020 à 11/11/2023	TearSAN/ Residente Multiprofissional em Atenção Integral à Saúde/USP	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h		
846.432.771-49 Andhressa Araújo Fagundes	Pesquisadora colaboradora (Externo)	12/11/2018 à 11/11/2026	Universidade Federal de Sergipe	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		1.00h		
079.660.829-62 Barbara Leone Silva	Pesquisador voluntário (Externo)	01/11/2020 à 11/11/2023	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		4.00h		
036.520.479-07 Mick Lennon Machado	Pesquisador voluntário (Externo)	01/04/2020 à 11/11/2023	Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional - TearSAN	R\$ 0,00 / R\$ 0,00		4.00h		

Participações de NATALIA TENUTA KUCHENBECKER DO AMARAL em Projetos de Pesquisa

Protocolo	Projeto	Início da Participação / do Projeto	Termino da Participação / do Projeto	Registro na PRPPG	Função no Projeto	Situação do Projeto
1432021	AVALIAÇÃO DO GRAU DE IMPLANTAÇÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS PÚBLICOS DE MINAS GERAIS	16/03/2021	20/07/2022	16/03/2021	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios
12019	PERFIL NUTRICIONAL DOS ALIMENTOS DOADOS POR BANCOS DE ALIMENTOS PÚBLICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	03/01/2019	31/12/2019	03/01/2019	Vice-coordenador(a)	Encerrado com Relatórios
6082018	QUALIDADE DA DIETA DE GESTANTES DE DIAMANTINA E OS FATORES ASSOCIADOS	01/08/2018	31/07/2019	02/08/2018	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios
5572018	CONSUMO ALIMENTAR DE NUTRIZES E A NOVA CLASSIFICAÇÃO DE ALIMENTOS SEGUNDO OS NÍVEIS DE PROCESSAMENTO	01/08/2018	31/07/2019	30/07/2018	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios
5542018	AVALIAÇÃO DOS MARCADORES DE CONSUMO ALIMENTAR EM NUTRIZES, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, MG.	01/08/2018	30/07/2019	30/07/2018	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios
3942018	AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO SISVAN NA REGIÃO DE SAÚDE DE DIAMANTINA MG	25/05/2018	01/12/2018	25/05/2018	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios
2162018	AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS	08/03/2018	31/03/2020	08/03/2018	Vice-coordenador(a)	Encerrado com Relatórios
1762018	AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO NUTRICIONAL DE IODO MATERNO DURANTE GESTAÇÃO E LACTAÇÃO E INCIDÊNCIA DE DEFICIÊNCIA DE IODO ENTRE RECÉM-NASCIDOS E LACTENTES NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, ALTO VALE DO JEQUITINHONHA, MG.	22/02/2018	01/08/2020	22/02/2018	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios
1562018	Suplementação Medicamentosa de Ferro e Ácido Fólico na gestação	01/03/2018	28/02/2019	22/02/2018	Colaborador(a)	Encerrado com Relatórios
1212018	INGESTÃO DIETÉTICA MATERNA DE ÁCIDO GRAXOS E PERFIL DO LIPÍDIO NO LEITE MATERNO	01/03/2018	28/02/2019	20/02/2018	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios

Participações de NATALIA TENUTA KUCHENBECKER DO AMARAL em Projetos de Pesquisa

Protocolo	Projeto	Início da Participação / do Projeto	Termino da Participação / do Projeto	Registro na PRPPG	Função no Projeto	Situação do Projeto
5152017	DETERMINAÇÃO DO TEOR DE IODO EM TEMPERO CASEIRO E INDUSTRIALIZADO EM DIAMANTINA-MG	01/08/2017	31/07/2018	14/07/2017	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios
3372017	INGESTÃO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO POR GESTANTES DE DIAMANTINA: contribuição da fortificação dos derivados de trigo e milho	01/04/2017	28/02/2018	23/03/2017	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios
3352017	Política Nacional de fortificação de ferro e folato: contribuição para a ingestão dietética de gestantes e influência sobre a ocorrência de anemia na cidade de Diamantina-MG	01/04/2017	01/04/2018	23/03/2017	Pesquisador(a)	Encerrado com Relatórios
8512016	INGESTÃO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO POR GESTANTES DE DIAMANTINA: contribuição da fortificação dos derivados de trigo e milho	01/03/2017	28/02/2018	31/08/2016	Pesquisador(a)	Cancelado
3172013	Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil	09/09/2013	28/11/2014	09/09/2013	Mestrando(a)	Encerrado com Relatórios

DOCUMENTO 3, 4, 5 e 6



Universidade de Brasília
Decanato de Pós-Graduação
Programa de Iniciação Científica - ProIC

DOCUMENTO 7

Declaração

Edital 2022/2023 - ProIC/DPG/UnB

Declaramos que o(a) aluno(a) **ANA LUIZA BARROS NASCIMENTO**, Matrícula: **190097469**, participou do Programa de Iniciação Científica ProIC/DPG-UnB no Edital PIBIC-FAPDF 2022/2023, sob a orientação do(a) professor (a) **ELISABETTA GIOCONDA IOLE GIOVANNA RECINE**, com o projeto “**A sustentabilidade dos sistemas alimentares no território brasileiro**”, e desenvolveu o plano de trabalho intitulado “**Análise dos indicadores de sustentabilidade do sistema alimentar local**”, de **01/05/2022** a **31/04/2023**, com Bolsa de Iniciação Científica financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).



Brasília, 06 de julho de 2023

Sérgio Ronaldo Granemann
Diretor de Fomento à Iniciação Científica

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Reconhecimento do Usuário em Situação de Rua no Âmbito da (in) Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano a Alimentação Adequada: Potencialidades de Novos Contextos Vivenciais na Clínica Comum.

Pesquisador: ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62651316.0.0000.5344

Instituição Proponente: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.888.815

Apresentação do Projeto:

O estudo proposto é pesquisa de Especialização em Saúde Mental, pelo Curso de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental da UNISINOS. O objetivo da pesquisa é analisar a percepção de trabalhadores e usuários moradores de rua quanto a aspectos ligados à (in)segurança alimentar e nutricional e ao direito humano à alimentação adequada dos usuários em situação de rua. Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa. A pesquisa contará com usuários de um centro de atenção psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS II AD), que se encontram em situação de rua, e trabalhadores do serviço de Saúde Mental. A coleta dos dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada, com a utilização da gravação de áudio. Através de uma análise descritiva, todos os dados obtidos durante a entrevista serão avaliados de forma qualitativa e interpretados por meio de análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos do estudo parecem claros e exequíveis, considerando a proposta de pesquisa em apreciação.

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-1198

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br

Continuação do Parecer: 1.888.815

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A proponente considera os riscos mínimos desta pesquisa, uma vez que a participação no estudo compreende entrevistas dialogadas. Serão asseguradas aos participantes condições de acompanhamento, tratamento, assistência integral e orientação, conforme o caso, se necessário. Além disso, será verificada a necessidade de adequar ou suspender o estudo em curso, considerando cada participante, a fim de garantir seu bem-estar.

Os benefícios consistirão em elucidar questões ainda pouco exploradas do ponto de vista da saúde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa trata de um tema que merece estudo e mostra-se pertinente à área de conhecimento a que está vinculada. Como indica a autora, há necessidade de mais estudos que busquem compreender os aspectos relacionados à insegurança alimentar nesse grupo populacional, relacionada à alimentação adequada como forma de direito.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos necessários a esta pesquisa foram apresentados. As orientações para elaboração de dois TCLEs foram atendidas.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As solicitações do primeiro parecer foram devidamente atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme "Parecer Consubstanciado do CEP", o projeto está aprovado (neste parecer encontrará o número de aprovação). Acessar a Plataforma Brasil e localize o TCLE aprovado e carimbado, em folha timbrada. É obrigatório o uso desse TCLE para reproduzir cópias e entregar aos participantes da coleta de dados. Instruções para localização do TCLE aprovado: Na [aba "Pesquisador", clicar na lupa da coluna "Ações", em "Documentos do Projeto de Pesquisa", na Árvore de Arquivos, expandir as pastas totalmente, com as setas apontadas para baixo, até encontrar TCLE/Termos de Assentimento, clicando encontrará TCLE aprovado (em pdf), data 11/01/2017]. Dúvidas faça contato com Nirse Bauermann, 51-3591-1198 ou ramal 2198.

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-1198

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br

Continuação do Parecer: 1.888.815

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Ana_Mattos.pdf	11/01/2017 10:46:20	José Roque Junges	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_833084.pdf	21/12/2016 23:00:23		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	21/12/2016 22:59:50	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEUSUARIO.pdf	21/12/2016 22:59:08	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLETRABALHADOR.pdf	21/12/2016 22:58:50	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	02/12/2016 19:23:12	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	02/12/2016 19:21:02	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LEOPOLDO, 11 de Janeiro de 2017

Assinado por:
José Roque Junges
(Coordenador)

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-1198

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mas, se a gente é o que come. Quem não come nada some!

Pesquisador: ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 17932819.4.0000.5344

Instituição Proponente: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.539.075

Apresentação do Projeto:

A pesquisa, intitulada “Mas, se a gente é o que come. Quem não come nada some!”, de Ana Carolina Einsfeld Mattos, é um estudo que assume o referencial teórico proposto pelo filósofo Giorgio Agamben e trata a população em situação de rua (PSR) com estando em uma condição de “vida nua” (termo empregado por Agamben para caracterizar uma condição que, na Grega antiga, indicava alguém que estava à margem da polis, logo, da política, e cuja vida podia ser sacrificada, mas que, na era moderna, torna-se objeto de “politização”, dando início à era da biopolítica – termo que já fora usado por Foucault). A pesquisadora, entretanto, caracteriza sua pesquisa como “hermenêutica”. O tema da pesquisa é o problema da fome como representação da negação que a pesquisadora chama de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) naqueles que se encontram em situação de rua. Para tanto, a pesquisadora pretende analisar as percepções dos indivíduos em situação de rua em vista do tema da alimentação como direito. Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa. A pesquisadora é aluna do curso de pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos, em nível de mestrado, e é orientada pelo Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola.

Objetivo da Pesquisa:

O estudo envolve uma parte teórica e uma parte empírica, objeto de avaliação ética neste CEP. Inclui um estudo observacional com indivíduos em situação de rua, os quais participarão da pesquisa por meio de diálogos, os quais a pesquisadora enquadra como "instrumentos relativos às

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-1198

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br

Continuação do Parecer: 3.539.075

rodas de conversação". A amostra será composta por seis indivíduos com vivência de situação de rua (anterior e/ou atual ao momento da pesquisa), com os quais a pesquisadora mantém aproximação, como fruto de uma pesquisa pregressa, e condicionado ao aceite em fazer parte do estudo (consentimento livre e informado). Todos os indivíduos devem estar ou ter estado em situação de rua em algum momento da vida, sendo critério fundamental para participação na pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No TCLE, a pesquisadora explicita os riscos são mínimos, "visto que a participação no estudo será por meio de uma conversa". Os benefícios, descreve, "consistirão, em um primeiro momento, em esclarecer algumas questões desta área ainda pouco explorada do ponto de vista das humanidades. Não haverá nenhum custo relacionado com a pesquisa."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa da área de humanidades (Ciências Sociais), com embasamento teórico e referencial bem desenvolvido. Não há comentários específicos a serem aqui apontados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há carta de anuência, mas a pesquisadora esclarece que esta carta "foi dispensada pelo Município", uma vez que a pesquisa não será feita em nenhum serviço público. Não há de fato necessidade de carta de anuência, pois a amostra será obtida por encontro com pessoas independentes e não estará associada a atividades vinculadas obrigatoriamente a algum serviço público.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1367163.pdf	20/07/2019 16:23:28		Aceito
Outros	AtaQuali.pdf	20/07/2019 16:19:56	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-1198

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



Continuação do Parecer: 3.539.075

Outros	Anuencia.pdf	20/07/2019 16:16:30	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/07/2019 16:13:13	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoCompleto.pdf	20/07/2019 16:12:52	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	20/07/2019 16:10:53	ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Ana_Mattos.pdf	28/08/2019 16:02:43	José Roque Junges	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LEOPOLDO, 28 de Agosto de 2019

Assinado por:
José Roque Junges
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-1198

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPEQS UFRGS**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONSTRUÇÕES SOCIAIS, CIDADANIA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Pesquisador: ANDREA FACHEL LEAL

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 55332022.6.0000.5347

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.274.239

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de tese de doutorado intitulado CONSTRUÇÕES SOCIAIS, CIDADANIA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS, da pesquisadora ANDREA FACHEL LEAL e da pós-graduanda ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS, vinculado ao PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

A fome, a pobreza, a miséria e a situação de rua são problemas complexos, multifacetados e multidimensionais. Frente à garantia da alimentação, para as populações em vulnerabilidade social, as políticas públicas são os resultados de processos políticos com vistas a sanar problemas. Os processos políticos e ações envolvidas na construção das políticas públicas podem ser analisados à construção social dos grupos alvo das políticas. O estudo da construção social revela que os tomadores de decisão tratam os grupos vulneráveis de forma diferente na elaboração e construção dos desenhos de políticas. É por meio da linguagem expressa nos desenhos das políticas que os sujeitos são nomeados, produzindo sentidos que, dentro da grade de inteligibilidade produzida pelas hierarquias já existentes, vai significar quem é o público alvo da política. O estudo dos desenhos de políticas enfatiza que o tratamento político direcionado aos grupos alvo gera efeitos, e um dos efeitos diz respeito à cidadania dos indivíduos. A linguagem empregada no policy design transmite mensagens para a população-alvo que os

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro

Bairro: Farroupilha

CEP: 90.040-060

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-3738

Fax: (51)3308-4085

E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPEQS UFRGS



Continuação do Parecer: 5.274.239

informam sobre qual é o seu status enquanto cidadão.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o modelo de cidadão gerado em uma política pública de superação da fome, bem como o acesso da população em situação de rua a esta política e os efeitos da mesma em termos de cidadania.

Objetivos Secundários:

- Identificar qual a política pública de superação da fome é acessada pela população em situação de rua, através de um processo exploratório;
- Compreender o design da política identificada em relação ao público-alvo da situação de rua, através da seleção e análise de documentos pertinentes a política;
- Compreender como as construções de estereótipos sociais da população de rua se inserem no desenho desta política, gerando o modelo de cidadão;
- Captar as percepções de acesso dos beneficiários com trajetória de rua e, caso seja indicado pelos participantes, as percepções de burocratas de rua que executam a política, através da realização de entrevistas;
- Compreender os efeitos do modelo de cidadão gerado na política em termos de cidadania; relacionando o desenho da política com a forma de acesso relatada.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos são mínimos pois trata-se de uma conversa conduzida, contudo pode gerar desconfortos, remeter memórias negativas que as pessoas percorreram ao longo da vida, pode causar cansaço devido a extensão das perguntas e algum nível de irritação caso seja abordado algum aspecto que o participante apresente recusa em falar, assim como, o sentimento de dúvidas e culpabilização ao serem provocados com perguntas que remetem as suas trajetórias de vida (todos esses eventuais riscos serão observados durante o andamento da coleta de dados, respeitando os limites e desejos de cada participante em responder as perguntas). As pessoas

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro

Bairro: Farroupilha

CEP: 90.040-060

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-3738

Fax: (51)3308-4085

E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPESQ UFRGS



Continuação do Parecer: 5.274.239

envolvidas poderão recusar ou aceitar voluntariamente participar da pesquisa, mediante assinatura do termo de consentimento livre e todos dados obtidos serão mantidos em anonimato. Os participantes tanto os beneficiários com trajetória de rua, quanto os burocratas de nível de rua serão posteriormente apresentados com nomes fictícios, sendo estas utilizadas somente para fins científicos. Todas as pessoas convidadas para participar da pesquisa poderão desistir de participar deste estudo, a qualquer momento, sem prejuízo.

Benefícios:

O benefício principal é indireto, pois está em explorar um campo de investigação e trazer contribuições atuais para o contexto na qual a população em situação de rua está inserida, assim como relacionar tal contexto para a construção e desenvolvimento das políticas públicas de superação da fome, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais. Será realizada a devolução dos achados aos envolvidos/as no processo de pesquisa em questão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Estudo com abordagem qualitativa.
- A técnica metodológica inicial será a observação participante (etnografia) na qual pretende-se inicialmente uma aproximação com pessoas em trajetória de rua e através da observação participante entender a dinâmica de acesso à alimentação via políticas públicas, isto é, identificar qual a política de superação da fome que a população de rua possui maior acesso, bem como a que possui maior relevância para o cenário da fome na situação de rua.
- Após, será utilizada a técnica da pesquisa documental, a partir de documentos oficiais do governo federal relacionados à política (documentos públicos). O mapeamento da pesquisa documental da política eleita ocorrerá através de uma busca inicial no site oficial do Ministério da Cidadania – Governo Federal. O material será composto por documentos normativos referente à política de superação da fome identificada para ser analisada, partindo da sua portaria vigente e outros documentos decorrentes, como sendo: Leis, Portarias, Medidas Provisórias, Decretos, Instruções Normativas e Operacionais, relatórios, planos, cartilhas, boletins expedidos pelos órgãos governamentais; publicações de organizações governamentais; pareceres entre outros documentos coletados durante o trabalho de campo.

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro

Bairro: Farroupilha

CEP: 90.040-060

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-3738

Fax: (51)3308-4085

E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPEQS UFRGS



Continuação do Parecer: 5.274.239

- Por fim, serão realizadas entrevistas de profundidade, que possibilitarão a descrição e a problematização de como as políticas são concebidas e a forma como decorre seus acessos. As entrevistas serão gravadas e transcritas, tendo seu material sob sigilo.
- Há um roteiro de entrevista com os beneficiários (25 questões) e com os burocratas de rua (22 questões).
- O campo de estudo será identificado a partir da fase exploratória com a aproximação direta a pessoas em situação de rua. No município de Porto Alegre/RS existe algumas ONGs constituídas por pessoas em condição de rua, como exemplo o coletivo Amada Massa, o Movimento da População de Rua e o Jornal Boca de Rua. A doutoranda possui uma inserção em cenários que a população de rua se mostra presente.
- A identificação dos beneficiários da política que serão entrevistados irá ocorrer através da aproximação com algumas organizações de pessoas com trajetória de rua no município de Porto Alegre/RS, fruto da observação participante.
- Os beneficiários da política analisada, serão convidados a participar da pesquisa, estes por sua vez, irão indicar outros beneficiários em situação de rua que fazem parte da sua sociabilidade, seguindo a técnica de recrutamento conhecida como bola-de-neve. Se os entrevistados indicarem, poderão ser também convidados alguns burocratas de nível de rua (funcionários que trabalham diretamente no contato com os usuários dos serviços público, responsáveis pela execução da política).
- Número de participantes: 12 Beneficiários - Pessoas em situação de rua e 3 Burocratas de nível de rua.
- Uma das técnicas para a análise de dados é a análise de conteúdo de Bardin.
- Cronograma: a coleta de dados está prevista para iniciar em 01/03/2022, mas com ressalta de que somente terá início após a aprovação por este CEP.
- Orçamento: R\$ 1.300,00 de material de custeio (deslocamento, cópias e revisão ortográfica).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de Rosto folha assinada
- Formulário da Plataforma Brasil
- Projeto de pesquisa completo (Cronograma e Orçamento)
- Documento de Garantias ao Entrevistado em trajetória de rua
- TCLE

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro

Bairro: Farroupilha

CEP: 90.040-060

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-3738

Fax: (51)3308-4085

E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPEQ UFRGS



Continuação do Parecer: 5.274.239

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Versão 1 - solicitou-se esclarecimento sobre como se dará o processo de obtenção do consentimento para as pessoas com trajetória de rua, considerando que a RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016 permite meios alternativos de consentimento, incluindo um TCLE "mais simples" aos participantes da pesquisa.

Considerar: Descrever no TCLE o local de realização da entrevista, tempo demandado ao participante; forma que se dará a publicação dos dados coletados; incluir informação de que não há remuneração pela participação; incluir também que o contato do CEP UFRGS (Av. Paulo Gama, 110, Sala 311, Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro, Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060. Fone: +55 51 3308 3738. E-mail: etica@propesq.ufrgs.br Horário de Funcionamento: de segunda a sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00h). Sugere-se explicar que "O projeto foi avaliado pelo CEP-UFRGS, órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, cuja finalidade é avaliar – emitir parecer e acompanhar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, em seus aspectos éticos e metodológicos, realizados no âmbito da instituição."

Versão 2 - As pesquisadoras explicaram que no caso da observação participante, o registro do consentimento para a população de rua não se dá através de um documento como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mas sim num processo de inserção em campo, de apresentação de si e da pesquisa, e eventualmente, de negociação no território para a permanência e circulação da pesquisadora. Não há, neste caso, um registro formal de consentimento. Levando em conta as características dos participantes, que em sua maior parte tem baixo grau de letramento e escolaridade, o consentimento será registrado sob forma sonora (gravação de áudio). A pesquisadora fará a explicação da pesquisa e da entrevista, solicitará permissão para gravar a entrevista e fará o registro do consentimento no início da própria entrevista, quando houver o aceite. As informações previstas para o consentimento livre e esclarecido sobre a pesquisa – no caso, um documento de garantias – serão entregues a estes entrevistados em um documento impresso, em linguagem de fácil compreensão, conforme preconizado no § 1º do Artigo 15 da Resolução 510/2016 e pela Carta Circular Nº110 SEI 2017 CEP CONEP/SECNS/MS. Não será solicitada uma assinatura ou impressão digital em documento impresso, para evitar constrangimento ou desconforto por parte das pessoas em situação de rua que aceitem ser entrevistadas.

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro

Bairro: Farroupilha

CEP: 90.040-060

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-3738

Fax: (51)3308-4085

E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPEQS UFRGS



Continuação do Parecer: 5.274.239

O Documento de Garantias ao Entrevistado foi anexado à PB. Está redigido em forma de convite, traz o nome do estudo e informações relativas objetivo; participação no estudo; riscos e benefícios; sigilo e privacidade; autonomia; remuneração, dúvidas; contatos da pesquisadora e do CEP, explicadas em linguagem simples. Se forem realizadas entrevistas com burocratas de nível de rua, o registro do consentimento será feito através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo solicitada a assinatura do entrevistado, ficando uma via com o entrevistado e outra com a pesquisadora. Pendência parcialmente atendida.

No entanto, no formulário da PB as pesquisadoras marcaram "Dispensa do TCLE (x) Sim", mas haverá a obtenção do consentimento e a entrega de um documento de garantias ao entrevistado e o próprio TCLE, caso sejam incluídos os burocratas de rua. Assim, entende-se necessário marcar que não haverá dispensa do TCLE no formulário da PB.

Versão 3 - Resposta à pendência do CEP:

Na plataforma Brasil foi assinalado que não haverá dispensa do TCLE, pois será obtido o consentimento dos participantes da pesquisa. Pendência atendida.

Todas as pendências foram atendidas, estando a presente versão (#3) de submissão do projeto de pesquisa em acordo com a resolução CNS/MS 510/2016. Pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1876619.pdf	03/03/2022 12:34:03		Aceito
Projeto Detalhado	Projeto_de_Tese.docx	03/03/2022	ANDREA FACHEL	Aceito

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro

Bairro: Farroupilha

CEP: 90.040-060

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-3738

Fax: (51)3308-4085

E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -
PROPESQ UFRGS



Continuação do Parecer: 5.274.239

/ Brochura Investigador	Projeto_de_Tese.docx	12:32:47	LEAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Corrigido.docx	03/03/2022 12:32:34	ANDREA FACHEL LEAL	Aceito
Outros	Carta_resposta_CEP_2.pdf	03/03/2022 12:29:22	ANDREA FACHEL LEAL	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_POPRUA_AFL_assinada.pdf	26/01/2022 17:02:43	ANDREA FACHEL LEAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 04 de Março de 2022

Assinado por:

**Patrícia Daniela Melchiors Angst
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 311 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro

Bairro: Farroupilha

CEP: 90.040-060

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-3738

Fax: (51)3308-4085

E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

Planejamento, coleta, sistematização
e produção científica de dados de
projetos de pesquisa e extensão

**Artigo científico publicado em
periódico (0,5 ponto por artigo)**

REVISTA DE
NUTRIÇÃO

Brazilian Journal of Nutrition

ORIGINAL
ORIGINALFood and Nutrition Policies
Políticas Públicas de Alimentação
e NutriçãoEditor
Maria Angélica Tavares de MedeirosConflict of interest
The authors declare that they have no
conflicts of interest.Received
March 25, 2022Final version
September 25, 2022Approved
February 1, 2023Popular Restaurants as strategies to
fight hunger and to promote Food
and Nutrition Security: an integrative
review of scientific publications in
the period 2011-2021*Restaurantes Populares como estratégias de
combate à fome e de promoção da Segurança
Alimentar e Nutricional: uma revisão integrativa
de publicações científicas no período de 2011-2021*Juliana Theodora Cunha de Oliveira¹ , Cristine Garcia Gabriel¹ , Mick Lennon
Machado¹ , Milena Corrêa Martins¹ , Liliana Paula Bricarello¹ , Francisco de Assis
Guedes de Vasconcelos¹ ¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Campus Reitor João David Ferreira
Lima, Florianópolis, SC, Brasil. Correspondence to: FAG VASCONCELOS. E-mail: <fvasconcelos@ufsc.br>**How to cite this article:** Oliveira JTC, Gabriel CG, Machado ML, Martins MC, Bricarello LP, Vasconcelos FAG. Popular
Restaurants as strategies to fight hunger and to promote Food and Nutrition Security: an integrative review of scientific
publications in the period 2011-2021. Rev Nutr. 2023;36:e220067. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202336e220067>

ABSTRACT

ObjectiveEvaluate the contribution of Popular Restaurants in promoting Food and Nutrition Security
and fighting hunger.**Methods**This is an integrative review with searches performed in Scopus, Virtual Health Library, Directory
of Open Access Journals, Scientific Electronic Library Online, Web of Science, PubMed and
Google Scholar databases. The capture of studies was limited to the period from 2011 to
2021. The articles were categorized according to the focus of the evaluation carried out,
conceptualization and thematic analysis procedures, and aggregated into five categories of
analysis: 1) users' profile; 2) food handlers; 3) leftovers, food loss and waste; 4) physical-functional
structure; and 5) promotion of the human right to adequate food.**Results**35 articles were included. There was a predominance of a quantitative approach and, among
the focus of the studies, the most recurrent was related to the "users' profile" (54%), followed
by the categories: "food handlers" (14%), "Leftovers, food loss and waste" (14%), "promotion of
the Human Right to Adequate Food" (12%), and "physical-functional structure" (6%). 88.5% of
the studies discuss the equipment in a sectorized way, evaluating specific items of the equipment
and/or the population served. Only four studies discussed Popular Restaurants as promoters
of the Human Right to Adequate Food.<https://doi.org/10.1590/1678-9865202336e220067>

Rev Nutr. 2023;36:e220067

<https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200183>

THEMATIC SECTION
HUNGER, FOOD AND NUTRITION
AND COVID-19

"Hunger and rage (and the virus) are human things": reflections on solidarity in times of Covid-19

"A fome e a raiva (e o vírus) é coisas dos home": reflexões sobre participação social em tempos de Covid-19

Juliana Theodora Cunha de OLIVEIRA¹  0000-0003-4671-372X
Anice Milbratz de CAMARGO²  0000-0002-1979-2998
Beatriz Oliveira Blackman MACHADO³  0000-0001-7749-8407
Anelise Rizzolo de OLIVEIRA³  0000-0002-4683-8736
Giovanna Medeiros Rataichesk FIATES¹  0000-0001-7830-1215
Francisco de Assis Guedes de VASCONCELOS¹  0000-0002-6162-8067

ABSTRACT

Brazil confirmed the first Covid-19 case in February 2020, in a framework of a massive introduction of neoliberal policies which worsen the potential to tackle the problem, especially, health, food and nutrition security and social assistance policies for vulnerable populations. In the absence of the State, civil society initiated a process of (re)constructing social participation actions to fight hunger in Brazil, either spontaneously or through organizations.

Objective

To identify and reflect about civil society's initiatives to curb hunger in connection with the Covid-19 pandemic in Brazil.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade, Florianópolis, 88040-900, Santa Catarina, SC, Brasil. Correspondence to: FAG VASCONCELOS. E-mail: <f.vasconcelos@ufsc.br>.

² Escola de Governo Fiocruz, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase em Saúde da População do Campo, Brasília, DF, Brasil.

³ Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, Brasília, DF, Brasil.

How to cite this article

Oliveira JTC, Camargo AM, Machado BOB, Oliveira AR, Fiates GMR, Vasconcelos FAG. "Hunger and rage (and the virus) are human things": reflections on solidarity in times of Covid-19. Rev Nutr. 2021;34:e200183. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200183>



<https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200085>

ORIGINAL

Government-subsidized restaurants in Brazil: an evaluation within the framework of food and nutrition security

Restaurantes populares brasileiros: avaliação no âmbito da segurança alimentar e nutricional

Juliana Theodora Cunha de OLIVEIRA¹  0000-0003-4671-372X

Cristine Garcia GABRIEL¹  0000-0002-5413-0826

Francisco de Assis Guedes de VASCONCELOS¹  0000-0002-6162-8067

Mick Lennon MACHADO¹  0000-0001-7550-1692

Claudia SOAR¹  0000-0002-7079-2360

Andhressa FAGUNDES²  0000-0003-4085-3270

ABSTRACT

Objective

The objective was to evaluate government-subsidized restaurants in southern Brazil according to current regulations and the National Food and Nutrition Security Policy.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, R. Eng. Agrônomo André Cristian Ferreira, s/n., Trindade, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil. Correspondence to: J.T.C. OLIVEIRA. E-mail: <juliana.theodora@yahoo.com.br>.

² Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Sergipe, SE, Brasil.

Article elaborated from the thesis by J.T.C. OLIVEIRA, entitled "Avaliação dos restaurantes populares no âmbito da segurança alimentar e nutricional". Universidade Federal de Santa Catarina; 2018.

Support: This research was funded by the Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN, Food and Nutrition Security Department) / Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, Ministry of Social Development). Public notice #01/2013.

How to cite this article

Oliveira JTC, Gabriel CG, Vasconcelos FAG, Machado ML, Soar C, Fagundes A. Government-subsidized restaurants in Brazil: an evaluation within the framework of food and nutrition security. Rev Nutr. 2020;33:e200085. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200085>



<http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180193>

ORIGINAL

Government-Subsidized Restaurants as promoters of the realization of the Human Right to Adequate Food: Proposal of an evaluation model

Restaurantes Populares enquanto promotores da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada: proposição de um modelo avaliativo

Juliana Theodora Cunha de OLIVEIRA¹  0000-0003-4671-372X

Cristine Garcia GABRIEL¹  0000-0002-5413-0826

Mick Lennon MACHADO¹  0000-0001-7550-1692

Marinez Fregulia REOS²  0000-0002-2280-9420

Claudia SOAR²  0000-0002-7079-2360

Débora Kurrle Rieger VENSKE¹  0000-0002-8726-8899

ABSTRACT

Objective

This article presents an evaluation model for Government-Subsidized Restaurants within the framework of the National Food and Nutrition Security Policy.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n., Trindade, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil. Correspondence to: CG GABRIEL. E-mail: <cristine.gabriel@ufsc.br>.

² Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Nutrição, Florianópolis, SC, Brasil.

Support: This research was funded by the *Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* (Food and Nutrition Security Department)/*Ministério do Desenvolvimento Social* (Ministry of Social Development). Public notice No.01/2013.

Article based on the thesis by JTC OLIVEIRA, entitled "*Avaliação dos Restaurantes Populares no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional*", Universidade Federal de Santa Catarina; 2018.

How to cite this article

Oliveira JTC, Gabriel CG, Machado ML, Reos MF, Soar C, DKR Venske. Government-Subsidized Restaurants as promoters of the realization of the Human Right to Adequate Food: Proposal of an evaluation model. *Rev Nutr.* 2019;32:e180193. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180193>



<http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180162>

THEMATIC SESSION
80th YEAR OF NUTRITION HISTORY IN BRAZIL

Nutritionist's job market: 80 years of history

Mercado de trabalho do nutricionista: 80 anos de história

Cristine Garcia GABRIEL¹  0000-0002-5413-0826

Juliana Theodora Cunha de OLIVEIRA¹  0000-0003-4671-372X

Barbara Leone SILVA¹  0000-0001-8677-2981

Andressa Araújo FAGUNDES²  0000-0003-4085-3270

Tatiana Canuto SILVA²  0000-0003-2288-7178

Claudia SOAR³  0000-0002-7079-2360

ABSTRACT

Objective

To analyze the increase in the number of nutritionists and the aspects of the job market in the last decade.

Methods

Critical test based on literature review and official data provided by nutrition councils and other entities.

Results

There was an average yearly increase of 8,248 nutritionists in the period from 2010 to 2017, having the largest contingent of professionals concentrated in the Brazilian Southeast region. In 2017 there were 126,539 nutritionists registered in the country's ten regional councils, practically twice as much as in 2009 (60,554 nutritionists). Even though the last nationwide research on the profile of nutritionists was performed in 2006, the production of local studies showed that more than half of the professionals voluntarily continued their education after graduating. In 2018 the Federal Council of Nutritionists updated the areas of work with details

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Campus Universitário, s/n., Trindade, 88040-9000, Florianópolis, SC, Brasil. Correspondence to: CG GABRIEL. E-mail: <cristine.gabriel@ufsc.br>

² Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Nutrição, Programa Pós-Graduação em Ciências da Nutrição. São Cristóvão, SE, Brasil.

³ Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Nutrição. Florianópolis, SC, Brasil.

How to cite this article

Gabriel CG, Oliveira JTC, Silva BL, Fagundes AA, Silva TC, Soar C. Nutritionist's job market: 80 years of history. Rev Nutr. 2019;32:e180162. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180162>



<http://dx.doi.org/10.1590/1678-98652018000400006>

ORIGINAL

State Plan for Food and Nutrition Security: Potentialities and limitations

Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional: potencialidades e limites

Mick Lennon MACHADO¹  0000-0001-7550-1692

Cristine Garcia GABRIEL¹  0000-0002-5413-0826

Claudia SOAR²  0000-0002-7079-2360

Janaina das NEVES¹  0000-0002-9026-9841

Juliana Theodora Cunha de OLIVEIRA¹  0000-0003-4671-372X

ABSTRACT

Objective

To identify potentialities and limitations for the execution of a State Plan for Food and Nutrition Security.

Methods

This is a qualitative research, using as a case the State Plan of Food and Nutrition Security of the state of Santa Catarina. The data were collected from an interview with eight key informants nominated by the executive secretaries of the Food and Nutrition Security Council and the Inter-Sectoral Food and the state Nutrition Security Board. The analysis took place through the Collective Subject Discourse method.

Results

The main potentialities were the quality of the plan and the structuring of the National System of Food and Nutrition Security in the state. The main limitations were related to the financial resources, to political interests and to the structure of the Management Chamber.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n., Trindade, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: CG GABRIEL. E-mail: <cristine.gabriel@ufsc.br>.

² Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Nutrição. Florianópolis, SC, Brasil.

Support: Ministério do Desenvolvimento Social, by the notice 01/2013.

Article based on the dissertation thesis of ML MACHADO, entitled: "Avaliação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina". Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

Como citar este artigo/How to cite this article

Machado ML, Gabriel CG, Soar C, Neves J, Oliveira JTC. State Plan for Food and Nutrition Security: Potentialities and limitations. Rev Nutr. 2018;31(4):413-22. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-98652018000400006>



DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v32i00.8680045>

Artigo de Revisão

Restaurantes Populares na pandemia: revisão integrativa. Barros, *et al.*

Segurança Alimentar e Nutricional

Atuação dos Restaurantes Populares na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de Covid-19: uma revisão integrativa

Ana Carolina Alencar de Barros¹ ; Camila da Silva Florintino¹ ; Juliana Theodora Cunha de Oliveira¹ ; Cristine Garcia Gabriel¹ ; Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos^{1*}

Introdução: Os Restaurantes Populares (RPs) são equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional. Com o aumento dos índices de Insegurança Alimentar (IA) durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, os serviços prestados pelos RPs podem ser compreendidos como estratégicos para promoção da Segurança Alimentar, em virtude dos seus objetivos e público-alvo preconizados. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi explorar a atuação, o funcionamento e as adaptações nas atividades dos Restaurantes Populares (RP) do Brasil durante a pandemia de Covid-19. **Metodologia:** Trata-se de revisão integrativa de literatura, realizada por meio da busca em 12 bases de dados. **Resultados:** Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados oito estudos, incluindo artigos, monografias, dissertações e teses, publicados de março de 2020 a novembro de 2025. Os achados foram ordenados em 4 categorias: 1) Demanda, oferta e acesso às refeições dos RPs; 2) Composição do cardápio e modo de distribuição das refeições; 3) Gestão dos RPs e dos demais serviços ofertados; e 4) Experiência dos usuários. **Conclusão:** Em relação à atuação e ao funcionamento, apesar dos desafios enfrentados, os RPs permaneceram em atividade utilizando estratégias inovadoras e equitativas para garantir a oferta regular de refeições saudáveis. Quanto às adaptações, as estratégias adotadas priorizam medidas para prevenção da disseminação de Covid-19 e oportunizaram melhorias administrativas.

Palavras-chave: Revisão, Restaurante Popular, Covid-19, Política Pública, Segurança Alimentar.

¹ Programa de Pós Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. *Endereço para correspondência: E-mail: Evasconcelos@ufsc.br ou franciscoassis742@gmail.com



Article

Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives

Natalia Tenuta ^{1,*} , Thaís Barros ², Romero Alves Teixeira ² and Rômulo Paes-Sousa ¹

¹ René Rachou Institute, Oswaldo Cruz Foundation (IRR-Fiocruz), Belo Horizonte 30190-002, Brazil; romulo.paes@fiocruz.br

² Department of Nutrition, Federal University of Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina 39100-000, Brazil; thais.barrosco@gmail.com (T.B.); romero.teixeira@ufvjm.edu.br (R.A.T.)

* Correspondence: nataliatenuta@gmail.com; Tel.: +55-31-992330826

Abstract: In recent decades food banks have become a worldwide response to the contradicting the coexistence of food losses and waste, on the one hand, and hunger and food insecurity on the other. In Brazil, food banks had a rapid expansion, becoming the object of public policy on Food and Nutrition Security and of non-profit private institutions. Our study presents an unprecedented overview of all the food banks currently active in the Brazilian territory, discussing their performances and perspectives. We conducted descriptive research, aiming to characterize the number, spatial distribution, performance, and modalities of operation of the Brazilian food banks. We mapped 217 active food banks and they all participated in the study. The results revealed the important capillarity of the food banks, which exist in all 27 Brazilian federative units, but also demonstrate the potential and need for expansion. Most of the Brazilian food banks has commercial establishments as their largest donor partners and have fruits and vegetables as their most donated items. They mostly complement the feeding of families at social risk and children served by social institutions. Food and nutrition education actions are offered by all the studied units to donor partners and beneficiary institutions and families.



Citation: Tenuta, N.; Barros, T.; Teixeira, R.A.; Paes-Sousa, R. Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives. *Int. J. Environ. Res. Public Health* **2021**, *18*, 12598. <https://doi.org/10.3390/ijerph182312598>

Academic Editor: Paul B. Tchounwou

Received: 19 July 2021

Accepted: 27 August 2021

Published: 29 November 2021

Publisher's Note: MDPI stays neutral with regard to jurisdictional claims in published maps and institutional affiliations.



Copyright: © 2021 by the authors. Licensee MDPI, Basel, Switzerland. This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Keywords: food banks; food losses and waste; food security; food and nutrition education; Brazil

1. Introduction

Over the past six decades, food banks have gained worldwide expression as an important and strategic response to the contradictory scenario in which food losses and waste (FLW) and food insecurity coexist. Although co-opted, in some regions of the world, by an uncritical logic based on charity [1], in other places, including Brazil, food banks are recognized for their positive impacts in reducing FLW and have been contributing to minimize the hunger and food insecurity caused by social inequalities [2,3].

The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) [4] states that, worldwide, about one-third of the food produced for human consumption is lost or wasted each year, which is equivalent, on average, to 1.3 billion tons, representing an annual economic loss of USD 940 billion, and emission of 4.4 gigatons of greenhouse gases. Food losses are defined as resulting from inadequate or inefficient procedures that cause loss or damage to food products in the processes of handling, transformation, storage, transportation, and packaging [5]. Food waste, on the other hand, refers to the reduction in the volume of food suitable for human consumption that occurs in the final stage of the food chain. In other words, it is a phenomenon associated with the inefficiency of the distribution (both wholesale and retail) and consumption processes and has a close relationship with conscious food consumption [6].

Food is a right for everyone and must be guaranteed, through actions of food and nutritional security, so that “all people, at all times, have physical and economic access to sufficient, safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life” [7]. However, according to the report “The State of Food

Security and Nutrition in the World” [8], in 2018 more than 820 million people (10.8%) in the world were in a state of malnutrition. Based on this contradiction, food insecurity can be defined as a situation “when people do not have adequate physical, social, or economic access to food” [9].

In this scenario, food banks play a strategic and responsible role by capturing food that is about to be lost or wasted and reintroducing it to the supply chain, providing access to adequate and safe food for people in situations of social, food, and nutritional vulnerability.

The first food bank was created in 1966 in the United States, and its original idea was to connect surplus food, with no commercial value, to the needs of a vulnerable population [1,10]. The food bank proposal expanded, reaching Canada in 1981, the United Kingdom in 1986, Spain in 1987, and Brazil in 1994, until it gained a global scale [11]. Presently, there are food banks in operation on all continents, many of them organized and articulated in major international, regional, and national networks. Currently, the Global Food Banking Network is the largest network which connects and empowers food banks affiliated to regional and national food banks networks in more than 40 countries [12].

The food banks operating around the world are generally initiatives of civil society that has a common *modus operandi* by collecting, storing, and distributing food donations of no commercial value to social welfare institutions or directly to vulnerable families. However, some of them have specific characteristics: in some countries, such as Canada, the government facilitates and encourages food donations; in the United States and Europe, the government provides financial resources to purchase food that complements donations [9,13–16].

The development of food banks in Brazil was late compared with some other countries, and it was marked by several peculiarities regarding those responsible for the initiatives, the operating ways, financiers, and supporters. The first Brazilian food bank (called Mesa São Paulo) was created in 1994 by private initiative of the Social Service of Commerce (Sesc) in São Paulo, the biggest city of the country, and mostly mirrored the United States model [17,18].

In the following year, the non-governmental organization ONG Banco de Alimentos was implemented as the first initiative mobilized by the civil society, also in São Paulo [17,18]. Later, in 2000, Mesa São Paulo became the Mesa Brasil Sesc Program and gained national status, expanding the initiative to other Brazilian regions. It currently presents active food banks in all 27 Brazilian federative units, including the federal district [19].

At the governmental level, a municipal food bank installed in Santo André (SP) in 2004 was the first experience of public initiative and management [17]. In the same year, a collective of private companies created a food bank in the state of Rio Grande do Sul. In three years, other units were implemented throughout that state, starting the first Brazilian food bank network, the Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, in 2010 [20].

All the Brazilian food bank initiatives presented above were initially mirrored in models from other countries, and most of them were driven by mobilization of the civil society. However, by their potential, food banks were incorporated in 2003 as an object of public policies in the Brazilian federal government’s Fome Zero Strategy, integrating the axis of actions articulating the access to food [21]. Through the National Department for Food and Nutritional Security (SESAN) of the now extinct Ministry of Social Development and Fight against Hunger (MDS), the Brazilian government supported the implementation of food banks in states, municipalities, and supply centers. In this program, was financed the preparation of basic architectural and engineering projects, the construction of the facilities, and the acquisition of equipment and consumables, expanding the fight against food losses and waste in the urban and peri-urban agrifood chain throughout the country [22,23].

One of the guidelines of Brazil’s National Food and Nutritional Security Policy (PN-SAN) indicated the need to “promote universal access to adequate and healthy food and supply and structuring of sustainable and decentralized systems”. In consonance with this guideline, in 2003 the Food Banks Program was created and supported by the Brazilian



Avaliação dos bancos de alimentos: uma revisão integrativa da literatura nacional

Mariana Tarricone Garcia¹, Erika Rodrigues da Silva², Rosana Derbas Mustapha³,
Denise Eugenia Pereira Coelho⁴, Giovanna Maurelli⁵, Regicely Aline Brandão Ferreira⁶,
Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral⁷ e Claudia Maria Bógus⁸

Esta é uma revisão de literatura que teve por objetivo sistematizar a produção científica e bibliográfica especializada acerca da avaliação de bancos de alimentos públicos, de acordo com os aspectos relativos ao seu funcionamento. As buscas foram realizadas a partir de bases e repositórios científicos e de *sites* governamentais, de instituições públicas e da sociedade civil, cujas agendas estão relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, no período de 2010 a 2020. Foram localizadas 240 publicações e, após exclusão dos estudos que não atendiam aos critérios de inclusão, seis estudos permaneceram na seleção. Foram identificados oito aspectos avaliados: gestão; público atendido e entidades beneficiadas; articulações; doadores; infraestrutura; alimentos; controle higiênico-sanitário; ações complementares. Os resultados dos estudos apontaram: baixa institucionalidade dos bancos de alimentos junto ao poder público; recursos humanos insuficientes, insustentáveis e com alta rotatividade; relação com entidades beneficiadas limitada à doação de alimentos; ações educativas principalmente de capacitação para manipuladores de alimentos; fragilidade na relação com doadores; necessidade de melhorias na infraestrutura; inadequações às regulamentações higiênico-sanitárias; e forte relação com o Programa de Aquisição de Alimentos. Os estudos de avaliação contribuíram com a identificação de pontos críticos para o avanço e sustentabilidade dos bancos de alimentos no país.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Assistência alimentar; Desperdício de alimentos.

Evaluation of food banks: an integrative review of national literature

This study is an integrative literature review aiming to systematize the scientific and bibliographic publications concerning studies evaluating public food banks according to their operational aspects. Searches were conducted on scientific repositories and websites (government, public institutions, and civil society) whose agendas are related to Food and Nutritional Security between 2010 and 2020. Two hundred forty publications were found and, after

¹ Instituto de Saúde – Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, São Paulo, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5124-8936>. E-mail: marianatarricone@gmail.com. Endereço para correspondência: Rua Santo Antônio, 590 – Bela Vista. São Paulo-SP. CEP: 01314-000.

² Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5816-7685>. E-mail: erikinhadod@gmail.com

³ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6369-2508>. E-mail: rosana.mustapha@gmail.com

⁴ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5550-7229>. E-mail: deepcoelho@gmail.com

⁵ Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5995-5384>. E-mail: giovanna.maurelli@hotmail.com

⁶ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7920-7658>. E-mail: rabrandao.ferreira@gmail.com

⁷ Instituto René Rachou – Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9891-3435>. E-mail: nataliatenuta@gmail.com

⁸ Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0925-2741>. E-mail: claudiab@usp.br

eliminating studies that did not meet the inclusion criteria, six studies were included. Eight aspects were identified: management; audience and benefited entities; articulations; donors; infrastructure; foods; hygienic-sanitary control; complementary actions. The results of the studies pointed: low institutionality of the food banks with the public authorities; insufficient and unsustainable human resources and with high turnover; relationship with benefited entities limited to the donation of food; educational actions mainly of training for food handlers; fragile relationship with its donors; improvements in infrastructure; inadequacies of hygienic-sanitary conditions; and a strong relationship with the Food Acquisition Program. Evaluation studies contributed to identifying critical points for the advancement and sustainability of food banks in the country.

Keywords: Food and Nutrition Security, food assistance, food wastefulness.

Submetido em: 22/04/2021

Accepto em: 03/09/2021

INTRODUÇÃO

Bancos de alimentos (BA) existem no Brasil desde a década de 1990, com a primeira iniciativa implantada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), na cidade de São Paulo^[1]. O primeiro BA de gestão governamental foi criado em 2000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo^[1]. No âmbito da institucionalização da luta contra a fome no país e da construção das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir de 2003, os BA passaram a integrar a agenda governamental de SAN por meio do Programa Banco de Alimentos (PBA) e, assim, compor o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), contribuindo para a articulação de circuitos alimentares locais e regionais e para a formação de sistemas públicos de abastecimento^[1].

Entre 2003 e 2012, a agenda do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) incentivou a construção e modernização de BA por meio de editais de seleção pública disponíveis para municípios de todo o país^[2]. Em 2012, houve incentivo à implantação de BA nas Centrais de Abastecimento (CEASA) por meio da abertura de edital público de seleção específico para implantação ou modernização de BA que já existiam nessa modalidade^[3]. Nos anos seguintes até 2016, não foram destinados recursos para incentivo ao PBA, sendo retomados em 2017 os incentivos voltados à implementação e qualificação de estruturas físicas já existentes^[2]. Houve expansão dos BA e, atualmente, há BA em todos os estados do país

e Distrito Federal, com predominância nas regiões Sudeste e Sul, conforme dados do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) de 2018^[4].

Os BA têm por objetivos garantir a SAN e combater as perdas e desperdícios de alimentos que ocorrem na cadeia produtiva, realizando essa função por meio da arrecadação, seleção, armazenamento e distribuição de alimentos a populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. A fome e as perdas e desperdício de alimentos são duas faces do sistema alimentar brasileiro, configurado pela grande produção e exportação de produtos agrícolas, convivendo ainda com altos níveis de insegurança alimentar na população^[5-7].

A mais recente Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-18) revelou que 36,7% dos domicílios brasileiros apresentaram algum grau de insegurança alimentar^[8]. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil indicou que essa situação se agravou com a pandemia, com 55,2% dos domicílios convivendo com algum grau de insegurança alimentar, dos quais 9% em situação de insegurança alimentar grave, chegando a 12% na área rural^[9].

Em relação às perdas e desperdício de alimentos, como reforça Belik^[10], há uma dificuldade importante em mensurar tais dados, resultado de diferenças conceituais e da ausência de padronização metodológica. As perdas de alimentos, estão



A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos

Natalia Tenuta¹ e Romero Alves Teixeira²

Bancos de Alimentos são equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional destinados a captar alimentos perdidos e desperdiçados ao longo da cadeia produtiva e distribuir para pessoas em vulnerabilidade social e alimentar. Este estudo buscou verificar se a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos interfere na eficácia quanto ao propósito precípua de combate às perdas e desperdícios de alimentos de 10 Bancos de Alimentos públicos municipais de Minas Gerais. Estudo transversal descritivo, de enfoque avaliativo misto, integrando abordagens quantitativa e qualitativa. Avaliação externa, de natureza somativa e realizada *ex-post*. A coleta de dados se deu por entrevista estruturada, submetida à análise de conteúdo, e pesquisa documental retrospectiva para construção de indicadores de eficácia. Em 90% dos equipamentos verificou-se uma crescente participação do Programa de Aquisição de Alimentos em detrimento ao cumprimento do objetivo primordial de combate às perdas e desperdícios de alimentos, interferindo na eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais. Mais estudos são necessários para verificar se há resultados semelhantes em outros Bancos de Alimentos do país.

Palavras-chave: Bancos de Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos, avaliação, eficácia, perdas e desperdícios de alimentos.

Effectiveness of Food Banks in combating food loss and waste in Minas Gerais

Food banks are public food security facilities designed to collect food lost or wasted throughout the production chain and to distribute to groups in social and food vulnerability. This study aims to verify if the effective combat to food loss and waste within 10 municipal Food Banks from Minas Gerais is affected when these facilities accumulate the activities of the Food Acquisition Program. A transversal and descriptive study with mixed evaluative focus was carried out, using qualitative and quantitative approaches. An ex-post evaluation external, of summative nature was performed. Data were obtained through structured interviews submitted to content analysis followed by a retrospective documentary research, which was used to build the effectiveness indicators. A growing participation of the Food Acquisition Program was observed in 90% of the facilities evaluated, with a consequent decrease in combating food loss and waste, affecting the effectiveness of the Food Banks in Minas Gerais. Further studies are necessary to investigate similar findings in the facilities from other states of the country.

¹ Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente. Endereço para correspondência: Avenida Barão de Paraúna nº 378, apartamento 02, Bairro Presidente – Diamantina, Minas Gerais, Brasil. CEP: 30100-000. Telefone: (31) 99233-0826. E-mail: nataliatenuta@gmail.com

² Doutor em Ciências da Saúde. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde. Departamento de Nutrição. E-mail: romeroalvesteixeira@gmail.com

Keywords: Food Banks, Food Acquisition Program, evaluation, effectiveness, food loss and waste.

INTRODUÇÃO

Perdas e desperdícios de alimentos configuram um agravamento do modelo de abastecimento e do comportamento alimentar das cidades contemporâneas e é um tema em ascensão na discussão, devido à sua magnitude e aos grandes impactos ambientais, financeiros e sociais relacionados.

Em um cenário mundial paradoxal, em que 795 milhões de pessoas passam fome ^[1] cerca de um terço dos alimentos produzidos para o consumo humano – em média, 1,3 bilhões de toneladas por ano – é perdido ou desperdiçado em todo o mundo, acarretando em uma perda econômica anual de US\$ 940 bilhões e uma emissão de 4,4 gigatoneladas de gases de efeito estufa por ano ^[2]. Dados brasileiros sobre perdas e desperdícios de alimentos são imprecisos e não sistematizados ^[3], o que impossibilita reconhecer a magnitude do problema a nível nacional. No entanto, é possível estimar, pelos dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, que, em países latino-americanos, 28% dos alimentos que chegam ao final da cadeia são desperdiçados ^[4].

Todos esses efeitos requerem uma parceria colaborativa para que seja possível suportar as necessidades das gerações presentes e futuras. Deve ser prioridade da agenda global o consumo e as produções sustentáveis, considerando a gestão sustentável dos recursos naturais e a adoção de medidas urgentes sobre a mudança climática. Ainda, cabe à agenda global de segurança alimentar e nutricional (SAN) erradicar a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável ^[5].

A Meta 12.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas estabelece que, até 2030, se reduza pela metade o desperdício de alimentos *per capita* mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e se reduza as perdas de

alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita ^[5].

Perdas de alimentos são decorrentes de procedimentos inadequados ou pouco eficientes que causam perdas ou danos aos produtos alimentícios nos processos de manipulação, transformação, estocagem, transporte e embalagem ^[6]. O desperdício de alimentos refere-se à redução do volume de alimentos destinados exclusivamente à alimentação humana e que ocorre na etapa final da cadeia alimentar, ou seja, é um fenômeno associado à ineficiência do processo de distribuição (atacado e varejo) e de consumo e possui estreita relação com o consumo consciente dos alimentos ^[3].

No Brasil, diversas estratégias para redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos foram implementadas nas últimas décadas, merecendo destaque, no escopo deste trabalho, a iniciativa do Governo Federal, o Programa Banco de Alimentos.

Bancos de Alimentos (BA) são equipamentos públicos de SAN que atuam no recebimento de doações de alimentos oriundos de qualquer etapa da cadeia alimentar e que seriam descartados por estarem fora dos padrões para a comercialização. Por estarem adequados para o consumo humano, os alimentos recebidos são repassados a instituições sociais e complementam a alimentação de pessoas em vulnerabilidade social e insegurança alimentar ^[7].

Atualmente, o país conta com 81 Bancos de Alimentos em funcionamento e 26 em fase de implantação, o que corresponde a um investimento de recursos públicos de R\$ 44.078.343,17 ^[8]. A média mensal de alimentos distribuídos pelos equipamentos de todo o país, no ano de 2016, foi de 950 toneladas ^[8].

Os BA contribuem com a redução de perdas e desperdícios de alimentos, com a redução da fome e da insegurança alimentar e nutricional, por meio da complementação de refeições, e com o abastecimento alimentar das localidades onde estão instalados. O abastecimento pode ser potencializado recorrendo à associação com outros programas de SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ^[9].

A LÓGICA DA INTERVENÇÃO E OS INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS

THE INTERVENTION LOGIC AND THE MONITORING AND EVALUATION INDICATORS OF BRAZILIAN FOOD BANKS

Natalia Teruta¹

Romero Alves Teixeira²

Rômulo Paes-Sousa³

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de um mapa de processos e resultados dos bancos de alimentos brasileiros e propor um conjunto de indicadores para seu monitoramento e avaliação. A pesquisa realizada baseou-se no acervo teórico dos conceitos e técnicas de monitoramento e avaliação de programas sociais e no conteúdo técnico disponível para os bancos de alimentos nacionais. Para elaboração do nosso trabalho, os percursos metodológicos escolhidos partiram da abordagem qualitativa, recorrendo a análise documental e entrevistas semi-estruturadas com diversos atores dos bancos de alimentos, etapas que serviram para identificar seus principais componentes, descrever sua intervenção social e, por fim, construir o painel de indicadores. Foram identificados os objetivos dos bancos de alimentos, os contextos e recursos necessários para seu funcionamento, sua dinâmica e seus produtos, resultados e impactos esperados. A partir dessas informações, a lógica dos bancos de alimentos foi sintetizada em um Mapa de Processos e Resultados, que apoiou a proposta de um Mapa de Indicadores. Com essa proposta de mapas, descrevemos os bancos de alimentos brasileiros a partir de seus principais componentes, podendo orientar a elaboração de planos viáveis de avaliação e monitoramento para verificação do seu desempenho enquanto estratégia para a segurança alimentar e nutricional.

¹ MSc, é nutricionista e pesquisadora, especialista em gestão de bancos de alimentos e doutoranda em Saúde Coletiva pela Fiocruz Minas. Tem interesse em políticas de segurança alimentar e nutricional e combate às perdas e desperdícios de alimentos. É consultora de redes brasileiras de bancos de alimentos (Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e Rede Mesa Brasil Sesc). Trabalhou como consultora da FAO e da UNESCO no Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Cidadania. E-mail: nataliatenuta@gmail.com

² Nutricionista, doutor em ciências da saúde. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, lecionando no curso de graduação em Nutrição e nos programas de pós-graduação em Ciências da Nutrição e Saúde, Sociedade e Meio Ambiente. É pesquisador na área de Nutrição e Saúde Pública, com ênfase em Promoção da Saúde, Vigilância Sanitária, Epidemiologia Nutricional e Segurança Alimentar. E-mail: romeroalvesteixeira@gmail.com

³ MD, PhD, é especialista em políticas de saúde e proteção social, interessado em políticas de erradicação da pobreza, políticas de proteção social, indicadores de desigualdade social e técnicas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) aplicadas a estudos sociais e urbanos. É Pesquisador Sênior da Fiocruz (Brasil) e Associado Honorário do Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex (Reino Unido). No início de sua carreira, foi Vice-Ministro do Desenvolvimento Social do Brasil e Secretário Nacional de Avaliação e Gestão da Informação na mesma instituição; e Diretor do Centro Mundial do PNUD para o Desenvolvimento Sustentável. Trabalhou como assessor e consultor internacional em política de proteção social e monitoramento e avaliação na América Latina, África e Ásia para o PNUD, FAO, BID, OPAS, Banco Mundial e DFID. E-mail: romulo.paes@fiocruz.br

Palavras-chave: Bancos de Alimentos; Teoria da Mudança; Monitoramento e Avaliação.

Abstract:

This paper aims to present a map of processes and results of the Brazilian food banks, and to propose a set of indicators for their monitoring and evaluation. Our research grounds on up-to-date theoretical concepts and on modern techniques for monitoring and evaluating social programs, taking into account the available technical content about the Brazilian food banks. The applied methodology started from a qualitative approach, using document analysis and semi-structured interviews with different actors, were used to identify the main components of the food banks, describe their social intervention and ultimately to build the panel of indicators. The fundamental objectives of the Brazilian food banks, the context and resources necessary for their operation, their dynamics and their expected products, results and impacts were identified. Based on this information, the logic behind the Brazilian food banks was synthesized in a Map of Processes and Results, which supported the proposal of a Map of Indicators. By using this maps approach, we were able to describe Brazilian food banks based on their main components, a result that could guide the elaboration of viable plans for the evaluation and monitoring of food banks, to verify their performance as a Food Security strategy.

Keywords: Food Banks; Theory of Change; Monitoring and Evaluation.

1. Introdução

O conceito de bancos de alimentos brasileiros está em constante construção e continua sendo forjado à medida que evoluem as reflexões acerca de seus objetivos fundamentais, modalidades operacionais e de gestão existentes, e de como os processos estão sendo construídos e operacionalizados nas diversas experiências distribuídas no país.

O decreto que (re)instituiu a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos define bancos de alimentos como:

(...) estruturas físicas ou logísticas que ofertam o serviço de captação ou de recepção e de distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores público ou privado a: I - instituições públicas ou privadas prestadoras de serviços de assistência social, de proteção e de defesa civil; II - instituições de ensino; III - unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes; IV - penitenciárias, cadeias públicas e unidades de internação; V - estabelecimentos de saúde; e VI - outras unidades de alimentação e de nutrição. (...) As estruturas logísticas (...) consistem em metodologias do tipo colheita urbana, que se caracterizam pela coleta e pela entrega imediata dos alimentos doados, sem a necessidade de local físico para armazenagem. (BRASIL, Art. 1º, § 1º e 2º, 2020)

No Brasil, nas últimas três décadas, os bancos de alimentos contribuíram expressivamente para recuperação de alimentos, para complementação de cardápios de instituições socioassistenciais e de



Perfil nutricional dos alimentos doados por bancos de alimentos públicos da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Thaís Pereira Barros^{1*}, Natalia Tenuta² e Romero Alves Teixeira³

Foi realizada pesquisa quantitativa descritiva, de natureza exploratória, avaliando o perfil nutricional dos alimentos doados por quatro bancos de alimentos públicos da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, em 2018. Os alimentos foram agrupados e classificados segundo a primeira edição do Guia alimentar para população brasileira e a classificação NOVA. A análise estatística descritiva simples demonstrou que os estoques operacionais eram compostos por 45,2% de hortaliças, 25,2% de frutas, 15,6% de cereais, raízes e tubérculos, e 14,0% pelos outros grupos, leite e derivados, leguminosas, carnes e ovos, açúcares e doces, e óleos e gorduras. Os alimentos *in natura*, minimamente processados e ingredientes culinários, categorizados em saudáveis, compuseram 95,5% das doações em todos os bancos de alimentos, demonstrando que estão atuando na perspectiva da segurança alimentar e nutricional e da alimentação adequada e saudável.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional, valor nutritivo, qualidade dos alimentos.

Nutritional profile of foods donated by public food banks in the metropolitan region of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil

We report the results of a descriptive quantitative research, exploratory in nature, which evaluated the nutritional profile of the food donated to four public food banks of the metropolitan region of Belo Horizonte (Minas Gerais, Brazil) in 2018. The food was grouped and classified according to both the first edition of the “Food guide for the Brazilian population” and the “NOVA classification”. A descriptive statistical analysis demonstrated that the operating inventories of the food banks were composed of 47.9% vegetables, 26.4% fruits, 17.9% cereals, roots and tubers, and 7.8% other groups (milky products, legumes, meat and eggs, sugars and candies, and oils and fats).

¹ *Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição (Mestrado), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço para correspondência: Rodovia MG-367, km 583 nº 5.000, Alto da Jacuba, Diamantina, Minas Gerais, Brasil, CEP 39100-000. E-mail: thais.barrosco@gmail.com. ID ORCID: 0000-0003-4809-3181.

² Pós-graduanda no Programa em Saúde Coletiva (Doutorado), no Instituto René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: nataliatenuta@gmail.com. ID ORCID: 0000-0002-9891-3435.

³ Departamento de Nutrição, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: romeroalvesteixeira@gmail.com. ID ORCID: 0000-0001-6623-8239.

Fresh foods, minimally processed foods and culinary ingredients, here categorized as healthy food, made up 95.5% of the donations in all food banks, demonstrating that they are working from the perspective of food security and healthy eating.

Keywords: Food security, nutritive value, food quality.

Submetido em: 17/08/21

Aceito em: 25/11/22

INTRODUÇÃO

Um terço de todo o alimento produzido no mundo é perdido ou desperdiçado todos os anos, representando 1,3 bilhão de toneladas de alimentos que não são consumidos. Dados brasileiros de perdas e desperdícios de alimentos não estão sistematizados, mas, segundo a Organização das Nações Unidas, o Brasil está entre as dez nações que mais desperdiçam^[1]. Outro dado global alarmante é que 690 milhões de pessoas, entre o período de 2018 a 2019, estavam em condições de subalimentação. No Brasil, 10,3 milhões de brasileiros encontravam-se em subalimentação, nesse mesmo período^[2].

Compromissos globais, a exemplo dos Objetivos 2.1 e 12.3 da Agenda 2030 das Nações Unidas, estão sendo assumidos sistematicamente para mudar esta realidade^[3]. Com o mesmo propósito, no Brasil, estratégias e ações estão sendo desenvolvidas e aprimoradas, com destaque para os bancos de alimentos. Nesse contexto brasileiro, os bancos de alimentos estão orientados pelos objetivos de: 1- combater as perdas e desperdícios de alimentos, por meio da reintrodução desses alimentos na cadeia de abastecimento; 2- promover a segurança alimentar e nutricional, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável à população beneficiária; e 3- promover a educação alimentar e nutricional, com vistas a qualificar a agenda de promoção da alimentação adequada e saudável^[4]. Esse tripé orientador permite a integração de esforços para a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira.

Os bancos de alimentos operam como estruturas físicas e/ou logísticas que ofertam o serviço de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de

gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos e que são direcionados às instituições públicas ou privadas caracterizadas como prestadoras de serviço de assistência social, de proteção e defesa civil, unidades de ensino e de justiça, estabelecimentos de saúde e demais unidades de alimentação e nutrição. As estruturas logísticas referem-se a metodologias do tipo “colheita urbana”, as quais se caracterizam pela coleta e entrega imediata dos alimentos doados, excluindo a necessidade de local físico para armazenagem^[4].

No Brasil, são 217 unidades em funcionamento, sob gestão de quatro modalidades distintas, conforme mapeadas por Tenuta e colaboradores (2021)^[5]: I) bancos de alimentos dos entes federados (denominados por este estudo como públicos), II) bancos de alimentos das Centrais de Abastecimento (CEASAS), III) bancos de alimentos das organizações da sociedade civil, e IV) bancos de alimentos dos serviços sociais autônomos^[5]. De atuação regional e local, redes de articulação de bancos de alimentos estão organizadas em várias localidades do país, com destaque pelo pioneirismo da Rede Metropolitana de Bancos de Alimentos de Minas Gerais (RMBA-MG), localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais (MG). Nesta rede, cinco bancos de alimentos públicos, um de iniciativa da sociedade civil e um do serviço social autônomo articulam-se entre si para operacionalizarem sua gestão e logística^[6].

As instituições socioassistenciais cadastradas nos bancos de alimentos possuem atuação estratégica e fundamental para contribuir com a segurança alimentar e nutricional dos usuários atendidos, uma vez que garantem parte do acesso à uma alimentação regular, adequada e saudável. Todo o quantitativo do estoque operacional de alimentos doados pelos

**Resumo simples ou expandido (0,2
ponto por resumo)**

**Anais do Congresso
Nacional de Alimentos e
Nutrição**

• ANAIS •

ISSN 22362495

4º edição

Even3

Ouro Preto/MG 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Anais do Congresso Nacional de Alimentos e Nutrição. Anais...Ouro Preto(MG) Centro de Artes e Convenções da UFOP, 2019

Disponível em <www.even3.com.br/anais/CONAN>

ISSN: 22362495

1. Química e ciências afins 2. Medicina e saúde

Centro de Artes e
Convenções da UFOP

CDD - 370

CORPO EDITORAL

COMISSÃO CIENTÍFICA

PROFA. DRA. ADALIENE VERSIANI MATOS FERREIRA (UFMG)
PROFA. DRA. ADRIANA CAMURÇA PONTES SIQUEIRA (UFC)
PROFA. DRA. ADRIANA LÚCIA MEIRELES (UFOP)
PROF. DR. ANDRÉ TALVANI PEDROSA DA SILVA (UFOP)
PROFA. DRA. DANIELA CALDEIRA COSTA (UFOP)
PROF. DR. FABIANO ALVES DE OLIVEIRA (CEFET/RJ)
PROF. DR. FABIANO KENJI HARAGUCHI (UFES)
PROFA. DRA. FERNANDA GUIMARÃES DRUMMOND E SILVA (UFOP)
DR. GUSTAVO SILVEIRA BREGUEZ (UFOP)
PROFA. DRA. HELEN HERMANA MIRANDA HERMSDORFF (UFV)
PROFA. DRA. HÉRCIA STAMPINI DUARTE MARTINO (UFV)
PROFA. DRA. ISABELA COELHO DE CASTRO (UFLA)
PROFA. DRA. JULIANA COSTA LIBOREDO (UFOP)
PROFA. DRA. KARINA BARBOSA QUEIROZ (UFOP)
PROFA. DRA. LETÍCIA TAMIE PAIVA YAMADA (UNIFAL)
PROFA. MSC. LETÍCIA TERRONE PIERRE (IFMG)
PROFA. DRA. LUCILÉIA GRANHEN TAVARES COLARES (UFRJ)
PROFA. DRA. MARIANA CARVALHO DE MENEZES (UFOP)
PROFA. DRA. MARIANA MIRELLE PEREIRA NATIVIDADE (UFLA)
PROFA. DRA. MAYSA HELENA DE AGUIAR TOLONI (UFLA)
PROFA. DRA. NATÁLIA CALDEIRA DE CARVALHO (UFOP)
PROFA. DRA. PRISCILA CARDOSO FIDELIS (UFOP)
PROF. DR. RAFAEL MOREIRA CLARO (UFMG)
PROFA. DRA. RAQUEL DE DEUS MENDONÇA (UFOP)
PROFA. DRA. SILVANA MARA LUZ TURBINO RIBEIRO (UFOP)
PROFA. DRA. SIMONE DE VASCONCELOS GENEROSO (UFMG)
PROFA. DRA. SYLVIA DO CARMO CASTRO FRANCESCHINI (UFV)

PROFA. DRA. ÚRSULA VIANA BAGNI (UFRN)
PROFA. DRA. VANESSA MORAES BEZERRA (UFBA)

COMISSÃO ORGANIZADORA

PROFA. DRA. ADRIANA LÚCIA MEIRELES (UFOP)
PROFA. DRA. ALINE CRISTINE SOUZA LOPES (UFMG)
ALINE PENA TESTASICCA SILVA (UFOP)
ANA LUIZA ALMEIDA UMBELINO (UFOP)
PROFA. DRA. CLÁUDIA ANTÔNIA ALCÂNTARA AMARAL (UFOP)
PROF. DR. DENNYS ESPER CORRÊA CINTRA (UNICAMP)
MSC. DORINA ISABEL GOMES NATAL (UFOP)
PROF. DR. ERICK ORNELLAS NEVES (UFOP)
FRANCIELE FREDERICO MARTINS (UFOP)
DR. GUSTAVO SILVEIRA BREGUEZ
PROF. MSC. JOSÉ ARMANDO ANSALONI (UFOP)
PROFA. DRA. JOSEFINA BRESSAN (UFV)
PROFA. DRA. JÚLIA CRISTINA CARDOSO CARRARO (UFOP)
PROFA. MSC. LETÍCIA TERRONE PIERRE (IFMG)
PROF. DR. MARCOS COELHO BISSOLI (UNIFAL)
PROF. DR. MICHEL CARDOSO DE ANGELIS PEREIRA (UFLA)
PROFA. DRA. MIRIAM CARMO RODRIGUES BARBOSA (UFES)
PROFA. DRA. RENATA NASCIMENTO DE FREITAS (UFOP)
PROFA. DRA. ROSEANE MOREIRA SAMPAIO BARBOSA (UFF)

RESUMO COPGAN - PROJETO MESTRADO/DOUTORADO - COPGAN -
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

**REDE NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS: UMA AVALIAÇÃO DOS
RESULTADOS DE DESEMPENHO E CONTRIBUIÇÃO PARA A
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, REDUÇÃO DE PERDAS E
DESPERDÍCIOS DE ALIMENTOS E EDUCAÇÃO ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO BRASIL**

Natalia Tenuta Kuchenbecker Do Amaral (nataliatenuta@gmail.com)

Romero Alves Teixeira (romeroalvesteixeira@gmail.com)

Rômulo De Sousa Paes (romulo.paes@minas.fiocruz.br)

INTRODUÇÃO: Os bancos de alimentos (BA) integram a rede de fortalecimento da área de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva, contribuindo para a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira. Estão norteados por três objetivos: Combate às perdas e desperdícios de alimentos; Segurança alimentar e nutricional da população beneficiária; Educação alimentar e nutricional. Atualmente, o Brasil conta com uma rede de 225 BA em funcionamento, de quatro modalidades (BA públicos, implantados em Centrais de Abastecimento, de iniciativa das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais autônomos). Até o momento, avaliações técnico-científicas sobre BA foram realizadas, contudo, apresentando restrições de abrangência territorial e de modalidade. Ainda, pesquisadores desvelaram que uma amostra de BA públicos está perdendo sua finalidade original de redução de perdas e desperdícios por uma conjuntura técnico-operacional. O projeto de pesquisa propõe a realização de uma pesquisa

ANAIS DA II SEMANA DA INTEGRAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Exercício da Indissociabilidade



XV Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica
V Mostra de Pós-Graduação
V Simpósio de Extensão
II Mostra de Ensino

ANA CRISTINA LACERDA
(PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA)
LUCAS FRANCO FERREIRA
(COORDENADOR DA COMISSÃO CIENTÍFICA)



ANAIIS DA II SEMANA DA INTEGRAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Diamantina - MG
Junho de 2013

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Sistemas de Bibliotecas da UFVJM
Bibliotecária Nathália Machado Laponez Maia - CRB6-3002

S471a Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (2. : 2013 :
2013 Diamantina, MG).

Anais [da] II Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão, 05 - 08 de junho de 2013 / Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação (orgs.). - Diamantina: SINTEGRA/UFVJM, 2013.

1128 p.

ISSN: 2238-7633

Evento organizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) para integrar a XV Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica com a V Mostra de Pós-Graduação, com o V Simpósio de Extensão, com a II Mostra de Ensino, no período de 5 a 8 de junho.

1. Ciências exatas e da terra. 2. Ciências biológicas. 3. Ciências da saúde. 4. Ciências humanas. 5. Ciências sociais. 6. Ciências agrárias. I. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Graduação. IV. Título.

CDD 001.4

Elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



APOIO



COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

Ana Cristina Rodrigues Lacerda

Comunicação/Cerimonial/Patrocínios

Amanda Thomaz Monteiro

Organização de Temas e Palestras

Márcia Maria Oliveira Lima

José Barbosa dos Santos

Ana Catarina Perez Dias

Orlanda Mabel Cordini De Rosa

Secretariado

Diva Machado Alves Pereira

Márcia de Jesus Quaranta

Logística e Infraestrutura

Ana Cristina Rodrigues Lacerda

Cinthya Rocha Tameirão

Débora Fernandes de Melo Vitorino

Helga Silva Espigão

Jean Carlo Laughton de Sousa

Científica (Pesquisa, Ensino e Extensão)

Lucas Franco Ferreira

Paulo Afrânio Sant'Anna

Roseli Aparecida dos Santos

Flávio César Freitas Vieira

Célio Marcos dos Reis Ferreira

Marcela Carlota Nery

Elizabethe Adriana Esteves

Eventos culturais e sociais

Nadja Maria Gomes Murta

Silvio Diogo Lourenço dos Santos

Renato da Conceição Oliveira

Desenvolvimento de Website e

Sistemas

Arlindo Follador Neto

Lucas Franco Ferreira

Equipe Staff

Norberto Geraldo Lima Magalhães

Divulgação

Flaviana Tavares Vieira

Apoio DTI

Alexandre Ramos Fonseca

Apoio técnico

Mateus Andrade

ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DE UM BANCO DE ALIMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS

NATALIA DE OLIVEIRA TENUTA

E-mail: nataliatenuta@gmail.com

Submissor: NATALIA DE OLIVEIRA TENUTA

Área/Subárea: CIÊNCIAS DA SAÚDE / NUTRIÇÃO

Categoria: Pesquisa

Resumo: Introdução: Bancos de Alimentos (BA) são equipamentos públicos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que têm como objetivo combater o desperdício de alimentos e contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional da população beneficiária. Alimentos fora dos padrões de comercialização, sem restrição de caráter sanitário, são doados aos BAs e passam pelas etapas de triagem, processamento e porcionamento, e então são distribu-ídos gratuitamente para entidades cadastradas, complementando as refeições da população assistida. Pelo seu modo de operar, um BA caracteriza-se como Unidade de Alimentação e Nutrição, devendo ser um serviço organizado, compreendendo uma sequência de atos. Nestas unidades, o planejamento físico é fundamental para a adequação das instalações aos objetivos propostos, garantindo uma operacionalização conforme os padrões qualitativos desejados, do ponto de vista técnico e higiênico-sanitário. Para tal, são utilizadas as Resoluções RDC no 216 e RDC no 275, empregadas também para verificar o nível de adequação diante da legislação em vigor. Objetivos: Analisar a estrutura física de um BA e propor alterações baseadas na legislação vigente, culminando em uma nova planta baixa. Metodologia: O trabalho foi desenvolvido no BA da região metropolitana de Belo Horizonte. Utilizou-se uma abordagem quantitativa, baseada em coleta de dados, análise observacional e pesquisa documental. Foi analisada a planta baixa original, utilizada no convênio firmado entre o município e o Governo Federal e, posteriormente, realizada a avaliação da estrutura predial utilizando o guia de inspeção da RDC nº 275 e do Roteiro de Implantação para BAs. O guia foi aplicado por meio de observações no próprio local. Avaliou-se ambiente, edificações e instalações, considerando atendimento ao item observado, não conformidade e não aplicação do item à unidade. A operacionalização foi observada através da elaboração e análise de um esquema de fluxos. Resultados e discussão: Dos itens observados, dois estavam em conformidade, 11 em não conformidade e 3 não se aplicaram, representando, 12,5%, 68,75% e 18,75%, respectivamente. Os resultados do guia foram classificados como aprovado, com conformidades maiores que 75% e reprovado, com conformidades menores que 75%. A unidade analisada apresentou 68,75% de itens em não conformidade, considerada, portanto, inadequada. Em relação ao fluxo, observou-se interrupções e cruzamentos, o que prejudica a adequada utilização dos setores. Considerações finais: O estudo demonstrou a necessidade de redefinição dos setores e adequação da estrutura física de acordo com a legislação. Sendo assim, foi elaborada uma nova planta baixa, apresentando Área de Produção, Setor Administrativo e Setor Capacitação/Cozinha Experimental. Ainda, a pesquisa reforça a necessidade de uma equipe técnica capacitada para a elaboração dos projetos civis de BAs, de maneira a garantir uma correta alocação dos recursos públicos.

Apoio: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ANAIS DA III SEMANA DA INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Educação em rede: universidade
pública e formação básica



**XVI Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica
VI Mostra de Pós-Graduação
VI Simpósio de Extensão
III Mostra de Ensino**

DÉBORA FERNANDES DE MELO VITORINO
(PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA)
LUCAS FRANCO FERREIRA
(COORDENADOR DA COMISSÃO CIENTÍFICA)



ANAIS DA III SEMANA DA INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Diamantina - MG
Maio - 2014

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Sistemas de Bibliotecas da UFVJM
Bibliotecária Nathália Machado Laponez Maia - CRB6-3002

S471a Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (3. : 2014 :
2014 Diamantina, MG).

Anais [da] III Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão, 21 - 23 de maio de 2014 / Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação (orgs.). - Diamantina: SINTEGRA/UFVJM, 2014.

781 p.

ISSN: 2238-7633

Evento organizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura PROEXC da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) para integrar a XVI Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica com a VI Mostra de Pós-Graduação, com o VI Simpósio de Extensão, com a III Mostra de Ensino, no período de 21 a 23 de maio.

1. Ciências exatas e da terra. 2. Ciências biológicas. 3. Ciências da saúde. 4. Ciências humanas. 5. Ciências sociais. 6. Ciências agrárias. I. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Graduação. IV. Título.

CDD 001.4

Elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



APOIO



COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

Débora Fernandes de Melo Vitorino

Organização de Temas e Palestras

Márcia Maria Oliveira Lima

Flávio César Freitas Vieira

Orlanda Mabel Cordini De Rosa

Científica (Pesquisa, Ensino e Extensão)

Cíntia Pimenta Araújo

Lucas Franco Ferreira

Débora Fernandes de Melo Vitorino

Flávio César Freitas Vieira

Célio Marcos dos Reis Ferreira

Alexandre Barbosa

José Barbosa dos Santos

Desenvolvimento de Website e

Sistemas

Arlindo Follador Neto

Lucas Franco Ferreira

Comunicação /Patrocínios

Amanda Thomaz Monteiro

Secretariado

Diva Machado Alves Pereira

Márcia de Jesus Quaranta

Logística e Infraestrutura

Helga Silva Espigão

Adriana Netto Parentoni

Jean Carlo Laughton Sousa

Paulo Henrique Vilela

Gildásio Antônio Fernandes

Eventos culturais e sociais

Nadja Maria Gomes Murta

Silvio Diogo Lourenço dos Santos

Renato da Conceição Oliveira

Equipe Staff e Cerimonial

Norberto Geraldo Lima Magalhães

Fernanda de Alencar M. Albuquerque

Apoio DTI

Milton Cavalcante Leite Júnior

Apoio técnico

Mateus Andrade

Gustavo Bastos Godoi

SINT300 - AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS BANCOS DE ALIMENTOS DE MINAS GERAIS, BRASIL

NATALIA DE OLIVEIRA TENUTA

E-mail: nataliatenuta@gmail.com

Submissor(a): NATALIA DE OLIVEIRA TENUTA

Área/Subárea: CIÊNCIAS DA SAÚDE/ NUTRIÇÃO

Categoria: PESQUISA

Modalidade de Apresentação: POSTER

Resumo: Introdução: Bancos de Alimentos (BA) são equipamentos públicos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que tem como objetivos combater o desperdício de alimentos e contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional da população beneficiária. As atividades dos BAs se realizam através da articulação com o maior número possível de unidades de produção, armazenamento e comercialização de alimentos, em busca dos alimentos que estão fora dos padrões de comercialização, mas sem nenhuma restrição de caráter sanitário e que teriam como destino final o descarte. Os gêneros arrecadados passam pelas etapas de seleção, classificação, processamento, porcionamento e embalagem e só então são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais de forma a complementar as refeições diárias da população assistida. Como toda política pública, os BAs necessitam de avaliações permanentes, com o intuito de contribuir para a tomada de decisão e adequada alocação de recursos públicos. Objetivo: Avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos Bancos de Alimentos em funcionamento no estado de Minas Gerais, conveniados com o MDS, com base na tríade de avaliação de estrutura, processos e resultados. Metodologia: O projeto foi submetido ao CEP/UFVJM, estando, no momento, em apreciação ética. Serão avaliados nove BAs em funcionamento em Minas Gerais, conveniados com o MDS, a citar: BAs dos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Formiga, Janaúba, Ribeirão das Neves, Sabará, Ubá e Varginha. Etapas do trabalho: 1ª etapa: Entrevistas com informantes chaves e Análise observacional: Aplicação do questionário contemplando estrutura, processos e resultados. Visita guiada para preenchimento do check list sobre estrutura física. 2ª etapa - Pesquisa documental retrospectiva: Levantamento e análise dos Relatórios Trimestrais de Atividades dos BAs, que contemplam informações mensais sobre os dados operacionais dos equipamentos. Para efeito de avaliação da qualidade, a construção dos questionários foi baseada na Tríade de Donabedian, sendo abordadas questões sobre estrutura, processos e resultados. Para a abordagem tridimensional de estrutura, processos e resultados, os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade serão contemplados como tendências convergentes, intimamente imbricadas nessas três dimensões propostas. Resultado esperado: Espera-se com este trabalho classificar os BAs de Minas Gerais quanto à sua eficiência, eficácia e efetividade, desenvolvendo um cenário estadual quanto à qualidade destes equipamentos. Considerações finais/Conclusão: A avaliação da qualidade dos BAs de Minas Gerais, ao classificá-los de acordo com a sua eficiência, eficácia e efetividade, contribui para a reflexão e melhor compreensão do processo e para seu possível aperfeiçoamento ou transformação, enriquecendo a sistematização e, portanto, a retroalimentação do Programa Banco de Alimentos.

Apoio: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI E BANCOS DE ALIMENTOS DOS MUNICÍPIOS DE BELO HORIZONTE, BETIM, CONTAGEM, FORMIGA, JANAÚBA, RIBEIRÃO DAS NEVES, SABARÁ, UBÁ E VARGINHA

IV
Sin
te
gra
10.11.12
junho

CULTURA, IDENTIDADES E AMBIENTE

DOCUMENTO 4

Anais

da IV Semana da Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri

Débora Fernandes de Melo Vitorino
Presidente da Comissão Organizadora
Helen Rodrigues Martins
Coordenadora da Comissão Científica



Anais

da IV Semana da Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri

Diamantina - MG
Junho - 2015

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Sistemas de Bibliotecas da UFVJM
Bibliotecária Nathália Machado Laponez Maia - CRB6-3002

S471a Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (4. : 2015 :
2015 Diamantina, MG).

Anais [da] IV Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão, 10 - 12 de junho de 2015 / Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação (orgs.). - Diamantina: SINTEGRA/UFVJM, 2015.

1127 p.

ISSN: 2238-7633

Evento organizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura PROEXC da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) para integrar a VII Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica, a VII Mostra de Pós-Graduação, o VII Simpósio de Extensão e a IV Mostra de Ensino e o 6º Encontro Institucional do Pibid, no período de 10 a 12 de junho.

1. Ciências exatas e da terra. 2. Ciências biológicas. 3. Ciências da saúde. 4. Ciências humanas. 5. Ciências sociais. 6. Ciências agrárias. I. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Graduação. IV. Título.

CDD 001.4

Elaborada com os dados fornecidos pelos autores.

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



APOIO



Tel. (38) 3531.8536 - digital.art@hotmail.com

Rua das Míseras, 116 - Centro - Diamantina - MG

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

Débora Fernandes de Melo Vitorino

Logística e Infraestrutura

Gildásio Antonio Fernandes

Temas e Palestras

Elisa Sampaio de Faria

Simone Santos Mendes

Paulo Henrique Vilela

Renan Neves da Mata

Comunicação /Patrocínios

Marina Lindsay Dos Santos

Flávia César Moreira dos Santos Gonçalves

Amanda Thomaz Monteiro

Científica

(Pesquisa, Ensino e Extensão)

Cíntia Pimenta Araújo

Lucas Franco Ferreira

Débora Fernandes de Melo Vitorino

Flávio César Freitas Vieira

Célio Marcos dos Reis Ferreira

Alexandre Barbosa

José Barbosa dos Santos

Secretariado

Ludmilla Zaira Farnezi

Teresinha Marinete Martins Costa

Natália de Tartler

Ramon Geraldo Campos Silva

Diva Machado Alves Pereira

Eventos culturais e sociais

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani

Sílvio Diogo Lourenço dos Santos

Renato da Conceição Oliveira

Equipe de Apoio

Norberto Geraldo de Magalhães

Fernanda de Alencar Machado Albuquerque



IV Semana da Integração do Ensino, Pesquisa e Extensão da UFVJM
Cultura, identidades e ambiente
 10 a 12 de junho de 2015
 Diamantina - MG

O combate ao desperdício de alimentos nos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no cenário do incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar

Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral^(1*) e Romero Alves Teixeira⁽²⁾

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Diamantina-MG

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Diamantina-MG

*E-mail do autor principal: nataliatenuta@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) define diretrizes para as áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (BRASIL, 2010a). Como ação estratégica da PNSAN, os Bancos de Alimentos (BA) têm como objetivos a redução do desperdício de alimentos e o seu aproveitamento integral, contribuindo diretamente para a diminuição da fome de populações vulneráveis¹ e para a mudança de um cenário de desperdício de 30-50% (ou 1,2-2,0 bilhões de toneladas) de todos os alimentos produzidos². No BA, os gêneros doados passam pela seleção, classificação, triagem, higienização, processamento, porcionamento, embalagem e distribuição para as entidades assistenciais. Desde 2009 o MDS tem incentivado a articulação dos BAs com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio da compra de alimentos da agricultura familiar e, posterior complementação do estoque de alimentos dos BAs, na perspectiva de aproveitar a estrutura física dos BAs já existentes e a sua capacidade operacional em receber e destinar os alimentos às entidades assistenciais. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o funcionamento concomitante do Programa Banco de Alimentos e do Programa de Aquisição de Alimentos nas estruturas dos BAs municipais em funcionamento no estado de Minas Gerais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados através da aplicação de um questionário aos dez BAs em funcionamento em Minas Gerais permitiu verificar uma situação alarmante quanto ao objetivo precípua dos BAs, o combate ao desperdício de alimentos. Verificou-se que, dos BAs pesquisados, 20% evitaram que 345.210,35 kg de alimentos fossem descartados no lixo, beneficiando, no total, 109 entidades assistenciais. 80% estão sendo abastecidos quase ou exclusivamente por alimentos vindos da agricultura familiar. A arrecadação de doações de

alimentos nesses BAs constitui pequena ou nenhuma parte, quando comparada à movimentação de alimentos oriundos dos agricultores familiares. Esses resultados demonstram a crescente participação da operacionalização do PAA dentro do BA, contudo, caracterizando uma competição funcional, como verificado por Belik, Cunha e Costa³. Os BAs deixam de atuar no seu objetivo primordial, qual seja a redução de desperdícios e mobilização de redes solidárias de doação, passando a exercer o papel de entreposto do programa de compra direta do produtor. Estes resultados são corroborados pelas equipes reduzidas e espaços e equipamentos insuficientes, tornando inviável a inclusão de outro Programa às atividades de operacionalização dos Bancos de Alimentos.

CONCLUSÕES

Percebeu-se um desvirtuamento da função dos BAs, em seu escopo basal e fundamental, nos municípios analisados. Entende-se, portanto, que a estratégia de combate ao desperdício vem perdendo força e o Programa Banco de Alimentos vem sendo sobreposto pelo Programa de Aquisição de Alimentos, requerendo uma urgente atenção por parte do governo federal para o seu rearranjo conceitual e estrutural, tendo em vista o grande volume de perdas e desperdício de alimentos no Brasil e no mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente da UFVJM e às equipes dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- ¹ BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 26 ago. 2010.
- ² UNITED KINGDOM. INSTITUTION OF MECHANICAL ENGINEERS. Global food: Waste not, want not. London, 2013.
- ³ BELIK, W. B.; CUNHA, A. R. A. A.; COSTA, L. A. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Planej. de Pol. Públicas. 38: p. 107-33, 2012

**Anais do Congresso
Nacional de Alimentos e
Nutrição**

• ANAIS •

ISSN 22362495

4º edição

Even3

Ouro Preto/MG 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Anais do Congresso Nacional de Alimentos e Nutrição. Anais...Ouro Preto(MG) Centro de Artes e Convenções da UFOP, 2019

Disponível em <www.even3.com.br/anais/CONAN>

ISSN: 22362495

1. Química e ciências afins 2. Medicina e saúde

Centro de Artes e
Convenções da UFOP

CDD - 370

CORPO EDITORAL

COMISSÃO CIENTÍFICA

PROFA. DRA. ADALIENE VERSIANI MATOS FERREIRA (UFMG)
PROFA. DRA. ADRIANA CAMURÇA PONTES SIQUEIRA (UFC)
PROFA. DRA. ADRIANA LÚCIA MEIRELES (UFOP)
PROF. DR. ANDRÉ TALVANI PEDROSA DA SILVA (UFOP)
PROFA. DRA. DANIELA CALDEIRA COSTA (UFOP)
PROF. DR. FABIANO ALVES DE OLIVEIRA (CEFET/RJ)
PROF. DR. FABIANO KENJI HARAGUCHI (UFES)
PROFA. DRA. FERNANDA GUIMARÃES DRUMMOND E SILVA (UFOP)
DR. GUSTAVO SILVEIRA BREGUEZ (UFOP)
PROFA. DRA. HELEN HERMANA MIRANDA HERMSDORFF (UFV)
PROFA. DRA. HÉRCIA STAMPINI DUARTE MARTINO (UFV)
PROFA. DRA. ISABELA COELHO DE CASTRO (UFLA)
PROFA. DRA. JULIANA COSTA LIBOREDO (UFOP)
PROFA. DRA. KARINA BARBOSA QUEIROZ (UFOP)
PROFA. DRA. LETÍCIA TAMIE PAIVA YAMADA (UNIFAL)
PROFA. MSC. LETÍCIA TERRONE PIERRE (IFMG)
PROFA. DRA. LUCILÉIA GRANHEN TAVARES COLARES (UFRJ)
PROFA. DRA. MARIANA CARVALHO DE MENEZES (UFOP)
PROFA. DRA. MARIANA MIRELLE PEREIRA NATIVIDADE (UFLA)
PROFA. DRA. MAYSA HELENA DE AGUIAR TOLONI (UFLA)
PROFA. DRA. NATÁLIA CALDEIRA DE CARVALHO (UFOP)
PROFA. DRA. PRISCILA CARDOSO FIDELIS (UFOP)
PROF. DR. RAFAEL MOREIRA CLARO (UFMG)
PROFA. DRA. RAQUEL DE DEUS MENDONÇA (UFOP)
PROFA. DRA. SILVANA MARA LUZ TURBINO RIBEIRO (UFOP)
PROFA. DRA. SIMONE DE VASCONCELOS GENEROSO (UFMG)
PROFA. DRA. SYLVIA DO CARMO CASTRO FRANCESCHINI (UFV)

PROFA. DRA. ÚRSULA VIANA BAGNI (UFRN)
PROFA. DRA. VANESSA MORAES BEZERRA (UFBA)

COMISSÃO ORGANIZADORA

PROFA. DRA. ADRIANA LÚCIA MEIRELES (UFOP)
PROFA. DRA. ALINE CRISTINE SOUZA LOPES (UFMG)
ALINE PENA TESTASICCA SILVA (UFOP)
ANA LUIZA ALMEIDA UMBELINO (UFOP)
PROFA. DRA. CLÁUDIA ANTÔNIA ALCÂNTARA AMARAL (UFOP)
PROF. DR. DENNYS ESPER CORRÊA CINTRA (UNICAMP)
MSC. DORINA ISABEL GOMES NATAL (UFOP)
PROF. DR. ERICK ORNELLAS NEVES (UFOP)
FRANCIELE FREDERICO MARTINS (UFOP)
DR. GUSTAVO SILVEIRA BREGUEZ
PROF. MSC. JOSÉ ARMANDO ANSALONI (UFOP)
PROFA. DRA. JOSEFINA BRESSAN (UFV)
PROFA. DRA. JÚLIA CRISTINA CARDOSO CARRARO (UFOP)
PROFA. MSC. LETÍCIA TERRONE PIERRE (IFMG)
PROF. DR. MARCOS COELHO BISSOLI (UNIFAL)
PROF. DR. MICHEL CARDOSO DE ANGELIS PEREIRA (UFLA)
PROFA. DRA. MIRIAM CARMO RODRIGUES BARBOSA (UFES)
PROFA. DRA. RENATA NASCIMENTO DE FREITAS (UFOP)
PROFA. DRA. ROSEANE MOREIRA SAMPAIO BARBOSA (UFF)

RESUMO CONAN - CONAN - SAÚDE COLETIVA

**PERFIL NUTRICIONAL SEGUNDO GRAU DE PROCESSAMENTO DOS
ALIMENTOS DOADOS POR BANCOS DE ALIMENTOS PÚBLICOS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Thaís Pereira Barros (thais.barroscvo@gmail.com)

Natalia Tenuta Kuchenbecker Do Amaral (nataliatenuta@gmail.com)

Mariana De Souza Macedo (marysmacedo.83@gmail.com)

Romero Alves Teixeira (romeroalvesteixeira@gmail.com)

INTRODUÇÃO: Bancos de alimentos (BAs) são um estratégico equipamento de redução de perdas e desperdícios de alimentos e de contribuição para a segurança alimentar e nutricional (SAN) do público em vulnerabilidade alimentar e nutricional beneficiário por meio de refeições servidas pelas instituições cadastradas. O volume operacional de alimentos doados pelos BAs contribui para a saúde e para a segurança alimentar e nutricional do público beneficiário, podendo contribuir para o seu estado nutricional a depender da qualidade nutricional dos alimentos doados que constituem os cardápios produzidos e consumidos nas instituições. Além disso, grande parte do público beneficiário trata-se de crianças, idosos, gestantes e pessoas com a saúde e o estado nutricional debilitados pela própria necessidade específica da faixa etária e das condições especiais de saúde e/ou pela falta ou insuficiência de alimentos. **OBJETIVO:** Avaliar o perfil nutricional dos alimentos doados por bancos de alimentos públicos da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, segundo a classificação e o grau de processamento proposto pela

A segurança alimentar e nutricional em pauta: participação popular e controle social a partir de uma conferência municipal

Ana Carolina Einsfeld Mattos³

Camila Hofmann⁴

Manueli Tomasi⁵

Resumo: Há um acervo consolidado nas organizações públicas e da sociedade civil que abarcam as conquistas alcançadas na temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por intermédio da luta popular e do controle social. Este artigo objetiva relatar a construção de uma conferência de SAN no município de São Leopoldo/RS. Metodologicamente trata-se de um relato de experiência. A 3ª conferência em SAN experienciada contou com 203 participantes e foi precedida de Pré-Conferências descentralizadas, assumindo cinco regiões do território municipal. Ao total foram 11 locais com ações de Pré-Conferência, abrangendo cerca de 250 participantes que levantaram mais de 100 propostas. Tais números expressam a concretização da participação popular, do controle social e dos processos de educação popular em torno das conquistas em SAN no município. Os participantes dessa caminhada compõem o âmbito da sociedade civil, entretanto ao assumirem tais instâncias, também compõem uma sociedade

3 Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre/RS; Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS; Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da UNISINOS; Graduada em Nutrição pela UNISINOS e Conselheira em Segurança Alimentar e Nutricional em São Leopoldo/RS. E-mail: camila.hofmann@gmail.com – Celular: 51 993233874.

4 Especialista em Saúde da Família e da Comunidade pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS; Graduada em Nutrição pela UNISINOS; Consultora em Amamentação; Servidora Pública na Prefeitura de São Leopoldo/RS; e Conselheira em Segurança Alimentar e Nutricional em São Leopoldo/RS. E-mail: anamattos50@gmail.com – Celular: 51 993929781.

5 Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo/RS; Graduada em Psicologia pela IMED. E-mail: manuelitomasi5@gmail.com – Celular: 54 996337251.

política. A sociedade civil ao tornar-se política marca um lugar de ação coletiva, trazendo novos sentidos para a presença dos sujeitos em sociedade. As Pré-Conferências realizadas nos territórios, contribuíram para a obtenção de um número expressivo de representatividade na 3ª conferência de SAN e na instauração de propostas de base social. As conferências são, portanto, mais que do que eventos ou encontros, trata-se de um processo político, pela participação dos mais diversos setores da sociedade.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Conferência Municipal; Participação popular; Controle Social.

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde 1994 se realiza Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nestes quase 20 anos avançamos na conceituação e nas práticas diante da SAN (BRASIL, 2006), do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), da Soberania Alimentar (SA) e na implementação dos componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) quais sejam: Os Conselhos (Estaduais e Municipais), as Câmaras Intersecretarias de SANs (CAISAN) e os Planos de SANs.

Há um acervo consolidado nas organizações públicas e da sociedade civil que abarcam as conquistas alcançadas, tais conquistas não nos permite retroceder, falamos de lutas populares, contra a fome, a miséria, a exclusão social e, pela vida saudável, que consolidaram políticas públicas em favor do acesso, da qualidade dos alimentos, e da educação alimentar, com evidentes ganhos para Estados e municípios.

Contudo, as realidades políticas, sociais e econômicas atualmente vivenciadas nos territórios brasileiros, levam no atual século XXI ao retorno intensificado e em crescente progressão, de problemas sociais como a fome, a miséria, o desemprego, a exclusão social, entre outros, que se evidenciam nas dificuldades de acesso à alimentação e na garantia de vida saudável das pessoas e das comunidades. Essa situação nos desafia à retomada de lutas históricas, como as empreendidas por Josué de Castro (1984), que compreendia a alimentação como um fato social, e as inspirações de Betinho na mobilização nacional “Contra a Fome, a Miséria e pela Vida” em 1993 (VASCONCELOS, 2004).

Frente à demanda existente de valorizar dos processos históricos, das lutas populares, dos movimentos sociais, que estiveram fomentando a defesa da alimentação, é preciso antes de qualquer coisa, pontuar tais con-

quistas sem naturalizá-las como garantidas, pois, apesar dos ganhos obtidos ainda enfrentamos um árduo caminho de legitimações, e é nosso papel enquanto cidadãos/as não neutralizar os avanços e assimilar tais problemas sociais como já superados. Temos uma jornada longa, tanto de reconhecimento do que já conquistamos nos parâmetros da alimentação para todos e todas, assim como, um desafio ético no rompimento dos retrocessos.

O que queremos dizer: Todas as conquistas, por mais que legitimadas no decorrer da história não foram suficientes para a superação de tais problemas sociais, e assim como defendemos as conquistas que temos na atualidade, ainda é preciso um corpo de resistência a fim de mantê-las em vigor, mais do que nunca o papel do protagonismo popular torna-se uma ferramenta de enfrentamento social, ético e também político.

No que paira os retrocessos atuais em relação aos aspectos relacionados à alimentação, nutrição, SAN e o DHAA, é inevitável tanto quanto necessário problematizar a rápida mudança nas temáticas das Conferências de SAN no Brasil. No ano de 2015 o tema debatido nas Conferências (Municipais, Estaduais e Nacional) mostrava o avançar das discussões acerca da SAN, trazendo o tema *“Comida de verdade, no campo e na cidade: Por direitos e soberania alimentar”*.

Tal proposta temática estava ancorada em um cenário de avanços significativos, como em 2014 a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome, a melhoria de vários indicadores como redução da pobreza, da desigualdade, assim como, a melhoria dos índices de Segurança Alimentar (CONSEA, 2015). Um momento estratégico para ampliar as discussões frente a SAN e também para fortalecer os avanços do período.

“Comida de verdade no campo e na cidade: Por direitos e soberania alimentar” [...] pretende instigar os governos e a sociedade a refletirem e apresentarem proposições para avançarmos na garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional no Brasil [...] Comer enquanto ato político pode induzir e fortalecer a produção de comida de verdade. (CONSEA, 2015, p. 13).

Na sequência, ao ano de 2018 e a partir do cenário de avanços que a Conferência anterior abrangeu, foram construídos alguns pressupostos para a realização da 6ª Conferência Nacional de SAN, da 7ª Conferência Estadual de SAN do Rio Grande do Sul e, incorporando a experiência que pretendemos relatar neste artigo, para a realização da 3ª Conferência Municipal de SAN do município de São Leopoldo/RS.

Entretanto, este processo de preparação foi desacelerado no início de ano 2019 devido à publicação da Medida Provisória 870/2019, que extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A extinção do Conselho Nacional demonstra não somente o descaso com os processos democráticos de participação popular e de controle social, como também representa a interferência política do governo em vigor no dismantelamento de políticas públicas e programas voltados a garantia da SAN no País.

Apesar da publicação da Medida Provisória, houve uma enorme mobilização nacional e popular, o Movimento Social chamado de “Banquetaço” mobilizou a sociedade civil na defesa da alimentação como um ato político suprapartidário, chamando a atenção para a necessidade da permanência do CONSEA, assim como das demais instâncias e programas da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (BRASIL, 2007) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (BRASIL, 2017), que veem sendo rapidamente desmontadas.

Fica estabelecido então, o rompimento das condições legais e políticas para a realização da Conferência Nacional em decorrência da confirmação da extinção do CONSEA. Cabe enfatizar que o “Movimento Banquetaço” teve conquistas legítimas, primeiro, pois formou-se uma rede de comitês para manutenção da pauta da SAN nos territórios do País; segundo, instituiu-se uma possibilidade de consulta e apoio mútuo entre os diversos territórios brasileiros; em terceiro, estabeleceu-se um planejamento para a 1ª Conferência Popular de SAN ainda que sem a figura institucionalizante do CONSEA, e por fim, porque permitiu que ocorresse as realizações das Conferências estaduais, regionais/territoriais e municipais de SAN por todos os cantos do Brasil.

Ocorre concomitantemente um acelerado assentamento dos problemas sociais, instaurando uma crise econômica sem precedentes, corroborando com tal situação de (in)SAN macrorregional. Ao passo seguinte, ainda no ano de 2019 as Conferências seguiram execução apesar dos pesares, e a proposta de tema abarcou *“Segurança alimentar: Pela vida saudável e contra a fome e a miséria”*, onde novamente a fome aparece como o tema principal de discussão no âmbito das Conferências. Tal retrocesso já esclarece a necessidade e justifica que é preciso avançar, mas para isso, também se torna necessário impedir retrocessos. Assim, assumir um posicionamento político e contra- hegemônico das estruturas relacionais aos dismantelamentos torna-se dever.

Tendo esse parâmetro brasileiro de luta e defesa da SAN, cabe neste artigo, relatar a experiência acerca da construção popular na execução da Conferência de uma microrregião - o município de São Leopoldo/RS - que percorreu um caminho na defesa da alimentação, incentivou propostas de políticas públicas, planejou a superação da fome e da miséria, e valorizou o alimento saudável em meio a esse turbilhão de acontecimentos.

O artigo está estruturado em duas partes, além dessa introdução, do percurso metodológico e das considerações finais. A primeira parte apresenta os aspectos adjacentes à análise da SAN como pauta popular, com destaque para as últimas Conferências de SAN e a dimensão social da alimentação. Na segunda parte, o relato da experiência da 3ª Conferência Municipal de SAN em São Leopoldo/RS, elencando o papel formador de uma sociedade política firmada nas bases sociais.

RESGATANDO CONTEXTOS: SEGURANÇA ALIMENTAR COMO PAUTA POPULAR

Nota sobre a Conferência que precedeu a atual experiência que aqui será relatada: Ao ano de 2015 aconteceu a realização da 5ª Conferência Nacional de SAN (V CNSAN-2015), da 6ª Conferência Estadual de SANs (VI CESANS RS/2015) e a ocorrência das Conferências Municipais (ou Regionais), em São Leopoldo a 2ª Conferência Municipal de SAN, em contextos de avanços significativos, mas também de grandes desafios para a implementação da PNAN (BRASIL, 2007) que integra a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2010); da PNSAN (BRASIL, 2017); assim como, na concretização do Plano Nacional de SAN (PNSAN) (CAISAN, 2017), dos Planos Estaduais de SAN e de Planos Municipais de SAN para a consolidação do Sistema de SAN (SISAN) no país, nos estados e nos municípios.

Neste período, vale recordar a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) – anunciada no final do ano de 2014 - como uma conquista histórica, consequência direta dos esforços de governos e da sociedade civil para a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Tais esforços foram materializados por meio de um conjunto de políticas públicas geridas de maneira participativa, a maior parte delas inserida no 1º Plano Nacional de SAN (BRASIL, 2011), elaborado a partir das proposições da 4ª Conferência Nacional de SAN (IV CNSAN-2011). Este mo-

delo participativo tornou o país uma referência internacional no enfrentamento da fome e de outras formas de (in)segurança alimentar e nutricional.

Apesar destes avanços, a (in)SAN em todas as suas formas, persiste no Brasil, especialmente entre grupos populacionais específicos, tais como os povos indígenas e os povos e comunidades tradicionais, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, indivíduos em situação de rua, povos de matriz africana, entre outros. Além disso, diversos indicadores nutricionais apontavam para os impactos negativos de um sistema alimentar que precisava ser superado. É o caso do aumento dos índices de obesidade e sobrepeso, e sobre as estratégias necessárias para garantir o acesso a uma alimentação adequada e saudável (CONSEA, 2015).

Indicadores como esses demandam ações voltadas à transformação do sistema alimentar predominante, fortemente marcado pela monotonia alimentar, pelo consumo de produtos ultraprocessados, pelo uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, pela perda da biodiversidade e pela violação dos direitos territoriais da agricultura familiar, dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2014).

Ao tema apresentado para discussão popular, tendo em vista esse cenário político e de amadurecimento das questões abrangentes em tono da SAN, levou a 5º Conferência Nacional em SAN (V CNSAN-2015), a 6º Conferência Estadual em SAN (VI CESAN-RS-2015) e as a Conferências Municipais (ou Regionais), bem como as Conferências Estaduais e do Distrito Federal, incluso a 2º Conferência Municipal em SAN de São Leopoldo (II CMSAN-SL-2015) ao tema chave: *“Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania Alimentar”*, que dimensiona os desafios enfrentados pelo SISAN e pelas políticas necessárias para superação de problemas no campo da SAN.

Como parte do processo preparatório, para ampliar a participação e aprofundar o diálogo sobre estas questões, foram organizados pelo CONSEA os “Encontros Temáticos Nacionais” com o objetivo de aprofundar a análise dos temas centrais da SAN no Brasil. Tais “Encontros” foram desenvolvidos no Rio Grande do Sul para subsidiar questões específicas apresentadas na VI CESANS-RS-2015.

PERCURSO METODOLÓGICO

Tem-se aqui de um relato de experiência acerca da participação popular e do controle social na construção da 3º Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Leopoldo/RS (III CMSAN-

-SL-2019). Frente ao tema “*Segurança alimentar: Pela vida saudável e contra a fome e a miséria*”, deu-se o processo coletivo de planejamento e execução que percorreu ao longo do ano de 2019. A experiência aqui relatada abarca o processo em seu início, meio e finalização formal.

Objetivando promover o debate sobre a situação de (In)SAN e propor políticas públicas para a superação da fome e da miséria, a promoção da alimentação adequada e saudável e a valorização do alimento saudável no município, assume-se o foco de ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, no intuito da garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para tanto, ficou instituído o modelo de grupos de trabalho (GT), de forma a dividir funções e ampliar as discussões em grupos menores, compostos por mediadores, sendo os conselheiros e conselheiras do Conselho Municipal de SAN de São Leopoldo/RS (COMSEA-SL); e colaboradores, sendo voluntários, simpatizantes da causa, trabalhadores da rede de saúde, assistência e educação e estudantes de cursos gerais. Todos os GTs contavam com o suporte da organização geral, sendo a mesa diretiva do COMSEA-SL, que direcionou todos os encontros e promoveu a interação entre os diversos participantes dos GTs.

O caminho percorrido contou com várias reuniões para discussão e andamento do processo, capacitações em SAN de forma a orientar para os parâmetros conceituais de defesa, além do espaço das plenárias do COMSEA-SL que propiciou um local para dúvidas, sugestões e debates diversos, incentivando os componentes dos GTs a assumirem o protagonismo na execução da III CMSAN-SL.

Inicialmente os GTs se detiveram ao planejamento e execução das Pré-Conferências, que precederam o momento formal da III CMSAN-SL. A realização das Pré-Conferências ocorreu de forma descentralizada no território municipal. Após a ocorrência das Pré-Conferências, os GTs assumem o planejamento e a execução da III CMSAN-SL, desde o local a ser realizada, convidados para as mesas de fala, apresentações culturais, transporte, alimentação, seleção dos mediadores e relatores de cada eixo a ser discutido, até a divulgação e convite a toda a população leopoldense para se juntar nessa corrente de participação popular. Vale ressaltar que todo o percurso metodológico, tanto das Pré-Conferências quanto da III CMSAN-SL, contou com o envolvimento desse coletivo dessas pessoas que compuseram os GTs, e que possibilitaram a então experiência de sucesso aqui relatada.

TECENDO REDES DE PARTICIPAÇÃO: A CONFERÊNCIA EXPERIENCIADA

Diante do *Comunicado Nº 01/2019*, que teve por objetivo divulgar as primeiras orientações sobre a 7ª Conferência Estadual de SAN (VII CESAN-RS/2019) e orientações básicas para a realização das Conferências regionais/territoriais e municipais de SAN que antecedem a VII CESAN-RS/2019, relatamos aqui o caminho percorrido: As Pré-Conferências no município de São Leopoldo/RS ocorreram durante todo o mês de agosto/2019 e a 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Leopoldo (III CMSAN-SL) ocorreu no dia 27 de setembro de 2019.

PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Na intenção de obter um número expressivo de representatividade da sociedade civil na III CMSAN-SL e contribuir para a instauração de propostas para posterior discussão, firmou-se a importância da ocorrência de ações anteriores, as chamadas Pré-Conferências, como articulação potencial para os rumos da III CMSAN-SL.

Desta forma, considerou-se a descentralização para a realização das Pré-Conferências, assumindo cinco regiões de abrangência territorial: (1) Região Centro/Sul/Sudeste; (2) Região Nordeste; (3) Região Norte; (4) Região Leste; e (5) Região Oeste. A territorialização é uma proposta para ressaltar os diferentes contextos sociais e garantir maior oportunidade de acesso à participação no controle social, levando as discussões para os territórios e para perto dos indivíduos que a compõem.

Em cada uma dessas cinco regiões foi delimitado pelo menos um local para a realização da Pré-Conferência, assumindo os serviços da assistência social, serviços da saúde, serviços da educação ou ainda locais comunitários, como clubes, associações, organizações não-governamentais, entre outros possíveis locais do próprio território.

A ação planejada via Grupos de Trabalho (GT), foram pensadas levando em consideração os possíveis participantes de cada região e os contextos locais para a discussão da SAN. Estes planejamentos foram pensados de forma conjunta com os serviços, e populações locais, respeitando as particularidades de cada região.

Coube aos GTs responsáveis pela organização e desenvolvimento das ações de Pré-Conferência de cada região: Estabelecer mediadores e colaboradores responsáveis para a aplicação da ação em cada região descentralizada; Estabelecer os locais de aplicação da Pré-Conferência em cada região; Acordar data de realização e tempo para a atividade; Analisar a proposta de ação e adequar à realidade do local de aplicação; Convidar comunidade e instituições locais para participar do momento; Realizar a ação no dia e local acordado, mediar situações para o melhor andamento da Pré-Conferência; Sistematizar os pronunciamentos dos participantes em um documento chamado “Relatório das Pré-Conferências” (disponibilizado um modelo padrão comum a todos os GTs), e devolver para a organização geral da III CMSAN-SL o resultado do encontro.

Ao repensar as formas de fazer resistência, percebe-se aqui, os espaços coletivos como potentes. Nas Pré-Conferências foram cerca de 250 participantes, mais de 100 propostas foram levantadas nos 11 locais com realização das ações nos territórios, sendo: Escola Municipal Maria Gusmão Britto; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Feira do Alimento Saudável do município; Associação Meninos e Meninas de Progresso (AMMEP); Escola Municipal Santa Marta; Associação de Moradores da Vila Paim; Associação de Moradores da Cohab Feitoria, Comunidade Indígena, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD); e o Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua (Centro POP).

O produto final das Pré-Conferências foi um relatório com indicações e proposições de temas e assuntos, um compilado das propostas levantadas no decorrer das ações de Pré-Conferências que serviram como base de discussão para a III CMSAN-SL, assim como, tem-se como um produto final a própria participação dos atores sociais e da sociedade civil de forma geral, nas pautas destinadas a III CMSAN-SL, pautando a pluralidade de opiniões no decorrer do processo.

3º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A partir do cenário territorial apresentado pelas ações das Pré-Conferências, firmou-se os objetivos específicos no planejamento da 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Leo-

poldo (III CMSAN-SL), sendo expresso no Projeto de Conferência, elaborado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar de São Leopoldo/RS (COMSEA-SL), abarcando:

- I. Dialogar as realidades políticas, sociais e econômicas atualmente vivenciadas em nosso País que nos levam ao retorno de problemas sociais como a fome, miséria, desemprego, exclusão social e (In) SAN;
- II. Avançar em estratégias que priorizem a EAN, o acesso à alimentação adequada, segura e na garantia de vida saudável das pessoas e das comunidades de acordo com processos interculturais;
- III. Identificar os avanços e obstáculos para a efetivação do DHAA;
- IV. Avaliar, segundo a perspectiva do desenvolvimento socioambiental sustentável, os desafios atuais para a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para avançar na realização do DHAA e na promoção da soberania alimentar em âmbito municipal;
- V. Avançar no comprometimento do poder Municipal e ampliar a participação e o compromisso da sociedade no processo de construção do SISAN, reafirmando o pacto social em torno do DHAA e da soberania alimentar. (Projeto Conferência SAN-SL, 2019).

Para tanto, seguiu-se da coletivização no planejamento e execução por intermédio dos Grupos de Trabalho (GTs), subdividindo os envolvidos em quatro grupos, cada um responsável por uma função direcionada: (1) Organização geral; (2) Eixos Temáticos; (3) Comunicação e credenciamento; e (4) Alimentação e Artístico.

O GT Organização Geral, ficou responsável pela efetividade da III CMSAN-SL, cabendo: Planejar o cronograma; Escrever o Regimento da Conferência; Divulgar chamada pública para a Conferência a partir da instituição do decreto; Convidar mesa de abertura, palestrantes, bem como os temas de discussão; Providenciar transporte para grupos específicos dos territórios que participaram das Pré-Conferências, a fim de oportunizar o seguimento das participações; Coordenar horários e atividades da Conferência; Elaboração do relatório final da Conferência para subsidiar as ações e políticas públicas locais de SAN; e Encaminhar o relatório final da Conferência ao nível Estadual - CONSEA-RS.

O GT Eixos Temáticos, ficou responsável pela efetividade das rodas de discussão da III CMSAN-SL. Cabendo ao GT: Estabelecer mediadores responsáveis para a aplicação da roda de conversa em cada eixo temático específico; Instruir os mediadores a leram e estudaram sobre o tema do seu eixo para coordenar a roda de conversa; Formular perguntas para o direcionamento da discussão; Sistematizar os pronunciados dos participantes em um documento chamado “Relatório dos Eixos Temáticos” (modelo padrão disponibilizado comum a todos os Eixos) e devolver para a organização Geral da III CMSAN-SL o relatório de cada Eixo temático.

O GT Comunicação e Credenciamento, ficou responsável pela efetividade dos processos operacionais da III CMSAN-SL. Cabendo ao GT: Realizar a comunicação/ convite ao público externo; Realizar a inscrição dos participantes; Fazer o credenciamento; Disponibilizar a certificação; e a Cobertura de mídia/ fotos. Já o GT Alimentação e Artístico ficou responsável por: Planejar a alimentação a ser disponibilizada – incluso o almoço para grupos específicos e em vulnerabilidade, propiciando a participação de tais grupos na Conferência; Confeccionar as credenciais para os participantes; Organizar as disposições do evento (bancas e tendas para exposição do comércio local da agricultura familiar e da economia solidária); e Convidar atrações artísticas locais para a apresentação na III CMSAN-SL.

A III CMSAN-SL teve duração de um dia, na parte da manhã, composta por momentos de educação popular, palestras e atrativos artísticos, além da mesa de abertura e de uma mesa específica com representações de diversos seguimentos (comunidade indígena, povos de matriz africana, população em situação de rua, e a representação inédita das crianças como um seguimento parte da construção das propostas em SAN).

Na parte da tarde, ocorreu as rodas de discussões, sendo quatro Eixos Temáticos divididos polos assuntos: (1) Produção, abastecimento e acesso aos alimentos; (2) Qualidade dos alimentos; (3) Educação Alimentar; e (4) Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Os participantes ao adentrarem a III CMSAN-SL e procederem ao credenciamento podiam escolher qual roda de discussão tinham preferência de participar. Seguido da exposição das propostas formuladas nos quatros eixos e a votação final por aclamação.

A III CMSAN-SL contou com 203 participantes, de diversas faixas etária, incluindo crianças e adolescentes, lideranças comunitárias, movimentos sociais, acadêmicos, professores, além da participação de profis-

sionais e usuários dos serviços públicos do município, tais dados expressam a concretização da participação popular e do controle social.

Os participantes da III CMSAN-SL compõem o âmbito da sociedade civil assim como instâncias governamentais, mas juntos, ao assumirem o espaço da Conferência, compõem uma sociedade política e democrática. Pois é quando se pensa a alimentação na forma de ato político, quando se defende a soberania alimentar, quando se pensa a alimentação enquanto patrimônio cultural, quando se valoriza e se respeita os grupos tradicionais, quando se legitima os movimentos sociais, e por fim quando se tem coletividade, existe então a sociedade política.

A visão dos direitos humanos como força popular, de forma histórica e política mostra a grandeza de definição quando não se limita a uma extensão de leis postas pelo Estado (DAVIDSON; WEEKLEY, 2003). A sociedade civil ao tornar-se política marca um lugar de ação coletiva, trazendo novos sentidos para a presença dos sujeitos em sociedade.

A elaboração do relatório final da III CMSAN-SL serviu como um subsídio às ações e políticas públicas locais de SAN. Esse relatório foi encaminhado ao CONSEA-RS e será instrumento para a posterior construção do Plano Municipal de SAN (PlanSAN). A III CMSAN-SL também elegeu delegados para a representação do município de São Leopoldo na VII CESANS-RS/2019, conforme população do município, sendo paritário o número de representantes de governo e da sociedade civil, importante relatar que um dos delegados foi uma criança eleita, sendo o delegado mais jovem na Conferência Estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Conferências devem contribuir para a construção de um balanço participativo da condição da segurança alimentar no país, nos estados e nos municípios e, também, construir proposições que promovam avanços na implementação da Política Nacional/Estadual/Municipal de SAN e na consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.

As Conferências são, portanto, mais que do que eventos ou uma série de encontros. Trata-se de um processo político, caracterizado pela participação dos mais diversos setores da sociedade civil/governamentais. Ao mesmo tempo, constituem-se num processo de formação e de capacitação de atores sociais e de governo para intervenções que necessariamente ocorrerão ao longo de quatro anos (BRASIL, 2017).

A experiência relatada mostra que as ações de Pré-Conferências realizadas nos territórios do município de São Leopoldo/RS, contribuiu na obtenção de um número expressivo de representatividade na III CMSAN-SL e para a instauração de propostas de base social.

Pretendeu-se aqui fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar e do direito à alimentação, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Nacional de SAN, assim como referenciar que mesmo em situações extremas de crises é possível reunir coletivos, instigar participação popular, salientar o controle social e colocar o tema da SAN como uma pauta necessária.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição**. 2 ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf.
- BRASIL. **Ministério da saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da saúde, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf.
- BRASIL. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/legislacao-site.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2014. 156 p.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara Interministerial da Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012-2015. Brasília: Caisan, 2011. 132 p.
- CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** - PLAN-SAN 2016-2019. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Documento de Referência para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, jun. 2015.
- DAVIDSON, A; WEEKLEY, K. Gramsci e os Direitos Humanos. In: COUTINHO, N.; TEIXEIRA, A. P. (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- VASCONCELOS, F. de A. G. de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra Fome, a Miséria e pela Vida. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 11, n. 2, p. 259-277, mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11n2/02.pdf>.



20º Congresso Brasileiro de Sociologia

12 a 17 de julho de 2021

UFPA – Belém, PA

GT 10 - Movimentos sociais, protestos e ativismos em contextos de crise:
abordagens analíticas e empíricas

**A interação socio-estatal e a participação institucionalizada: O caso da
expansão participativa na segurança alimentar para épocas recente de crise**

Ana Carolina Einsfeld Mattos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul-
UFRGS

Andréa Fachel Leal / Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS

Resumo: Discute-se a interação socio-estatal nos espaços de participação institucionalizada, com o foco na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de Conselhos e Conferências. Trata-se de uma revisão de literatura com análise de dois relatórios finais das últimas Conferências Estaduais de SAN/RS, de 2015 e 2019. Com base na perspectiva analítica que propõe uma interdependência na interação socio-estatal, observa-se os espaços dos Conselhos e das Conferências como propícios à prática colaborativa e são contextualizadas as conferências em termos históricos e políticos. Dois contextos históricos são analisados: o momento de expansão de espaços de participação, de 2003 a 2015, e o momento de sua drástica redução, a partir de 2019. No campo da SAN, a expansão é observada com a criação de um ministério para a pauta da fome e a restituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA); a redução, com a extinção do CONSEA e a não realização da Conferência Nacional de SAN. A participação institucionalizada é um cenário importante de diálogo para o rumo das políticas de SAN, indicando a colaboração como parte da interação socio-estatal que podem aproximar o sistema político e a Sociedade, provocando uma fusão de lutas sociais e ações políticas.

Palavras-Chave: Interação socio-estatal. Conferências. Conselhos de políticas. Segurança alimentar.

Abstract: The socio-state interaction in spaces of institutionalized participation is discussed, with a focus on Food and Nutritional Security (FNS) from Councils and Conferences. This is a literature review with analysis of two final reports from the last FNS/RS State Conferences, of 2015 and 2019. Based on the analytical perspective that proposes an interdependence in socio-state interaction, the spaces of the Councils and Conferences are observed as favorable to collaborative practice and are contextualized in historical and political terms. Two historical contexts are analyzed: the moment of expansion of participation spaces, from 2003 to 2015, and the moment of its drastic reduction, from 2019. In the field of SAN, the expansion is observed with the creation of a ministry for the theme of hunger and the restitution of the National Food Security Council (NFSC); the reduction, with the extinction of NFSC and the non-realization of the FNS National Conference. Institutionalized participation is an important scenario for dialogue for the direction of FNS policies, indicating collaboration as part of the socio-state interaction that can bring the political system and society closer together, provoking a fusion of social struggles and political actions.

Keywords: Socio-state interaction. Conferences. Policy advice. Food safety.

INTRODUÇÃO

Este ensaio discute os padrões de interação socio-estatal nos espaços de participação institucionalizada, com o foco na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), considerando a institucionalização de um padrão em particular de participação, dos Conselhos e Conferências. Objetiva aplicar a vertente analítica

que propõe uma interdependência na interação socio-estatal no caso particular da SAN.

Trata-se de uma revisão de literatura sobre os conceitos de padrões de interação socio-estatal, que discute as teorias produzidas sobre a participação institucionalizada no Brasil. Por um lado, este ensaio se baseia em textos científicos publicados sobre padrões de interação socio-estatal e, por outro, nos documentos públicos das duas últimas Conferências Estaduais de SAN ocorridas no RS (2015 e 2019), tomadas como lócus de diálogo deliberativo em que se podem observar a interação socio-estatal. A revisão partiu de um levantamento bibliográfico nas bases de dados SciELO e Google acadêmico, utilizando os termos: “interação socio-estatal”; “conferências”; “conselhos de políticas”; “participação institucionalizada na Segurança Alimentar”.

A análise de literatura realizada permite compreender que a institucionalização através dos Conselhos e Conferências – assim como outras formas de participação, como os fóruns participativos e os comitês consultivos – criou espaços onde grupos organizados, movimentos sociais, atores sociais com representações diversas, instituições sociais, entidades, entre outras instâncias da Sociedade Civil, conseguem se articular juntamente com instâncias governamentais (CÔRTEZ e SILVA, 2010). Os padrões de interação socio-estatal estabelecidos nestes espaços têm um papel importante para o direcionamento das políticas públicas.

Com base em uma perspectiva analítica que propõe uma interdependência na interação socio-estatal, a perspectiva de autonomia plena dos atores sociais é substituída ou suplementada por uma que foca na interdependência com o Estado (LAVALLE e SZWAKO, 2015). Neste redirecionamento analítico, deixa-se de ver o contexto político como algo externo aos movimentos sociais, mas sim em uma relação de interdependência (ABERS; SILVA e TATAGIBA, 2018). O plano da interdependência nas análises acerca dos padrões de interação socio-estatal propõe um rompimento de vertentes que se limitam na perspectiva conflituosa e de confronto entre atores sociais e atores estatais como sendo a única prerrogativa possível dessa relação. Considera-se as influências mútuas, as estruturas de poder e o plano das negociações como um pilar para a cooperação e colaboração, garantindo proveito de ambos nessa interrelação (LAVALLE et. al, 2019).

Os espaços dos Conselhos e das Conferências pela perspectiva analítica da interdependência socio-estatal implica tomar estes como locais onde atores sociais e estatais compartilham espaço de discussão, a fim de estabelecer uma rede de debate acerca de temas específicos, resultando em um cenário de interação propício à colaboração (MORONI, 2005), sendo possível perceber o Estado e a Sociedade Civil não como estruturas dicotômicas, independentes e até mesmo dualizadas (MEYER; JENNESS e INGRAM, 2005).

A participação institucionalizada também se constitui enquanto um construto socio-histórico e cultural, e enquanto um processo evolutivo de compreensão teórica do contexto político. A matriz sócio-política que uma sociedade irá constituir é dependente deste processo, e dela configurações de relacionamento entre Estado e Sociedade. No Brasil, um sintoma dessa construção sócio-política no decorrer da história pode ser expresso pela expansão da participação institucionalizada, como é o caso dos conselhos de políticas públicas, os fóruns participativos diversos, o orçamento participativo, os comitês consultivos e as conferências (TONI, 2006).

As parcerias estabelecidas entre instâncias sociais e estatais, nestes espaços institucionalizados de participação, são decorrentes de um terreno de “solidariedade e partilhamento decisório” (TONI, 2006), que se estrutura nos planos das negociações, dos acordos e dos consensos. Este modelo de participação mantém a estrutura normativa, mas é alterada significativamente a forma deliberativa pela interação socio-estatal (ABERS; SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

Para analisar a interação socio-estatal, tomamos o caso da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que percorreu um período de expansão na participação institucionalizada, até períodos recentes de crise dos espaços de participação. O campo da SAN tem uma trajetória de conquistas e retrocessos em torno da participação institucionalizada, que reflete nas condições de compartilhamento decisório na relação entre Estado e Sociedade Civil.

Deste modo, além desta introdução e das considerações finais, optamos por dividir este ensaio em duas partes: Primeiro, discorrendo sobre os padrões de interação socio-estatal a luz da perspectiva analítica da interdependência, e a participação institucionalizada para a prática proximal. Em segundo, tratando de

analisar o caso da SAN mediante consulta dos relatórios finais de duas Conferências Estaduais de SAN.

INTERAÇÃO SOCIO-ESTATAL: PERSPECTIVA DA INTERDEPENDÊNCIA

A literatura científica tradicional aponta uma emergência tardia da Sociedade Civil no âmbito político brasileiro, tendo seu nascimento moldado sob a noção de uma não relação com o Estado. Com o advento da interdependência do Estado no período pós-constituente emergem novas configurações analíticas. A relação entre o Estado e Sociedade Civil passa de um período histórico de autonomia plena dos atores sociais para um momento de interdependência com o Estado (LAVALLE e SZWAKO, 2015).

Tratar os Movimentos Sociais como externos e com ausência de interação com o Estado reduz as possibilidades de análise que privilegie uma forma específica de relação entre eles- a colaboração (MORONI, 2005). A perspectiva da interdependência na relação socio-estatal significa perceber o contexto político não como algo externo aos Movimentos, mas sim um sistema de relações (SILVA e OLIVEIRA, 2011). Como regimes relacionais propícios para essa interdependência Abers; Silva e Tatagiba (2018) informam os regimes políticos e os subsistemas de políticas públicas.

Os regimes políticos são caracterizados pelos atores estatais e os atores não estatais que são politicamente relevantes e que acessam as discussões e decisões governamentais, uma estrutura de atores, interesses, e arranjos institucionais em coalizão governante; enquanto que os subsistemas se caracterizam como arenas de disputa em torno de ideias para as políticas públicas, uma estrutura em que atores, interesses, e arranjos institucionais dependem de determinado setor de políticas públicas (ABERS; SILVA e TATAGIBA, 2018).

Movimentos Sociais moldam as oportunidades para políticas, assim como ou tanto quanto, as políticas moldam oportunidades para a mobilização dos Movimentos (MEYER; JENNESS e INGRAM, 2005). “Movimentos que constroem e disputam políticas agem criativamente, interagindo ativamente com os agenciamentos de outros atores e instituições com os quais apresentam relação de interdependência.” (ABERS; SILVA e TATAGIBA, 2018, p.30).

O plano da interdependência na interação socio-estatal é tido como o “contexto político”, mas os Movimentos Sociais ao interagirem com as estruturas relacionais- regimes políticos e subsistemas, não significa dizer que tal fato ocorra de forma igualitária, pelo motivo da distribuição desigual das agências de poder (ABERS; SILVA e TATAGIBA, 2018). As margens relacionais entre o poder do Estado e o poder social é fortalecido quando são apreciados enquanto um resultado de uma interação (LAVALLE et. al, 2019).

No Brasil, a literatura aponta que o Estado tem protagonismo nas decisões políticas, em contrapartida, ao final dos anos 70 passou-se a observar atores marginalizados socialmente adentrando terrenos de decisão, mobilizando inclusive a adequação teórica da interdependência no contexto político. É preciso considerar a complexidade e a heterogeneidade posta na relação entre Estado e Sociedade Civil (CÔRTEZ e SILVA, 2010).

A perspectiva da interdependência na relação socio-estatal incorpora as ações de cooperação e colaboração como parte do cenário relacional. Tais ações são mediadas por um jogo de influências, estruturas de poder, e negociações (LAVALLE et. al, 2019). A relação de cooperação e colaboração se dá mantendo uma certa distância e estabelecendo uma relação de apoio, porém quando o afastamento se dilui ocasiona um compartilhamento de militantes em uma relação de interpenetração (SILVA e OLIVEIRA, 2011).

A interpenetração é evidenciada pela análise do ativismo institucional, em uma espécie de militância múltipla (PETTINICCHIO, 2012). O ativismo institucional envolve indivíduos com acesso aos recursos institucionais e ao processo de tomada de decisão (ABERS e TATAGIBA, 2015). Relacionados como *insiders* que assumem a causa levantada pelo Movimento como parte das suas investidas políticas; ou como forasteiros que se tornam *insiders* ao mesmo tempo em que são ativistas dos Movimentos sociais; ou ainda, como empresários institucionais que defendem uma causa e criam uma nova oportunidade política mobilizadora (PETTINICCHIO, 2012).

Atores estatais se mobilizaram de forma institucional para atingir objetivos comuns com as ideias dos atores sociais organizados, seguindo as organizações formais, e/ou utilizando seus recursos interpessoais para promover uma agenda de social e redes específicas (ABERS, 2020). Os atores sociais por sua vez, se

organizam a partir das oportunidades e dos constrangimentos institucionais, ancorados na sua organização social e nos recursos políticos que possuem para sustentar suas ações, incluindo uma relação colaborativa de interação com atores estatais (ABERS; SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

O Estado influencia as capacidades de ação dos atores sociais, do mesmo modo, os Movimentos possuem capacidades de encaixe institucional arquitetadas pela interação socio-estatal. Estado e Sociedade Civil em relação de interdependência (LAVALLE et. al, 2019). Os espaços de participação institucionalizada é também um resultado dessa interação socio-estatal. Os conselhos e conferências aparece na literatura como locais onde os Movimentos, coletivos organizados, entidades sociais, e atores sociais compartilham espaço de discussão juntamente com as instâncias governamentais, instituições políticas, e atores estatais, propiciando que uma relação de cooperação e colaboração seja ressaltada na interação entre Estado e Sociedade.

A participação institucionalizada: Conselhos e Conferências

A literatura analisada aponta um número bastante representativo da população brasileira que compõe um circuito de participação institucionalizada - a dizer, dos conselhos e conferências (AVRITZER, 2012; MORONI, 2005). A participação de atores sociais estatais, a partir dos espaços institucionais, se estruturam nos três níveis de governo, previstos em lei e que determinam as políticas públicas.

Este apontamento não desacredita na existência de outras formas de participação, mas informa que a participação nos conselhos e nas conferências são significativos. O estudo de Avritzer (2012) demonstrou que 4,3% da população brasileira participa de conselhos municipais e que o desenvolvimento de uma tradição nas esferas de participação no cenário brasileiro, indica que as conferências são bons exemplos por representarem uma expansão participativa.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, o protagonismo dos Movimentos Sociais alavancaram as questões da democratização do Estado. Sob essa perspectiva pairava a análise de que a democracia representativa, por intermédio dos partidos políticos e do contexto de representação eleitoral, não respondia a todo complexo de sujeitos políticos, sendo necessário articular mecanismos em que

fosse possível as múltiplas formas de expressão social adentrar nas discussões e decisões políticas (MORONI, 2005).

No processo constituinte (1986- 1988) as possibilidades de participação foram amplamente aprofundadas, estabelecendo diretrizes constitucionais para a estruturação de espaços que viessem atender a demanda de um controle social contínuo. Os conselhos de políticas públicas e as conferências almejados enquanto mecanismos de uma democracia participativa (MORONI, 2005). No período da redemocratização a partir de 88, a participação prevista na Constituição Federal (BRASIL, 1988), levaram o Brasil para um modelo institucionalização, a priori dos conselhos e conferências nacionais (AVRITZER, 2012).

Hoje a participação institucionalizada é um dispositivo político envolvendo representações governamentais e entidades da Sociedade Civil, com o objetivo máximo garantir a fiscalização, elaboração e deliberação social em torno das políticas públicas. Tanto os conselhos quanto as conferências são ferramentas importantes para o exercício do controle social, uma vez que aproximam os principais atores sociais e estatais (sociedade civil e poder público) (MORONI, 2005).

Os conselhos funcionam como espaços descentralizados, colegiado, autônomo e com caráter deliberativo. Numa leitura simplificada, os conselhos oportunizam que atores sociais se transformem em atores políticos. É através dos diversos conselhos de políticas públicas que ocorre, também de forma descentralizada e a cada quatro anos, as conferências em uma cadeia de acontecimentos – primeiro as municipais (ou regionais), seguido das estaduais e por fim ocorre as Conferências Nacionais. As conferências são, portanto, espaços deliberativos mais amplos que os conselhos, envolvendo atores sociais e estatais, mesmo aqueles que não estejam necessariamente compondo os conselhos. As conferências propiciam a interação socio-estatal, favorecendo a construção de negociações, consensos, compartilhamento do poder e (co)responsabilidade entre Estado e Sociedade Civil (MORONI, 2005).

A construção desse plano participativo foi alavancada em meados de 2003. O contexto político favoreceu o incremento de espaços institucionais de interação socio-estatal - a gestão de Luís Inácio Lula da Silva resultou em um aumento dos Conselhos e Conferências, além da aproximação de militantes no interior de vários

Ministérios (AVRITZER, 2012). Antigos líderes sindicais ocuparam altos cargos de governo, o próprio Lula veio do terreno sindical e contribuiu para essa configuração, o que permitiu que novos interesses adentrassem a arena política, recolocando movimentos sociais de dinâmicas contenciosas para também dinâmicas colaborativas (ABERS; SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

Manor e Duckett (2017) analisaram a importância dos líderes políticos para a expansão das políticas sociais através da investida dos líderes ao promoverem inovações. No Brasil, um teor inovativo, foi uma aproximação dos governos municipais e estaduais, os conselhos, as conferências, os fóruns, e o orçamento participativo.

O governo Lula não tinha um projeto de gestão centrado na participação institucionalizada pelos conselhos e conferências, a expansão durante o governo Lula é o resultado de um amadurecimento histórico, fortalecido pelo campo das oportunidades advindas de ativistas e aliados dos Movimentos Sociais dentro de órgãos públicos e da presença de ativistas institucionais dentro da burocracia do Estado. A expansão deu-se primeiramente pela ocupação de cargos na burocracia do Estado, seguindo da participação institucionalizada – os conselhos, conferências (ABERS; SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

No período da expansão, o governo federal promoveu diversas conferências, além da reformulação e criação de vários conselhos (AVRITZER, 2012). O estudo de Maroni (2005) identificou cerca de 64 conselhos de políticas públicas no governo Lula, destes 13 foram criados novos e 9 foram reestruturados. Ao todo, foram cerca de 40 Conferências Nacionais realizadas, além de três Conferências Internacionais em que o Brasil teve participação. Ao final do ciclo de Conferências do mandato de Lula mais de dois milhões de brasileiros participaram das Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacional, e pelo menos 15 Conferências Nacionais foram realizadas pela primeira vez (MORONI, 2005).

No Brasil, a participação significa afirmar as liberdades democráticas, e a participação institucionalizada, dos conselhos e conferências, colocaram o país como um modelo nos debates internacionais sobre participação, ressaltando a prática colaborativa na relação entre Estado e Sociedade (ABERS; SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

A PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA NA SEGURANÇA ALIMENTAR: DINÂMICAS COLABORATIVAS NA INTERAÇÃO SOCIO-ESTATAL

No Brasil, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi realizada em 1994, sob vigência do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), sendo extinto em 1995 e reinstalado em 2003. Nestes quase 20 anos houve um avanço nas práticas diante da SAN; do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), da Soberania Alimentar e na implementação dos componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) quais sejam: Os Conselhos, as conferências, as Câmaras Intersecretarias de SANs (CAISAN) e os Planos de SANs (BRASIL, 2006).

Após a reinstalação do CONSEA, em 2004 ocorreu a II Conferência Nacional de SAN; em 2007 a III Conferência Nacional de SAN; em 2011 a IV Conferência Nacional de SAN, e finalizando o período da expansão da participação institucionalizada no campo da Segurança Alimentar, em 2015 ocorreu a V Conferência Nacional de SAN (VASCONCELOS et. al, 2019). Ao passo seguinte, no ano de 2019 o início de uma crise na participação institucionalizada, com o advento da extinção do CONSEA e o bloqueio das Conferências de SAN.

Na trajetória da Segurança Alimentar expressa entre o período da expansão da participação institucionalizada até os períodos recentes de crise participativa, as interações entre Estado e Sociedade nos moldes da interdependência, estabelecem uma relação de cooperação e colaboração. Para esta análise, utilizamos os relatórios finais das duas últimas Conferências Estaduais de SAN/RS (2015 período final da expansão participativa; e 2019 período inicial de crise), pois revelam um número expressivo de propostas aprovadas durante o diálogo deliberativo entre atores sociais estatais que exaltam o plano da colaboração entre as instâncias para o fortalecimento da SAN.

Expansão da participação institucionalizada na Segurança Alimentar (2015)

No período da expansão participativa (2003- 2015), iniciado na gestão de Luis Inácio Lula da Silva, foi criado, pela primeira vez, um Ministério específico para a pauta da fome, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). O MESA dedicou-se em promover que diversas ações – do âmbito social, ações mediadas por empresas públicas, privadas, instituições religiosas,

sindicatos, e dos Movimentos Sociais -, pudessem se articular, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, com o intuito de expandir os resultados e promover uma interação socio-estatal (BRASIL, 2003). Mais tarde, o MESA foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (CAMPOS, 2007).

O MDS, teve um papel indutor da formação e consolidação de consórcios para o campo da SAN, destacando aqui, sua tarefa de fortalecimento da gestão pública, promovendo a articulação de parcerias de cunho governamental com o terceiro setor (CAMPOS, 2007). Neste período, existia os “Comitês Gestores”, que atuavam no desenvolvimento de ações entre governo e atores sociais. Sua estrutura era regida por representações de organizações das comunidades beneficiárias, eleitas por assembleias, principalmente para atuar no controle da implementação do Cartão Alimentação, componente do Fome Zero (SILVA, 2005).

Também neste período, Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que estava extinto desde 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi restituído. O CONSEA restituído na gestão Lula, deu a largada com 59 conselheiros, sendo 17 ministros de Estado, 42 representantes de entidades sociais, além 14 observadores convidados envolvendo a comunidade acadêmica (SILVA, 2005).

O CONSEA como os demais conselhos de direitos, é um órgão colegiado, permanente, de caráter consultivo, propositivo e um espaço de articulação entre o governo e a Sociedade Civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da SAN, estimula a organização da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de Políticas de SAN (NASCIMENTO, 2009). Suas ações são marcadas pelos princípios da democracia participativa. Sua composição segue a preconização de 1/3 representantes governamentais e 2/3 Sociedade Civil. (SILVA, 2005).

Ocorre, concomitantemente a restituição do CONSEA, a retomada das conferências de SAN (NASCIMENTO, 2009), que por sua vez, garantiu a criação da Lei Orgânica de SAN - Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006). Os avanços desde período, contribuíram para a melhoria de vários indicadores como redução da pobreza, da desigualdade, e para a melhoria dos índices de Segurança Alimentar (CONSEA, 2015). Vale recordar a saída do Brasil do Mapa

Mundial da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) – anunciada no final do ano de 2014 - como uma conquista histórica, consequência direta dos esforços de governos e da Sociedade Civil (FAO, 2016). Tais esforços foram materializados por meio de um conjunto de políticas públicas geridas de maneira participativa, a maior parte delas inserida no I Plano Nacional de SAN (BRASIL, 2011).

A expansão da participação institucionalizada também promoveu uma aproximação socio-estatal, que recolocou atores sociais e estatais em cenários proximais de atuação política. A interação socio-estatal deste período da expansão na participação institucionalizada, evidenciou um contexto político que refletia colaboração e cooperação (BRASIL, 2011).

Em 2015 foi realizada a última conferência deste período da expansão participativa e como parte do processo preparatório, foram organizados pelos Conselhos Estaduais de SAN os “Fóruns Temáticos Nacionais” com o objetivo de aprofundar a análise dos temas centrais da SAN. Os fóruns serviram para subsidiar as discussões da Conferências nos três níveis de governo (Relatório Final, VI CESANS/RS, 2015). Os fóruns participativos demonstram que a importância do debate entre Sociedade e Estado se dá pela abertura de novos espaços de participação político-institucional que propiciem o acesso direto de cidadãos através de seus representantes nos andamentos de políticas (CÔRTEZ e SILVA, 2010).

Após a realização dos fóruns Temáticos Nacionais, se desenvolveu a VI CESANS RS, realizada nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2015 no Salão de Eventos da Paróquia Pompéia. Estavam presentes atores sociais e representantes governamentais (Relatório Final, VII CESANS/RS, 2019)¹. As propostas aprovadas por estes atores sociais e estatais participantes do encontro, demonstra a prática colaborativa na interação socio-estatal, sendo possível observar em todos os eixos de discussão da conferência.

No eixo temático I: *Comida de verdade: Avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar*, algumas propostas indicam a colaboração na interação socio-estatal, tais como:

¹ O relatório não indica número preciso de participantes.



“Fortalecimento do debate sobre uso indiscriminado de agrotóxicos e transgênicos [...] entre os órgãos públicos competentes (saúde, agricultura, educação assistência social) e a sociedade”; “Organização de grupos formais e informais para produção orgânica por assistência técnica qualificada e continuada [...] com acompanhamento técnico e social por parte dos órgãos públicos e não- governamentais” (p.61); “Incentivo a fóruns amplos/intersectoriais (com atores sociais e atores políticos) de debate para acesso e divulgação de informações em relação a SAN” (p. 64); “Projeto de conscientização permanente de estudantes, pais, professores, trabalhadores e gestores municipais, para o cuidado com o meio ambiente e hábitos saudáveis [...]” (p.65). “Formação de uma rede de entidades públicas e da sociedade civil para implementar uma ação permanente em educação, saúde e qualificação profissional focada no público participante dos projetos do PAA e Bolsa Família (p. 66). “Efetivar a intersetorialidade por meio dos conselhos [...] em articulação com o SUAS [...]”; “Ações estatais para populações tradicionais ou grupos específicos devem ser promovidas com a participação desses atores sociais, incluindo nas discussões de políticas públicas sobre SAN, visando efetivamente as necessidades destes grupos”; “fortalecer a transversalidade da política de segurança alimentar, no sentido de somar forças, Estado e Sociedade” (p.67).

O Eixo temático II: *Estratégias e políticas em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local*, apresenta propostas com intenção colaborativa entre Estado e Sociedade Civil, sendo:

“Desenvolvimento de parcerias público-privada (ações públicas estatais e ações do terceiro setor), também envolvendo instituições de ensino superior para elaboração de projetos de educação e pesquisas voltados para a garantia da SAN e do DHAA [...] e financiamento Estadual para execução de ações sociais”; “Envolvimento intersetorial, em especial instâncias do SUS e SUAS (Gestores) com seus beneficiários para as ações em SAN” (p.69). “Implementar estratégias através de um processo de educação permanente em Segurança Alimentar e Nutricional, dirigida aos gestores, profissionais de diversas áreas e conselheiros da sociedade civil, visando o desenvolvimento de capacidades para formulação e implementação da política de SAN e seus programas de ação [...]”; “Formação para lideranças e organizações sociais que promovam a SAN sobre o SISA e a política nacional de SAN”; “Parceria público-privada (ações estatais e ações do terceiro setor) para a implementação de cozinhas comunitárias e refeitórios públicos [...]”; “Incentivo ao cultivo de hortas comunitárias (de atores sociais) através de grupos de vizinhança [...] e o apoio estatal para a implementação de hortas em espaços públicos como praças e parques que são utilizados pela comunidade” (p. 70). “Criação de feiras municipais [...] fomento de hortas comunitárias, articulando com programas sociais e de extensão universitária na área da SAN”; “Garantia que as políticas públicas de SAN, não sejam impostas e sim que sejam trabalhadas com os beneficiário e atores envolvidos (sociais e estatais)”; “Criação no âmbito municipal de um espaço de diálogo para povos indígenas debaterem a política de SAN com encontros semestrais entre entidades e atores estatais” (p. 71). “Elaboração de um diagnóstico regional [...] em SAN [...] deve ser executado e apoiado, pelo governo municipal, governo estadual, governo federal, atores sociais e universidades” (p. 72).

E por fim, no terceiro eixo temático de discussão da conferência Estadual de 2015 *“Aperfeiçoamentos e ampliação do sistema de SAN: pacto federativo, participação social e intersetorialidade”*, é apresentado um eixo específico para o fortalecimento da cooperação e colaboração entre instâncias sociais e estatais no

campo da SAN, a fim de dar continuidade nos avanços do contexto político do período, sendo listado:

“Criação e fortalecimento de espaços de diálogo nos municípios sobre SAN em suas diversas instâncias (sociais e governamentais) [...]”; “Implementação, estruturação e fortalecimento de conselhos municipais de SAN [...] a partir da comunidade, profissionais da rede pública e gestores [...] e integração entre secretarias [...]”; “Participação da população no desenvolvimento de diretrizes de SAN presentes no próximo plano do Estado para SAN [...]”; “Fomento e modelação do SISAN a partir da participação social [...] com espaços de articulação da sociedade [...]”; “Elaboração de planos municipais de SAN [...] dispondo de recursos para reuniões, fóruns [...] realizando articulação com toda sociedade civil e gestores [...]” (p.75). “Promoção, interação e colaboração entre conselhos municipais, estaduais e nacional [...]”; “Fortalecer a integração entre secretarias do Estado e instâncias sociais [...]” (p.76).

Crise na participação institucionalizada na Segurança Alimentar (2019)

No ano de 2018 e a partir do cenário de avanços da Conferência anterior, foram construídos alguns pressupostos para a realização da VI Conferência Nacional de SAN, da VII Conferência Estadual de SAN do Rio Grande do Sul, além das Conferências municipais e territoriais. A mudança no contexto político nos anos seguintes, especialmente a partir do governo de Jair Messias Bolsonaro em 2019, é intensificada com a extinção de diversos espaços de deliberação institucionalizada. Ocorre a extinção de inúmeros conselhos, inclusive o CONSEA, pela Medida Provisória (MP 870/2019), e em decorrência, a não realização da Conferência Nacional de SAN.

Fica estabelecido então, o rompimento das condições legais e políticas para a realização da Conferência Nacional pela extinção do CONSEA. Ocorre na sequência a criação de um movimento chamado “Banquetaço”, formando uma rede de comitês envolvendo atores sociais e estatais para manutenção da pauta da SAN; no país. O Movimento Banquetaço instituiu uma rede de consulta e apoio entre os diversos territórios brasileiros; estabeleceu também, um planejamento para a I Conferência Popular de SAN ainda que sem a figura institucionalizante do CONSEA, e ainda, incentivou a realização das Conferências Estaduais, regionais/territoriais e municipais de SAN por todos os cantos do Brasil no ano de 2019 (ALMEIDA e FROZI, 2020).

O cenário de crise na participação institucionalizada no campo da SAN colocou novos desafios para a interação socio-estatal. A relação entre Estado e

Sociedade Civil imersos a crises no campo da SAN tornou-se uma pauta descrita no relatório final enquanto uma “carta política” aos retrocessos do período. A VII CESANS/RS foi um gesto de resistência gaúcha frente ao contexto nacional da extinção do CONSEA (Relatório Final, VII CESANS/RS, 2019).

O contexto relatado apresentava os retrocessos no campo da SAN e a provável intensificação no afastamento entre Estado e Sociedade. Dentre os retrocessos, o retorno do Brasil ao mapa da fome anunciado no ano anterior a conferência (FAO, 2018). A liberação de quase 400 novos agrotóxicos para o uso no setor agrícola, que, junto com o consumo acentuado de alimentos industrializados, ultraprocessados e transgênicos, impactam diretamente na saúde da população. E o incentivo a privatização de serviços públicos, diminuição de oportunidades de trabalho e renda, expressando o aumento da miséria e a precarização da saúde do período (Relatório Final, VII CESANS/RS, 2019).

Assim, a VII CESANS RS, realizada nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2019 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, juntou aproximadamente 250 pessoas, entre Delegados, convidados e observadores, envolvendo instâncias sociais e de cunho governamental (Relatório Final, VII CESANS/RS, 2019). Propostas importantes foram firmadas ressaltando a permanência de parcerias socio-estatais e dos espaços deliberativos dos Conselhos e Conferências, firmando a manutenção colaborativa na relação entre Estado e Sociedade, mesmo que imersos às crises no campo da SAN.

“Definir em conjunto, Estado e Sociedade, as diretrizes que deverão orientar o Governo Estadual na elaboração do próximo Plano Estadual de SAN 2020-2023”; “Aprovar mediante consulta popular e implementar a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos”; “Propor, em conjunto com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a análise dos cardápios escolares [...]” (p.10). “Manter e fortalecer as entidades sociais que prestam assistência técnica [...], universidades e institutos federais, articulando-as com instituições de toda natureza - privadas, Organizações Não Governamentais (ONGs)” (p.11). “Fomentar espaços de diálogo e atividades interssetoriais [...]”. (p.13). “Garantir e fortalecer a manutenção dos Centros colaboradores em Alimentação e Nutrição [...] os quais executam formações e assessorias aos municípios contribuindo para uma boa execução do PNAE” (p.14). “Realizar seminários anuais, parcerias com escolas e COMSEA, para socialização e multiplicação dos saberes e ações em políticas públicas, controle social e participação popular a partir do âmbito escolar”; “Fortalecer as relações entre escolas e Unidades de Saúde, CRAS e associações de bairros na garantia da segurança alimentar e nutricional.” (p.15). “Promover encontros para discussão da SAN promovendo interação socio-estatal [...]”; “Articular ações da sociedade civil e poder público [...]” (p.17). “Reativar o CONSEA nacional; manter e fortalecer os Conselhos no âmbito municipal, estadual e federal [...]” (p.19). “Assegurar o exercício da participação e do controle social na formulação e monitoramento de

políticas públicas de SAN[...]; “Garantir a realização da conferência em SANS nas três esferas de governo a cada quatro anos”; “Elaboração de planos municipais de SAN, envolvendo a sociedade civil e as secretarias municipais, nos municípios que ainda não tem, e atualização/revisão dos planos municipais já existente” (p.20). “Ampliar e divulgar as ações de Segurança Alimentar para fortalecimento e articulação de rede de SAN nos municípios (atores sociais e estatais)” (p.21).

A partir das atas dos grupos de trabalho, formados para discutir os eixos temáticos da Conferência, percebe-se que um certo número de gestores públicos já vinha implementando um conjunto de iniciativas de políticas públicas em conjunto com entidades sociais. Ao mesmo tempo, todos os prefeitos municipais presentes que ainda não haviam assumido o compromisso com as políticas de SAN em seus municípios foram instruídos no decorrer do processo deliberativo para que se responsabilizem com a criação de conselhos municipais de SAN, Câmaras Intersecretarias de SAN, realização de Conferências de SAN e elaboração de seus Planos municipais de SAN (Relatório Final, VII CESANS/RS, 2019).

Por fim, no desempenho das funções que lhe compete, e considerando as proposições da VII CESANS RS, ficou acordado, mediante “Carta Política” e “Ata Pública” da conferência, que o CONSEA-RS manter-se-á como proponente de políticas públicas de SAN, mobilizador da interação socio-estatal e no desempenho do controle social que lhe cabe mediante a implementação de estratégias como:

- Assessoria e empoderamento de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e de entidades afins, [...] na implementação de planos estadual e municipais de SAN, incidindo na elaboração e monitoramento dos respectivos Planos Plurianuais [...].
- Fortalecimento e ampliação da participação popular nos espaços de controle social [...].
- Fortalecimento de estratégias de articulação e mobilização que unifiquem as lutas na resistência [...] buscando maior convergência em salvaguardas da Constituição Federal e da Constituição Estadual e contra os retrocessos (p.30-31);
- embora as dificuldades referidas, a conjugação de esforços de Conselhos [...] e de valiosas e decisivas Parcerias, especialmente da Sociedade Civil e Estado tornou possível a obtenção de propostas, moções e posicionamentos destinados a balizarem reflexões, desafios, mobilizações, proposições, implementações e controle social de Políticas Públicas de SAN para o Rio Grande do Sul nos próximos anos (p.32).

A partir destas informações disponíveis no relatório final da VII CESANS/RS (2019), fica evidente que apesar dos entraves ocorridos neste período de crise do exercício deliberativo, foram firmados acordos sob ciência das instâncias sociais e governamentais do Estado do Rio Grande do Sul, que ressaltam a permanência de parcerias e dos espaços deliberativos dos conselhos e conferências. As propostas finais da VII CESANS/RS foram aprovadas mediante aclamação por todos os participantes, e deverão ser executadas sob (co)responsabilização entre Estado e

Sociedade Civil, a fim de manter interação socio-estatal nas decisões e implementações no campo da SAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas configurações analíticas que partem da interdependência socio-estatal, a análise dos relatórios finais das duas últimas Conferências Estaduais de SAN (2015 e 2019), considerando o contexto histórico e político; revela-se estes espaços são um cenário importante de diálogo sobre o rumo das políticas de SAN. Os espaços de participação institucionalizada são facilitadores para a construção de relações entre Estado e Sociedade, principalmente no que se refere a possibilidade de cooperação e colaboração. Os relatórios indicam a colaboração através de acordos firmados (propostas) e no compartilhamento das decisões, a fim de estabelecer uma rede de debate acerca da SAN.

Embora os espaços institucionalizados não sejam os únicos locais para a construção de colaboração na interação socio-estatal, observa-se que são espaços potentes, sendo mecanismos que podem provocar mudanças substantivas na relação Estado e sociedade. Estes mecanismos podem contribuir com a consolidação de uma cultura política contrahegemônica, por meio da prática colaborativa da política e da distribuição das agências de poder (MORONI, 2005).

Os espaços institucionalizados de participação podem promover acordos através de seus componentes sociais e estatais, suscitando assim, que as demandas adentrem os terrenos decisórios, ou ainda, na possibilidade de uma determinada causa social ser assumida por agentes do Estado. A institucionalização da participação pode eventualmente contribuir para aproximar sistema político e Sociedade Civil ou, pelo menos, para provocar pautas comuns, promovendo uma fusão das lutas sociais e das ações políticas. “Entender a construção concreta de novas rotinas de conflito, negociações, e participação requer examinar como as redes que obtiveram acesso ao Estado em momentos particulares trabalharam com práticas históricas de interação Estado e Sociedade em cada área da política” (ABERS; SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p. 348).

A interação socio-estatal colaborativa sendo um pilar para os rumos das políticas públicas no Brasil, entende-se que as conferências e os conselhos devem contribuir para a construção de um balanço participativo da condição da SAN no

país, nos estados e nos municípios e, também, construir proposições que promovam avanços na implementação da Política Nacional, Estadual, e Municipal de SAN e na consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Os espaços deliberativos das conferências são, portanto, mais que do que eventos ou uma série de encontros. Trata-se de um processo político, caracterizado pela participação dos mais diversos setores da Sociedade Civil e do Estado. Ao mesmo tempo, constituem-se num processo de formação e de capacitação de atores sociais e de governo para intervenções que necessariamente ocorrerão ao longo de quatro anos (BRASIL, 2017). Os acordos e negociações travados nesses espaços institucionalizados de participação social, são resultados de uma influência mútua entre atores sociais e estatais, considerando que as relações construídas através dessa interação socio-estatal são moldadas no plano da interdependência.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.N. Institutions, Networks and Activism Inside the State: Women's Health and Environmental Policy in Brazil. **Critical Policy Studies**, 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19460171.2020.1860782>>.

ABERS, R.N., SERAFIM, L., TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais** v.57, n.2. p. 325-357, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582014000200003&script=sci_arttext&lng=pt>.

ABERS, R.N., SILVA, M.K., TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v.105, p. 15-46, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452018000300002&script=sci_arttext>.

ABERS, R.N.; TATAGIBA, L. **Institutional activism: mobilizing for women's health from inside the Brazilian bureaucracy**. In: ROSSI, F.; VON BÜLOW, M. Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America. London: Ashgate, 2015.

ALMEIDA, S.O.; FROZI, D.S. The right to adequate food: A study in the light of the Brazilian provisional measure 870 constitutionality. **Teoria jurídica contemporânea** v.5, n.2, p. 211-244, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/download/25761/21531>>.

AVRITZER, L. Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, texto para discussão 1739, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1137/1/TD_1739.pdf>.

BRASIL. Constituição da república federativa de 1988 texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

_____. **Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA).** Presidência da República. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, 2003 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm>.

_____. **Lei no 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e- nutricional>>.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Câmara Interministerial da segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de segurança Alimentar e Nutricional: 2012- 2015. Brasília, Caisan, 132p., 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf>

_____. **Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** / Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. – Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/legislacao-site.pdf>>.

CAMPOS, K. Governo, sociedade e inclusão: o papel do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na promoção e articulação de ações para inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 11-17, out. 2006/mar. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1586>>.

CONSEA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Documento de Referência para a 5º Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, junho, 2015.

CÔRTEZ, S.V., SILVA, M.K. Sociedade civil, instituições e atores estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em fóruns participativos. **Estudos de Sociologia**, v.15, n.29, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/164895/000826555.pdf?sequence=1>>

FAO. **Organização das nações unidas para a alimentação e a agricultura.** *Food and Agriculture Organization.* El estado de la seguridad alimentaria y la nutricion en el mundo: fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición Roma, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>>.

LAVALLE, A.G., CARLOS, E., DOWBOR, M., SZWAKO, J. **Abertura.** In: Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Adrian Gurza Lavalle [et al.], organização. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 410 p. - (Sociedade & política), 2019.

LAVALLE, A.G., SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, n.1, p. 157-187, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762015000100157&script=sci_arttext&tlng=pt>.

MANOR, J., DUCKETT, J. The significance of political leaders for social policy expansion in Brazil, China, India and South Africa. **Commonwealth & Comparative Politics**. vol. 55, no 3, 303–327, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14662043.2017.1327926>>.

MEYER, D.; JENNESS, V.; INGRAM, H. **Social Movements, Public Policy, and Democracy**. In: Routing the Opposition. Minneapolis, University of Minesota Press, 2005.

MORONI, J.A. O direito à participação no Governo Lula. **Saúde em Debate**, v. 29, n.71, p. 284-304, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4063/406345256006.pdf>>.

NASCIMENTO, R.C.do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/8>>.

PETTINICCHIO, D. Institutional activism: reconsidering the insider/outsider dichotomy. **Sociology Compass**, v. 6, n.6, p. 499-510, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1751-9020.2012.00465.x?casa_token=Fe9YLFo20z4AAAAA:GqqLQFMYI-Ogi1RE8R1eA0okr_GIBC0FnXI4WL-SMxivODODhiFvDs_P6oYNG5l0qaGiOheiv819qw>.

SILVA, M.O.S. Participação social nas políticas de segurança alimentar e nutricional. **Revista de Políticas Públicas**, v.9, n.2, p. 41-49, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3211/321129118004.pdf>>.

SILVA, M.K., OLIVEIRA, G. de L. A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento-uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v.13, n.28, p. 86-124, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000300005&script=sci_arttext>.

TONI, J.de. A participação social no planejamento governamental, a experiência do Governo Lula, Brasil. Guatemala: **XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, junho, 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/33098891/Participacao_no_Governo_Lula.pdf>.

VASCONCELOS, F.de A.G.de; MACHADO, M.L.; MEDEIROS, M.A.T.de; NEVES, J. A.; RECINE, E.; PASQUIM, E.M. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, v. 32, 80161, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rn/v32/1415-5273-rn-32-e180161.pdf>>.

VI CESANS RS/2015. **Relatório Final VI Conferencia Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**. Segurança Alimentar: Pela vida saudável, contra a fome e a miséria. Porto Alegre: Salão de Eventos da Paróquia Pompeia, 9-10 e 11 de setembro de 2015.

VII CESANS RS/2019. **Relatório Final VII Conferencia Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável Brizabel Rocha**. Comida de Verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 16-17 e 18 de outubro de 2019.

46º Encontro Anual da ANPOCS

Unicamp Presencial e Virtual (12 a 19 de outubro/2022)

ST31: Sociologia da Alimentação, da Comida e do Comer: políticas, mercados e práticas sociais

TRAJETÓRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA FOME: Direito ou Auxílio

Ana Carolina Einsfeld Mattos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS

Porto Alegre/RS, 2022

INTRODUÇÃO

A fome é uma luta socio-histórica e política (CASTRO, 1984). O problema da fome é recorrente e atravessa os últimos noventa anos de mandatos presidenciais. O esforço para a superação dos níveis de fome demandou e continua demandando permanente atenção, desde meados de 1930, tem sido justamente a falta da alimentação – a fome, a grande questão de mobilização política no campo da alimentação brasileira (BARROS e TARTAGLIA, 2003). Ou seja, no campo da alimentação e da nutrição a superação da fome se tornou o principal problema a ser enfrentado com políticas públicas.

Considerando a historicidade das políticas públicas de combate a fome, bem como os contextos sócio-políticos em que estão envolvidas, é possível dizer que as atuais políticas públicas passaram por diferentes contextos sociais e distintos governos (NASCIMENTO, 2009). Nesse percurso histórico de desenvolvimento de estratégias políticas de enfrentamento da fome, duas grandes conquistas: A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (BRASIL, 2006), e a inclusão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 2016) na constituição Federativa do Brasil.

Estes avanços, entretanto, são relativamente recentes, apenas no ano de 2006 que ocorre a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), estabelecendo que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, art. 3, 2006).

E ainda mais recente, apenas no ano de 2010 que a disposição da alimentação enquanto um direito humano foi aprovado, através da Emenda Constitucional nº 64, que incorpora a alimentação dentro do texto constitucional, a fim de firmar o estabelecimento da alimentação enquanto um direito humano (BRASIL, 2016).

Esses avanços têm orientado ações dos atores individuais e institucionais envolvidos na construção das políticas públicas de superação da fome (NASCIMENTO, 2009 e BRASIL, 2013). A Segurança Alimentar e Nutricional estabeleceu ao longo da história três portas principais na construção das agendas políticas e na implementação das políticas públicas, sendo:

A primeira porta de entrada e a mais antiga, própria dos anos 1990, relacionava-se ao abastecimento alimentar, como o demonstra, por exemplo, a localização de programas municipais e estaduais de SAN no interior das secretarias ou órgãos de abastecimento. A segunda porta de entrada foi pela área de assistência ou desenvolvimento social, a partir da Constituição Federal, que organizou o setor e o dotou de recursos orçamentários estáveis. Por fim, o terceiro e último campo, o de saúde, foi em alguns momentos espelho para a luta da segurança alimentar e nutricional no país. O Sistema Único de Saúde – SUS representa uma institucionalidade que o setor de SAN procura seguir, pois incorpora as esferas municipais, estaduais e a federal de forma descentralizada e também participativa com as conferências e conselhos (NASCIMENTO, 2009, p. 219-220).

A implementação das políticas públicas por sua vez é o resultado de processos políticos com vistas a sanar problemas (MAHONEY e THELEN, 2010). As políticas de superação da fome assumem este desafio de garantir acesso à alimentação de forma contínua e permanente, possibilitando o exercício pleno da cidadania realizando-se “quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterrupto, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção.” (PIDESC, art. 11, 1992).

Porém, o processo histórico da expansão destas políticas públicas abrange profundas transformações e contradições que impactam grande parcela da população. As políticas apresentam uma descaracterização do caráter público das ações, disputando com a noção da caridade, da benevolência e na premissa do auxílio estatal para aqueles que não tem o que comer (FAGNANI, 2005).

Nesse sentido, propõe-se aqui uma revisão bibliográfica, analisando as respostas e soluções propostas pelos governos que se sucederam no Brasil nos últimos noventa anos, no período de 1930 a 2020, ao problema da fome, entendendo-se tais respostas como políticas públicas.

METODOLOGIA

Este ensaio apresenta uma revisão bibliográfica com análise histórico-documental que sintetiza a trajetória das políticas de alimentação no Brasil, para compreender o percurso de criação das políticas.

Foram buscados textos científicos e normativos publicados sobre políticas de superação da fome. Seguiu-se a análise crítica de pesquisas realizadas no país sobre o problema da fome e as respostas governamentais a este problema.

Para obter dados sobre a trajetória das políticas brasileiras de enfrentamento da fome, período de 1930 a 2020, foram realizadas visitas exploratórias a sites de órgãos governamentais, tais como: (1) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (<http://www4.planalto.gov.br/consea>); (2) Ministério da Saúde - Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN, Ministério da Saúde - Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição) (<https://alimentacaoemfoco.org.br/projects/coordenacao-geral-de-alimentacao-e-nutricao-cgan/>); (3) Ministério do Desenvolvimento Social (<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>); e (4) Ministério da Educação (<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>).

E para captar textos científicos foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO); Periódicos da CAPES; Plataforma Science e Google acadêmico, utilizando os termos: “políticas de alimentação”; “história das políticas de alimentação”; “Programas de alimentação e nutrição”; “Programas de nutrição”; “Programas sociais de alimentação” “programas de combate a fome”; “nutrição”; “fome”; “Segurança alimentar e nutricional”; “Políticas de segurança alimentar”; “Programa Bolsa Família”; “Programa Fome Zero”; “Programa Nacional de Alimentação Escolar” e sua sigla “PNAE”; “Programa de Restaurantes Populares”; “programa de Aquisição de Alimentos” e sua sigla “PAA”.

Os critérios de inclusão envolveram artigos cujos conteúdos e objetivos continham análises das diversas políticas governamentais nos recortes temporais distintos. A interpretação dos achados sugeriu que o tratamento dos dados deveria ser organizado em termos cronológicos. Foram estabelecidas cinco categorias pelo motivo de ressaltar os contextos sociais e/ou políticos que ao longo de todo período sofreram alguma modificação.

RESULTADOS

Foram incluídas nesta revisão um total de 43 estudos, abrangendo as mais diversas metodologias. Os achados foram reunidos em cinco períodos: Da Era Vargas à Ditadura (1930-1964); Da Ditadura à redemocratização (1964-1988); Do pós-redemocratização à

era Lula (1988 – 2003); Da era Lula ao Golpe parlamentar (2003 – 2016); Do golpe parlamentar ao governo Bolsonaro (2016- 2020).¹

¹ As referências bibliográficas são citadas no decorrer dos quadros em estilo Vancouver, e a descrição das bibliografias encontram-se no Apêndice A.

Quadro 1 Políticas e Ações na Segurança Alimentar do período “Da Era Vargas à Ditadura (1930-1964)”

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Exinções/Substituições	Políticas geram políticas
1930	Getúlio Vargas		Estudos pioneiros relacionavam a fome com o orçamento familiar ¹		
1938	Getúlio Vargas	Decreto-Lei n. 399 aprova o salário mínimo ²			
1939	Getúlio Vargas	Criado Serviço Central de Alimentação pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) ¹	Discussão científica frente a alimentação e nutrição é incorporada à arena política ¹		Serviço Central de Alimentação (IAPI) dá origem ao SAPS que seguiu sua estrutura organizativa ³
1940	Getúlio Vargas	Valores do salário mínimo fixados pelo Decreto-Lei n. 2162 ²			
1940-1941	Getúlio Vargas	Instituído o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) pelo Decreto-Lei n. 2478 - SAPS coordenou a implementação dos primeiros restaurantes populares (exclusivamente a classe trabalhadora- setor formal da indústria) ³	SAPS trouxe para o cenário político a discussão da necessidade de uma Política Nacional de Alimentação ²	SAPS percorreu várias mudanças incrementais e de longo prazo, incluindo alterações nos objetivos técnicos e políticos ^{1,2}	SAPS foi a iniciativa que deu origem ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) dos dias de hoje e também foi o cenário para a idealização do Programa de Restaurantes Populares (PRP) ⁴
1942	Getúlio Vargas	Criado pela Portaria n. 542 o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) ¹			
1944	Getúlio Vargas		Criado o Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA) para pesquisas em alimentação ¹		
1945	Getúlio Vargas	Instalada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), criada pelo Decreto-Lei n. 7328, para definir os parâmetros da Política Nacional de Alimentação e Nutrição ⁵		Extinto o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) ¹	

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
1946	Eurico Gaspar Dutra			Instituto Nacional de Nutrição, criado pelo Decreto-Lei n. 8.684, em substituição ao Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA) ³	
1948	Eurico Gaspar Dutra		Declaração Universal de Direitos Humanos, pela Organização das Nações Unidas (ONU), cita a alimentação no seu artigo 25 ⁶		
1951	Getúlio Vargas		Comitê Nacional estruturado de acordo com os preceitos da <i>Food and Agriculture Organization (FAO)</i> , para dar assistência ao governo na formulação da Política Nacional de Alimentação ¹		
1952	Getúlio Vargas		Criado o Plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil ¹		
1954	Getúlio Vargas				Plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição desenvolveu a Campanha da Merenda Escolar ^{1;5}
1955	Café Filho	Criação da Campanha Merenda Escolar pelo Decreto nº 37.106 subordinada ao Ministério da Educação ⁵		Campanha Merenda escolar - primeira fase de implementação com uma institucionalização subordinada da gestão do Governo Federal e com fornecedores da agroindústria. A concentração do fornecimento de alimentos por poucas empresas ocasionou mudanças (deslocamento) incluindo novos fornecedores. ⁷	
1956	Juscelino Kubitschek			Criação da Campanha Merenda passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar pelo Decreto nº 39.007 ^{1;5}	

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
1956-1961	Juscelino Kubitschek	Plano Metas: focalizando no incentivo a produção de trigo, mecanização da agricultura, disposição de fertilizantes e amparo à frigoríficos e matadouros de animais - apenas 7% dos recursos investidos em alimentação. ⁸			

Fonte: Elaboração própria, baseada na revisão bibliográfica.

Quadro 2 Políticas e Ações na Segurança Alimentar do período “Da Ditadura à Redemocratização (1964 - 1988)”

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
1965	Ditadura Militar			Campanha Nacional de Merenda Escolar foi alterada para Campanha Nacional de Alimentação Escolar pelo Decreto nº 56.886/65 ¹	A Campanha Nacional de Alimentação Escolar foi o subsídio para a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que segue vigente até os dias atuais ^{1;7}
1967	Ditadura Militar			Extinto o SAPS ^{1;3}	
1970	Ditadura Militar		Inicia uma corrente popular que viria a promover a campanha das eleições diretas à presidência em 1984 ⁹		
1972	Ditadura Militar			Em substituição ao SAPS e do Comitê Nacional que havia sido estruturado de acordo com os preceitos da <i>Food and Agriculture Organization</i> (FAO), criou-se o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), vinculado ao Ministério da Saúde, efetivado pelo Decreto-Lei n. 5829 ³	
1973	Ditadura Militar	Instituído o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN) pelo			

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
		Decreto-Lei n.72.034, composto por um conjunto de 12 subprogramas ⁵			
1974	Ditadura Militar		Promovida pela <i>Food and Agriculture Organization</i> (FAO) a I Conferência Mundial da Alimentação, em meio a um cenário de crise econômica mundial ²	Extinto I PRONAN ⁵	O I PRONAN gerou o II PRONAN ^{3;5}
1975	Ditadura Militar	Instituído o II PRONAN através de um convênio firmado entre INAN e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) ^{3;5}	É a partir do II PRONAN que o debate da alimentação do trabalhador ganha um espaço privilegiado ^{3;5}		O PRONAN II foi o subsídio para um primeiro esboço da Política Nacional de Alimentação ^{3;5}
1977	Ditadura Militar	Criado O Programa Alimentação do Trabalhador (PAT) ⁵			
1977-1978	Ditadura Militar	Criado o Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos (PROCAB) implantado na Paraíba e expandido para sete estados do Nordeste; o Programa de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) implementado em dois bairros de Recife; e o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM) ^{1;5}			
1979	Ditadura Militar		Abertura política para a participação popular no cenário de construção das políticas públicas de alimentação ²	Campanha Nacional de Alimentação Escolar vira Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ^{1;5;7}	
1983-1984	Ditadura Militar	A pressão popular democrática resultou na criação de um Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) ⁵			
1985	José Sarney	Instituído o Programa Nacional do Leite para as Crianças Carentes (PNLCC) e o Programa de Alimentação Popular (PAP) ⁵			

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
1986	José Sarney		Realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e da VIII Conferência Nacional de Saúde, promovidas pelo Governo Federal com a participação de representantes da sociedade civil ¹⁰		I Conferência de Alimentação trouxe a alimentação como um direito humano e a VIII Conferência de Saúde produziu um texto que foi a base dos Artigos 196 a 200 da Constituição Federal, promulgada em 1988, seguindo da aprovação das Leis Orgânica da Saúde dois anos depois, Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 ^{10;11;12}
1987	José Sarney		Estruturação de Comissões Permanentes: a Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição do Conselho Nacional de Saúde; vinculado ao Ministério da Saúde; a criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN); e de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), ambos ligados ao Ministério do Planejamento ³		
1988	José Sarney		A alimentação enquanto direito humano, promulgação em 1948 na Declaração Universal de Direitos Humanos, chega ao Brasil em um processo inicial de discussão com a promulgação da Constituição Cidadã ¹³		
1989	José Sarney			Extinto o Programa de Alimentação Popular (PAP) ⁵	

Fonte: Elaboração própria, baseada na revisão bibliográfica.

Quadro 3 Políticas e Ações na Segurança Alimentar do período “Do Pós-redemocratização à Era Lula (1988 – 2003)”

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
1990	Fernando Collor		A FAO se consolida no cenário mundial como o principal órgão internacional de incentivo a políticas de combate a fome ¹⁴	Extinto o Programa Nacional do Leite para as Crianças Carentes (PNLCC) ⁵	
1990-1991	Fernando Collor		A FAO lidera a criação do Mapa da Fome ¹⁴	Período de grande agitação política e social, permanecendo neste período o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), os demais programas por mais que não tenham sido formalmente extintos regrediram ^{1;2;5}	
1992	Fernando Collor		Realizada a Conferência Internacional sobre Nutrição, patrocinada pela FAO, que teve como produto final um plano de ação direta ao combate a fome no mundo ¹⁰		
1992-1993	Itamar Franco		Movimento pela Ética na Política, que deu origem ao movimento Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida ¹		Movimento Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida origina a criação de Comitês de Solidariedade ^{1;10}
1993	Itamar Franco		Novamente entra como pauta na agenda política a proposta de uma Política Nacional de Alimentação ^{1;2}	Em reconfiguração da estrutura do antigo Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN) tem-se a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) ¹	
1994	Itamar Franco	O Ministério da Saúde, através da Portaria n. 2.160, instituiu o Programa Nacional de Controle das Deficiências de Vitamina A,		Ocorrência da descentralização do PNAE, que tinha como modelo o Estado enquanto executor, e partir	

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
		com a finalidade da erradicação da hipovitaminose ¹⁵		de então, a municipalização se assumiu como parte do gerenciamento do Programa. Estabeleceu-se regras e instrumentos que facilitaram a adesão massiva dos entes federativos à nova estratégia de implementação, sem que a União perdesse seu monopólio sobre as diretrizes operacionais (mudança por camadas) - introdução de novas camadas normativas ^{1;7;16}	
1995	Fernando Henrique Cardoso	Criação do Programa Comunidade Solidária, pelo Decreto n. 1366 que tirou as discussões acerca da fome do cenário prioritário e investiu na manutenção do <i>status quo</i> ^{1;2}	Suspensão da compra de iodato pelo governo, o que levou a uma deterioração da qualidade do sal disponível no mercado por um período de quase dois anos ¹⁷	CONSEA e INAN são extintos. Em substituição ao CONSEA têm-se a criação de um Conselho Consultivo, apresentando uma parceria com entidades privadas ^{1;17}	
1996	Fernando Henrique Cardoso		Cúpula Mundial da Alimentação, evento promovido pela FAO, diversos países, dentre eles o Brasil, firmaram um compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas em condição de fome até o ano de 2015: firmando um Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – o direito à alimentação está no artigo 11 do Pacto ^{10;18}		
1997	Fernando Henrique Cardoso		Início da construção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) ³		
1999	Fernando Henrique Cardoso	Aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) através da Portaria n. 710 pelo Ministério da Saúde ³			A proposta de Restaurante Popular, iniciada com a criação da SAPS, retorna como possibilidade de ampliação e propagação

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
					para os grandes centros urbanos. ⁴
2000	Fernando Henrique Cardoso	Primeiro Restaurante Popular inaugurado com acesso alimentar universal; e ocorre a instituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do PNAE, pela MP nº 1.784/98 ^{4;5;7}	Emenda Constitucional n. 31, que institui o Fundo de Combate à Pobreza, a ser formado por recursos de alíquotas de impostos e por contribuições fiscais, assim como por transferências do Tesouro e recursos da venda de empresas estatais ^{1;10}		
2001	Fernando Henrique Cardoso				Inicia a discussão de planejamento do Programa Fome Zero a partir de experiências de vinculação dos programas de transferência de renda nos moldes do Programa <i>Food Stamp</i> norte-americano ¹⁰ .

Fonte: Elaboração própria, baseada na revisão bibliográfica.

Quadro 4 Políticas e Ações na Segurança Alimentar do período “Da Era Lula ao Golpe Parlamentar (2003 – 2016)”

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
2003	Luiz Inácio Lula da Silva	Criado pela primeira vez na história do país um ministério específico para a pauta da fome, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) ^{2;17}	Retomada a experiência do governo Itamar do diálogo social, promovendo espaços de participação da população, retomando as Conferências ²		
2003-2004	Luiz Inácio Lula da Silva	Lançado o Programa Fome Zero (PFZ) que reposicionou as ações do governo em um movimento de unificação, reunindo 25 políticas e 40 programas sociais, sendo quatro	Inicia uma discussão da necessidade de uma Política de Estado para a compreensão da alimentação	MESA é incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como	Unificação do programa Fome zero no Programa Bolsa Família que se seguiu, manteve as

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
		pilares de transferência de renda: Bolsa Escola; Bolsa Alimentação; Auxílio Gás; e Cartão Alimentação, instituído pelo Decreto-Lei n. 10.836; e Criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído por meio do artigo 19 do Decreto-Lei n. 10696 ^{1;2;3;10}	enquanto uma questão de Segurança Alimentar e Saúde ^{1;2}	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ^{2;10}	ações previstas para o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio gás, assumindo como condicionantes ^{3;10}
2004	Luiz Inácio Lula da Silva	Instituído o Programa Bolsa Família pela Lei 10.836; e Instituído o Programa de Restaurantes Populares, ambos vinculados inicialmente ao MESA - hoje vinculado ao Ministério da Cidadania ^{2;3;4;10;19;20;21;22}	Realizada a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ¹⁰	O Ministério da saúde passa a apoiar os Restaurantes populares que iniciam um funcionamento de forma articuladas com a criação de cozinhas comunitárias e bancos de alimentos; No PAA ocorre uma série de flexibilizações para a inclusão da agricultura familiar, como a dispensa de licitações, e os alimentos sendo destinados aos locais com (in)SAN atendidas pela rede socioassistencial e educacional pública e filantrópica ^{21;22;23;24}	
2005	Luiz Inácio Lula da Silva			Terceirização dos Restaurantes Populares como uma possibilidade de escolha para as gestões municipais. ⁴	
2006	Luiz Inácio Lula da Silva	Aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei 11.346 de 2006. A LOSAN, também institui a criação do Sistema Nacional de Alimentação e Nutrição (SISAN) juntando as diversas instâncias de SAN do âmbito da sociedade civil e governamental dentro de um único sistema ^{2;25}	Primeira versão do Guia Alimentar para a População Brasileira ²⁶		
2007	Luiz Inácio Lula da Silva		Ocorreu a III Conferência Nacional de SAN, que se deteve no amadurecimento da construção do SISAN, na Proposta da implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e		

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
			Nutricional, e na criação do Plano Nacional de SAN servindo como subsídio para as ações sequenciais ²⁷		
2009	Luiz Inácio Lula da Silva			O PNAE a partir da aprovação do Decreto-Lei n. 11.947/09 estabeleceu a regra de compra da agricultura familiar. É firmado a obrigatoriedade do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, utilizar no mínimo 30% na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações ^{7;28;29}	
2010	Luiz Inácio Lula da Silva	O SISAN criado a partir da LOSAN é regulamentado pelo Decreto n. 7.272 e institui Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) ^{31;32}	Aprovada a emenda constitucional n. 64 que coloca a alimentação dentro do texto constitucional, firmando o estabelecimento da alimentação enquanto um direito humano no art. 6º ^{10;30}		
2011	Dilma Rouseff	Lançando o Plano Brasil sem Miséria (PBSM) ¹⁰	IV Conferência Nacional de SAN e o I Plano Nacional de SAN (PLANSAN) ¹⁰	Revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a nova versão segue vigente ³³	
2012	Dilma Rouseff	Instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) ³⁴	Publicação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas; e instituição da Estratégia Nacional de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS (Estratégia Amamenta e Alimenta) ^{27;36}	Lançamento do Programa Brasil Afetuoso, que trouxe uma complementação na renda dos beneficiários do PBF, aumento de vagas nas escolas de educação infantil, melhorias no PNAE com a inserção da vitamina A, ferro e outras vitaminas e minerais no cardápio escolar ²⁷	
2014	Dilma Rouseff		Lançamento da segunda versão do Guia Alimentar para a População Brasileira, que segue vigente; e o		

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
			Brasil sai do Mapa da Fome (FAO) ^{35;37;38}		
2015	Dilma Rouseff		Realizadas Conferências de SAN nos três níveis de governo ³⁸		

Fonte: Elaboração própria, baseada na revisão bibliográfica.

Quadro 5 Políticas e Ações na Segurança Alimentar do período “Do Golpe Parlamentar ao Governo Bolsonaro (2016 - 2020)”

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
2016	Michel Temer	O <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Rouseff; Aprovação da Emenda constitucional n. 95/2016 que congelou os gastos em saúde e educação por um período de vinte anos ^{27;39}			
2017	Michel Temer	Uma corrente de privatizações é instaurada; aprovação da Reforma Trabalhista, com a terceirização sem restrições e a derrogação na prática da CLT. Também o projeto de Reforma Previdenciária em uma tentativa de liquidação da previdência social. ³⁹	Na capital paulista, a proposta do Decreto-Lei n. 16.704/2017 instituindo a “Política Municipal de Erradicação da Fome e Promoção da Função Social dos Alimentos”, conjuntamente ao programa “Alimento Para Todos”. Popularmente chamada como “ração dos pobres”. Este fato causou uma reação pública negativa que ocasionou na decisão de não implementar devido as mobilizações de veto. ²⁷		
2018	Michel Temer		Cortes contínuos no orçamento que corroborou de forma intensa para estagnar o que se tinha avançado em temas de enfrentamento da fome Sinalizado pela FAO o retorno do		

Datas	Governos	Implementações políticas	Ações políticas na área da SAN	Políticas modificadas/ Extinções/Substituições	Políticas geram políticas
			Brasil ao retorno ao mapa da fome ^{27;40}		
2019	Jair Messias Bolsonaro			Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) sem nenhuma proposta substitutiva, ocasionando uma barreira para o exercício do controle social em SAN. ⁴¹	
2019-2020	Jair Messias Bolsonaro		Adesão exorbitante na permissão do uso de agrotóxicos, aumentando a utilização em grande escala, o que faz do Brasil na atualidade o país com maior uso de contaminantes químicos nos alimentos e prejudiciais a saúde. ⁴¹		
2020	Jair Messias Bolsonaro	Auxílio emergencial aos trabalhadores; e aprovada o Decreto Lei n. 14016/2020 que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano ⁴²	O ataque ao Guia Alimentar em favor das grandes empresas de ultraprocessados; os desmontes nas políticas de proteção social; o enfraquecimento do sistema de saúde; as questões sanitárias da pandemia, causam uma intensificação da miséria, e da fome. Ocorre também a criação de comitês e correntes de solidariedade com fins da distribuição de alimentos aos agrupamentos familiares e indivíduos em situação de pobreza extrema ^{41;43}	O PNAE tornou-se uma ferramenta importante desde o início da pandemia sendo flexibilizando sistema de regras, permitindo que a alimentação escolar fosse destinada para os grupos familiares dos alunos da rede pública; também ocorre um reforço do orçamento no âmbito federal para a execução do Programa Bolsa Família; e ainda ações de nível estadual e municipal de ampliação da distribuição de alimentos via Programa de Restaurantes Populares ^{41;43}	

Fonte: Elaboração própria, baseada na revisão bibliográfica.

DISCUSSÃO

O compromisso governamental com o combate à fome e à pobreza passa pela estabilidade da moeda, pelo crescimento econômico e pela redistribuição da renda nacional. Passa também pela prioridade conferida às áreas de saúde e educação, como políticas essenciais para a promoção da cidadania e inclusão social. Passa igualmente pelas políticas de assistência social voltada para a garantia dos mínimos sociais, para o atendimento das necessidades básicas, em especial dos segmentos mais vulneráveis da população brasileira. E, finalmente, passa pela implementação de uma estratégia de ação que possa trazer benefícios imediatos para a parcela da população que não usufruiu os benefícios do crescimento do país. Tal estratégia reveste-se do reconhecimento de que o combate à pobreza não se esgota no âmbito restrito das ações sociais. Mas não é cabível imaginar que milhões de brasileiros indigentes possam continuar aguardando os resultados de uma nova fase de desenvolvimento (PELIANO, RESENDE, BEGHIN, 1995, p. 20).

Inicialmente é preciso ponderar o processo de criação de um Estado que assume a garantia dos direitos como estrutura de governo. A configuração do Estado de Direitos adentra no final do século XIX e início do século XX a partir da criação dos sistemas de proteção social. Com o surgimento das sociedades modernas e capitalistas os sistemas de proteção social passam para o compromisso de garantir os direitos sociais, sobretudo os direitos dos trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, PORTÉRO e RAMACCIOTTI, 2021). Os direitos sociais tornam-se regulados a partir da inserção dos indivíduos nas estruturas de mercados e são considerados cidadãos plenos somente aqueles que se encontram localizados em ocupações reconhecidas e definidas em lei. O cidadão regulado encontra-se em um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal (SANTOS, 1979).

As estruturas de proteção social segundo Monnerat, Gama e Almeida (2021, p. 46) “Inicialmente, [...] se apresentaram mais ou menos institucionalizadas e, sobretudo, ancoradas nas famílias, organizações religiosas e comunidades”. As instituições religiosas, com alta referência para a igreja católica, sempre tiveram uma ação caritativa e voluntarista frente às populações em vulnerabilidade social ao longo dos séculos passados. Segundo Oliveira, Portéro e Ramacciotti (2021, p.41): “Nas sociedades tradicionais os sistemas de proteção social tinham dois grandes pilares: a família e a ação caritativa da igreja”. Deste modo “É somente após a Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, num cenário de pauperização intensa dos trabalhadores das primeiras indústrias, que a questão social emerge como consequência do conflito entre capital e trabalho” (MONNERAT, GAMA e ALMEIDA, 2021, p. 46).

Com o nascimento das instituições públicas de proteção social, conhecidas como *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social surge a pergunta: Como ele aparece e como se desenvolve em um sistema voltado a mitigar riscos sociais, entre eles a pobreza? A tese da industrialização expõe que o Estado de Bem-Estar Social surge como consequência da industrialização (FARIA, 1998), ou seja, a pobreza aparece como um processo da própria industrialização, o que coloca a necessidade de se ter um Estado capaz de assegurar proteção social.

Nos modos de produção pré-industrial, a família, a igreja, e a solidariedade são drasticamente modificadas pela modernização do período industrial caracterizado pela urbanização, mobilidade social, individualismo, dependência no mercado, e segundo Esping-Andersen (1995) tal sistema “não é um substituto adequado, pois abastece apenas os que conseguem atuar dentro dele” (p. 91).

O Estado de Bem-Estar adentra na medida que a economia industrial provoca mudanças nas instituições sociais tradicionais, sendo um produto tanto das necessidades quanto dos recursos gerados pela e na industrialização. O crescimento econômico ligado ao capitalismo industrial gerou recursos e exigiu uma força de trabalho. Ao mesmo tempo em que a população envelhecia, tradicionais mecanismos de proteção deixaram de funcionar. Além disso, novos riscos sociais surgiram como o próprio envelhecimento e o desemprego. Existiria uma crença de que a ação redistributiva do Estado se harmonizaria com o crescimento econômico (FARIA, 1998).

A essência do Estado de Bem-Estar Social reside na proteção oferecida pelo governo na forma de padrões mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, os mínimos sociais para a garantia de uma vida digna que assegura aos cidadãos direitos. A institucionalização dos direitos sociais torna-se uma obrigação estatal, a fim de garantir um nível mínimo de participação dos indivíduos na riqueza coletiva (FARIA, 1998).

Torna-se essencial relacionar as concepções de cidadania dentro de uma sociedade estruturada em princípios que promove privilégios a alguns e carências como a fome a outros. No quesito cidadania o estudo de Marshall é tido como um clássico importante que deu a largada para diversas concepções que avançam no conceito de cidadania. Marshall (1963) expõe três maneiras de se analisar o conceito de cidadania: primeiro pelo prisma dos elementos civis – o exercício das liberdades individuais e a possibilidade que apresenta o indivíduo em afirmar seus direitos em termos de igualdade; segundo pelo prisma político – a possibilidade de participar no exercício do poder político; e terceiro sob o prisma social

– que vai desde o direito mínimo de bem-estar econômico ao direito de participar do sistema educacional, saúde e socioassistencial.

A cidadania torna-se uma condição central para o exercício da democracia uma vez que seu *status* se dirige àqueles que são membros integrais de uma comunidade, ou seja, a cidadania é uma relação dos indivíduos com o Estado onde são conferidos direitos individuais em direção a igualdade material ou à cidadania plena. O *status* político da cidadania foi estendido de forma conjunta com um sistema econômico fundamentado na diferenciação de classe baseada na propriedade. Enquanto a noção de classe social está fundamentada na desigualdade econômica que reproduz desigualdade social, a cidadania garante os mesmos direitos e deveres a todos (MARSHALL, 1963).

Na diferenciação entre o *status* da cidadania e a classe social percebe-se que: “a construção da cidadania se resulta da dinâmica das relações de poder, sendo concomitantemente parte do processo de constituição e consolidação da hierarquia de poder na sociedade” (TEIXEIRA, 1986, p.120). A conquista da cidadania através de políticas sociais é sempre o resultado específico de uma relação de forças estabelecidas historicamente entre as classes e a mediação do Estado.

Sonia Fleury Teixeira (1994) realiza uma análise da política social Brasileira e indica que devemos levar em consideração não apenas o benefício adquirido, mas fundamentalmente o *status* de cidadania atribuído na concessão desse benefício. Segundo a autora o Modelo de Proteção Social Assistencial apresenta uma classificação residual, sendo direcionado para os grupos populacionais vulneráveis, economicamente pobres e com a necessidade de apresentar uma prova de inexistência de meios, atestando a incapacidade financeira do beneficiário. Inspira ações de tipo caridoso e reeducador, as políticas públicas se apresentam como trabalho quase que voluntário e muitas vezes em processo descontinuado (TEIXEIRA, 1994).

Mesmo que sejam políticas que visem a garantia de direitos, sua forma de execução aponta medidas compensatórias que terminam por ser estigmatizantes. A autora compreende esta relação como de “cidadania invertida” na qual o indivíduo tem que provar que fracassou no mercado para ser objeto da proteção social (TEIXEIRA, 1994). “Toda política pressupõe determinados princípios de individuação através dos quais se aceitam e se estimulam certas identidades sociais e políticas, se alternam e resignificam outras, se estigmatizam as não-desejáveis.” (LANDI, 1981, p. 174).

Para superar essa condição, os profissionais do serviço social, vêm travando importantes lutas para assegurar a assistência como parte dos direitos da cidadania, uma busca por inserir a assistência como política pública e direito dos cidadãos, rompendo a perspectiva de caridade e voluntariado, que caracterizou o assistencialismo no decorrer dos processos históricos-políticos (TEIXEIRA, 1986). segundo Oliveira, Portéro e Ramacciotti (2021):

A instituição dos sistemas nacionais de Previdência e de Assistência Social marcam a instituição proteção social como direito do cidadão e dever do Estado Constitucional, e não mais como assistencialismo caritativo e filantrópico. Não obstante, a Assistência Social no Brasil durante muitas décadas da história da República por esse caráter assistencialista derivado da filantropia religiosa (p.41).

Visto isso, a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada está dentro do escopo das políticas sociais. A alimentação enquanto um direito social compõe uma rede de direitos que exige a atuação por parte do Estado, visando tanto a redistribuição de renda quanto a garantia dos mínimos sociais com a devida prestação de serviços essenciais com vistas a cidadania plena. É parte da atuação do Estado de Direitos atender a população a partir da sua capacidade de assegurar às demandas a partir de um conjunto de ações.

CONCLUSÃO

Esta revisão analisou as respostas e soluções propostas pelos governos que se sucederam no Brasil nos últimos noventa anos, no período portanto de 1930 a 2020 ao problema da fome, entendendo-se tais respostas como políticas públicas. Percebe-se uma trajetória histórica das políticas públicas de superação da fome que foram implementadas sob diferentes contextos sociais e ao longo de distintos governos. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito à Alimentação tornam-se ao longo dos últimos anos um campo de discussão para a construção das políticas públicas pelos governos.

Desde 1930, no governo de Getúlio Vargas, tem-se ações políticas de enfrentamento da fome, entretanto após o ano de 2010 é preciso considerar que o investimento político para superar a fome e garantir uma alimentação para a população brasileira deixa de ser uma decisão facultativa de um governo e passa ser obrigação do Estado como principal promotor do Direito à Alimentação.

É possível observar que as políticas públicas a partir de 2010, ainda que partes da obrigatoriedade do Estado na garantia de direitos, são sobretudo políticas reestruturadas,

não sendo políticas públicas totalmente novas, mas sim políticas baseadas em processos políticos anteriores e que foram sofrendo modificações.

No caso da superação da fome por parte do Estado ocorre uma capacidade ainda frágil na implementação das políticas de acesso alimentar, pois ainda estão fundadas nos princípios caritativos das políticas de origem. A solidariedade na disposição alimentar enquanto um caráter de ajuda e filantropia, e a caridade através do ímpeto benevolente sempre estiveram a serviço da fome. Carece para a atualidade, como forma de subverter o sistema imposto, uma lógica de acesso alimentar via políticas públicas que tornem seus beneficiários efetivamente portadores de direitos e de cidadania.

O processo de consolidação do Estado Democrático de Direito enfrenta um enorme desafio de consolidação desde o seu caráter assistencialista até a configuração como política garantidora de direitos sociais, e no campo da alimentação os obstáculos foram e seguem os mesmos entraves, uma vez que a garantia do Direito à Alimentação está dentro do escopo das políticas sociais.

Assim é preciso ressaltar que o desenvolvimento das políticas públicas de superação da fome deve efetivar o Direito à Alimentação e a concretização de uma alimentação nos parâmetros da Segurança Alimentar e Nutricional. Na atualidade fica o desafio de romper com a lógica caritativa com vistas a suprir demandas alimentares dentro da execução das políticas públicas vigentes.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no Brasil: Breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121, 2003.

BRASIL. **Lei no 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marília Leão (Org.) - Brasília: ABRANDH, 2013.

_____. **Constituição da república federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. RJ: Edições Antares, 1984.

ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. **Lua Nova**. v. 24, p. 85-116, 1995.

FAGNANI, Eduardo. **Política social no brasil (1964-2002):** Entre a cidadania e a caridade. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, área de concentração: Política Social, orientação: Prof. Dr. José Carlos de Souza Braga/ Eduardo Fagnani. - Campinas, SP: [s.n.], 2005.

FARIA, CAP. Uma genealogia das teorias e tipologias do Estado de Bem Estar Social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, n.º46, pp. 39-71, 1998.

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros; RESENDE, Luis Fernando de Lara; BEGHIN, Nathalie. O comunidade solidária: Uma estratégia de combate à fome e à pobreza. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, jan./jun., 1995.

LANDI, Qscar. **Sobre linguagens, identidades e cidadanias políticas**. In: LECHMER, Nobert et. al. Estado e política na América Latina. México: Siglo Veintiuno, 1981

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. In: MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. ZAHAR EDITORES, 1963.

MAHONEY, J.; THELEN, K. **Explaining institutional change**. Cambridge Press University, 2010.

MONNERAT, Giselle Lavinas; GAMA, Andréa de Sousa; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Política pública de assistência social: conquistas, desafios e ameaças a sua institucionalidade**. Políticas sociais brasileiras em contextos de crise: desafios contemporâneos (Capítulo 2), 2021.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Maria Izabel Rangel de Souza; PORTÉRO, Cristina Schmidt Silva; RAMACCIOTTI Bárbara Maria Lucchesi. A trajetória da política pública de assistência social no brasil e os dilemas de seu caráter público. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 3, n.4, jul-ago, 2021.

PIDESC. **Decreto no 591, de 06 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília: Presidência da Republica, 1992.

SANTOS, Wanderley Y. Guilherme. dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Cidadania, direitos sociais e Estado. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 115-140, 1986.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **Estado Sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

APÊNDICE A – REFERÊNCIAS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA FOME

1. BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no brasil: Breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121, 2003. Disponível em: <<http://servbib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/847/726>>. Acesso em 02 de novembro 2020.
2. NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009. Disponível

em: <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/8>>. Acesso em 14 de dezembro 2020.

3. ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Rev. Bras. Saúde Materno. Infant.**, Recife, v.7, n. 3, p. 319-326, jul. / set., 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v7n3/11.pdf>>. Acesso em 10 de abril 2021.
4. PADRÃO, Susana Moreira; AGUIAR, Odaleia Barbosa de. Restaurante popular: a política social em questão. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 1-20, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v28n3/0103-7331-physis-28-03-e280319.pdf>>. Acesso em 22 de março 2021.
5. SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: Políticas e programas de alimentação e nutrição. **Revista Estudos Avançados**, v. 9, n. 23. São Paulo: USP, jan./abr. 1995. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8849/10401>>. Acesso em 26 de março 2021.
6. DUDH- **Declaração Universal de Direitos Humanos**. UNIC / Rio / 005, Preâmbulo, 1948. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 24 de fevereiro 2021.
7. SILVA, Sandro Pereira. Trajetória e padrões de mudança institucional no programa nacional de alimentação escolar. Texto para discussão / **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35224>. Acesso em 26 de março 2021.
8. MARTINS, Benhur Mousquer. **Governo Juscelino Kubitschek: Um legado ou um estrago? Uma análise sobre as finanças públicas**. Trabalho de conclusão. Programa Nacional de formação em Administração Pública PNAO/UAB, Escola de Administração, Curso de Especialização em Gestão Pública: UFRGS. 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131515>>. Acesso em: 28 de junho de 2021.
9. FAGNANI, Eduardo. **Política social no brasil (1964-2002): Entre a cidadania e a caridade**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, área de concentração: Política Social, orientação: Prof. Dr. José Carlos de Souza Braga/ Eduardo Fagnani. - Campinas, SP: [s.n.], 2005.
10. BELIK, Walter. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: Concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634614>>. Acesso em 03 de novembro 2020.
11. BRASIL. **Lei no 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em 04 de abril 2021.
12. BRASIL. **Lei no 8142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

- Diário Oficial da União 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm>. Acesso em 04 de abril 2021.
13. BRASIL. **Constituição da república federativa de 1988** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10 de janeiro 2021.
 14. FAO. **Organização das nações unidas para a alimentação e a agricultura**. The state of food and Agriculture, Food and agriculture organization of the united nations, Rome: Italy, 1991. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-t0366e.pdf>>. Acesso em 18 de maio 2021.
 15. MARTINS, Maisa Cruz; SANTOS, Leonor Maria Pacheco; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; ARAÚJO, Maria da Purificação Nazaré; LIMA, Aline Maria Peixoto; SANTANA, Luciana Alaíde Alves. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. – O Programa Nacional de Controle da Deficiência de Vitamina A. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2081-2093, set, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v23n9/09.pdf>>. Acesso em 01 de maio 2021.
 16. ARRETCHE, Marta T. S. **Estado federativo e políticas sociais, determinantes e descentralização**. SP: Revan, 2000.
 17. SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002. 1 – Abordagem metodológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p.1029-1040, mai, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v23n5/05.pdf>>. Acesso em 26 de março 2021.
 18. PIDESC. **Decreto no 591, de 06 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília: Presidência da Republica, 1992. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em 09 de janeiro 2021.
 19. TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: Ascensão e queda de uma coalizão? **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 13-30, 2016. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n58/0104-4478-rsocp-24-58-0013.pdf>>. Acesso em 05 de julho 2020.
 20. NASCIMENTO, Thiago Silvestre do; CAMPOS, Daniela Cristina. Programa bolsa família como política pública destinada à erradicação da pobreza brasileira. **Anais Eletrônicos da I CIEGESI / I Encontro Científico do PNAP/UEG** - Goiânia, Goiás, junho, 2012.
 21. BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2012. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em 08 de junho 2021.
 22. BORSATTO, Ricardo Serra; GRIGOLETTO, Fábio; MACEDO, André de Camargo; MARTENSEN, Alexandre Camargo. **Respostas dos municípios para garantir segurança alimentar e nutricional em tempo de pandemia**. In: Crises entremeadas ao contexto de pandemia: antecedentes, cenários e recomendações / Norma Valencio; Celso Maran de Oliveira (organizadores). - São Carlos: UFSCar/CPOI, 2020.

23. HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o programa de aquisição de alimentos (PAA). **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, v. 12, n. 270, 2008. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-79.htm>>. Acesso em 22 de março 2021.
24. HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, set/dez, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03.pdf>>. Acesso em 22 de março 2021.
25. BRASIL. **Lei no 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em 18 de maio 2021.
26. BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável / ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília: ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guia_alimentar_conteudo.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro 2021.
27. VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; MACHADO, Mick Lennon; MEDEIROS, Maria Angélica Tavares de; NEVES, José Anael; RECINE, Elisabetta; PASQUIM, Elaine Martins. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, v. 32, 80161, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rn/v32/1415-5273-rn-32-e180161.pdf>>. Acesso em 04 de maio 2021.
28. SIQUEIRA, Renata Lopes de Siqueira COTTA, Rosângela Minardi Mitre; RIBEIRO, Rita de Cássia Lanes; SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Sílvia Eloíza. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 301-310, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n1/1413-8123-csc-19-01-00301.pdf>>. Acesso em 25 de março 2021.
29. PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/02.pdf>>. Acesso em 06 de março 2021.
30. BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 04 de abril 2021.
31. RABELO, Maria Mercedes; RUCKERT, Isabel Noemia. A construção da política de segurança alimentar e nutricional: o caso de Porto Alegre. **Indic. Econ. FEE**, Porto

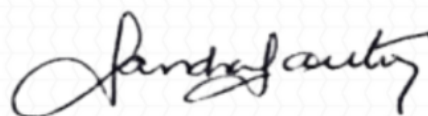
- Alegre, v. 41, n. 3, p. 85-100, 2014. Disponível em: <
<https://www.semanticscholar.org/paper/A-construção-da-pol%C3%ADtica-de-segurança-alimentar-e-o-Rabelo-Ruckert/053180c3a44c478e3d9776f89966c1518f6118ec?p2df>>. Acesso em 17 de fevereiro 2021.
32. BRASIL. **Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em 17 de fevereiro 2021.
 33. ALVES, Kelly Poliany de Souza; JAIME, Patricia Constante. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4331-4340, 2014. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4331.pdf>>. Acesso em 18 de maio 2021.
 34. MAGALHÃES, Rosana. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p.1339-1346, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n5/1339-1346>>. Acesso em 04 de maio 2021.
 35. BRASIL. **Ministério da saúde**. secretaria de atenção à saúde. departamento de atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / ministério da saúde, secretaria de atenção à saúde, departamento de atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: ministério da saúde, 2014. Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em 12 de abril 2021
 36. BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf>. Acesso em 10 de abril 2021.
 37. FAO. **Organização das nações unidas para a alimentação e a agricultura**. Food and Agriculture Organization. Superação da fome e da pobreza rural iniciativas brasileiras. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5335o.pdf>>. Acesso em 6 de dezembro 2020.
 38. CONSEA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Documento de Referência para a 5o Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, junho, 2015.
 39. LEITE, Cristiane Kerches da Silva; FONSECA, Francisco César Pinto da. Nadando contra a maré: Impactos do Golpe Parlamentar de 2016 no campo das políticas públicas no Brasil. **Revista de Discentes de Ciência Política** da UFSCAR, v. 6, n. 2, p. 116-133, 2018. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/nadando_contra_a_mare_impactos_do_golpe_parlamentar_de_2016_no_campo_das_politicas_publicas_no_brasil.pdf>. Acesso em 18 de maio 2021.

40. FAO. **Organização das nações unidas para a alimentação e a agricultura**. Food and Agriculture Organization. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo: fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición Roma, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>>. Acesso em 6 de dezembro 2020
41. CASTRO, Terena Peres de. **Informe: o Dhana e a Covid-19: o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto da pandemia** / Terena Peres de Castro. -- Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021. Disponível em:< <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Informe.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2021.
42. BRASIL. **Lei no 14.016, de 23 de junho de 2020**. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Diário Oficial da União - Seção 1, Brasília: DF, 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14016-23-junho-2020-790352-publicacaooriginal-160919-pl.html>>. Acesso em 25 de fevereiro 2021.
43. BICALHO, Daniela; LIMA, Tácio de Mendonça. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia do COVID-19, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342571075_O_Programa_Nacional_de_Alimentacao_Escolar_como_garantia_do_direito_a_alimentacao_no_periodo_da_pandemia_d_o_COVID-19>. Acesso em 22 de março 2021.

Apresentação de trabalho em eventos, no formato oral ou pôster (0,2 ponto por trabalho)

CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado: **"OS RESTAURANTES POPULARES E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NAS CAPITAIS DO BRASIL: ESTUDO DE AVALIAÇÃO"**, de autoria de **Juliana Theodora Cunha de Oliveira, Cristine Garcia Gabriel, Natalia Tenuta, Gilciane Ceolin, Ana Carolina Alencar de Barros, Francisco Assis Guedes de Vasconcelos**, foi apresentado na categoria Relato de pesquisa - Oral no **VI Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, que foi realizado entre os dias 11 e 13 de setembro de 2024, nas instalações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Sandra Maria Chaves dos Santos
Coordenadora da Rede PENSSAN

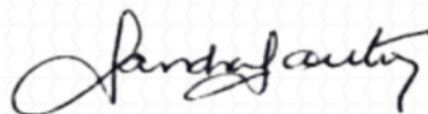
Certification by Galoá



6º ENPSSANENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA
EM SOBERANIA E SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado: "**PROGRAMA COZINHA SOLIDÁRIA: CARACTERÍSTICAS E PANORAMA ATUAL**", de autoria de **Natalia Tenuta, Juliana Theodora Cunha de Oliveira, Ana Luiza Barros Nascimento, André Campos Búrigo, Danúbia Gardênia da Silva, Rômulo Paes de Sousa, Patrícia Chaves Gentil, Lilian dos Santos Rahal**, foi apresentado na categoria Relato de Experiência - Oral no **VI Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, que foi realizado entre os dias 11 e 13 de setembro de 2024, nas instalações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Sandra Maria Chaves dos Santos
Coordenadora da Rede PENSSAN

Certification by Galoá





IV ENPSSAN

IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA
EM SOBERANIA E SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado **RESTAURANTES POPULARES ENQUANTO PROMOTORES DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: COMO AVALIÁ-LOS?** de autoria de **Juliana Theodora Cunha de OLIVEIRA**; **Cristine Garcia GABRIEL**; **Mick Lennon MACHADO**; **Marinez Fregulia RÉOS**; **Claudia SOAR**; **Débora Kurrle Rieger VENSKE** foi apresentado por **Claudia SOAR**, na modalidade comunicação oral, no IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e I Encontro Goiano de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, realizado entre 10 a 13 de Setembro de 2019, na Universidade Federal de Goiás, Campus Colemar Natal e Silva, em Goiânia/ Goiás.

Goiânia, 13 de setembro de 2019.

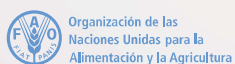

Renato Sérgio Jamil Maluf
Coordenador da Rede PENSSAN
Coordenador Geral do IV ENPSSAN


Veruska Prado Alexandre Weiss
Coordenadora Adm. da Rede PENSSAN
Coordenadora Local do IV ENPSSAN

REALIZAÇÃO:



APOIO:





IV ENPSSAN

IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA
EM SOBERANIA E SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado **PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA** de autoria de Barbara Leone Silva; Cristine Garcia Gabriel; Daniela Alba Nickel; Maria Cristina Marcon; Claudia Soar; Mick Lennon Machado; Juliana Theodora Cunha de Oliveira foi apresentado por **Barbara Leone Silva**, na modalidade comunicação oral, no IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e I Encontro Goiano de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, realizado entre 10 a 13 de Setembro de 2019, na Universidade Federal de Goiás, Campus Colemar Natal e Silva, em Goiânia/ Goiás.

Goiânia, 13 de setembro de 2019.

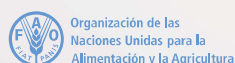
Renato Sérgio Jamil Maluf
Coordenador da Rede PENSSAN
Coordenador Geral do IV ENPSSAN

Veruska Prado Alexandre Weiss
Coordenadora Adm. da Rede PENSSAN
Coordenadora Local do IV ENPSSAN

REALIZAÇÃO:



APOIO:





CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado **REDE NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS: Uma avaliação dos resultados de desempenho e contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional, Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos e Educação Alimentar e Nutricional no Brasil** de autoria de Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral, Romero Alves Teixeira e Rômulo de Sousa Paes, foi apresentado por Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral no IV Congresso Nacional de Alimentos e Nutrição e I Congresso de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição, realizado entre os dias 27 e 31 de maio de 2019, na modalidade Apresentação Oral.

Ouro Preto, 31 de maio de 2019.

Verifique o código de autenticidade 149643.8329730.828906.8.5875131084163038673 em
<https://www.even3.com.br/documentos>

Profa. Dra. Renata Nascimento de Freitas
Coordenadora do IV Congresso Nacional de Alimentos e Nutrição

Patrocínio:



Apoio:



Realização:





CONBRAN 2022
XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO
Maceió AL
4 A 7 DE OUTUBRO DE 2022

Realização:
asbran
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE NUTRIÇÃO

ASSOCIAÇÃO
ALAGOANA DE
NUTRIÇÃO

CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado **“METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EM UMA REDE NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS: CONTRIBUIÇÕES À GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL”** de autoria de **NATALIA TENUTA; RENÉ DE CASTRO LOPO NETO; CLÁUDIA MÁRCIA RAMOS ROSENO** foi apresentado na modalidade de Trabalho **E-POSTER SIMPLES** durante o CONBRAN 2022 - XXVII Congresso Brasileiro de Nutrição, realizado no período de 04 a 07 de outubro de 2022, no Centro Cultural e de Exposição Ruth Cardoso, em Maceió-AL.

Maceió, 07 de outubro de 2022.

Para validar este certificado, acesse:

<https://icongresso.asbran.itarget.com.br/certificado/auth/validar> - Código de validação: BQFZ3wLAFs

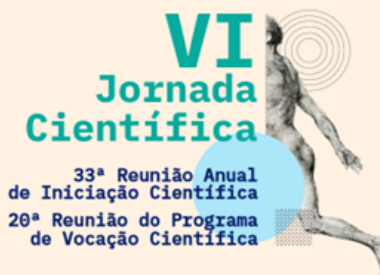
Ruth Cavalcanti Guilherme
Presidente da ASBRAN

Mônica Lopes de Assunção
Presidente da ALNUT

Haroldo da Silva Ferreira
Presidente da Comissão Científica



DOCUMENTO 7



CERTIFICADO APRESENTAÇÃO

Certificamos que **Natalia Tenuta** apresentou o trabalho intitulado **Cozinhas solidárias enquanto espaços de cooperação social: De iniciativas informais de proteção social à política pública**, de autoria de Ana Luíza Barros, Natalia Tenuta e Rômulo Paes de Sousa, na modalidade **Pôster**, durante a **VI Jornada Científica, 33ª Reunião Anual de Iniciação Científica e 20ª Reunião do Programa de Vocação Científica**, organizado pelo Instituto René Rachou – Fiocruz Minas, ocorrido entre 27 a 30 de maio de 2025.

Belo Horizonte, 03 de junho de 2025

Rita de Cássia Moreira de Souza

Vice-diretora de Ensino, Informação e Comunicação

Roberto Sena Rocha

Diretor

REALIZAÇÃO:



APOIO:



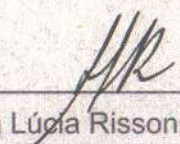
Certificado

DOCUMENTO 8



Certificamos que **NATALIA DE OLIVEIRA TENUTA** apresentou o trabalho "**ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DE UM BANCO DE ALIMENTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/MG**", de autoria de **TENUTA, N.O.; GOMES, F.A.R.**, na modalidade **PÔSTER** durante o IV Congresso Mineiro de Alimentação e Nutrição e I Congresso Nacional de Alimentos e Nutrição realizado de 31 de maio a 03 de junho de 2011

Ouro Preto, 03 de junho de 2011



Prof. Dra. Ana Lúcia Rissoni dos Santos Regis
Coordenadora IV COMAN - I CONAN



Prof. MSc. Auxeliano Claret da Cunha
Coordenador IV COMAN - I CONAN

REALIZAÇÃO:



APOIO:

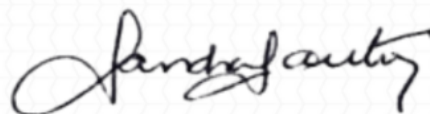


CARTA DE ACEITE

Prezado(a),

Informamos que o trabalho intitulado "**DESENVOLVIMENTO DO ÍNDICE MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS ALIMENTARES BRASILEIROS (IMUSSA)**", de autoria de **Giselle Silva Garcia, Ana Luiza Barros Nascimento, Elisabetta Recine**, foi aprovado para apresentação no **VI Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional**, que será realizado entre os dias 10 e 13 de setembro de 2024, nas instalações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Encontramo-nos no VI ENPSSAN!
Atenciosamente,



Sandra Maria Chaves dos Santos
Coordenadora da Rede PENSSAN

Certification by Galoá





CONGRESSO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DOCUMENTO 10

da Universidade de Brasília
e do Distrito Federal

CERTIFICADO

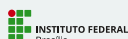
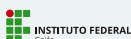
Certificamos que o trabalho **Análise de Indicadores de Sustentabilidade para Sistemas Alimentares Locais**, elaborado por **ANA LUIZA BARROS NASCIMENTO**, sob a orientação de **ELISABETTA GIOCONDA IOLE GIOVANNA RECINE**, foi apresentado no **29º Congresso de Iniciação Científica da UnB e 20º Congresso de Iniciação Científica do DF**, no período de **27/09/2023 a 27/09/2023**.



Comissão Organizadora

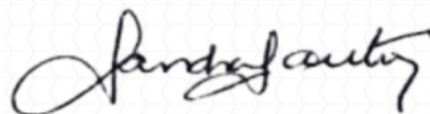
A autenticidade deste certificado pode ser verificada escaneando o QR Code ao lado ou pelo endereço

<https://www.icdf.com.br/certificado/apresentacao/64ec781af1c350b5b51d5e58/06557060112>



CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado: **"PROGRAMA COZINHA SOLIDÁRIA: ANTECEDENTES E REGULAMENTAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA"**, de autoria de **Natalia Tenuta, Karla Lisboa Ramos, Miriam Isabel Engel, Ana Carolina Einsfeld Mattos, Ana Flávia Abreu, Clarissa Machado de Azevedo Vaz, Romeu Baptista Pereira de Lemos, Ana Carolina Silva e Souza**, foi apresentado no categoria Relato de Experiência - Pôster no **VI Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, que foi realizado entre os dias 11 e 13 de setembro de 2024, nas instalações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Sandra Maria Chaves dos Santos
Coordenadora da Rede PENSSAN

Certification by Galoá





Certificamos que o trabalho

A DIMENSÃO DA CIDADANIA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA FOME

dos autores: ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS; ANDRÉA FACHEL LEAL, foi aprovado na modalidade Apresentação Curta Assíncrona, no 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva ocorrido de 21 a 24 de novembro de 2022.

24 de novembro de 2022

Rosana Teresa Onocko Campos
Presidente da Abrasco

Isabela Cardoso de Matos Pinto
Presidente do Congresso

Realização:



Apoio:



Secretaria da Saúde





Certificamos que o trabalho

A DIMENSÃO DA CIDADANIA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DA FOME

dos autores: ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS; ANDRÉA FACHEL LEAL, foi apresentado na modalidade Apresentação Curta Assíncrona, no 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva ocorrido de 21 a 24 de novembro de 2022.

24 de novembro de 2022

Rosana Teresa Onocko Campos
Presidente da Abrasco

Isabela Cardoso de Matos Pinto
Presidente do Congresso

Realização:



Apoio:





Certificamos que o trabalho

O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E A FOME PELOS OLHOS DA RUA

dos autores: ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS; VANESSA BACKES, foi aprovado na modalidade Apresentação Curta Assíncrona, no 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva ocorrido de 21 a 24 de novembro de 2022.

24 de novembro de 2022

Rosana Teresa Onocko Campos
Presidente da Abrasco

Isabela Cardoso de Matos Pinto
Presidente do Congresso

Realização:



Apoio:



Secretaria da Saúde





Certificamos que o trabalho

O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E A FOME PELOS OLHOS DA RUA

dos autores: ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS; VANESSA BACKES, foi apresentado na modalidade Apresentação Curta Assíncrona, no 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva ocorrido de 21 a 24 de novembro de 2022.

24 de novembro de 2022

Rosana Teresa Onocko Campos
Presidente da Abrasco

Isabela Cardoso de Matos Pinto
Presidente do Congresso

Realização:



Apoio:



**UTOPIAS 20-
PÓS-CRÍSE 21**



Certificado

Para os devidos efeitos se declara que Ana Carolina Einsfeld Mattos participou no XIV Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CONLAB 2021) *Utopias pós-crise. Artes e saberes em movimento*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais (CES), onde apresentou a comunicação: *A negação do direito humano à alimentação! Fatos sobre a vida na rua*, com co-autoria de Solon Eduardo Annes Viola, integrada no *GT24: Discurso, pensamento descolonial e direitos humanos*. Esta atividade, via ZOOM, decorreu de 15 a 17 de setembro de 2021.

Pela Comissão Organizadora

José Manuel Mendes
(CES)

ORGANIZAÇÃO



Para validar, acesse <http://www.abrascoeventos.org.br/validacao/?cod=4798751>



4º CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SAÚDE

O SUS e o projeto civilizatório: cenário, alternativas e propostas

Certificamos que o trabalho

QUANDO A SOCIEDADE CIVIL VIRA SOCIEDADE POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL A PARTIR DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

dos autores: ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS; VANESSA RUFFATTO GREGOVISKI, foi aprovado na modalidade Comunicação Oral, no 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde ocorrido de 22 a 26 de março de 2021.

26 de março de 2021

Oswaldo Yoshimi Tanaka

Presidente do 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão da Saúde

Gulnar Azevedo e Silva

Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva

CERTIFICADO

Para validar, acesse <http://www.abrascoeventos.org.br/validacao/?cod=4798751>



4º CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SAÚDE

O SUS e o projeto civilizatório: cenário, alternativas e propostas

Certificamos que o trabalho

QUANDO A SOCIEDADE CIVIL VIRA SOCIEDADE POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL A PARTIR DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

dos autores: ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS; VANESSA RUFFATTO GREGOVISKI, foi apresentado na modalidade Comunicação Oral, no 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde ocorrido de 22 a 26 de março de 2021.

26 de março de 2021

Oswaldo Yoshimi Tanaka

Presidente do 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão da Saúde

Gulnar Azevedo e Silva

Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Para validar, acesse <http://www.abrascoeventos.org.br/validacao/?cod=4998758>



4º CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SAÚDE

O SUS e o projeto civilizatório: cenário, alternativas e propostas

Certificamos que o trabalho

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS COMO EXPRESSÃO DE CONTROLE SOCIAL E CIDADANIA

dos autores: VANESSA RUFFATTO GREGOVISKI; ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS, foi aprovado na modalidade Comunicação Oral, no 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde ocorrido de 22 a 26 de março de 2021.

26 de março de 2021

Oswaldo Yoshimi Tanaka

Presidente do 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão da Saúde

Gulnar Azevedo e Silva

Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva

CERTIFICADO

Para validar, acesse <http://www.abrascoeventos.org.br/validacao/?cod=4998758>



4º CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SAÚDE

O SUS e o projeto civilizatório: cenário, alternativas e propostas

Certificamos que o trabalho

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS COMO EXPRESSÃO DE CONTROLE SOCIAL E CIDADANIA

dos autores: VANESSA RUFFATTO GREGOVISKI; ANA CAROLINA EINSFELD MATTOS, foi apresentado na modalidade Comunicação Oral, no 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde ocorrido de 22 a 26 de março de 2021.

26 de março de 2021

Oswaldo Yoshimi Tanaka

Presidente do 4º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão da Saúde

Gulnar Azevedo e Silva

Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva

CERTIFICADO

Certificamos que **Ana Carolina Einsfeld Mattos** apresentou o trabalho **Trajetórias das Políticas Públicas de Superação da fome: Direito ou Auxílio** no seminário temático **ST31: Sociologia da Alimentação, da Comida e do Comer: políticas, mercados e práticas sociais** do **46º Encontro Anual da ANPOCS**, realizado entre os dias 12 e 19 de outubro de 2022.

46º
Encontro
anual
da
ANPOCS



André Pereira Botelho
Presidente



Mariana Chaguri
Secretária Executiva

20^º
Congresso
Brasileiro de
Sociologia
B e l é m - P A

SOCIEDADE, ESTADO E NATUREZA

DOCUMENTO 18

CERTIFICADO

Certificamos, para os devidos fins, que **Ana Carolina Einsfeld Mattos** apresentou o trabalho *A interação socio-estatal e a participação institucionalizada: O caso da expansão participativa na segurança alimentar para épocas recente de crise.* com coautoria de **Ana Carolina Einsfeld Mattos, Andréa Fachel Leal** no grupo de trabalho GT 10 - Movimentos sociais, protestos e ativismos em contextos de crise: abordagens analíticas e empíricas do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado entre os dias 12 a 17 de julho de 2021, no formato on-line.

Belém, 17 de julho de 2021



Jacob Carlos Lima
Presidente SBS



Edna Castro
Presidenta da Comissão Organizadora

Realização



Apoio



Organização





19º Congresso Brasileiro
de Sociologia

09 a 12 de Julho de 2019
Universidade Federal de Santa Catarina

DOCUMENTO 19

Certificado

Conferimos o presente certificado a

Ana Carolina Einsfeld Mattos

pela sua participação na qualidade de autor(es) do trabalho intitulado “**O fenômeno Social de Indivíduos em Situação de Rua e o Direito Humano à Alimentação Adequada**”, apresentado durante o **19º Congresso Brasileiro de Sociologia** na modalidade Sociólogos do Futuro.

Florianópolis, 12 de julho de 2019.

Realização



Apoio



Carlos B. Martins

Prof. Carlos Benedito Martins
Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia

Carlos Eduardo Sell

Prof. Carlos Eduardo Sell
Presidente do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia

**Produção de materiais técnicos,
conteúdos midiáticos e recursos
audiovisuais, com enfoque em
Segurança Alimentar e Nutricional
(SAN) e/ou juventudes**

**Materiais técnicos, como
relatórios, notas, pareceres e
similares (1,0 ponto por
material)**



ATENÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM SOBREPESO E OBESIDADE

| DALVAN ANTONIO DE CAMPOS |

| MICK LENON MACHADO |

| JULIANA THEODORA CUNHA DE OLIVEIRA |

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

**AÇÕES INTERSETORIAIS NA PREVENÇÃO E
CONTROLE DO SOBREPESO E OBESIDADE**



ATENÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM SOBREPESO E OBESIDADE

| DALVAN ANTONIO DE CAMPOS |
| MICK LENON MACHADO |
| JULIANA THEODORA CUNHA DE OLIVEIRA |

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

**AÇÕES INTERSETORIAIS NA PREVENÇÃO E
CONTROLE DO SOBREPESO E OBESIDADE**

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS)

Departamento de Promoção da Saúde (DEPROS)

Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor: Ubaldo Cesar Balthazar

Vice-Reitora: Alacoque Lorenzini Erdmann

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Cristiane Derani

Pró-Reitor de Pesquisa: Sebastião Roberto Soares

Pró-Reitor de Extensão: Rogério Cid Bastos

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Diretor: Celso Spada

Vice-Diretor: Fabrício de Souza Neves

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

Chefe do Departamento: Fabrício Augusto Menegon

Subchefe do Departamento: Lúcio José Botelho

EQUIPE TÉCNICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição

Gestora Geral do Projeto Sheila Rubia Lindner

Coordenação de Produção de Material Elza Berger Salema Coelho

Autores

Dalvan Antonio de Campos
Mick Lennon Machado
Juliana Theodora Cunha de Oliveira

Equipe Editorial

Carolina Carvalho Bolsoni
Thays Berger Conceição
Deise Warmling
Dalvan Antonio de Campos

Assessoria Pedagógica

Márcia Regina Luz

Assessoria de Mídias

Marcelo Nogueira Capillé

Equipe Executiva

Patricia Dias de Castro
Gabriel Donadio Costa
Eurizon de Oliveira Neto

**Design Instrucional/
Revisão de Português e ABNT/
Elaboração das Questões Avaliativas**

Soraya Falqueiro

Identidade Visual/Projeto Gráfico

Pedro Paulo Delpino Bernardes

**Diagramação/Esquemáticos/
Infográficos/Finalização**

Laura Martins Rodrigues
Nicole Alessandra Geller

Desenvolvedor Web

Kuassi Dodji Franck Kumako
Paulo Alexsander Godoi Lefol
Tcharlies Dejandir Schmitz

Supervisão de Desenvolvimento Web

Sabrina Blasius Faust

Esquemáticos/Infográficos Web

Naiane Cristina Salvi

Fonte para Imagem e Esquemáticos

Adobe Stock

C198a Campos, Dalvan Antônio de

Ações intersetoriais na prevenção e controle do sobrepeso e obesidade / Dalvan Antônio de Campos, Mick Lenon Machado, Juliana Theodora Cunha de Oliveira. – Florianópolis : UFSC, 2020.
68 p. : il.
E-book (PDF)

ISBN: 978-65-87206-45-5

1. Ação intersetorial. 2. Prevenção de doenças. 3. Obesidade. I. Campos, Dalvan Antônio de. II. Machado, Mick Lenon. III. Oliveira, Juliana Theodora Cunha de. IV. Título.

CDU: 612.3

APRESENTAÇÃO	8	2 AMBIENTES SAUDÁVEIS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO SOBREPESO E DA OBESIDADE	26
1 TRABALHO INTERSETORIAL EM SAÚDE	10	2.1 RELAÇÃO DO AMBIENTE COM A OCORRÊNCIA DO SOBREPESO E DA OBESIDADE	27
1.1 O TRABALHO INTERSETORIAL E A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO SOBREPESO E DA OBESIDADE	11	2.1.1 Interferência dos ambientes na alimentação	30
1.1.1 Trabalho intersetorial na promoção de saúde, da alimentação adequada e saudável e para prevenção e controle de sobrepeso e obesidade	12	2.1.2 Interferência dos ambientes na atividade física	32
1.1.2 Construção e fortalecimento da rede para abordagem de pessoas com sobrepeso e obesidade	15	2.1.3 Interferência dos ambientes na saúde mental	35
1.1.3 Estratégias intersetoriais no Brasil para apoiar a prevenção e o controle do sobrepeso e da obesidade	17	2.2 PROMOÇÃO DE AMBIENTES SAUDÁVEIS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE	37
1.2 ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS INTERSETORIAIS PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO SOBREPESO E DA OBESIDADE	20	2.2.1 Como os ambientes saudáveis contribuem para promoção da alimentação adequada e saudável	38
1.2.1 Planejamento e o uso de informações no trabalho intersetorial	21	2.2.2 Como os ambientes saudáveis contribuem para a prática de atividade física	40
1.2.2 Participação comunitária no desenvolvimento de estratégias intersetoriais	23	2.2.3 Como os ambientes saudáveis contribuem com a saúde mental	41
1.2.3 Mudanças no território para auxiliar os usuários na prevenção e no controle do sobrepeso e da obesidade	24	3 ARTICULAÇÃO E AÇÕES INTERSETORIAIS PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO SOBREPESO E OBESIDADE	43
		3.1 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO SOBREPESO E DA OBESIDADE	44
		3.1.1 Como realizar articulação com as escolas do território	45
		3.1.2 Como realizar articulação com a assistência e o desenvolvimento social	47
		3.1.3 Como realizar articulação com órgãos de esporte e cultura	48

3.2 AÇÕES PARA PROMOÇÃO DE AMBIENTES SAUDÁVEIS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO SOBREPESO E DA OBESIDADE 49

3.2.1 Ações para melhoria do ambiente escolar 49

3.2.2 Ações para melhoria da mobilidade urbana 50

3.2.3 Ações para implementação e uso dos
restaurantes populares, cozinhas
comunitárias e bancos de alimentos 51

3.2.4 Ações para estímulo às feiras de alimentos 53

3.2.5 Ações para o fortalecimento da agricultura
familiar, orgânica e agroecológica 54

3.2.6 Ações para estímulo de hortas comunitárias
urbanas e periurbanas 55

3.2.7 Ações para implementação e funcionamento
dos polos do Programa Academia da Saúde 56

ENCERRAMENTO DO MÓDULO 59

REFERÊNCIAS 60

MINICURRÍCULO DOS AUTORES 67

Olá, caro profissional.

Desejamos a você boas vindas ao módulo Ações Intersetoriais para Prevenção e Controle do Sobrepeso e da Obesidade no Território.

O conteúdo disponibilizado neste módulo foi elaborado com as principais referências sobre o assunto, buscando orientações exequíveis para que você possa reconhecer e solucionar os problemas encontrados no seu cotidiano de trabalho que necessitem de uma atuação intersetorial.

Para isso, nesta etapa de estudo, você conhecerá algumas ferramentas para ações intersetoriais, a influência dos ambientes nos hábitos de vida e possibilidades de articulação para promoção da saúde, prevenção e controle do sobrepeso e da obesidade.

Esperamos que você tenha um bom estudo e utilize os conhecimentos apresentados neste módulo para realizar ações intersetoriais no seu território!



O Governo Federal
abraça esta iniciativa

RELATÓRIO DO I ENCONTRO NACIONAL DO PROGRAMA COZINHA SOLIDÁRIA:

UMA POLÍTICA PÚBLICA
EM CONSTRUÇÃO





O Governo Federal
abraça esta iniciativa

RELATÓRIO DO I ENCONTRO NACIONAL DO PROGRAMA COZINHA SOLIDÁRIA:

UMA POLÍTICA PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



EXPEDIENTE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA
E COMBATE À FOME

MINISTRO

José Wellington Barroso de Araújo Dias

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Lilian do Santos Rahal

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Patrícia Chaves Gentil

PROGRAMA COZINHA SOLIDÁRIA

Ana Carolina Silva e Souza

Ana Paula Cerca

Ana Carolina Einsfeld Mattos

Jarbas Antônio Ferreira

Karla Lisboa Ramos

Miriam Isabel Engel

Rafael Dias Toitio

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

PRESIDENTE

Mario Moreira

CHEFIA DE GABINETE

Rivaldo Venâncio

DIRETORIA EXECUTIVA

Juliano Lima

VICE-PRESIDENTE DE AMBIENTE,
ATENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Valcler Rangel Fernandes

FIOCRUZ BRASÍLIA

Fabiana Damásio (diretora)

Denise Oliveira (vice-diretora)

Erica Eli

AGENDA DE SAÚDE E AGROECOLOGIA

André Campos Búrigo (coordenador)

Ana Carolina Coelho de Souza

Ana Luiza Barros Nascimento

Angélica Patrícia de Almeida

Camila Castro Francisco Nascimento

Danúbia Gardênia da Silva

Douglas Rafael Lopes Reis

Helena Rodrigues Lopes

Juliana Theodora Cunha de Oliveira

Karine Pereira de Freitas

Lorena Portela Soares

Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral

Priscila Seoldo Marques

FICHA TÉCNICA

ORGANIZADORAS

Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral

Angélica Patrícia de Almeida

AUTORES

Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral

Ana Luiza Barros Nascimento

Juliana Theodora Cunha de Oliveira

Angélica Patrícia de Almeida

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Angélica Almeida

REVISÃO DE TEXTO

Gabriela Amorim

REVISÃO TÉCNICA

André Campos Búrigo

Rafael Dias Toitio

Fernanda C. França de Vasconcellos

Ana Carolina Einsfeld Mattos

Miriam Isabel Engel

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO
E ILUSTRAÇÕES

Patrícia Nardini

FOTOGRAFIA

Roberta Aline

Sergio Velho Junior

Thiago Sousa

Catálogo na fonte

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Biblioteca de Saúde Pública

R382r Relatório do I Encontro Nacional do Programa Cozinha
Solidária: uma política pública em construção / Natalia
Tenuta Kuchenbecker do Amaral... [et al.] — Rio de
Janeiro:/Fiocruz, SUS, Brasil. Ministério da Saúde,
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome, Governo Federal Brasil
União e Reconstrução, [2025].
135 p. : il. color. ; fotos ; mapas ; PDF ; 72.403 kb

ISBN: 978-65-87063-75-1

Inclui Bibliografia.

1. Política Pública. 2. Segurança Alimentar. 3.
Sistema Único de Saúde. 4. Agricultura Familiar.
5. Sustentabilidade. 6. Fome. I. Amaral, Natalia
Tenuta Kuchenbecker do. II. Nascimento, Ana
Luiza Barros. III. Oliveira, Juliana Theodora Cunha
de. IV. Almeida, Angélica Patrícia de. V. Título.

CDD - 23.ed. – 363.8

DOCUMENTO 3

PERSPECTIVAS DA SAÚDE COLETIVA NO VALE DO JEQUITINHONHA: temas, debates e reflexões



Conselho Editorial Internacional

Presidente: Professor Doutor Rodrigo Horochovski

Professora Doutora Anita Leocadia Prestes

Professora Doutora Claudia Maria Elisa Romero Vivas

Professora Doutora Fabiana Queiroz

Professora Doutora Hsin-Ying Li

Professor Doutor Ingo Wolfgang Sarlet

Professor Doutor José Antonio González Lavaut

Professor Doutor José Eduardo Souza de Miranda

Professora Doutora Marília Murata

Professor Doutor Milton Luiz Horn Vieira

Professor Doutor Ruben Sílvio Varela Santos Martins

(UFPR – Brasil)

(ILCP – Brasil)

(UN – Colômbia)

(Ufla – Brasil)

(NTU – China)

(PUC/RS – Brasil)

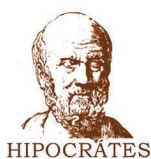
(UH – Cuba)

(UniMB – Brasil)

(UFPR – Brasil)

(Ufsc – Brasil)

(UÉ – Portugal)



Comitê Científico da área Ciências da Saúde

Presidente: Professor Doutor Daniel Canavese

Professor Doutor Almir de Oliveira Ferreira

Professor Doutor Rui Gonçalves Marques Elias

Professora Doutora Carmem Lucia Mottin Duro

Professor Doutor Eduardo Ramirez Asquieri

Professor Doutor Flávio Marques Lopes

Professora Doutora Maria de Fátima Duques de Amorim

Professor Doutor Roberto Teixeira Lima

Professor Doutor Marcos C. Sgnorelli

Professora Doutora Milene Z. Vosgerau

Professor Doutor Aurean D'êça Junior

Professora Doutora Simone Travi Canabarro

Professora Doutora Aline Correa Carvalho

Professora Doutora Joana Corrêa de Magalhães Narvaez

Professora Doutora Letícia Pacheco Ribas

Professor Doutor Alex Guedes

(UFRGS – Saúde Coletiva)

(UENP – Educação Física)

(UENP – Educação Física)

(UFRGS – Enfermagem)

(UFG – Farmácia)

(UFG – Farmácia)

(UFPB – Nutrição)

(UFPB – Nutrição)

(UFPR – Saúde Coletiva)

(UFPR – Saúde Coletiva)

(UFMA – Saúde Coletiva)

(UFCSPA – Pediatria)

(UNIFEPPA – Doenças Tropicais)

(UFCSPA – Psiquiatria)

(UFCSPA – Fonoaudiologia)

(EBMSP – Medicina)

Ana Paula Hemmi
Geovane Máximo
Heloisa Helena Barroso
Natalia Tenuta

**PERSPECTIVAS DA SAÚDE COLETIVA
NO VALE DO JEQUITINHONHA:**
temas, debates e reflexões





© Brazil Publishing Autores e Editores Associados
Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei - Curitiba, PR - 80050-270
+55 (41) 3022-6005



Associação Brasileira de Editores Científicos
Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar, Sala 75
Botucatu, SP - 18603-550
+55 (14) 3815-5095

Comitê Editorial

Editora-Chefe: Sandra Heck

Editor Superintendente: Valdemir Paiva

Editor Coordenador: Everson Ciriaco

Diagramação e Projeto Gráfico: Rafael Chiarelli

Arte da Capa: Paula Zettel

Revisão Editorial: Thais Valentim

DOI: 10.31012/978-65-86854-73-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

P467

Perspectivas da saúde coletiva no Vale do
Jequitinhonha: temas, debates e reflexões / Ana Paula A. Hemmi ... [et al.] – 1.ed. -
Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
432p.: il.; 23cm

Vários colaboradores
ISBN 978-65-86854-70-1

1. Vale do Jequitinhonha/MG – Promoção de saúde. 2. Saúde pública. 3. Política pública.
I. Hemmi, Ana Paula A. II. Máximo, Geovane. III. Barroso, Heloísa Helena.
IV. Tenuta, Natalia.

CDD 614 (22.ed)
CDU 614



[1ª edição – Ano 2020]
www.aeditora.com.br

SUMÁRIO

PARTE I – O VALE DO JEQUITINHONHA: CONTEXTO POLÍTICO, SOCIOECONÔMICO, DEMOGRÁFICO E A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM SAÚDE COLETIVA. 17

ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA NO VALE DO JEQUITINHONHA: UMA CRÍTICA ANTROPOLÓGICA E PROGRAMÁTICA. 19

André Borges de Mattos

O VALE DO JEQUITINHONHA NO SÉC. XXI: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, DEMOGRÁFICOS E PERSPECTIVAS FUTURAS. 39

Geovane Máximo, Glauco Umbelino, Ana Paula Nogueira Nunes e Débora Marques

MAPEAMENTO DE ESTUDOS SOBRE SAÚDE COLETIVA NO VALE DO JEQUITINHONHA . . 93

Ana Paula Hemmi, Nathalia Caroline Pinto, Ana Paula Nogueira Nunes e Gabriela de Cássia Ribeiro

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA A PROMOÇÃO E A PROTEÇÃO DA SAÚDE COLETIVA 113

Natalia Tenuta, Mariana Macedo e Romero Teixeira

PARTE II – DEBATES E REFLEXÕES EM SAÚDE COLETIVA SOBRE A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO VALE DO JEQUITINHONHA129

AVALIAR OU ANALISAR POLÍTICAS DE SAÚDE: O QUE FAZEMOS OU PODEMOS FAZER NO VALE DO JEQUITINHONHA?. 131

Ana Paula Hemmi e Cleia Silva Santana Cruz

PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS MUNICÍPIOS PÓLOS DO VALE DO JEQUITINHONHA: UMA ANÁLISE DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE 151

Andreza Miranda de Abreu e Danielle Vieira Garcia

VALE DO JEQUITINHONHA: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO E O CONTROLE DE RISCOS EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA 173

Milton Cosme Ribeiro, Rosélia Maria Ferreira de Sousa, Vanessa Alves Ferreira e Mirtes Ribeiro

SAÚDE MENTAL NO VALE DO JEQUITINHONHA 195

Guilherme Nogueira, Nadia Halboth e Roberta Vasconcelos Leite

SAÚDE BUCAL COLETIVA: ACESSO AOS SERVIÇOS EM SAÚDE BUCAL NO VALE DO JEQUITINHONHA. 219

Heloisa Helena Barroso, Ana Luísa Barroso de Paula, Roberto de Souza Teodoro Junior e Maria Letícia Ramos-Jorge

REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBT NO VALE DO JEQUITINHONHA	231
<i>Otto Felipe Dias Hanauer e Ana Paula Hemmi</i>	
A SAÚDE DOS TRABALHADORES NO VALE DO JEQUITINHONHA: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO	247
<i>Danielle Sandra da Silva de Azevedo e Mariana Roberta Lopes Simões</i>	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO VALE DO JEQUITINHONHA	263
<i>Kíria Silva Orlandi</i>	
OCORRÊNCIA DE PARASIToses INTEStINAIS EM UMA POPULAÇÃO INDÍGENA DESALDEADA: OS ARANã DO MÉDIO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS	291
<i>Laís Santos de Magalhães Cardoso, Ana Carolina Lanza Queiroz, Marivaldo Aparecido de Carvalho, João Luiz Pena; Léo Heller e George Luiz Lins Machado-Coelho</i>	
PARTE III – TEMAS DE SAÚDE COLETIVA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	317
TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE: O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE NA UFVJM	318
<i>Diogo Neves Pereira e Heloisa Helena Barroso</i>	
DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS E AS PESQUISAS DESENVOLVIDAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	341
<i>Daisy de Rezende Figueiredo Fernandes, Herton Helder Rocha Pires, Maria da Penha Rodrigues Firmes e Gabriela de Cássia Ribeiro</i>	
RAÇA, ETNIA, MESTIÇAGEM E RACISMO: CATEGORIAS ANALÍTICAS EM PESQUISAS DESENVOLVIDAS NO ALTO JEQUITINHONHA	373
<i>Marcelo Siqueira de Jesus</i>	
PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE: O AUTOCONHECIMENTO POR MEIO DO SHIATSU E DO TAI CHI CHUAN	395
<i>Dulce Aparecida Martins e Gilbert de Oliveira Santos</i>	
PESQUISAS SOBRE DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE NO VALE DO JEQUITINHONHA: UM PERCURSO A SER TRILHADO	409
<i>Sandra Regina Garijo de Oliveira</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	429
SOBRE OS ORGANIZADORES	431

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA A PROMOÇÃO E A PROTEÇÃO DA SAÚDE COLETIVA

*Natalia Tenuta
Mariana Macedo
Romero Teixeira*

A ALIMENTAÇÃO E A NUTRIÇÃO ENQUANTO DIREITOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM RESGATE CONCEITUAL

A alimentação e nutrição são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde e constituem fatores fundamentais para a realização do desenvolvimento humano, com dignidade, cidadania e qualidade de vida.

O principal avanço na agenda brasileira de alimentação e nutrição, em especial a partir de 2010, foi incluir a alimentação entre os direitos sociais da Carta Magna, a qual, elaborada em 1988 por 559 parlamentares, restabeleceu a inviolabilidade de liberdades básicas e instituiu uma série de preceitos e direitos sociais como saúde, educação, trabalho e moradia para todos (BRASIL, 1988). Em 2010, a então promulgada Emenda Constitucional 64 alterou o Artigo 6º da Constituição federal brasileira para introduzir a alimentação como direito social (BRASIL, 2010). Nesse sentido, a consciência do direito humano à alimentação por parte dos governos e da sociedade civil tem sido progressiva e, no Brasil, a luta por esse direito social vem ganhando espaço na linguagem pública e adquirindo expressão prática a partir da composição, implementação e coordenação de políticas e programas com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional (SAN) da população brasileira.

A segurança alimentar e nutricional (SAN), reconhecida e legitimada em marcos legais brasileiros, apoia a construção da abordagem para atuar no combate à fome, à pobreza e na promoção da alimentação adequada e saudável. Dessa forma, conhecer a construção do seu

DOCUMENTO 4

- Relatório FINAL -

AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS

Termo de Execução Descentralizada nº 05/2018. Processo nº 71000.015574/2018-68

Termo Aditivo nº 01

Outubro 2021



EXECUÇÃO DA PESQUISA

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Instituto René Rachou (Fiocruz Minas)

Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral

Romero Alves Teixeira

APOIO À EXECUÇÃO DA PESQUISA

Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

Ministério da Cidadania

Serviço Social do Comércio (SESC)

WWF-Brasil

Sumário

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	4
CONTEXTO	4
JUSTIFICATIVA	7
OBJETIVO DA PESQUISA.....	8
EXPERTISE PARA A EXECUÇÃO DA PESQUISA	8
INSTITUIÇÃO/EQUIPE DA PESQUISA	9
1 ASPECTOS TÉCNICOS, INSTITUCIONAIS E FINANCEIROS DA PESQUISA	13
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA.....	13
TERMO ADITIVO Nº 01	14
TERMO ADITIVO Nº 02	14
STATUS DE REALIZAÇÃO DAS METAS 1, 2 E 3 DO PROJETO	15
2 RESULTADOS ESTATÍSTICOS DAS METAS 1 E 2 DA PESQUISA	16
2.1. Aspectos éticos da Pesquisa “Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos”	16
2.2. Realização da pesquisa de avaliação do universo nacional dos bancos de alimentos públicos, das Centrais de Abastecimento (Ceasas), das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais autônomos (Meta 1).....	16
2.3. Realização da pesquisa <i>in loco</i> de avaliação de amostra dos Bancos de Alimentos, de doadores parceiros e de instituições sociais beneficiárias (Meta 2)	42
3 DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA.....	53
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
5 PRODUÇÃO CIENTÍFICA	62
Referências Bibliográficas.....	65

Relatório Final

AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS

DOCUMENTO 4

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

CONTEXTO

Perdas e desperdícios de alimentos configuram um agravo do modelo de abastecimento e de comportamento alimentar das cidades contemporâneas e é um tema em ascendente discussão, dados a magnitude e os impactos ambiental, financeiro e social que a degradação dos alimentos perdidos e desperdiçados gera.

Perdas de alimentos são decorrentes de procedimentos inadequados ou pouco eficientes que causam perdas ou danos aos produtos alimentícios nos processos de manipulação, transformação, estocagem, transporte e embalagem (GUSTAVSSON; CEDERBERG; SONESSON, 2011). Já o desperdício de alimentos refere-se à redução do volume de alimentos destinados exclusivamente à alimentação humana e que ocorre na etapa final da cadeia alimentar, ou seja, é um fenômeno associado à ineficiência do processo de distribuição (atacado e varejo) e de consumo e possui estreita relação com o consumo consciente dos alimentos (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Cerca de um terço dos alimentos produzidos para o consumo humano é perdido ou desperdiçado em todo o mundo, o que equivale, em média, a 1,3 bilhões de toneladas por ano, representando uma perda econômica anual de US\$ 940 bilhões, e uma emissão de 4,4 gigatoneladas de gases de efeito estufa por ano (FAO, 2014). Todos esses efeitos requerem uma parceria global com a participação ativa de todos, visando proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão



- Relatório Preliminar -

AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS

Termo de Execução Descentralizada nº 05/2018. Processo nº 71000.015574/2018-68

Abril, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
INSTITUTO RENÉ RACHOU – FIOCRUZ MINAS

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MINISTÉRIO DA CIDADANIA



EXECUÇÃO DA PESQUISA

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Instituto René Rachou (Fiocruz Minas)

Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral

Romero Alves Teixeira

APOIO À EXECUÇÃO DA PESQUISA

Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

Ministério da Cidadania

Serviço Social do Comércio (SESC)

WWF-Brasil



SUMÁRIO

Contexto.....	04
Justificativa.....	07
Objetivo da Pesquisa.....	08
Expertise para a execução da Pesquisa.....	09
Instituição/Equipe da Pesquisa.....	10
Aspectos Técnicos e Institucionais da Pesquisa.....	13
Resultados Descritivos Preliminares da Meta 1 da Pesquisa.....	15
Referências Bibliográficas.....	29
Apêndices.....	31

Relatório Preliminar

AValiação Nacional de Bancos de Alimentos DOCUMENTO 5

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

CONTEXTO

Perdas e desperdícios de alimentos configuram um agravo do modelo de abastecimento e de comportamento alimentar das cidades contemporâneas e é um tema em ascendente discussão, dados a magnitude e os impactos ambiental, financeiro e social que a degradação dos alimentos perdidos e desperdiçados gera.

Perdas de alimentos são decorrentes de procedimentos inadequados ou pouco eficientes que causam perdas ou danos aos produtos alimentícios nos processos de manipulação, transformação, estocagem, transporte e embalagem (GUSTAVSSON; CEDERBERG; SONESSON, 2011). Já o desperdício de alimentos refere-se à redução do volume de alimentos destinados exclusivamente à alimentação humana e que ocorre na etapa final da cadeia alimentar, ou seja, é um fenômeno associado à ineficiência do processo de distribuição (atacado e varejo) e de consumo e possui estreita relação com o consumo consciente dos alimentos (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Cerca de um terço dos alimentos produzidos para o consumo humano é perdido ou desperdiçado em todo o mundo, o que equivale, em média, a 1,3 bilhões de toneladas por ano, representando uma perda econômica anual de US\$ 940 bilhões, e uma emissão de 4,4 gigatoneladas de gases de efeito estufa por ano (FAO, 2014). Todos esses efeitos requerem uma parceria global com a participação ativa de todos, visando proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão



- Relatório Preliminar -

AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS

Termo de Execução Descentralizada nº 05/2018. Processo nº 71000.015574/2018-68

Março, 2020



EXECUÇÃO DA PESQUISA

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Instituto René Rachou (Fiocruz Minas)

Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral

Romero Alves Teixeira

APOIO À EXECUÇÃO DA PESQUISA

Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

Ministério da Cidadania

Serviço Social do Comércio (SESC)

WWF-Brasil

SUMÁRIO

Contexto.....	04
Justificativa.....	07
Objetivo da Pesquisa.....	08
Expertise para a execução da Pesquisa.....	09
Instituição/Equipe da Pesquisa.....	10
Aspectos Técnicos e Institucionais da Pesquisa.....	13
Etapas da Meta 1 realizadas	15
Etapas da Meta 2 realizadas	26
Produtos técnicos, fiscais e científicos produzidos	30
Referências Bibliográficas.....	32

Relatório Preliminar

DOCUMENTO 6

AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

CONTEXTO

Perdas e desperdícios de alimentos configuram um agravo do modelo de abastecimento e de comportamento alimentar das cidades contemporâneas e é um tema em ascendente discussão, dados a magnitude e os impactos ambiental, financeiro e social que a degradação dos alimentos perdidos e desperdiçados gera.

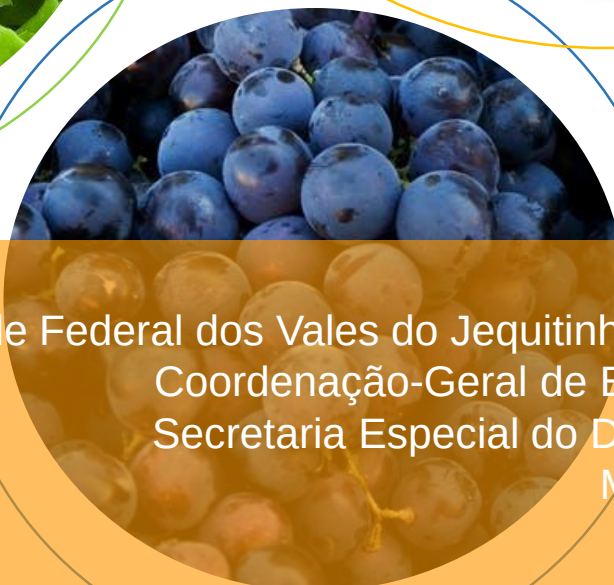
Perdas de alimentos são decorrentes de procedimentos inadequados ou pouco eficientes que causam perdas ou danos aos produtos alimentícios nos processos de manipulação, transformação, estocagem, transporte e embalagem (GUSTAVSSON; CEDERBERG; SONESSON, 2011). Já o desperdício de alimentos refere-se à redução do volume de alimentos destinados exclusivamente à alimentação humana e que ocorre na etapa final da cadeia alimentar, ou seja, é um fenômeno associado à ineficiência do processo de distribuição (atacado e varejo) e de consumo e possui estreita relação com o consumo consciente dos alimentos (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Cerca de um terço dos alimentos produzidos para o consumo humano é perdido ou desperdiçado em todo o mundo, o que equivale, em média, a 1,3 bilhões de toneladas por ano, representando uma perda econômica anual de US\$ 940 bilhões, e uma emissão de 4,4 gigatoneladas de gases de efeito estufa por ano (FAO, 2014). Todos esses efeitos requerem uma parceria global com a participação ativa de todos, visando proteger o planeta da degradação,

Relatório
Técnico-Científico

AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS

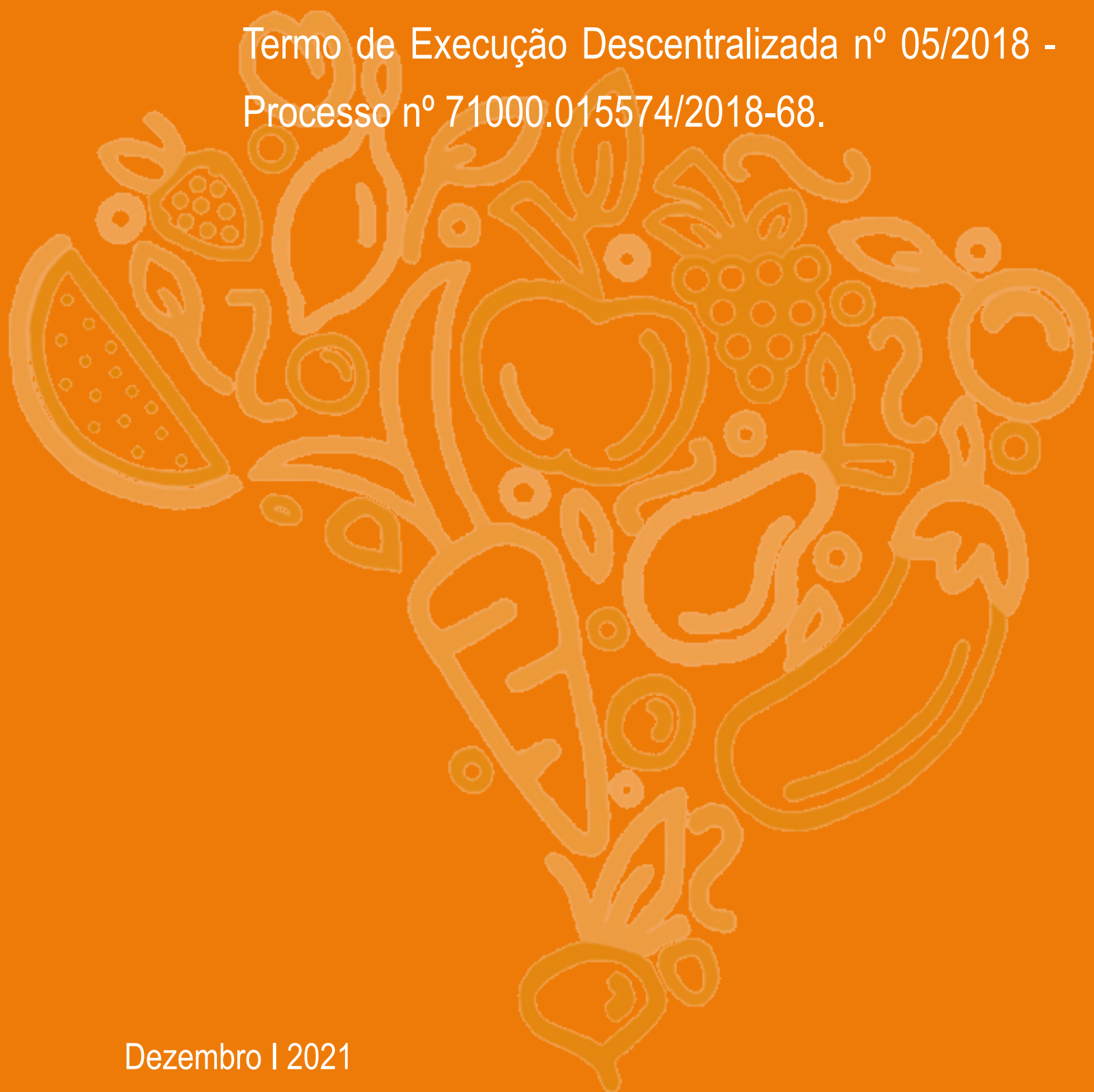
Dez 2021



Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM
Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos
Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Ministério da Cidadania

AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS

Relatório Técnico-Científico elaborado pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) como produto final da parceria com o Ministério da Cidadania firmada por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 05/2018 - Processo nº 71000.015574/2018-68.



FICHA TÉCNICA

EXECUÇÃO DA PESQUISA

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Natalia Tenuta

Romero Alves Teixeira

Thaís Pereira Barros

APOIO À EXECUÇÃO DA PESQUISA

Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

Ministério da Cidadania

Serviço Social do Comércio (SESC)

WWF-Brasil



OBJETIVO DO RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

O Relatório Técnico-Científico da “Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos” refere-se à apresentação do *status* de realização*:

META 1 Realizar pesquisa de avaliação do universo nacional dos bancos de alimentos públicos, das Centrais de Abastecimento (Ceasas), das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais autônomos

META 2 Realizar Pesquisa in loco de avaliação de amostra dos Bancos de Alimentos, de doadores parceiros e de instituições sociais beneficiárias**

META 3 Produzir Relatório Final e Prestação de Contas

O presente Relatório Final (Técnico-Científico) contempla:

1. Aspectos técnico-científicos, institucionais e financeiros da Avaliação;
2. Resultados estatísticos descritivos das Metas 1 e 2 da Avaliação – que, por sua vez, são produtos da Meta 3.

* As METAS estão apresentadas tal como definidas no Plano de Trabalho anexo ao Termo de Execução Descentralizada nº 05/2018, processo nº 71000.015574/2018-68.

** A avaliação de doadores parceiros e de instituições sociais beneficiárias não foi realizada em função do início e manutenção da pandemia da Covid-19.

GUIA DE INTERSECCIONALIDADES NA AGENDA 2030



para educação transformadora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guia de interseccionalidades na Agenda 2030 [livro eletrônico] : para uma educação transformadora / coordenação e organizadores Thiago Gehre, Ana Paula Antunes Martins. -- Brasília, DF : Universidade de Brasília, 2021.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-00-29967-0

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável
2. Educação - Aspectos socioculturais 3. Educação - Finalidades e objetivos 4. Extensão universitária
5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
6. Sustentabilidade I. Gehre, Thiago. II. Martins, Ana Paula Antunes.

21-79510

CDD-370.1934

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Aspectos socioculturais : Sociologia educacional 370.1934

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Interseccionalidades na Agenda 2030

Guia para Instituições de Ensino Superior

O **Guia de Interseccionalidades na Agenda 2030** é um dos produtos que fazem parte do projeto Selo ODS e as Universidades Brasileiras: Proposta de Tecnologia Social para o fortalecimento do Grupo de Trabalho (GT) da sociedade civil para Agenda 2030 por meio do alinhamento das universidades públicas à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Este projeto conta com recursos de edital da União Europeia submetido pelo GT da sociedade civil para Agenda 2030 e é uma parceria entre o UnB 2030 - Programa estratégico do Decanato de Extensão Universidade de Brasília, criado em 2018, com o objetivo de implementar, mapear e articular a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Instituto Selo Social, o Projeto FIB 2030 e a coletiva feminista e projeto de extensão Roda das Minas.

[INFORMAÇÕES DE COMO USAR O CONTEÚDO]

Este material pode ser considerado como uma estratégia de divulgação científica inclusiva, podendo ser utilizado em espaços de ensino formal, isto é, aqueles pertencentes ao ambiente escolar de ensino regular. E também aos espaços de ensino não formal, onde ocorre o desenvolvimento de atividades de cunho educacional com um objetivo pré-estabelecido, como por exemplo os museus, as exposições e os centros de ciências.

-> Você já viu o Guia da Agenda 2030 para as Universidades?

Grupo de Trabalho da Sociedade
Civil para a Agenda 2030



Financiado pela
União Europeia



Coordenação:

Prof. Dr. Thiago Gehre (Universidade de Brasília, UnB)

Interseccionalidades na Agenda 2030: Guia para Educação transformadora

Coordenação e Organizadores:

Prof. Dr. Thiago Gehre
(Universidade de Brasília, UnB)
Profa. Dra. Ana Paula Antunes Martins
(Universidade de Brasília, UnB)

Equipe:

Carolina Menezes Lima
Giovanna Pinto Lemos da Silva
Isabela Nascimento Ewerton
Jéssica Giuliana Guedes Rocha
Letícia Alves Braga
Mariana Conceição da Silva
Rodrigo Ramiro
Luiz Valério
Thays Merçon
Rafaela Freitas Santos Lenares
Kawê da Silva Veronezi
Evellyn Suellen Araujo de Souza
Élida Fernanda Santos Silva
Fernanda Rodrigues da Rocha

Projeto Gráfico e Ilustrações:

Caio Ayres Farage

Revisão Final:

Julho de 2021

• Agradecimentos	9
• Educar para não deixar ninguém para trás: agora é com você!	10
• Um olhar da Extensão Universitária sobre a interseccionalidade e a Agenda 2030	12
• Percursos Interseccionais	16
• Vamos conhecer mais sobre esta equipe maravilhosa e suas trajetórias?	18
• O que é o Guia?	24
• Manifesto	25
• Em que acreditamos?	27
• Pra quem é o Guia?	29
• Significado da palavra Guia	31
• Você sabe quais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável entrelaçam sua vida no dia a dia?	31
• Como e o que podemos aprender com histórias de vida?	33
• Que tal conhecer Marielle?	34
• Que tal conhecer Yaguarê Yamã?	41
• Aplicando a Interseccionalidade na Agenda 2030	45
• Na prática 1	45
• Na prática 2	46
• Identificando os ODS na prática	47
• Na prática 3	48
• Na prática 4	53
• Desenho teórico	58
• Glossário	62
• Mapeamento de Coletivas/os e Projetos de Extensão	66
• Leituras inspiradoras	75

Conteúdos midiáticos para sites, blogs e vlogs, redes sociais e similares (0,5 ponto por conteúdo produzido)

DOCUMENTO 1

Página Principal

(<http://mds.gov.br/caisan-mds/caisan>)

• **EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

◦ **O que é Educação Alimentar e Nutricional?**

(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-1>)

▪ **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas**

(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional-para-as-politicas-publicas>)

◦ **EAN e a agenda de prevenção e controle da obesidade**

(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-na-prevencao-e-no-controle-da-obesidade>)

• **PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE**

(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/prevencao-e-controle-da-obesidade-1>)

◦ **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade**

(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade>)

◦ **Comitê Técnico 11**

(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/comite-tecnico-2013-ct-11>)

• BIBLIOTECA

- Editorial Temático
 - **Ambientes Alimentares**
 - **Produtos orgânicos e de bases agroecológica**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/produtos-organicos-e-de-base-agroecologica>)
 - **Educação Alimentar e Nutricional promovendo a alimentação adequada e saudável**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-promovendo-a-alimentacao-adequada-e-saudavel>)
 - **Comida como patrimônio local e cultural**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/comida-como-patrimonio-local-e-cultural>)
- **Pesquisas**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/pesquisa>)
- **Publicações**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/publicacoes/educacao-alimentar-e-nutricional>)

Editorial Temático

Ambientes alimentares: Como interferem nas práticas de aquisição e consumo alimentar?

Determinantes da aquisição e do consumo alimentar encontram justificativa nos ambientes alimentares obesogênicos

Natalia Tenuta (autor)

O comportamento alimentar dos indivíduos, seja em relação à prática de aquisição ou de consumo de alimentos, sofre diversas interferências, em especial do ambiente em que estão inseridos. A noção de ambiente construído, conceito discutido nas principais agendas de alimentação adequada e saudável, está relacionada ao ambiente que circunda a alimentação, à prática de atividade física, bem como o cenário epidemiológico de doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à má alimentação, como o excesso de peso e a obesidade.

As principais doenças que atualmente acometem os brasileiros deixaram de ser agudas e passaram a ser crônicas. O Brasil vem enfrentando aumento expressivo do excesso de peso e da obesidade em todas as faixas etárias, e as doenças crônicas são a principal causa de morte entre adultos. Segundo dados recentes da

Pesquisa Nacional de Saúde

([https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?](https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=PNS&digital=false&fraseexata=1)

[acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=PNS&digital=false&fraseexata=1](https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=PNS&digital=false&fraseexata=1))

(PNS) (2015), mais de 20% dos adolescentes (10 a 19 anos) estão com excesso de peso e 5% com obesidade; entre os adultos, 57% estão com sobrepeso e mais de 20% com obesidade[1]

(file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASD/Texto_EAN_siteCaisan

A obesidade não é resultado apenas da escolha de alimentos ultraprocessados[2]

file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASP/Texto_EAN_siteCaisan

mas, atualmente, os ambientes urbanos têm sido considerados propícios a conceber e manter a obesidade.

Os hábitos de vida adotados pelo homem urbano são amplamente influenciados pelo ambiente, atualmente considerado obesogênico, pois induz à adoção de comportamentos alimentares e práticas de atividades inadequados, considerados os principais fatores no desenvolvimento da obesidade – Combinação da dieta tradicional à base de arroz e feijão e de produtos processados e ultraprocessados; Baixo consumo de leite, frutas, verduras e legumes e consumo elevado de bebidas com adição de açúcar (sucos, refrigerantes e refrescos); Excessivo consumo de açúcar, sódio e gordura saturada e consumo abaixo do recomendado de fibras[3]

file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASP/Texto_EAN_siteCaisan

Identificar os ambientes obesogênicos é, em parte, ir ao encontro das possíveis causas do agravamento do excesso de peso e obesidade.

Destacam-se três importantes estratégias do governo federal que trabalham na perspectiva de ampliar e qualificar a alimentação do brasileiro, na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Não em ordem de prioridade, mas em ordem cronológica, a primeira delas é o **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil**

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf).

2011-2022, do Ministério da Saúde (MS), que visa preparar o Brasil para enfrentar e deter, nos próximos dez anos, as doenças crônicas não transmissíveis, entre as quais: acidente vascular cerebral, infarto, hipertensão arterial, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas. No país, essas doenças constituem o problema de saúde de maior magnitude e correspondem a cerca de 70% das causas de mortes, atingindo fortemente camadas pobres da população e grupos mais vulneráveis, como a população de baixa escolaridade e renda. A obesidade está entre os fatores de risco para as DCNT.

A segunda, a **Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade**

http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/2_EstratPrevContOb

reúne diversas ações do governo federal que contribuem para a redução da obesidade, além de orientar estados e municípios sobre como desenvolver ações locais para prevenir e controlar esse cenário registrado no país, por meio de mudanças na alimentação e da prática regular de atividade física. A Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade está pautada em seis grandes eixos de ação: I. Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis; II. Educação, comunicação e informação; III. Promoção de modos de vida saudáveis nos ambientes / territórios; IV. Vigilância Alimentar e Nutricional e das práticas de atividade física da população; V. Atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso/obesidade e; VI. Regulação e controle da qualidade e inocuidade dos alimentos.

Por fim, o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, instituído pelo **Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015** (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8553.htm), está em processo de implementação e é um chamamento para que os Estados, Distrito Federal, Municípios, sociedade civil organizada, organismos internacionais e o setor privado se engajem e firmem compromissos para ampliar e qualificar a alimentação do brasileiro, na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada. O objetivo do Pacto é ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis para combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira. O Pacto está sendo firmado por meio de um Acordo de Cooperação e um Plano de Trabalho que contém compromissos estabelecidos entre a Caisan Nacional e os entes: a promoção de ambientes saudáveis por meio do fomento ao abastecimento; da ampliação do acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e sustentáveis; e do estímulo ao consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, considerando os preceitos do **Guia alimentar para a população brasileira** (http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf).

[1]

file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASD/Texto_EAN_siteCaisan
Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo Ministério da Saúde e pelo IBGE, com coleta de dados em 2013 e publicação em 2014. A PNS investigou os hábitos de consumo alimentar através de indicadores marcadores de padrões saudáveis (consumo recomendado de frutas, legumes e verduras e o consumo regular de feijão) e não saudáveis (consumo regular de refrigerantes, de leite integral, de carnes com excesso de gordura (gordura aparente e frango com pele) e o consumo de sal).

[2]

file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASD/Texto_EAN_siteCaisan
De acordo com o Guia alimentar para a população brasileira, publicado em 2014, pelo Ministério da Saúde, alimentos ultraprocessados são produtos fabricados com pouco ou nenhum alimento in natura, mas que levam  ingredientes de uso industrial (de nomes pouco familiares). Biscoitos recheados, salgadinhos de pacote, refrigerantes, néctares de frutas e bebidas açucaradas e macarrão instantâneo são exemplos desse tipo de alimento. Alimentos in natura são obtidos diretamente de plantas ou de animais e não sofrem qualquer alteração após deixar a natureza.

[3]

file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASD/Texto_EAN_siteCaisan
Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, realizada pelo IBGE, com coletas de dados nos anos de 2008 e 2009 e publicada em 2011. A Pesquisa inferiu o perfil de consumo alimentar da população brasileira levantando um conjunto de informações (por 12 meses) sobre as estimativas de consumo usual de alimentos, dentro e fora dos domicílios, por meio de coleta de registro alimentar.

DOCUMENTO 2

Página Principal

(<http://mds.gov.br/caisan-mds/caisan>)

• **EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

- **O que é Educação Alimentar e Nutricional?**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-1>)
 - **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional-para-as-politicas-publicas>)
- **EAN e a agenda de prevenção e controle da obesidade**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-na-prevencao-e-no-controle-da-obesidade>)

• **PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE**

- (<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/prevencao-e-controle-da-obesidade-1>)
- **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade>)
 - **Comitê Técnico 11**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/comite-tecnico-2013-ct-11>)

• BIBLIOTECA

- Editorial Temático
 - **Ambientes Alimentares**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/biblioteca>)
 - **Produtos orgânicos e de bases agroecológica**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/produtos-organicos-e-de-base-agroecologica>)
 - **Educação Alimentar e Nutricional promovendo a alimentação adequada e saudável**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-promovendo-a-alimentacao-adequada-e-saudavel>)
 - **Comida como patrimônio local e cultural**
- **Pesquisas**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/pesquisa>)
- **Publicações**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/publicacoes/educacao-alimentar-e-nutricional>)

Editorial Temático**Comida: Um patrimônio local e cultural**

Estimular os sentidos, apreciando os alimentos, seus sabores, aromas e suas apresentações, torna o ato de comer ainda mais prazeroso e significa cultura, alegria, convívio e troca

Natalia Tenuta (autor)

A gastronomia e a culinária se relacionam de forma que a gastronomia, enquanto uma ciência que se firma na discussão e na prática da inter-relação da técnica com as matérias-primas, realizada em torno da culinária, tem como objetivo potencializar o prazer do comer e a busca incessante pela excelência das preparações. A culinária, por sua vez, é um conjunto de técnicas de preparo, de matérias-primas, de receitas criadas ao longo da história, de utensílios utilizados, das formas de se comer e de tudo mais que se insira nesse contexto. Já a gastronomia é uma forte aliada nas políticas públicas de inclusão social e na promoção da alimentação saudável e adequada no país.

Por meio da culinária, é possível proporcionar uma experiência de vivência e reflexão sobre as relações entre alimentação, cultura e saúde. Isso porque esse tema permite superar o caráter estritamente biológico, seja no âmbito técnico-científico, seja nos meios de comunicação. A culinária coloca como foco a comida e tudo o que ela significa, além de contribuir para o resgate da prática de cozinhar como atividade a ser valorizada, no cotidiano, na perspectiva do cuidado consigo e com o outro.

Preparações culinárias, que resultam da combinação e do preparo dos alimentos e os modos de comer particulares, constituem parte importante da cultura de uma sociedade e, como tal, estão fortemente relacionados com a identidade e o sentimento de pertencimento social das pessoas, com a sensação de autonomia, com o prazer propiciado pela alimentação e, conseqüentemente, com o seu estado de bem-estar e saúde.

A alimentação, considerando o sentido de promover a alimentação adequada e saudável, envolve mais que a escolha de alimentos adequados, relacionando-se com a defesa da biodiversidade de espécies, o reconhecimento da herança cultural e o valor histórico do alimento, além do estímulo à cozinha típica regional, contribuindo, assim, para o resgate das tradições e o prazer da alimentação.

Valorizar uma agricultura mais sustentável, mantendo o equilíbrio do ambiente e respeitando o conhecimento local, é fundamental para se entender a importância da origem dos alimentos e melhorar a qualidade da alimentação. Estimular os sentidos, apreciando os alimentos, sabores, aromas e apresentações, torna o ato de comer ainda mais prazeroso e significa cultura, alegria, convívio e troca. É preciso preservar o meio ambiente, fortalecer a culinária tradicional, usufruir da variedade de alimentos regionais e redescobrir a satisfação de preparar e compartilhar as refeições com outras pessoas.

A alimentação brasileira, com suas particularidades regionais, é uma das expressões do nosso processo histórico e de intercâmbio cultural entre os diferentes povos que formaram nossa nação. A publicação da segunda edição do material Alimentos Regionais Brasileiros^[1]

(file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASP/Texto_EAN_siteCaisan

do Ministério da Saúde, apoia e incentiva o consumo de alimentos regionais, uma vez que resgata e desperta o interesse para a vasta quantidade de alimentos regionais presentes em todas as regiões brasileiras e típicos da flora e fauna, de forma a contribuir para a melhoria da



alimentação da população. Além disso, constitui um instrumento de educação alimentar e nutricional que pode ser utilizado por profissionais de saúde, educação, assistência social, entre outros, buscando a valorização dos alimentos existentes no país.

Conheça a publicação Alimentos Regionais Brasileiros.

Acesse aqui

(http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/livro_alimentos_regionais_brasileiros.pdf).

[1]

(file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASP/Texto_EAN_siteCaisan

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentos regionais brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 484 p.

DOCUMENTO 3

Página Principal

[\(<http://mds.gov.br/caisan-mds/caisan>\)](http://mds.gov.br/caisan-mds/caisan)

• **EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

◦ **O que é Educação Alimentar e Nutricional?**

[\(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-1>\)](http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-1)

▪ **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas**

[\(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional-para-as-politicas-publicas>\)](http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional-para-as-politicas-publicas)

◦ **EAN e a agenda de prevenção e controle da obesidade**

[\(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-na-prevencao-e-no-controle-da-obesidade>\)](http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-na-prevencao-e-no-controle-da-obesidade)

• **PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE**

[\(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/prevencao-e-controle-da-obesidade-1>\)](http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/prevencao-e-controle-da-obesidade-1)

◦ **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade**

[\(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade>\)](http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade)

◦ **Comitê Técnico 11**

[\(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/comite-tecnico-2013-ct-11>\)](http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/comite-tecnico-2013-ct-11)

• BIBLIOTECA

- Editorial Temático
 - **Ambientes Alimentares**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/biblioteca>)
 - **Produtos orgânicos e de bases agroecológica**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/produtos-organicos-e-de-base-agroecologica>)
 - **Educação Alimentar e Nutricional promovendo a alimentação adequada e saudável**
 - **Comida como patrimônio local e cultural**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/comida-como-patrimonio-local-e-cultural>)
- **Pesquisas**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/pesquisa>)
- **Publicações**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/publicacoes/educacao-alimentar-e-nutricional>)

Editorial Temático

Educação Alimentar e Nutricional e o viver saudável individual e coletivo

A EAN é uma importante ferramenta de valorização da culinária enquanto prática emancipatória e de recurso para alimentação saudável

Natalia Tenuta (autor)

A complexidade do sistema alimentar, das muitas dimensões do comportamento alimentar e das práticas de alimentação passou, nas últimas décadas, por uma diversidade grande de compreensões, pensamentos, valores e experiências vivenciadas por profissionais, educadores, técnicos, estudantes e pesquisadores das áreas de alimentação e nutrição. Esse processo contínuo e dinâmico de construção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, foi ao encontro da demanda por ações públicas significativas, coordenadas, eficazes e participativas de conceituação de EAN e de construção de uma agenda nacional do tema (SANTOS, 2005)[1]

(file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASD/Texto_EAN_siteCaisan

Em 2012, foi publicado o **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**

(http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf),

a fim de promover um campo comum de reflexão e orientação da prática de Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012)[2]

(file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASD/Texto_EAN_siteCaisan

A Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.

O Marco se refere à prática de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.

Trazendo para o nível individual, o autocuidado é um dos aspectos do viver saudável. É a realização de ações dirigidas a si mesmo ou ao ambiente, a fim de regular o próprio funcionamento de acordo com seus interesses na vida. As ações do autocuidado são voluntárias e intencionais, envolvem a tomada de decisões, e têm o propósito de contribuir de forma específica para a integridade estrutural, o funcionamento sobre si e sobre o mundo e, complementarmente, a capacidade de fazer escolhas, governar, transformar e produzir a própria vida. Assumir, portanto, um grau de liberdade sobre o comportamento alimentar significa reconhecer as possibilidades, poder experimentar, decidir, e se reorientar. Por isso, a prática/habilidade culinária facilita a reflexão e o exercício das dimensões sensoriais, cognitivas e simbólicas da alimentação.

Nesse sentido, a EAN é uma importante ferramenta de valorização da culinária enquanto prática emancipatória e de reflexão sobre a importância e o valor da culinária como recurso para a alimentação saudável.

No âmbito coletivo, a EAN pode existir em diversos campos de prática, ou seja, em diferentes níveis de gestão (federal, estadual, municipal, local e regional); nas diferentes áreas (saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, educação, agricultura/ desenvolvimento agrário, abastecimento, meio ambiente, esporte e lazer, trabalho, cultura) e nos diferentes equipamentos públicos (Saúde: Unidade Básica de Saúde, Academias da Saúde, Ambulatórios, Hospitais; Assistência Social: Equipamentos Socioassistenciais; SAN: Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos; Educação: Escolas, Creches, Universidades; Esporte e Lazer: Centros Desportivos e Áreas de Lazer, Clubes; Trabalho: Empresas do Programa de Alimentação do Trabalhador; Ciência e Tecnologia: Centros Vocacionais Tecnológicos; Abastecimento: CEASAs, Feiras, Mercados e Sacolões; e Cultura: Pontos de Cultura) (BRASIL, 2012).

O fortalecimento e a valorização das práticas coletivas de EAN no Brasil tem grande apoio da Rede Virtual Ideias na Mesa, primeira rede virtual de experiências em Educação Alimentar e Nutricional do Brasil, criada por iniciativa da Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN/MDS) e do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (Opsan/UnB). O objetivo da Rede Ideias na Mesa é dar visibilidade às experiências compartilhadas pelos usuários e consolidar os referenciais técnicos, conceituais e metodológicos por meio de uma rede virtual que propicie a rápida troca de informações, conhecimentos e práticas. Além das experiências de EAN cadastradas, a rede disponibiliza artigos, revistas, vídeos e outras publicações que contribuem para o acervo bibliográfico sobre EAN, além de cursos de formação. Os profissionais dos diversos setores, ao buscarem elementos e suporte para suas ações de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, contam, portanto, com um arsenal teórico-metodológico que vem sendo construído em esforço conjunto e intersetorial. Quer conhecer a Rede Ideias na Mesa, [acesse](http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?/experienciaView&id=163)

 [/www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?
/experienciaView&id=163](http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?/experienciaView&id=163).

[1] file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASP/Texto_EAN_siteCaisan
SANTOS, L.A.S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Revista de Nutrição, Campinas*, 18(5): 681-692, set./out. 2005.

[2] file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASP/Texto_EAN_siteCaisan
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p.

DOCUMENTO 4

Página Principal

(<http://mds.gov.br/caisan-mds/caisan>)

• **EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

- **O que é Educação Alimentar e Nutricional?**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-1>)
 - **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/marco-de-referencia-de-educacao-alimentar-e-nutricional-para-as-politicas-publicas>)
- **EAN e a agenda de prevenção e controle da obesidade**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-na-prevencao-e-no-controle-da-obesidade>)

• **PREVENÇÃO E CONTROLE DA OBESIDADE**

- (<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/prevencao-e-controle-da-obesidade-1>)
- **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade>)
 - **Comitê Técnico 11**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/comite-tecnico-2013-ct-11>)

• BIBLIOTECA

- Editorial Temático
 - **Ambientes Alimentares**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/biblioteca>)
 - **Produtos orgânicos e de bases agroecológica**
 - **Educação Alimentar e Nutricional promovendo a alimentação adequada e saudável**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/educacao-alimentar-e-nutricional-promovendo-a-alimentacao-adequada-e-saudavel>)
 - **Comida como patrimônio local e cultural**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/comida-como-patrimonio-local-e-cultural>)
- **Pesquisas**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/educacao-alimentar-e-nutricional/pesquisa>)
- **Publicações**
(<http://mds.gov.br/caisan-mds/publicacoes/educacao-alimentar-e-nutricional>)

Editorial Temático

Produtos orgânicos e de base agroecológica: onde encontrar?

O ideal é que, quanto mais pessoas buscarem por alimentos orgânicos e de base agroecológica, maior será o apoio que os produtores da agroecologia familiar receberão e mais próximos estaremos de um sistema alimentar social e ambientalmente sustentável.

Natalia Tenuta (autor)

"A Alimentação Adequada e Saudável (AAS) é a realização de um direito humano básico, com a garantia do acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o curso da vida e das necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. A AAS deve atender aos princípios da variedade, do equilíbrio, da moderação, do prazer, das dimensões de gênero e etnia, e das formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados" (CONSEA, 2007)

[1]

(file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORCASP/Texto_EAN_siteCaisan

Indo ao encontro da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, atualmente, um dos grandes desafios da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil é a ampliação da produção orgânica e de base agroecológica de alimentos, com a valorização dos produtos da sociobiodiversidade e o estímulo às experiências locais de uso, conservação e manejo dos recursos genéticos vegetais e animais.

Alimentos orgânicos e de base agroecológica, segundo o **Guia alimentar para a população brasileira (2014)** (http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf), são alimentos de origem vegetal ou animal oriundos de sistemas que promovem o uso sustentável dos recursos

naturais, produzem alimentos livres de contaminantes, protegem a biodiversidade, contribuem para a desconcentração das terras produtivas e para a criação de trabalho e que, ao mesmo tempo, respeitam e aperfeiçoam saberes e formas de produção tradicionais.

Para ser considerado orgânico, o produto tem que ser produzido em um ambiente com princípios agroecológicos que contemplam o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais. Não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos. O Brasil, em função de possuir diferentes tipos de solo e clima, uma biodiversidade incrível aliada a uma grande diversidade cultural, é, sem dúvida, um dos países com maior potencial para o crescimento da produção orgânica.

Os principais fatores contribuintes para o crescimento de mercado de alimentos orgânicos estão relacionados aos benefícios para a saúde, ao respeito ao meio ambiente, à melhor qualidade dos produtos e ao incentivo aos pequenos produtores. E a principal dúvida é: onde encontrar? Nós respondemos!

O Mapa de Feiras Orgânicas é uma ferramenta de busca, idealizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), com o objetivo de estimular a alimentação saudável em todo o Brasil e mostrar que os produtos orgânicos podem ser mais acessíveis. O Mapa visa, justamente, encurtar o caminho do consumidor até o produtor para ampliar o acesso aos alimentos orgânicos. Para saber mais, acesse:

<http://feirasorganicas.idec.org.br/>
(<http://feirasorganicas.idec.org.br/>).

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, executado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, pelas Associações de Moradores de Bairro e Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), por meio de sete pontos de venda direta que viabilizam a venda de produtos orgânicos, cultivados sem o uso de agrotóxicos ou produtos químicos, diretamente do produtor ao consumidor. Quer saber mais sobre o Circuito? Acesse:

<http://www.feirasorganicas.com.br/>
(<http://www.feirasorganicas.com.br/>).

O Planeta Orgânico, realizado por diversos parceiros, recolhe e organiza o maior número possível de informações dispersas relativas ao universo orgânico. Tem como compromisso promover o conceito da agricultura orgânica, seu papel na saúde e na preservação do meio ambiente, além de conscientizar o consumidor sobre a importância do consumo sustentável. Conheça o Planeta Orgânico: <http://www.planetaorganico.com.br/site/>
(<http://www.planetaorganico.com.br/site/>).

Diversas são as estratégias e iniciativas de abastecimento em âmbito local que facilitam o acesso a esses alimentos e que promovem práticas alimentares saudáveis, valorizando os vínculos do abastecimento com a produção agroalimentar, especialmente tratando-se de municípios de pequeno e médio portes. Essa perspectiva não está ausente nas cidades de grande porte localizadas em regiões metropolitanas, embora nessas últimas se abrem outras possibilidades de desenvolvimento de ações públicas referentes às formas de acesso da população aos alimentos. O ideal é que, quanto mais pessoas buscarem por alimentos orgânicos e de base agroecológica, maior será o apoio que os produtores da agroecologia familiar receberão e mais próximos estaremos de um sistema alimentar social e ambientalmente sustentável.

[1]
(file:///C:/Users/ariana.dantas/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.Outlook/R0ORC ASD/Texto_EAN_siteCaisan
CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. GT Alimentação Adequada e Saudável. Relatório Final. 2007. Disponível em
<http://www2.planalto.gov.br/consea/plenarias/documentos/relatorio-final-marco-2007-03>. 2007. Acesso em: 16/11/2017.

**Recursos audiovisuais, como:
vídeos, animações,
infográficos, podcasts e outros
(1,0 ponto por recurso)**

Conteúdo audiovisual jornalístico (TV aberta) – participação como fonte técnica

Reportagem televisiva (TV aberta) – Programa SCC Meio Dia (SCC/SBT)

Tema: Florianópolis é uma das duas capitais do país que não tem Restaurante Popular, 2021

Participação como especialista em Segurança Alimentar e Nutricional

Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=AklxFf7JUho>



Já no banco de alimentos, a responsabilidade e o cuidado com os alimentos ficam a cargo da equipe técnica devidamente capacitada para avaliar as condições sensoriais, nutricionais e higiênico-sanitárias dos alimentos e entregar às instituições apenas alimentos seguros para o consumo.

O que pode ser doado ao banco de alimentos?

- Alimentos excedentes ou fora do padrão de comercialização, mas que ainda estejam aptos para o consumo seguro e adequado;
- Produtos de limpeza e de higiene pessoal**;
- Embalagens e produtos descartáveis**;
- Serviços compatíveis às atividades dos bancos de alimentos**;
- Tempo e dedicação para trabalhos voluntários operacionais e educativos**.

** Verificar com o banco de alimentos parceiro sobre as doações que não sejam alimentos.

- Como ter acesso à isenção do ICMS?

Por meio do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional que, a fim de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada, oferece isenção do ICMS aos parceiros doadores, contribuindo diretamente para a redução das perdas e desperdício de alimentos e do seu custo econômico para as empresas e demais fornecedores.

- Quem pode participar?

Empresas de transporte de mercadorias, indústrias de alimentos, empresas e fornecedores do varejo e atacado.

- Como participar?

Acesse o site da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos <http://mds.gov.br/caisan-mds/rede-brasileira-de-bancos-de-alimentos> e siga o passo a passo do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional.

Como viabilizar e garantir a parceria de qualidade, eficaz e sustentável com o banco de alimentos?

- Conheça o trabalho e os critérios de funcionamento do banco de alimentos;
- Compartilhe o seu trabalho e seus critérios de funcionamento e de sua equipe com o banco de alimentos;
- Conheça os dias e horários de funcionamento do banco de alimentos, e também compartilhe suas informações;
- Estabeleça contato com, pelo menos, uma pessoa de referência do banco de alimentos;
- Indique um contato também para que o banco de alimentos possa ter como referência;
- Oriente e sensibilize sua equipe sobre o trabalho do banco de alimentos e sobre o impacto social e ambiental que essa parceria pode ter;
- Faça avaliação constante da parceria com o banco de alimentos e sugira adequações para um trabalho conjunto cada vez melhor!

Anote aqui o contato do banco de alimentos

Material produzido pela



no âmbito da "Pesquisa de Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos"

Apoio



MINISTÉRIO DA CIDADANIA



PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Realização



UFVJM
Universidade Federal de Viçosa

Grupo técnico de trabalho

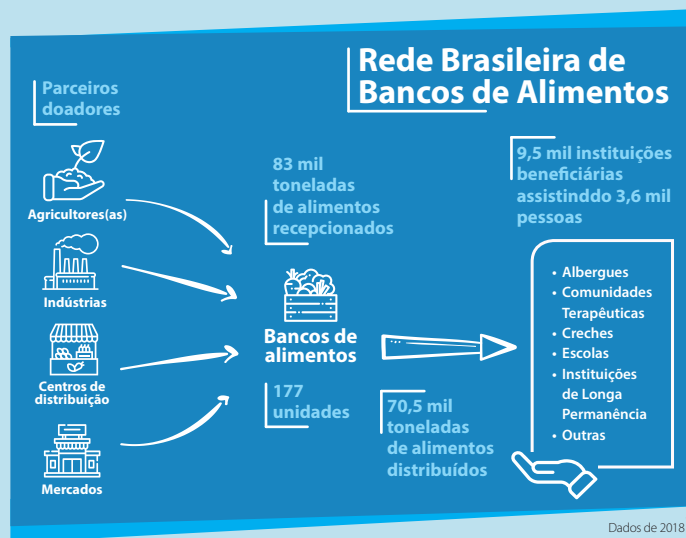
Natalia Tenuta
Erica Ramos

Virgínia Antonioli
Alcione Silva

DOCUMENTO 2

Quer ser um
parceiro doador
para os bancos
de alimentos?





Os bancos de alimentos são elos importantes entre os parceiros doadores e as suas instituições beneficiárias que alimentam pessoas em situação de insegurança alimentar, e grandes aliados no combate às perdas e desperdícios de alimentos. A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, instituída em 2016, é uma importante estratégia de integração regional e nacional das diversas experiências disseminadas de bancos de alimentos pelo país e que, em 2018, mapeou uma relevante atuação na transação de alimentos e contribuição para o Direito Humano à Alimentação Adequada.

O que são os bancos de alimentos e qual o seu papel social, alimentar e nutricional?

Os bancos de alimentos captam e/ou recebem doações de alimentos que não foram comercializados por qualquer motivo, mas que ainda estão próprios para complementarem os cardápios de instituições sociais e de saúde que beneficiam pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. Por isso, é importante que no ato da doação sejam asseguradas condutas que minimizem o risco de contaminação ou danos que comprometam a qualidade dos alimentos. Para tanto, os bancos de alimentos, além de prestar suporte na transação dos produtos, orienta parceiros doadores e instituições sociais quanto às boas práticas de cuidado e manipulação dos alimentos.

¹ <http://mds.gov.br/caisan-mds/rede-brasileira-de-bancos-de-alimentos>

O que representa ser parceiro doador dos bancos de alimentos?

- É um ato de responsabilidade social e contribui com a cadeia solidária e com os cardápios de instituições sociais e de saúde;
- Contribui para a diminuição de alimentos perdidos e desperdiçados, portanto, com a redução do impacto socioambiental;
- Contribui para a oferta de uma alimentação mais saudável e nutricionalmente adequada às pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional.

Quais as vantagens adicionais de ser um parceiro doador dos bancos de alimentos?

- Diminuição dos custos operacionais de logística e gerenciamento de resíduos;
- Divulgação como parceiro doador dos bancos de alimentos;
- Orientações sobre manuseio e expedição adequada dos produtos doados;
- Acesso à isenção do ICMS para os produtos doados.

CELEBRANDO A PARCERIA COM O BANCO DE ALIMENTOS

Como ser um parceiro dos bancos de alimentos?

1º passo: O parceiro doador deve conhecer os critérios de parceria estabelecidos pelo(s) banco(s) de alimentos e alinhar conjuntamente o formato e a logística de doação que mais atendam às condições de ambas as partes

2º passo: Depois de firmada a parceria, o parceiro doador deve sensibilizar e orientar a sua equipe e o(s) responsável(is) pela dinâmica operacional de doações ao(s) banco(s) de alimentos de modo a construir um trabalho coletivo eficaz e que contribua para a oferta constante de ajuda ao(s) banco(s) de alimentos

Responsabilidades do parceiro doador

- Declarar que os alimentos e/ou produtos doados estão de acordo com as normas referentes ao Código de Defesa do Consumidor e com as normas técnicas sobre conservação, manipulação, acondicionamento e exposição de alimentos, publicada pela

Anvisa (mais detalhes no item “A responsabilidade e o cuidado com os alimentos”).

Responsabilidades do banco de alimentos

- Declarar que os alimentos ou produtos serão doados para instituições sociais públicas ou privadas sem fins lucrativos prestadoras de serviços de assistência social, saúde, educação, justiça social;
- Não destinar os alimentos e/ou produtos doados para benefício ou uso individual por parte de quaisquer um de seus dirigentes, familiares ou outros, nem para uso político eleitoral;
- Concordar que a retirada dos produtos doados será realizada de acordo com o cronograma estabelecido pelo parceiro doador;
- Declarar ser de inteira responsabilidade da pessoa jurídica, seja sociedade, associação, fundação ou organização religiosa, a conferência, retirada, manuseio, utilização adequada e consumo dos produtos doados, isentando o parceiro doador de qualquer responsabilidade civil, administrativa e criminal a esse respeito.

A responsabilidade e o cuidado com os alimentos

Começam no momento de identificação, seleção e separação do que será doado ao banco de alimentos:

- O quanto antes o alimento for selecionado e encaminhado ao banco de alimentos, maior será o aproveitamento e a utilização nos cardápios das instituições. Lembre-se, o caminho até os cardápios pode ser longo!
- Alimentos fora dos prazos de validade podem causar doenças transmitidas por alimentos e, por isso, cuide para que as doações estejam dentro dos prazos seguros para consumo!
- Alimentos perdem sua durabilidade e qualidade se mantidos ao sol, junto a animais e lixos, ou em outras condições não adequadas. Portanto, para que os alimentos mantenham suas características sensoriais, nutricionais e sanitárias, é importante que estejam acondicionados em locais seguros e adequados até que sejam entregues ou recolhidos.
- As embalagens são essenciais para a manutenção dos alimentos nas condições seguras para consumo e, se estiverem violadas, não íntegras, os alimentos não estarão adequados para serem doados.



MAPA OPERACIONAL: BANCO DE ALIMENTOS E COLHEITA URBANA/RURAL

Quem são os PARCEIROS DOADORES

PESSOA JURÍDICA E FÍSICA DOS SEGUIMENTOS:

PRODUÇÃO

Horta urbana/comunitária, agricultura familiar e agricultura de médio e grande porte.

TRANSPORTE

Apreensões e acidentes com cargas.

INDÚSTRIA

Alimentícia de pequeno a grande porte.

COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Atacado, varejo, atacarejo, centrais de abastecimento e apreensões.

CAMPANHAS SOLIDÁRIAS

COMPRAS INSTITUCIONAIS

Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar (excedente)

Alimentos Transacionados

BANCO DE ALIMENTOS CONVENCIONAL

COLETA, REEBIMENTO, SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, TRIAGEM, HIGIENIZAÇÃO, PROCESSAMENTO*, PORCIONAMENTO, EMBALAGEM E DISTRIBUIÇÃO

Alimentos Distribuídos

COLHEITA URBANA/RURAL

COLETA, SELEÇÃO, E DISTRIBUIÇÃO

Alimentos Transacionados e Distribuído

Quem são os BENEFICIÁRIOS

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Cozinhas comunitárias, restaurantes populares, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e entidades afins

FAMÍLIAS

INSTITUIÇÕES E ENTIDADES CADASTRADAS

Abrigos, albergues, comunidades terapêuticas, creches, escolas, hospitais, Insituição de Longa Permanência para idoso - ILPI, e entidades similares.

Relações entre iniciativas:

BANCOS DE ALIMENTOS PODEM CONTRIBUIR COM A COLETA DE:

Vestuário, brinquedos, produtos de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, produtos de limpeza e higiene pessoal, embalagens e descartáveis.

ALIMENTOS IDEIAIS:

Alimentos *in natura* minimamente processados, processados e ingredientes culinários

NÃO SÃO IDEIAIS:

Alimentos ultraprocessados

NÃO PODE SER ACEITO:

Refeições prontas, alimentos vencidos e/ou contaminados

Encaminhado para alimentação animal, compostagem ou descarte.

Redes locais e regionais de Bancos de Alimentos:

trocas de estoques operacionais, cessão de espaço físico e colaboradores, realização de atividades educativas e de sensibilização.

Rede Nacional de Banco de Alimentos:

Troca de experiências, fortalecimento e qualificação, pesquisas e estudos de avaliação e monitoramento, articulação, negociação estratégica para captação de doações, estímulo à políticas e ações públicas de fortalecimentos

Relações externas:

- Conselhos de Direitos: planejamento de atividades, validação de critérios e normativas e prestação de contas;
- Instituições de Ensino: realização de atividades educativas, produção de projetos, desenvolvimento de inovações, produção de materiais acadêmicos e estágios;
- Pessoa jurídica: prestação/doação de serviços;
- Pessoa física: voluntariado para atividades do banco de alimentos/colheita.

Relação com os Beneficiários:

ABASTECIMENTO E COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

- Doação de alimentos e outros produtos à entidades;
- Conferência da identificação das entidades;
- Atendimento de acordo com: número de atendidos, faixa etária, perfil de consumo;
- Registro das doações;
- Coleta semanal da instituição
- Apresentação da carteirinha
- Conferir:
 - dia e horário estabelecido,
 - nome da instituição,
 - perfil público e
 - número de beneficiários.
- Registro da entrega;
- Realizar Atendimento per capita.

CADASTRO

- Análise de atendimento de critério de elegibilidade; verificação de documentação; realização de visita; pré-cadastro/cadastro
- Preenchimento de ficha de cadastro e check list de verificação de estrutura física, boas práticas e características do atendimento.
- Assinatura do termo de compromisso

MONITORAMENTO

- Realização de visitas periódicas in loco;
- Atualização de dados e de perfil de atendimento;
- Verificação da estrutura física, boas práticas e características do atendimento.

Relação com os Parceiros:

VISITAS

Sensibilização e apresentação

ARRECADAÇÃO

Coleta e registro das doações

CADASTRO

Preenchimento e formulário de cadastro, Assinatura do termo de parceria

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Material produzido no âmbito da "Pesquisa de Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos"

Grupo Técnico de Trabalho: Natalia Tenuta, Thais Barros, Erica Ramos e Virgínia Antonioli



É importante existir uma Estrutura Física Mínima que dê condições para o Banco funcionar, com equipamentos adequados e mão de obra qualificada

PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR POR MEIO DOS CONTEÚDOS:

- Segurança Alimentar e Nutricional
- Direito Humano à Alimentação Adequada
- Boas Práticas de Manipulação
- Promoção da Alimentação Adequada e Saudável
- Aproveitamento Integral de Alimentos

Organização de eventos e realização de oficinas presenciais e online

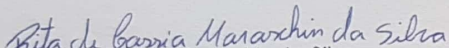
**Organização de eventos
técnicos, como: oficinas, dia
de campo, exposição,
demonstração, visitas e/ou
reuniões técnicas registradas
(1,0 ponto por evento)**



SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CERTIFICADO

Certificamos que **JULIANA THEODORA CUNHA DE OLIVEIRA**, CPF **081.373.976-47**, organizou o "*Encontro Estadual 5ª Conferência +2 de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina*" no dia 21 de novembro de 2017, com carga horária total de 12 horas.


Rita de Cassia Maraschin da Silva

Presidente do Conselho
Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

REALIZAÇÃO




Patricia Cechinel Bernardi

Diretora de Segurança Alimentar e
Nutricional

APOIO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

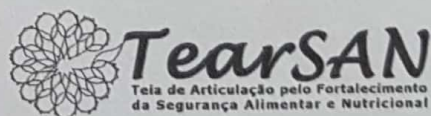
COMPARTILHAMENTO DE SABERES E EXPERIÊNCIAS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**Oficina da Região Oeste/SC,
Capinzal, 29 de agosto de 2017**

Organizadores

Neila Maria Viçosa Machado
Juliana Theodora Cunha de Oliveira
Milena Corrêa Martins
Claudia Soar

Série Educação Permanente para o Fortalecimento do SISAN
Caderno II



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

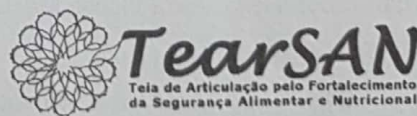
**COMPARTILHAMENTO DE SABERES E
EXPERIÊNCIAS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL**

**Oficina da Região Oeste/SC,
Xanxerê, 28 de agosto de 2017**

Organizadores

Neila Maria Viçosa Machado
Juliana Theodora Cunha de Oliveira
Milena Corrêa Martins
Claudia Soar

**Série Educação Permanente para o Fortalecimento do SISAN
Caderno II**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

COMPARTILHAMENTO DE SABERES E
EXPERIÊNCIAS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

Oficina da Região Serrana/SC,
Lages 10 de agosto de 2017

Organizadores

Neila Maria Viçosa Machado
Juliana Theodora Cunha de Oliveira
Milena Corrêa Martins
Claudia Soar

Série Educação Permanente para o Fortalecimento do SISAN
Caderno II



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS E SABERES EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**Oficina realizada em São Bento do Sul/SC, 26 de julho
de 2017**

Organizadores

Neila Maria Viçosa Machado
Mick Lennon Machado
Juliana Theodora Cunha de Oliveira
Bárbara Leone da Silva
Claudia Soar

Série Educação Permanente para o Fortalecimento do SISAN
Caderno II



**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E AGRÁRIO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

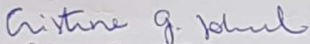


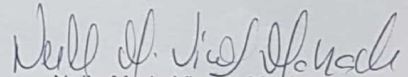
**Moderação ou facilitação de
cursos/eventos e/ou mediação
de grupos de trabalho ou
reuniões (0,2 ponto por evento)**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PROJETO DE FORTALECIMENTO DO SISAN EM SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICADO

Certificamos que **JULIANA THEODORA CUNHA DE OLIVEIRA**, CPF **081.373.976-47**, conduziu como agente facilitador a "Oficina de Fortalecimento do SISAN – Região Oeste de Santa Catarina, no dia 28 de agosto de 2017, em Xanxerê, com carga horária total de 08 horas.


Cristine Garcia Gabriel
Coordenadora Acadêmica


Neila Maria Viçosa Machado
Coordenadora Executiva

REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



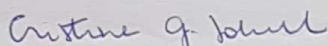
APOIO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PROJETO DE FORTALECIMENTO DO SISAN EM SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL

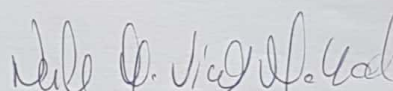
CERTIFICADO

Certificamos que **JULIANA THEODORA CUNHA DE OLIVEIRA**, CPF **081.373.976-47**, conduziu como agente facilitador a "Oficina de Fortalecimento do SISAN – Região Meio Oeste de Santa Catarina, no dia 29 de agosto de 2017, em Capinzal, com carga horária total de 08 horas.



Cristine Garcia Gabriel

Coordenadora Acadêmica



Neila Maria Viçosa Machado

Coordenadora Executiva

REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



TearSAN
Teia de Articulação pelo Fortalecimento
da Segurança Alimentar e Nutricional

APOIO



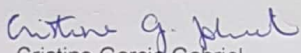
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

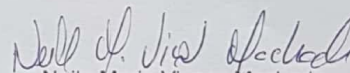
TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PROJETO DE FORTALECIMENTO DO SISAN EM SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICADO

Certificamos que **JULIANA THEODORA CUNHA DE OLIVEIRA**, CPF **081.373.976-47**, conduziu como agente facilitador a "Oficina de Fortalecimento do SISAN – Região Serrana de Santa Catarina, no dia 10 de agosto de 2017, em Lages, com carga horária total de 08 horas.


Cristine Garcia Gabriel

Coordenadora Acadêmica


Neila Maria Viçosa Machado

Coordenadora Executiva

REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



TearSAN
Teia de Articulação pelo Fortalecimento
da Segurança Alimentar e Nutricional

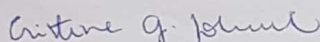
APOIO

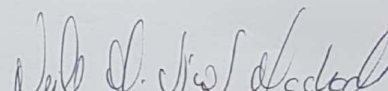


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
TEIA DE ARTICULAÇÃO PELO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PROJETO DE FORTALECIMENTO DO SISAN EM SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICADO

Certificamos que **JULIANA THEODORA CUNHA DE OLIVEIRA**, CPF **081.373.976-47**, conduziu como agente facilitador a "Oficina de Fortalecimento do SISAN – Região Norte de Santa Catarina, no dia 26 de julho de 2017, em São Bento do Sul, com carga horária total de 08 horas.


Cristine Garcia Gabriel
Coordenadora Acadêmica


Neila Maria Viçosa Machado
Coordenadora Executiva

REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



APOIO





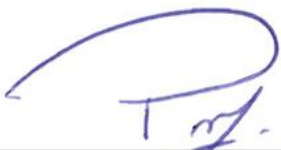
DOCUMENTO 5

Certificado

III Jornada Regional Sudeste de Eng. de Alimentos

Certificamos que **Natália de Oliveira Tenuta** participou como moderadora da mesa redonda "Alimentos industrializados: Avanço ou retrocesso" na **III Jornada Regional Sudeste da Engenharia de Alimentos**, realizada de 22 a 26 de Maio de 2017, em Diamantina - Minas Gerais - Brasil.

Realização:


Prof. Poliana M. de Souza
Presidente do ILLJEA


Prof. Giselle P. Cardoso
Vice-Presidente do ILLJEA


Prof. Franciele M. Pelissari
Coordenadora do Comitê Científico



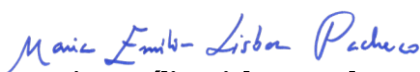


DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que **Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral** integrou a equipe de Facilitação e Relatoria da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, integralmente, no período de 2 a 6 de novembro de 2015, na cidade de Brasília – Distrito Federal. O período de treinamento metodológico e a participação na Conferência perfizeram um total de 40 horas de dedicação.

A 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional teve como objetivo geral construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável, previsto no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, e promover a soberania e segurança alimentar e nutricional por meio da implementação do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas três esferas de governo. A equipe de facilitação e relatoria foi de fundamental importância para garantir a efetiva participação dos delegados e convidados nos trabalhos em grupo e a sistematização dos resultados.

Brasília, 12 de novembro de 2015.


Maria Emília Lisboa Pacheco
Presidenta do CONSEA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **NOTRIÁ CONSULTORIA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 55.597.158/0001-82**, com sede na **Rua das Mangueiras, nº 271, bairro Vista da Serra, Diamantina/MG, CEP 39100-000**, prestou e vem prestando serviços técnicos especializados ao **INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME**, inscrito no **CNPJ nº 49.893.017/0001-04**, com sede na **Rua Rebouças, nº 3506, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05402-600**, no período de **novembro de 2024 até o presente momento**.

No âmbito desta contratação, a empresa executa atividades técnicas relacionadas à **gestão de projetos de pesquisa, produção de conhecimento técnico e assessoramento em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**, incluindo, entre outras, as seguintes ações:

Gestão de projetos de pesquisa

- Gestão técnica do **Projeto CEASAS**, realizado com Centrais de Abastecimento e Bancos de Alimentos vinculados em **9 estados do Brasil (Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Pará)**.
- Planejamento, coordenação e acompanhamento de atividades de pesquisa, coleta de dados e sistematização de informações.

Produção de instrumentos metodológicos de pesquisa

- Elaboração de **matriz avaliativa para Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento**, com metodologia padronizada para coleta e análise de dados.

Planejamento, coleta e sistematização de dados

- Desenvolvimento e condução de pesquisa com **permissionários da Central de Abastecimento do Estado de Minas Gerais (Unidade Prodal)**.

Produção de materiais técnicos

- Elaboração de **9 catálogos executivos** contendo objetivos do projeto, metodologia, dados coletados, diagnóstico e recomendações técnicas.
- Produção de **Policy Brief – “Como alcançar os gestores municipais”**.

Produção de guias técnicos

- Assessoramento técnico e produção do **Guia Ceasa Desperdício Zero: Boas práticas para redução de perdas e desperdício de alimentos em Centrais de Abastecimento**, nas versões executiva e técnica, incluindo revisão bibliográfica, análise de dados, sistematização de visitas técnicas realizadas em experiências exitosas e elaboração de conteúdo técnico (ISBN 978-65-979309-0-6).

Produção científica

- Desenvolvimento do artigo científico “**Centrais de Abastecimento como arranjos de governança: modelo desperdício zero**”, atualmente em processo de revisão pela revista **GV Executiva (ISSN 2965-0747)**.

Organização de eventos e formações

- **Organização e realização de workshops com equipes de gestão e administração de Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento, incluindo eventos realizados nas unidades Prodal (Minas Gerais) e Mais Nutrição (Ceará).**
- Realização de **formações online e presenciais sobre Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional**, incluindo Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Centrais de Abastecimento.
- Realização de formação presencial no **Encontro Estadual do SISOAN Ceará**.

Gestão e acompanhamento técnico

- Realização de reuniões técnicas para gerenciamento de equipes, acompanhamento das atividades e monitoramento das ações desenvolvidas no **Projeto CEASAS**.

Consultoria e assessoramento técnico

- Apoio técnico no desenvolvimento de **plantas arquitetônicas para adequação ou implantação de Bancos de Alimentos**, incluindo a unidade da **CEAGESP (São Paulo)**.
- Apoio técnico para elaboração de **propostas ao Edital de Modernização de Bancos de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS)**.



- Consultoria técnica para formação da **Rede Cearense de Bancos de Alimentos - RECEBA**, incluindo revisão de documentos técnicos, elaboração de relatórios e pareceres e organização de reuniões e eventos institucionais.

Declaramos que os serviços vêm sendo executados **com elevado padrão técnico, responsabilidade e cumprimento das obrigações pactuadas**, demonstrando capacidade técnica para a execução de serviços de natureza similar.

Não havendo nada que desabone sua conduta técnica e profissional, **atestamos a capacidade técnica da empresa para execução de serviços equivalentes**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

São Paulo, 09 de Março de 2026

Assinatura do representante legal

Nome: JULIANA ARIDA SANTOS

CPF: 427.798.138-06

Cargo: Coordenadora Sênior de Projetos

INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME

CNPJ: 49.893.017/0001-04

Endereço: Rua Rebouças, 3506 – Pinheiros – São Paulo/SP – CEP 05402-600

Audit trail

Details

FILE NAME PCF_Notriá - 09/03/2026, 09:41

STATUS ● Signed

STATUS TIMESTAMP 2026/03/09
12:42:44 UTC

Activity



SENT

juliana.arida@pactocontrafome.org **sent** a signature request to:
• Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org) 2026/03/09
12:41:51 UTC



SIGNED

Signed by Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org) 2026/03/09
12:42:44 UTC



COMPLETED

This document has been signed by all signers and is **complete** 2026/03/09
12:42:44 UTC

The email address indicated above for each signer may be associated with a Google account, and may either be the primary email address or secondary email address associated with that account.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **NOTRIÁ CONSULTORIA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 55.597.158/0001-82**, com sede na **Rua das Mangueiras, nº 271, bairro Vista da Serra, Diamantina/MG, CEP 39100-000**, prestou e vem prestando serviços técnicos especializados ao **INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME**, inscrito no **CNPJ nº 49.893.017/0001-04**, com sede na **Rua Rebouças, nº 3506, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05402-600**, no período de **novembro de 2024 até o presente momento**.

No âmbito desta contratação, a empresa executa atividades técnicas relacionadas à **gestão de projetos de pesquisa, produção de conhecimento técnico e assessoramento em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**, incluindo, entre outras, as seguintes ações:

Gestão de projetos de pesquisa

- Gestão técnica do **Projeto CEASAS**, realizado com Centrais de Abastecimento e Bancos de Alimentos vinculados em **9 estados do Brasil (Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Pará)**.
- Planejamento, coordenação e acompanhamento de atividades de pesquisa, coleta de dados e sistematização de informações.

Produção de instrumentos metodológicos de pesquisa

- Elaboração de **matriz avaliativa para Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento**, com metodologia padronizada para coleta e análise de dados.

Planejamento, coleta e sistematização de dados

- Desenvolvimento e condução de pesquisa com **permissionários da Central de Abastecimento do Estado de Minas Gerais (Unidade Prodal)**.

Produção de materiais técnicos

- Elaboração de **9 catálogos executivos** contendo objetivos do projeto, metodologia, dados coletados, diagnóstico e recomendações técnicas.
- Produção de **Policy Brief – “Como alcançar os gestores municipais”**.

Produção de guias técnicos

- Assessoramento técnico e produção do **Guia Ceasa Desperdício Zero: Boas práticas para redução de perdas e desperdício de alimentos em Centrais de Abastecimento**, nas versões executiva e técnica, incluindo revisão bibliográfica, análise de dados, sistematização de visitas técnicas realizadas em experiências exitosas e elaboração de conteúdo técnico (ISBN 978-65-979309-0-6).

Produção científica

- Desenvolvimento do artigo científico “**Centrais de Abastecimento como arranjos de governança: modelo desperdício zero**”, atualmente em processo de revisão pela revista **GV Executiva (ISSN 2965-0747)**.

Organização de eventos e formações

- **Organização e realização de workshops com equipes de gestão e administração de Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento, incluindo eventos realizados nas unidades Prodal (Minas Gerais) e Mais Nutrição (Ceará).**
- Realização de **formações online e presenciais sobre Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional**, incluindo Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Centrais de Abastecimento.
- Realização de formação presencial no **Encontro Estadual do SISOAN Ceará**.

Gestão e acompanhamento técnico

- Realização de reuniões técnicas para gerenciamento de equipes, acompanhamento das atividades e monitoramento das ações desenvolvidas no **Projeto CEASAS**.

Consultoria e assessoramento técnico

- Apoio técnico no desenvolvimento de **plantas arquitetônicas para adequação ou implantação de Bancos de Alimentos**, incluindo a unidade da **CEAGESP (São Paulo)**.
- Apoio técnico para elaboração de **propostas ao Edital de Modernização de Bancos de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS)**.



- Consultoria técnica para formação da **Rede Cearense de Bancos de Alimentos - RECEBA**, incluindo revisão de documentos técnicos, elaboração de relatórios e pareceres e organização de reuniões e eventos institucionais.

Declaramos que os serviços vêm sendo executados **com elevado padrão técnico, responsabilidade e cumprimento das obrigações pactuadas**, demonstrando capacidade técnica para a execução de serviços de natureza similar.

Não havendo nada que desabone sua conduta técnica e profissional, **atestamos a capacidade técnica da empresa para execução de serviços equivalentes**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

São Paulo, 09 de Março de 2026

Assinatura do representante legal

Nome: JULIANA ARIDA SANTOS

CPF: 427.798.138-06

Cargo: Coordenadora Sênior de Projetos

INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME

CNPJ: 49.893.017/0001-04

Endereço: Rua Rebouças, 3506 – Pinheiros – São Paulo/SP – CEP 05402-600

Audit trail

Details

FILE NAME PCF_Notriá - 09/03/2026, 09:41

STATUS ● Signed

STATUS TIMESTAMP 2026/03/09
12:42:44 UTC

Activity



SENT

juliana.arida@pactocontrafome.org **sent** a signature request to:
• Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org)

2026/03/09
12:41:51 UTC



SIGNED

Signed by Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org)

2026/03/09
12:42:44 UTC



COMPLETED

This document has been signed by all signers and is **complete**

2026/03/09
12:42:44 UTC

The email address indicated above for each signer may be associated with a Google account, and may either be the primary email address or secondary email address associated with that account.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **NOTRIÁ CONSULTORIA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 55.597.158/0001-82**, com sede na **Rua das Mangueiras, nº 271, bairro Vista da Serra, Diamantina/MG, CEP 39100-000**, prestou e vem prestando serviços técnicos especializados ao **INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME**, inscrito no **CNPJ nº 49.893.017/0001-04**, com sede na **Rua Rebouças, nº 3506, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05402-600**, no período de **novembro de 2024 até o presente momento**.

No âmbito desta contratação, a empresa executa atividades técnicas relacionadas à **gestão de projetos de pesquisa, produção de conhecimento técnico e assessoramento em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**, incluindo, entre outras, as seguintes ações:

Gestão de projetos de pesquisa

- Gestão técnica do **Projeto CEASAS**, realizado com Centrais de Abastecimento e Bancos de Alimentos vinculados em **9 estados do Brasil (Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Pará)**.
- Planejamento, coordenação e acompanhamento de atividades de pesquisa, coleta de dados e sistematização de informações.

Produção de instrumentos metodológicos de pesquisa

- Elaboração de **matriz avaliativa para Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento**, com metodologia padronizada para coleta e análise de dados.

Planejamento, coleta e sistematização de dados

- Desenvolvimento e condução de pesquisa com **permissionários da Central de Abastecimento do Estado de Minas Gerais (Unidade Prodal)**.

Produção de materiais técnicos

- Elaboração de **9 catálogos executivos** contendo objetivos do projeto, metodologia, dados coletados, diagnóstico e recomendações técnicas.
- Produção de **Policy Brief – “Como alcançar os gestores municipais”**.

Produção de guias técnicos

- Assessoramento técnico e produção do **Guia Ceasa Desperdício Zero: Boas práticas para redução de perdas e desperdício de alimentos em Centrais de Abastecimento**, nas versões executiva e técnica, incluindo revisão bibliográfica, análise de dados, sistematização de visitas técnicas realizadas em experiências exitosas e elaboração de conteúdo técnico (ISBN 978-65-979309-0-6).

Produção científica

- Desenvolvimento do artigo científico “**Centrais de Abastecimento como arranjos de governança: modelo desperdício zero**”, atualmente em processo de revisão pela revista **GV Executiva (ISSN 2965-0747)**.

Organização de eventos e formações

- **Organização e realização de workshops com equipes de gestão e administração de Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento, incluindo eventos realizados nas unidades Prodal (Minas Gerais) e Mais Nutrição (Ceará).**
- Realização de **formações online e presenciais sobre Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional**, incluindo Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Centrais de Abastecimento.
- Realização de formação presencial no **Encontro Estadual do SISOAN Ceará**.

Gestão e acompanhamento técnico

- Realização de reuniões técnicas para gerenciamento de equipes, acompanhamento das atividades e monitoramento das ações desenvolvidas no **Projeto CEASAS**.

Consultoria e assessoramento técnico

- Apoio técnico no desenvolvimento de **plantas arquitetônicas para adequação ou implantação de Bancos de Alimentos**, incluindo a unidade da **CEAGESP (São Paulo)**.
- Apoio técnico para elaboração de **propostas ao Edital de Modernização de Bancos de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS)**.



- Consultoria técnica para formação da **Rede Cearense de Bancos de Alimentos - RECEBA**, incluindo revisão de documentos técnicos, elaboração de relatórios e pareceres e organização de reuniões e eventos institucionais.

Declaramos que os serviços vêm sendo executados **com elevado padrão técnico, responsabilidade e cumprimento das obrigações pactuadas**, demonstrando capacidade técnica para a execução de serviços de natureza similar.

Não havendo nada que desabone sua conduta técnica e profissional, **atestamos a capacidade técnica da empresa para execução de serviços equivalentes**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

São Paulo, 09 de Março de 2026

Assinatura do representante legal

Nome: JULIANA ARIDA SANTOS

CPF: 427.798.138-06

Cargo: Coordenadora Sênior de Projetos

INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME

CNPJ: 49.893.017/0001-04

Endereço: Rua Rebouças, 3506 – Pinheiros – São Paulo/SP – CEP 05402-600

Audit trail

Details

FILE NAME PCF_Notriá - 09/03/2026, 09:41

STATUS ● Signed

STATUS TIMESTAMP 2026/03/09
12:42:44 UTC

Activity



SENT

juliana.arida@pactocontrafome.org **sent** a signature request to:
• Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org)

2026/03/09
12:41:51 UTC



SIGNED

Signed by Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org)

2026/03/09
12:42:44 UTC



COMPLETED

This document has been signed by all signers and is **complete**

2026/03/09
12:42:44 UTC

The email address indicated above for each signer may be associated with a Google account, and may either be the primary email address or secondary email address associated with that account.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **NOTRIÁ CONSULTORIA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 55.597.158/0001-82**, com sede na **Rua das Mangueiras, nº 271, bairro Vista da Serra, Diamantina/MG, CEP 39100-000**, prestou e vem prestando serviços técnicos especializados ao **INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME**, inscrito no **CNPJ nº 49.893.017/0001-04**, com sede na **Rua Rebouças, nº 3506, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05402-600**, no período de **novembro de 2024 até o presente momento**.

No âmbito desta contratação, a empresa executa atividades técnicas relacionadas à **gestão de projetos de pesquisa, produção de conhecimento técnico e assessoramento em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**, incluindo, entre outras, as seguintes ações:

Gestão de projetos de pesquisa

- Gestão técnica do **Projeto CEASAS**, realizado com Centrais de Abastecimento e Bancos de Alimentos vinculados em **9 estados do Brasil (Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Pará)**.
- Planejamento, coordenação e acompanhamento de atividades de pesquisa, coleta de dados e sistematização de informações.

Produção de instrumentos metodológicos de pesquisa

- Elaboração de **matriz avaliativa para Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento**, com metodologia padronizada para coleta e análise de dados.

Planejamento, coleta e sistematização de dados

- Desenvolvimento e condução de pesquisa com **permissionários da Central de Abastecimento do Estado de Minas Gerais (Unidade Prodal)**.

Produção de materiais técnicos

- Elaboração de **9 catálogos executivos** contendo objetivos do projeto, metodologia, dados coletados, diagnóstico e recomendações técnicas.
- Produção de **Policy Brief – “Como alcançar os gestores municipais”**.

Produção de guias técnicos

- Assessoramento técnico e produção do **Guia Ceasa Desperdício Zero: Boas práticas para redução de perdas e desperdício de alimentos em Centrais de Abastecimento**, nas versões executiva e técnica, incluindo revisão bibliográfica, análise de dados, sistematização de visitas técnicas realizadas em experiências exitosas e elaboração de conteúdo técnico (ISBN 978-65-979309-0-6).

Produção científica

- Desenvolvimento do artigo científico “**Centrais de Abastecimento como arranjos de governança: modelo desperdício zero**”, atualmente em processo de revisão pela revista **GV Executiva (ISSN 2965-0747)**.

Organização de eventos e formações

- Organização e realização de **workshops com equipes de gestão e administração de Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento**, incluindo eventos realizados nas unidades **Prodal (Minas Gerais)** e **Mais Nutrição (Ceará)**.
- Realização de **formações online e presenciais sobre Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional**, incluindo Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Centrais de Abastecimento.
- Realização de formação presencial no **Encontro Estadual do SISOAN Ceará**.

Gestão e acompanhamento técnico

- **Realização de reuniões técnicas para gerenciamento de equipes, acompanhamento das atividades e monitoramento das ações desenvolvidas no Projeto CEASAS.**

Consultoria e assessoramento técnico

- Apoio técnico no desenvolvimento de **plantas arquitetônicas para adequação ou implantação de Bancos de Alimentos**, incluindo a unidade da **CEAGESP (São Paulo)**.
- Apoio técnico para elaboração de **propostas ao Edital de Modernização de Bancos de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS)**.



- Consultoria técnica para formação da **Rede Cearense de Bancos de Alimentos - RECEBA**, incluindo revisão de documentos técnicos, elaboração de relatórios e pareceres e organização de reuniões e eventos institucionais.

Declaramos que os serviços vêm sendo executados **com elevado padrão técnico, responsabilidade e cumprimento das obrigações pactuadas**, demonstrando capacidade técnica para a execução de serviços de natureza similar.

Não havendo nada que desabone sua conduta técnica e profissional, **atestamos a capacidade técnica da empresa para execução de serviços equivalentes**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

São Paulo, 09 de Março de 2026

Assinatura do representante legal

Nome: JULIANA ARIDA SANTOS

CPF: 427.798.138-06

Cargo: Coordenadora Sênior de Projetos

INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME

CNPJ: 49.893.017/0001-04

Endereço: Rua Rebouças, 3506 – Pinheiros – São Paulo/SP – CEP 05402-600

Audit trail

Details

FILE NAME PCF_Notriá - 09/03/2026, 09:41

STATUS ● Signed

STATUS TIMESTAMP 2026/03/09
12:42:44 UTC

Activity



SENT

juliana.arida@pactocontrafome.org **sent** a signature request to:
• Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org)

2026/03/09
12:41:51 UTC



SIGNED

Signed by Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org)

2026/03/09
12:42:44 UTC



COMPLETED

This document has been signed by all signers and is **complete**

2026/03/09
12:42:44 UTC

The email address indicated above for each signer may be associated with a Google account, and may either be the primary email address or secondary email address associated with that account.

Palestras, cursos e minicursos ministrados de forma presencial ou à distância (0,2 ponto por evento)



DOCUMENTO 1



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Recredenciada pela Portaria Ministerial nº 1426 de 07/10/2011, D.O.U. de 10/10/2011
São Leopoldo - Rio Grande do Sul - Brasil

CERTIFICADO

Concedemos a NATALIA TENUTA, este certificado de **Palestrante** no evento

Semana Acadêmica do Curso de Nutrição 2023

Nível: Extensão Universitária

Promoção: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos
Diretório Acadêmico de Nutrição - CAJOCA, Escola de Saúde e Curso de Nutrição

Realização: 28 de agosto de 2023 a 31 de agosto de 2023.

Duração: 1h

São Leopoldo, 4 de outubro de 2023.

Maricéia Machry
Coordenadora de Registros



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DIGITAL

A Faculdade de Saúde Pública
certifica que

Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral



participou do 8º Webinar FSP/USP: Insegurança alimentar e nutricional em tempos de COVID-19: desafios e estratégias emergentes, realizado em 05 de maio de 2020, com carga horária de 2 horas.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que **Natália Tenuta Kuchenbecker do Amaral** ministrou a palestra intitulada: ***“Banco de alimentos: Uma estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos e de garantia da segurança alimentar e nutricional?”***, com duração de 2h no dia 10/12/2020 como parte da disciplina obrigatória do Programa de Pós-graduação em Nutrição *Seminários Josué de Castro (INW 701)*.

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2020

A handwritten signature in blue ink that reads "Eliane Rosado".

Eliane Rosado
Profª responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO BÁSICA E EXPERIMENTAL

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que **Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral** ministrou a palestra intitulada “**Banco de alimentos: Uma estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos e de garantia da segurança alimentar e nutricional**” com carga horária de 3 horas no dia 04/12/2020 como parte do programa do Estágio Supervisionado em Ciência de Alimentos, do curso de graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2020

Assinatura manuscrita em tinta azul de Ellen Cristina Quirino Lacerda.

Ellen Cristina Quirino Lacerda
Profª Adjunto – DNBE/INJC
Coordenadora do Estágio

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **NOTRIÁ CONSULTORIA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 55.597.158/0001-82**, com sede na **Rua das Mangueiras, nº 271, bairro Vista da Serra, Diamantina/MG, CEP 39100-000**, prestou e vem prestando serviços técnicos especializados ao **INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME**, inscrito no **CNPJ nº 49.893.017/0001-04**, com sede na **Rua Rebouças, nº 3506, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05402-600**, no período de **novembro de 2024 até o presente momento**.

No âmbito desta contratação, a empresa executa atividades técnicas relacionadas à **gestão de projetos de pesquisa, produção de conhecimento técnico e assessoramento em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**, incluindo, entre outras, as seguintes ações:

Gestão de projetos de pesquisa

- Gestão técnica do **Projeto CEASAS**, realizado com Centrais de Abastecimento e Bancos de Alimentos vinculados em **9 estados do Brasil (Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Pará)**.
- Planejamento, coordenação e acompanhamento de atividades de pesquisa, coleta de dados e sistematização de informações.

Produção de instrumentos metodológicos de pesquisa

- Elaboração de **matriz avaliativa para Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento**, com metodologia padronizada para coleta e análise de dados.

Planejamento, coleta e sistematização de dados

- Desenvolvimento e condução de pesquisa com **permissionários da Central de Abastecimento do Estado de Minas Gerais (Unidade Prodal)**.

Produção de materiais técnicos

- Elaboração de **9 catálogos executivos** contendo objetivos do projeto, metodologia, dados coletados, diagnóstico e recomendações técnicas.
- Produção de **Policy Brief – “Como alcançar os gestores municipais”**.

Produção de guias técnicos

- Assessoramento técnico e produção do **Guia Ceasa Desperdício Zero: Boas práticas para redução de perdas e desperdício de alimentos em Centrais de Abastecimento**, nas versões executiva e técnica, incluindo revisão bibliográfica, análise de dados, sistematização de visitas técnicas realizadas em experiências exitosas e elaboração de conteúdo técnico (ISBN 978-65-979309-0-6).

Produção científica

- Desenvolvimento do artigo científico “**Centrais de Abastecimento como arranjos de governança: modelo desperdício zero**”, atualmente em processo de revisão pela revista **GV Executiva (ISSN 2965-0747)**.

Organização de eventos e formações

- Organização e realização de **workshops com equipes de gestão e administração de Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento**, incluindo eventos realizados nas unidades **Prodal (Minas Gerais)** e **Mais Nutrição (Ceará)**.
- Realização de **formações online e presenciais sobre Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional**, incluindo Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Centrais de Abastecimento.
- Realização de formação presencial no **Encontro Estadual do SISOAN Ceará**.

Gestão e acompanhamento técnico

- Realização de reuniões técnicas para gerenciamento de equipes, acompanhamento das atividades e monitoramento das ações desenvolvidas no **Projeto CEASAS**.

Consultoria e assessoramento técnico

- Apoio técnico no desenvolvimento de **plantas arquitetônicas para adequação ou implantação de Bancos de Alimentos**, incluindo a unidade da **CEAGESP (São Paulo)**.
- Apoio técnico para elaboração de **propostas ao Edital de Modernização de Bancos de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS)**.



- Consultoria técnica para formação da **Rede Cearense de Bancos de Alimentos - RECEBA**, incluindo revisão de documentos técnicos, elaboração de relatórios e pareceres e organização de reuniões e eventos institucionais.

Declaramos que os serviços vêm sendo executados **com elevado padrão técnico, responsabilidade e cumprimento das obrigações pactuadas**, demonstrando capacidade técnica para a execução de serviços de natureza similar.

Não havendo nada que desabone sua conduta técnica e profissional, **atestamos a capacidade técnica da empresa para execução de serviços equivalentes**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

São Paulo, 09 de Março de 2026

Assinatura do representante legal

Nome: JULIANA ARIDA SANTOS

CPF: 427.798.138-06

Cargo: Coordenadora Sênior de Projetos

INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME

CNPJ: 49.893.017/0001-04

Endereço: Rua Rebouças, 3506 – Pinheiros – São Paulo/SP – CEP 05402-600

Audit trail

Details

FILE NAME PCF_Notriá - 09/03/2026, 09:41

STATUS ● Signed

STATUS TIMESTAMP 2026/03/09
12:42:44 UTC

Activity



SENT

juliana.arida@pactocontrafome.org **sent** a signature request to:
• Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org) 2026/03/09
12:41:51 UTC



SIGNED

Signed by Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org) 2026/03/09
12:42:44 UTC



COMPLETED

This document has been signed by all signers and is **complete** 2026/03/09
12:42:44 UTC

The email address indicated above for each signer may be associated with a Google account, and may either be the primary email address or secondary email address associated with that account.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **NOTRIÁ CONSULTORIA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 55.597.158/0001-82**, com sede na **Rua das Mangueiras, nº 271, bairro Vista da Serra, Diamantina/MG, CEP 39100-000**, prestou e vem prestando serviços técnicos especializados ao **INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME**, inscrito no **CNPJ nº 49.893.017/0001-04**, com sede na **Rua Rebouças, nº 3506, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05402-600**, no período de **novembro de 2024 até o presente momento**.

No âmbito desta contratação, a empresa executa atividades técnicas relacionadas à **gestão de projetos de pesquisa, produção de conhecimento técnico e assessoramento em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**, incluindo, entre outras, as seguintes ações:

Gestão de projetos de pesquisa

- Gestão técnica do **Projeto CEASAS**, realizado com Centrais de Abastecimento e Bancos de Alimentos vinculados em **9 estados do Brasil (Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Pará)**.
- Planejamento, coordenação e acompanhamento de atividades de pesquisa, coleta de dados e sistematização de informações.

Produção de instrumentos metodológicos de pesquisa

- Elaboração de **matriz avaliativa para Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento**, com metodologia padronizada para coleta e análise de dados.

Planejamento, coleta e sistematização de dados

- Desenvolvimento e condução de pesquisa com **permissionários da Central de Abastecimento do Estado de Minas Gerais (Unidade Prodal)**.

Produção de materiais técnicos

- Elaboração de **9 catálogos executivos** contendo objetivos do projeto, metodologia, dados coletados, diagnóstico e recomendações técnicas.
- Produção de **Policy Brief – “Como alcançar os gestores municipais”**.

Produção de guias técnicos

- Assessoramento técnico e produção do **Guia Ceasa Desperdício Zero: Boas práticas para redução de perdas e desperdício de alimentos em Centrais de Abastecimento**, nas versões executiva e técnica, incluindo revisão bibliográfica, análise de dados, sistematização de visitas técnicas realizadas em experiências exitosas e elaboração de conteúdo técnico (ISBN 978-65-979309-0-6).

Produção científica

- Desenvolvimento do artigo científico “**Centrais de Abastecimento como arranjos de governança: modelo desperdício zero**”, atualmente em processo de revisão pela revista **GV Executiva (ISSN 2965-0747)**.

Organização de eventos e formações

- Organização e realização de **workshops com equipes de gestão e administração de Bancos de Alimentos e Centrais de Abastecimento**, incluindo eventos realizados nas unidades **Prodal (Minas Gerais)** e **Mais Nutrição (Ceará)**.
- **Realização de formações online e presenciais sobre Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional**, incluindo Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Centrais de Abastecimento.
- Realização de formação presencial no **Encontro Estadual do SISOAN Ceará**.

Gestão e acompanhamento técnico

- Realização de reuniões técnicas para gerenciamento de equipes, acompanhamento das atividades e monitoramento das ações desenvolvidas no **Projeto CEASAS**.

Consultoria e assessoramento técnico

- Apoio técnico no desenvolvimento de **plantas arquitetônicas para adequação ou implantação de Bancos de Alimentos**, incluindo a unidade da **CEAGESP (São Paulo)**.
- Apoio técnico para elaboração de **propostas ao Edital de Modernização de Bancos de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS)**.



- Consultoria técnica para formação da **Rede Cearense de Bancos de Alimentos - RECEBA**, incluindo revisão de documentos técnicos, elaboração de relatórios e pareceres e organização de reuniões e eventos institucionais.

Declaramos que os serviços vêm sendo executados **com elevado padrão técnico, responsabilidade e cumprimento das obrigações pactuadas**, demonstrando capacidade técnica para a execução de serviços de natureza similar.

Não havendo nada que desabone sua conduta técnica e profissional, **atestamos a capacidade técnica da empresa para execução de serviços equivalentes**.

Por ser verdade, firmamos o presente.

São Paulo, 09 de Março de 2026

Assinatura do representante legal

Nome: JULIANA ARIDA SANTOS

CPF: 427.798.138-06

Cargo: Coordenadora Sênior de Projetos

INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME

CNPJ: 49.893.017/0001-04

Endereço: Rua Rebouças, 3506 – Pinheiros – São Paulo/SP – CEP 05402-600

Audit trail

Details

FILE NAME PCF_Notriá - 09/03/2026, 09:41

STATUS ● Signed

STATUS TIMESTAMP 2026/03/09
12:42:44 UTC

Activity



SENT

juliana.arida@pactocontrafome.org **sent** a signature request to:
• Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org)

2026/03/09
12:41:51 UTC



SIGNED

Signed by Juliana Arida (juliana.arida@pactocontrafome.org)

2026/03/09
12:42:44 UTC



COMPLETED

This document has been signed by all signers and is **complete**

2026/03/09
12:42:44 UTC

The email address indicated above for each signer may be associated with a Google account, and may either be the primary email address or secondary email address associated with that account.

Chave de Acesso da NFS-e

3121605225559715800018200000000001826024228421379

DOCUMENTO 7



A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

Número da NFS-e
18Competência da NFS-e
01/02/2026Data e Hora da emissão da NFS-e
20/02/2026 19:09:41Número da DPS
7Série da DPS
70000Data e Hora da emissão da DPS
20/02/2026 19:09:41

EMITENTE DA NFS-e

Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF

55.597.158/0001-82

Inscrição Municipal

16549

Telefone

(31) 9233-0826

Nome / Nome Empresarial

NOTRIA CONSULTORIA LTDA

E-mail

nataliatenuta@gmail.com

Endereço

DAS MANGUEIRAS, 271, VISTA DA SERRA

Município

Diamantina - MG

CEP

39100-000

Simples Nacional na Data de Competência

Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)

Regime de Apuração Tributária pelo SN

Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF

08.178.616/0002-40

Inscrição Municipal

-

Telefone

-

Nome / Nome Empresarial

MGN CONSULTORIA LTDA.

E-mail

-

Endereço

CAMPO GRANDE, 449, VILA HAMBURGUESA

Município

São Paulo - SP

CEP

05302-051

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional

17.01.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não conti...

Código de Tributação Municipal

002 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não conti...

Local da Prestação

Diamantina - MG

País da Prestação

-

Descrição do Serviço

Treinamento e Palestra sobre Sistemas Alimentares e

Palestra sobre Bancos de Alimentos R\$

Despesas de viagem

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN

Operação Tributável

País Resultado da Prestação do Serviço

-

Município de Incidência do ISSQN

Diamantina - MG

Regime Especial de Tributação

Nenhum

Tipo de Imunidade

-

Suspensão da Exigibilidade do ISSQN

Não

Número Processo Suspensão

-

Benefício Municipal

-

Valor do Serviço

R\$ 7.639,62

Desconto Incondicionado

-

Total Deduções/Reduções

-

Cálculo do BM

-

BC ISSQN

-

Alíquota Aplicada

-

Retenção do ISSQN

Não Retido

ISSQN Apurado

-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF

-

Contribuição Previdenciária - Retida

-

Contribuições Sociais - Retidas

-

Descrição Contrib. Sociais - Retidas

-

PIS - Débito Apuração Própria

-

COFINS - Débito Apuração Própria

-

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço

R\$ 7.639,62

Desconto Condicionado

-

Desconto Incondicionado

-

ISSQN Retido

-

Total das Retenções Federais

-

PIS/COFINS - Débito Apur. Própria

-

Valor Líquido da NFS-e

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais

-

Estaduais

-

Municipais

-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 114011900

DOCUMENTO 8



A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

Chave de Acesso da NFS-e

3121605225559715800018200000000001826024228421379

Número da NFS-e
18Competência da NFS-e
01/02/2026Data e Hora da emissão da NFS-e
20/02/2026 19:09:41Número da DPS
7Série da DPS
70000Data e Hora da emissão da DPS
20/02/2026 19:09:41

EMITENTE DA NFS-e

Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF

55.597.158/0001-82

Inscrição Municipal

16549

Telefone

(31) 9233-0826

Nome / Nome Empresarial

NOTRIA CONSULTORIA LTDA

E-mail

nataliatenuta@gmail.com

Endereço

DAS MANGUEIRAS, 271, VISTA DA SERRA

Município

Diamantina - MG

CEP

39100-000

Simples Nacional na Data de Competência

Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)

Regime de Apuração Tributária pelo SN

Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF

08.178.616/0002-40

Inscrição Municipal

-

Telefone

-

Nome / Nome Empresarial

MGN CONSULTORIA LTDA.

E-mail

-

Endereço

CAMPO GRANDE, 449, VILA HAMBURGUESA

Município

São Paulo - SP

CEP

05302-051

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional

17.01.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não conti...

Código de Tributação Municipal

002 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não conti...

Local da Prestação

Diamantina - MG

País da Prestação

-

Descrição do Serviço

Treinamento e Palestra sobre Sistemas Alimentares e

Palestra sobre Bancos de Alimentos R\$

Despesas de viagem R\$

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN

Operação Tributável

País Resultado da Prestação do Serviço

-

Município de Incidência do ISSQN

Diamantina - MG

Regime Especial de Tributação

Nenhum

Tipo de Imunidade

-

Suspensão da Exigibilidade do ISSQN

Não

Número Processo Suspensão

-

Benefício Municipal

-

Valor do Serviço

R\$ 7.639,62

Desconto Incondicionado

-

Total Deduções/Reduções

-

Cálculo do BM

-

BC ISSQN

-

Alíquota Aplicada

-

Retenção do ISSQN

Não Retido

ISSQN Apurado

-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF

-

Contribuição Previdenciária - Retida

-

Contribuições Sociais - Retidas

-

Descrição Contrib. Sociais - Retidas

-

PIS - Débito Apuração Própria

-

COFINS - Débito Apuração Própria

-

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço

R\$ 7.639,62

Desconto Condicionado

-

Desconto Incondicionado

-

ISSQN Retido

-

Total das Retenções Federais

-

PIS/COFINS - Débito Apur. Própria

-

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais

-

Estaduais

-

Municipais

-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 114011900



**Prefeitura Municipal de
Diamantina
Secretaria Municipal de Fazenda**

**Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Competência: 11/2025**

Número da NFS-e
202500000000014

Código Autenticidade
XvB7e3AW

Data/Hora de Emissão
17/11/2025 11:07:19

Prestador de Serviços

Razão Social: NOTRIA CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 55.597.158/0001-82 - Inscrição Municipal: 16549 - Inscrição Estadual:

E-mail: nataliatenuta@gmail.com

Endereço: Rua DAS MANGUEIRAS, 271, VISTA DA SERRA - Diamantina - MG - CEP: 39.100-000

Tomador de Serviços

Razão Social: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO SESC AR ES

CNPJ: 05.305.785/0014-49 - Inscrição Municipal: - Inscrição Estadual:

E-mail: mesabrasil@es.sesc.com.br

Endereço: Rua São Jorge, 100, Vila Capixaba - Cariacica - ES - CEP: 29.148-104

Discriminação dos Serviços

Consultoria, treinamento e participação em Seminário.

Valor Total dos Serviços: R\$ 4.220,00

Código do CNAE - Código e Descrição do Item Lista de Serviço

8599/6-04 - 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza

Retenções de Impostos (R\$)	PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
Valor Deduções 0,00	Desconto Incondicionado 0,00	Desconto Condicionado 0,00	Outras Retenções 0,00	ISSQN Retido 0,00	
CÁLCULO DO ISSQN	Valor Serviços 4.220,00	Total Deduções * 0,00	Base de Cálculo 4.220,00	Alíquota (%) 5,00	ISSQN 211,00

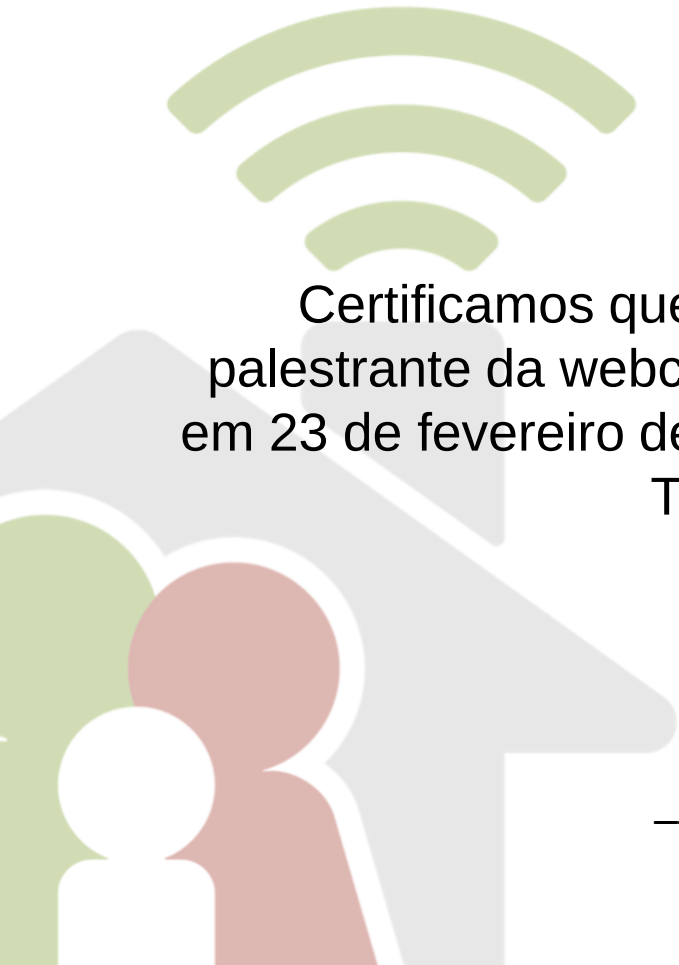
* Total Deduções = (Valor Deduções + Desconto Incondicionado)

VALOR LÍQUIDO DA NOTA: R\$ 4.220,00

Outras Informações

- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica instituída pelo Decreto nº 437 de 16 de Dezembro de 2014 (para todas as notas emitidas).
- Data de vencimento do ISSQN desta Nfs-e 22/12/2025 (conforme estabelecido pela RFB).
- Exigibilidade ISSQN: Exigível - Local da prestação do serviço: Diamantina - MG - Local da incidência do ISSQN: Diamantina - MG.
- Cumprimento a Lei Federal 12.741/12 e Decreto 8.264/14 (Lei da Transparência Fiscal). Valores aproximados dos tributos - Federais: R\$567,59 (13,45%); Estaduais: R\$0,00 (0,00%); Municipais: R\$211,00 (5,00%) - Fonte: IBPT - Versão: 17.1.A - Chave: W7m9E1.
- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo simples nacional (alíquota: 5,00%).
- Prestador com regime de recolhimento: Variável e regime especial de tributação: Não se enquadra.

Informações Complementares do Prestador de Serviços



CERTIFICADO

Certificamos que **Juliana Theodora Cunha de Oliveira** participou na qualidade de palestrante da webconferência “**A fome voltou: o que fazer nos municípios?**”, realizada em 23 de fevereiro de 2022, às 15 horas, através da plataforma de Tele-Educação do Núcleo Telessaúde UFSC, com carga horária total de 1 hora.



Josimari Telino de Lacerda
Coordenadora Tele-Educação
Telessaúde UFSC

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2022



Seleção Pública Fundecc <selecao@fundecc.org.br>

Re: SELEÇÃO PÚBLICA Nº 09/2026 – Interposição de Recurso - Notriá Consultoria – Avaliação Técnica

1 mensagem

Seleção Pública Fundecc <selecao@fundecc.org.br>

24 de março de 2026 às 08:14

Para: Contato Notriá <contato@consultorianotria.com.br>

Cc: Natalia Tenuta <nataliatenuta@consultorianotria.com.br>, Juliana Theodora <julianatheodora@consultorianotria.com.br>

Bom dia,

Informamos que o recurso não poderá ser aceito, tendo em vista que o prazo para sua interposição já se encerrou.

Conforme disposto no item 8.2 do edital, as empresas interessadas deveriam manifestar a intenção de recorrer no prazo de até um dia útil após a publicação do Resultado Final, a qual ocorreu em 19/03/2026.

8.2. As empresas participantes que desejarem interpor recurso em face dos atos da avaliação ou da habilitação deverão manifestar a sua intenção de recorrer pelo e-mail selecao@fundecc.org.br, em até um dia útil após a publicação do Resultado Final, sob pena de preclusão (art. 30, § 1º, Decreto 8.241/2014).

Atenciosamente,
Dayana Corrêa**Seleção Pública**selecao@fundecc.org.br
www.fundecc.org.br

Em seg., 23 de mar. de 2026 às 22:15, Contato Notriá <contato@consultorianotria.com.br> escreveu:

Prezados(as),

Encaminhamos, por meio deste, o **recurso administrativo referente ao resultado da etapa de Avaliação Técnica** da Seleção Pública nº 09/2026, conforme prazo previsto no cronograma do certame.

Para subsidiar a análise desta Comissão, seguem anexos:

- Documento formal de interposição de recurso;
- Planilha de pontuação detalhada, organizada conforme os critérios da avaliação técnica;
- Documentação comprobatória complementar da equipe.



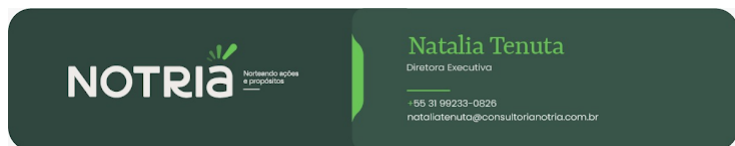
RECURSO_Notriá_2026.03.23.pdf

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Agradecemos, desde já, a atenção e o tempo dedicados à análise.

Atenciosamente,

--



PARECER JURÍDICO

Solicitante: Comissão de Seleção Pública da FUNDECC - Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural

Assunto: Análise da conformidade do procedimento recursal adotado na Seleção Pública nº 09/2026 e das alegações apresentadas pela empresa Notriá Consultoria - Avaliação Técnica.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. SELEÇÃO PÚBLICA. VINCULAÇÃO AO EDITAL. FASE RECURSAL. EXIGÊNCIA EXPRESSA DE MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECORRER NO PRAZO DE 1 (UM) DIA ÚTIL APÓS A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL, SOB PENA DE PRECLUSÃO. ALEGAÇÃO DE QUE A RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA TERIA AFASTADO A NECESSIDADE DE PRÉVIA INTENÇÃO RECURSAL. IMPROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA ESPECÍFICA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO POR PRECLUSÃO/INTEMPESTIVIDADE DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO. CONFORMIDADE DO ENTENDIMENTO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada para exame jurídico da conformidade do procedimento adotado pela Comissão de Seleção Pública da FUNDECC no âmbito da Seleção Pública nº 09/2026, especialmente quanto ao não conhecimento do recurso administrativo apresentado pela empresa Notriá Consultoria - Avaliação Técnica, diante da alegação de que a retificação do cronograma do certame teria afastado a exigência editalícia de prévia manifestação de intenção de recorrer.

Consta do Edital originário que a fase recursal foi disciplinada no item 8, com previsão de que a participante interessada em recorrer deveria, inicialmente, manifestar a intenção de recorrer em até 1 (um) dia útil após a publicação do resultado final, sob pena de preclusão, sendo posteriormente assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais. O mesmo instrumento convocatório ainda consignou que recursos intempestivos não seriam conhecidos.

Sobrevieram, na sequência, retificações do Edital. A primeira alterou o horário da sessão de análise técnica. A segunda suspendeu a sessão anteriormente designada, remarcando sua continuidade. A terceira retificação promoveu ajustes no cronograma do certame, inclusive fixando novas datas para divulgação de resultado, interposição de recurso e contrarrazões. Em todas as retificações, foi consignado que permaneciam inalteradas as demais disposições do Edital não colidentes com a modificação promovida.

A empresa Notriá, por sua vez, apresentou Recurso Administrativo contra a decisão da avaliação técnica e sustentou, em síntese, que o cronograma retificado passou a prever o prazo de 20/03/2026 a 23/03/2026 para interposição de recurso e que, tendo encaminhado sua insurgência em 23/03/2026, às 22h15min, estaria dentro do prazo assinalado, motivo pelo qual reputa equivocado o entendimento da Comissão no sentido da preclusão. Aduz, ainda, haver necessidade de apreciação jurídica formal da matéria, diante da alegada margem interpretativa entre o corpo do Edital e o cronograma retificado.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A controvérsia cinge-se a definir se a terceira retificação do cronograma do certame teria revogado, substituído ou tornado inaplicável a exigência editalícia de prévia manifestação de intenção de recorrer, originalmente prevista no item 8 do Edital.

A resposta, a juízo desta Assessoria Jurídica, é negativa.

O ponto de partida da análise reside no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, segundo o qual a Administração e os participantes do certame submetem-se às regras previamente estabelecidas no Edital, não sendo dado à Comissão afastar disposição expressa sem que haja correspondente alteração formal e inequívoca do ato convocatório.

No caso concreto, o Edital da Seleção Pública nº 09/2026 estruturou o procedimento recursal em duas etapas sucessivas e distintas. A primeira consiste na manifestação de intenção de recorrer, a ser apresentada em até 1 (um) dia útil após a publicação do resultado final, sob pena de preclusão. A segunda consiste na apresentação das razões recursais, no prazo de 3 (três) dias úteis. Trata-se, portanto, de disciplina procedimental bifásica, na qual a admissibilidade da segunda etapa depende da observância da primeira.

A redação editalícia, nesse ponto, é suficientemente clara. Não se trata de mera faculdade protocolar, mas de verdadeira condição procedimental para o exercício da pretensão recursal, tendo o próprio Edital cominado expressamente a consequência da inobservância: preclusão.

Passa-se, então, ao exame das retificações.

A primeira e a segunda retificações limitaram-se a modificar aspectos operacionais da sessão pública, sem qualquer incursão específica sobre a disciplina dos recursos administrativos. Ambas, ademais, consignaram expressamente a manutenção das demais regras editalícias não atingidas pela alteração promovida.

Já a terceira retificação promoveu alteração no cronograma, passando a prever, entre outros marcos, a divulgação do resultado em 19/03/2026, o prazo para interposição de recurso de 20/03/2026 a 23/03/2026 e o prazo para contrarrazões de 23/03/2026 a 26/03/2026. Não

obstante, também nela constou cláusula expressa no sentido de que permaneciam inalteradas as demais disposições do Edital que não colidissem com o novo cronograma.

Dessa forma, não se pode extrair da simples alteração do cronograma a conclusão de que houve revogação tácita do item 8.2 do Edital. Isso porque a retificação não declarou, de modo expresso, a supressão da fase de manifestação de intenção de recorrer, tampouco reformulou o rito recursal previsto no corpo do instrumento convocatório. Ao revés, preservou-se a integridade das cláusulas não conflitantes.

A interpretação sistemática e juridicamente mais adequada, portanto, é a de que o cronograma retificado deve ser lido em harmonia com o corpo do Edital. Nessa linha, o marco temporal de 20/03/2026 a 23/03/2026 corresponde ao período da fase recursal em sentido amplo, mas não exonera o participante do dever de cumprir a exigência específica e antecedente da manifestação de intenção de recorrer, fixada para até 1 (um) dia útil após a publicação do resultado final.

Considerando que o resultado foi divulgado em 19/03/2026, a manifestação de intenção deveria ter sido formalizada até 20/03/2026, em observância ao item 8.2 do Edital. O recurso encaminhado pela empresa Natriá em 23/03/2026, às 22h15min, embora situado dentro do período geral apontado no cronograma retificado, não supre, por si só, a ausência da etapa prévia de intenção, cuja não observância atrai a preclusão prevista no próprio Edital.

A alegação trazida pela empresa não Natriá de que a alteração no cronograma do certame trouxe margem para interpretação diversa, não encontra amparo jurídico para afastar a força normativa da cláusula editalícia específica, sobretudo porque: **(i)** a exigência da intenção recursal permaneceu expressamente prevista no corpo do Edital; **(ii)** não houve ato formal expresso de revogação dessa exigência; e **(iii)** as retificações preservaram as disposições não colidentes do instrumento convocatório.

Logo, não se vislumbra ilegalidade ou desconformidade no entendimento adotado pela Comissão de Seleção Pública da FUNDECC. Ao contrário, a decisão de não conhecer o recurso por ausência de tempestiva manifestação de intenção recursal mostra-se consentânea com o Edital e com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

- a) pela conformidade do entendimento adotado pela Comissão de Seleção Pública da FUNDECC, no sentido de que o Edital da Seleção Pública nº 09/2026 exigia, para admissibilidade do recurso administrativo, a prévia manifestação de intenção de recorrer em até 1 (um) dia útil após a publicação do resultado final, sob pena de preclusão;

- b) pelo reconhecimento de que o prazo subsequente de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais não substitui nem afasta a exigência anterior, mas dela depende logicamente;
- c) pela conclusão de que as retificações publicadas, inclusive a que alterou o cronograma do certame, não revogaram nem afastaram o rito recursal previsto no item 8 do Edital, tendo sido expressamente preservadas as demais disposições não colidentes;
- d) pela rejeição da alegação da empresa Notriá no sentido de que bastaria o envio do recurso até 23/03/2026, uma vez que tal interpretação desconsidera a etapa prévia obrigatória de manifestação de intenção recursal, expressamente prevista no instrumento convocatório;
- e) em consequência, pelo entendimento de que o não conhecimento do recurso administrativo, por preclusão/intempestividade da manifestação de intenção recursal, encontra amparo no Edital e revela-se juridicamente sustentável.

É o parecer.

Lavras/MG, data na assinatura digital.

HELIO RIBEIRO

Assinado de forma digital por HELIO
RIBEIRO
Dados: 2026.03.24 18:20:01 -03'00'

Hélio Ribeiro

OAB/MG 65.318 - Assessor Jurídico

FUNDECC - Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural